




Universidade Federal da Bahia

A young person with dark hair is looking out from a rectangular opening in a blue, weathered metal structure. Their hand is resting on the edge of the opening. The background behind them is slightly blurred, showing an indoor setting.

# REVISTA CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

**REVISTA CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE**

**Editores**

**Felipe Bruno Martins Fernandes**

**Mariângela Moreira Nascimento**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

**REITOR**

JOÃO CARLOS SALLES PIRES DA SILVA

**VICE-REITOR**

PAULO CÉSAR MIGUEZ DE OLIVEIRA

**PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

FABIANA DULTRA BRITTO

**DIRETORA DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
HUMANAS**

MARIA HILDA BAQUEIRO PARAÍSO

**COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA  
POLÍTICA**

CLOVES LUIZ PEREIRA OLIVEIRA

**CHEFE DO COLEGIADO DO BACHARELADO EM ESTUDOS  
DE GÊNERO E DIVERSIDADE**

CRISTIANO RODRIGUES

**EDITORES**

FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

MARIÂNGELA MOREIRA NASCIMENTO

**COMISSÃO EDITORIAL**

ANNE ALENCAR MONTEIRO - MONITORIA

JEFERSON REIS SANTOS - PIBIEX

SHIRLEI SANTOS DE JESUS SILVA - PIBIEX

**EQUIPE DO GIRA - GRUPO DE ESTUDOS FEMINISTAS EM  
POLÍTICA E EDUCAÇÃO**

**COORDENADORES DO GRUPO**

FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

MARIANGELA MOREIRA NASCIMENTO

**BOLSISTAS**

BÁRBARA SANTANA DE SOUZA – PERMANECER

CAMILA FIGUEIREDO - PERMANECER

CARINE DOS SANTOS CONCEIÇÃO – PIBIC/AF

CRISTIANO MIRANDA NOGUEIRA - PIBIEX

DANIEL VENTIN - PIBIEX

ELANE SANTANA NASCIMENTO - PERMANECER

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA SANTOS - BEGD/UFBA

JOSENILTO CONCEIÇÃO – BEGD/UFBA

MAIARA DIANA AMARAL PEREIRA - FAPESB

MÍRIA MORAES DANTAS - PIBIC-AF

NÚBIA DOS SANTOS DUARTE – PIBIC/ FABESB

REBECA ALVIM - BEGD/UFBA

SÔNIA MARIA DOS SANTOS - BEGD/UFBA

TATIANE CERQUEIRA - BEGD/UFBA

THALES DARLAN REIS MACÊDO – PERMANECER

VILOBALDO ALERTINO - BEGD/UFBA



Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>8</b>
<b>Seção de artigos .....</b>	<b>12</b>
<b>EXPLICITAÇÃO DOS DISCURSOS DE CRIMES COM SUSPEITA DE MOTIVAÇÃO HOMOFÓBICA EM JORNAIS DO ESTADO DO AMAZONAS</b>	
<i>Isaac Guidão Toscano; Lucilene Ferreira de Melo.....</i>	<b>13</b>
<b>“RELIGIÃO NÃO SE DISCUTE?”: DECIFRANDO A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS ENTRE JOVENS DE ESCOLA PÚBLICA EM SÃO VICENTE-SP A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO</b>	
<i>Vanessa Renata de Almeida .....</i>	<b>33</b>
<b>DE QUEM É O CORPO? A HOMOAFETIVIDADE E O REGIONALISMO UNIVERSAL EM “MEU TIO TÃO SÓ”</b>	
<i>José Humberto dos Santos Santana; Larissa do Nascimento Oliveira; Islan Bispo de Oliveira .....</i>	<b>54</b>
<b>ARCO-ÍRIS NO CAMPO: ETNOGRAFIA DA “HOMOSSEXUALIDADE” MASCULINA NO AMBIENTE RURAL</b>	
<i>Pedro Henrique Azevedo da Silva Paiva .....</i>	<b>75</b>
<b>A PROBLEMÁTICA DA VOZ FEMININA NA CONTEMPORANEIDADE</b>	
<i>Tailane de Jesus Sousa .....</i>	<b>96</b>
<b>A DUPLA JORNADA DE MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO EM ARACAJU-SE</b>	
<i>Carla Francyele dos Santos Araujo.....</i>	<b>110</b>
<b>BEIJEI UM GAROTO, EU SOU GAY? CAMINHOS PARA PENSAR ADOLESCÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADE</b>	
<i>Carlos Henrique Pereira Franco .....</i>	<b>128</b>
<b>COTAS RACIAIS NA UFSC: TRAJETÓRIAS E PROJETOS EM UM NOVO CAMPO DE POSSIBILIDADES</b>	
<i>Gabriela Solange Sagaz .....</i>	<b>143</b>
<b>A TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ E A HOMOFOBIA: SUBSTRATOS IDEOLÓGICOS DE UM PRECONCEITO</b>	
<i>Rafael Teruel Coelh .....</i>	<b>162</b>

<b>PROJETO “DISCUTIR DESIGUALDADES NA BUSCA POR IGUALDADE: RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENSINO DA HISTÓRIA”</b>	
<i>Gabriella Assumpção da Silva Santos Lopes; Juliana Ferreira de Farias; Vinícius de Oliveira Bezerra .....</i>	181
<b>N’UMBUNTU EM AÇÃO: PESQUISA EM RELAÇÕES RACIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS (MARAMBÁ-PA)</b>	
<i>Jaqueline Dayane da C. Silva; Juliana Barbosa Sindeaux; Ivan Costa Lima .....</i>	201
<b>REFLETINDO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE EM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE IRATI-PR</b>	
<i>Denis Cezar Musial; Tainá Ribas Melo; Marcos Claudio Signorelli .....</i>	218
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: IDENTIDADES SEUXAIS E NOVAS ZONAS DE EXCLUSÃO</b>	
<i>Rodrigo Broilo; Jacques Akerman .....</i>	232
<b>RAÇA E FUNDAMENTO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CONJUNTURA ATUAL DO BATUQUE DO RIO GRANDE DO SUL</b>	
<i>Fernanda Carvalho Marques.....</i>	251
<b>Dossiê: Manifestações de Gênero e Raça nas Eleições 2014</b>	264
<b>OS GRUPOS RACIAIS NAS ELEIÇÕES DE 2014: DESAFIO À REPRESENTAÇÃO NA DEMOCRACIA</b>	
<i>Anne Alencar Monteiro .....</i>	267
<b>REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR DAS MULHERES NEGRAS NAS ELEIÇÕES DE 2014 E OS POSSÍVEIS FATORES INFLUENCIADORES NA NÃO EQUIDADE DA DISPUTA ELEITORAL</b>	
<i>Shirlei Santos de Jesus Silva .....</i>	287
<b>A MULHER NA POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES DE 2014</b>	
<i>Cristiano Miranda Nogueira .....</i>	307
<b>Seção Ensaios .....</b>	320
<b>PODE A MEDICINA (RE)INVENTAR-SE ANTE O TRANSFEMINISMO?</b>	
<i>André Filipe dos Santos Leite.....</i>	321

<b>“QUE HORAS ELA VOLTA?” E “DOMÉSTICA” - UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO REMUNERADO NO CINEMA BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO</b>	
<i>Jeferson Reis Santos</i> .....	334
<b>Seção Diários</b> .....	350
<b>A BANCA DE VERIFICAÇÃO DA AUTO DECLARAÇÃO ÉTNICO RACIAL DO VESTIBULAR 2010 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: NOTAS ETNOGRÁFICAS</b>	
<i>Marcos Silva da Silveira</i> .....	351
<b>DIALOGANDO COM AS/OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES: RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b>	
<i>Carine dos Santos Conceição; Taís Dias dos Santos</i> .....	361
<b>SANDRA MUÑOZ: UMA SUJEITA ATRAVESSADA POR DIFERENTES MATRIZES DE OPRESSÃO</b>	
<i>Maria Augusta Neves Silva</i> .....	367
<b>Sobre as/os Autoras/ES</b> .....	375

## APRESENTAÇÃO

A revista “Cadernos de Gênero e Diversidade” é um anuário on line em sua primeira edição. Seu surgimento se deve à percepção do crescente número de projetos de pesquisa e extensão de graduandos que não tem os seus resultados divulgados e compartilhados. Não há um espaço de publicação voltado para a produção do aluno de graduação. Essa revista eletrônica é a primeira a ser exclusivamente dedicada à publicação da produção acadêmica do/a aluno/a de graduação no país. Ela divulgará resultados de pesquisa e intervenção nas áreas de estudos de gênero, étnico-raciais, sexualidade, diversidade e política. A criação desse espaço de publicação e divulgação é uma iniciativa do GIRA - Núcleo de Estudos Feminista em Política e Educação, da UFBA, vinculado ao curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, o primeiro curso de graduação na América Latina voltado para o estudo dessas temáticas. , iniciativa do GIRA -,

Nesse primeiro número apresentamos o dossiê “Eleições 2014 – Análise de Gênero e Raça”. Nele será possível conhecer os resultados das pesquisas realizadas pelo programa extensionista intitulado “Manifestações de Gênero, Raça, Sexualidade e Religião nas Eleições de 2014” e do “Observatório Feminista das Eleições”, sob a coordenação dos professores Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes e Dra. Mariângela Nascimento. O Programa teve como principais objetivos realizar o monitoramento da mídia durante todo o período das eleições, de junho à dezembro de 2014, e entrevistar candidatas aos cargos de deputadas federais e estaduais. Os resultados foram um diagnóstico das reais condições eleitorais das candidatas ao cargo público e uma análise sociopolítica onde são identificados a reprodução, no jogo eleitoral, da cultura patriarcal, machista, racista e homfóbica.



Outros dezoito trabalhos compõem esta primeira edição da revista “Cadernos de Gênero e Diversidade”. Eles trazem importantes reflexões das mais diversas áreas dentro dos temas de interesse do anuário. Podemos observar a relação entre sexualidade e literatura nos seguintes artigos: “De quem é o corpo? A homossexualidade e o regionalismo universal em *Meu Tio Tão Só*” de Larissa Oliveira, Islan de Oliveira e José Humberto Santana, preocupados em problematizar o lugar do corpo. “Arco-íris no campo: etnografia da “homossexualidade” masculina no ambiente rural”, procura encontrar uma interessante relação entre as práticas afetivas e sexuais entre homens no contexto rural. O autor Isaac Toscano realiza uma análise dos discursos de reportagens dos jornais do estado do Amazonas, através do noticiário dos assassinatos de indivíduos não-heterossexuais. Em “Beije um garoto, eu sou gay? Caminhos para pensar adolescência e homossexualidade”, Carlos Franco faz um apanhado de alguns conceitos sobre adolescência e um panorama histórico da sexualidade, trazendo uma reflexão sobre sua influência na construção identitária dos indivíduos; e, no trabalho de Rafael Coelho, encontramos uma análise sobre a influência da tradição judaico-cristã na homofobia.

Nos artigo sobre gênero temos: André Filipe Leite, analisando a relação da medicina com as pessoas trans e suas demandas; Carla Francyele Araujo com “A dupla jornada de mulheres inseridas no mercado de trabalho turístico em Aracaju-SE”, que reflete sobre o cotidiano das mulheres empregadas no turismo na cidade de Aracaju; o ensaio de Jeferson Reis “Que Horas Ela Volta? e Doméstica - uma análise da representação do trabalho doméstico feminino remunerado no cinema brasileiro contemporâneo”, reflete sobre a representação do trabalho doméstico feminino em duas produções cinematográficas; Carine Conceição e Tais dos Santos com o “Dialogando com as/os usuários dos serviços do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS sobre os Direitos das Mulheres: Relações de Gênero e Violência contra a Mulher”, apresentam diário de campo sobre oficina

realizada no centro de referência de assistência social do bairro de Brotas em Salvador, e, por fim, o trabalho de Tailane Sous “A problemática da voz feminina na contemporaneidade”, que reflete sobre a representação da voz feminina na literatura.

Sobre a temática étnico/racial Marcos Silveira faz uma análise sobre a auto-declaração étnico/racial no vestibular de 2010 da Universidade Federal do Paraná; essa temática traz também o artigo “N'umbuntu em ação: Pesquisa em relações raciais nas escolas municipais (Marabá-PA)” de Jaqueline Dayane Silva e o “Cotas raciais na UFSC: Trajetórias e projetos em um novo campo de possibilidades” de Gabriela Sagaz, trabalhos que contribuem para ampliar e enriquecer as reflexões sobre as questões raciais e a sua influência no âmbito educacional.

Outras publicações trazem análises e reflexões voltadas para outras áreas de interesse da revista “Cadernos de Gênero e Diversidade”, é o caso do artigo “Políticas públicas de saúde para a população LGBT no Brasil: Identidades sexuais e novas zonas de exclusão”, de Rodrigo Broilo; “Raça e fundamento: Uma discussão sobre a conjuntura atual do Bатуque do Rio Grande do Sul”, de Fernanda Marques; “Religião não se discute?: decifrando a construção dos papéis sociais entre jovens de escola pública em São Vicente/SP a partir de uma perspectiva de gênero”, de Vanessa Renata de Almeida; “Refletindo sobre questões de gênero e diversidade em centro municipal de educação infantil de Irati/PR” de Denis Musial, Tainá Melo e Marcos Signorelli, e o artigo de Gabriela Lopes, Juliana de Farias e Vinicius Bezerra que traz os resultados do projeto “Discutir desigualdades na busca por igualdade: relações de gênero e o ensino de história”, além do diário de campo produzido por Maria Augusta Neves ao analisar a trajetória pessoal e militante de Sandra Muñoz.

Todos os artigos publicados na primeira edição dessa revista foram submetidos a avaliação criteriosa e foram qualificados como

excelentes contribuições à produção científica brasileira. A revista aceitara contribuições nos seguintes formatos: artigos, ensaios, diários de campo, dossiês e resenhas, com o objetivo de publicar pesquisas e intervenções produzidas que versem sobre os temas supramencionados.

Convidamos a todas/os para prestigiarem o trabalho das/os nossas/os colaboradoras/es.

Saudações!

**Seção Artigos**



## EXPLICITAÇÃO DOS DISCURSOS DE CRIMES COM SUSPEITA DE MOTIVAÇÃO HOMOFÓBICA EM JORNAIS DO ESTADO DO AMAZONAS

Isaac Guidão Toscano  
Lucilene Ferreira de Melo

### RESUMO

Objetiva-se analisar os discursos sobre homicídios a pessoas não heterossexuais, noticiados nos Estado do amazonas no período de 2010 á 2012. A pesquisa ancorou-se no método de análise do discurso a partir da arqueogenealogia foucaultiana em diálogo com a produção de pesquisadores brasileiros e estrangeiros filiados à Teoria *Queer*. Evidenciou-se a propalação do discurso jornalístico presente nos crimes suspeitos de motivação homofóbica através dos jornais: A crítica e Diário 24 horas, em versões impressas e *on line*. Dentre os resultados destaca-se a sutil reiteração de enunciados estigmatizantes das sexualidades não heterossexuais, tais como a repatologização e a moralização da conduta sexual presentes no discurso dos jornais amazonenses. Evidenciam-se ainda, as estratégias jornalísticas de reiteração de verdades dos seres abjetos à heteronormatividade.

**Palavras-chave:** Discurso. Jornais. Homofobia. Homicídio.

### ABSTRACT

It is aimed to analyze the discourse around homophobia panopticon. The research was anchored on the method of discourse analysis from Foucault arqueogenealogia in dialogue with the production of Brazilian and foreign researchers affiliated to Queer Theory. Evidenced the propalação of this journalistic discourse in crimes motivated by homophobia through newspapers: A critical and Daily 24 hours in printed and online versions. Among the results highlight the subtle reiteration of statements stigmatizing of non-heterosexual sexualities, such as repatologização and the moralization of sexual conduct within the discourse of Amazonian newspapers. Became evident yet, journalistic strategies reiteration of the truths of abject beings heteronormativity.

**Keywords:** speech. Newspapers. Homophobia. Homicide.

## 1 INTRODUÇÃO

As pessoas não heterossexuais ao longo de séculos vivenciaram e vivenciam a condição de subalternidade as quais foram postas, em que se constitui um padrão ideal de relacionamentos afetivo-sexuais. Padrão que se configurou no ocidente por meio do cristianismo, herdeiro da tradição judaica, que transformará a heterossexualidade no único comportamento suscetível de ser qualificado como natural e, por conseguinte, como normal (BORRILLO, 2010). A sexualidade torna-se um dispositivo de vigilância dos corpos que precisam estar moldado, envolvidos, domesticados em um conjunto definido, esquadrihado de ser sujeito.

Dessa forma, não foi o bastante determinar um tipo de sexualidade “natural e normal”, mais do que isso era necessário colocar num grau de inferioridade e abominação as que não eram passíveis de serem englobadas nesse padrão. Fato que contraria a concepção de estudiosos e até os mais leigos na área quando se compreende as sexualidades e práticas sexuais segundo Prado (2012), enquanto construções sociais intrinsecamente relacionadas com múltiplas dimensões simbólicas estruturais de determinada sociedade. Então, sendo construções sociais nunca são naturais, normais e engessadas são resultantes de relações de poder que se difundem na sociedade por meio de forças políticas, econômicas e culturais em que a resistência é fator incondicional.

Desta feita, objetiva-se com este trabalho a análise discursiva das matérias jornalísticas que propalaram crimes por suspeita de motivação homofóbica. Para tanto, a metodologia empreendida fincou-se na análise do discurso em uma perspectiva foucaultiana, Pamplona (2012, p.14), ressalta que esta opção metodológica de análise do discurso implica caminhos que o concebe em sentido oposto aos das conceituações pontuais, fechadas e causais, e volta-se para as condições de possibilidade do surgimento de discursos

constituídos por mobilidade, plasticidade, não tidos como um conjunto de signos e significantes, mas antes envoltos por uma complexidade marcada pelas relações históricas e práticas que estão vivas no próprio discurso. “O discurso é submetido à lei do devir e se estabelece em uma intemporalidade descontínua. Imobiliza-se por fragmentos: estilhaços precários de eternidade” (FOUCAULT, 1986. p.188).

Para análise elegeu-se a arena dos discursos jornalísticos proclamados a partir dos homicídios por suspeita de motivação homofóbica ocorridos no estado do Amazonas no período de 2010 a 2012. Acerca das fontes utilizadas, o *corpus* de análise constituiu-se pelas matérias jornalísticas do jornal *on line* D24 e do Jornal A Crítica, tanto em sua versão *on line* quanto impressa. Optou-se pelo primeiro devido à facilidade de acesso por meio da internet, além da capacidade de rápida divulgação do acontecimento; por sua vez, o A crítica é um periódico sexagenário, trata-se do jornal mais antigo do Estado do Amazonas, suas publicações destinam-se à classe média e alta da sociedade amazonense, este periódico possui enunciados polidos e instruídos para proclamação da verdade dos acontecimentos do presente. Logo, os critérios de inclusão destes veículos de comunicação devem-se à facilidade do acesso, abrangência e alcance, além da grande influência na mentalidade do povo amazonense.

Utilizou-se como bússola de localização dos homicídios os Relatórios Anuais de Assassinatos a Homossexuais (LGBT) realizados pelo Grupo Gay da Bahia nos anos de 2010 a 2012 e os Relatórios sobre Violência Homofóbica no Brasil, realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) nas suas publicações, até o momento, correspondentes aos dados de 2011 e 2012. Após a coleta das informações, realizou-se os seguintes procedimentos operacionais: organização das matérias jornalísticas em uma classificação cronológica, transcrição e organização em um documento nomeado de Consolidação dos Dados Hemerográficos,

posteriormente procedeu-se à distribuição das matérias conforme temas afins.

## 2 ESTRATÉGIAS DE VERDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Passaremos agora a explicitar os mecanismos de profusão do discurso midiático relacionado ao modo como foram tratados os enunciados de alguns dos casos de homicídio com suspeita de motivação homofóbica identificados na pesquisa, evidenciando os elementos cruciais impressos no *corpus* do material analisado que se referem direta ou indiretamente à reiteração dos regimes de verdade produtores de subjetividades valoradas e desprezadas socialmente.

Para mergulharmos na análise dos discursos em sua complexidade é necessário primeiramente que recorramos a métodos que nos auxiliem na compreensão do objeto, nesse sentido nos direcionamos para o que afirma Fisher (2012):

[...]tentar se desprender de um longo e eficaz aprendizado que ainda nos faz olhar os discursos apenas como um conjunto de signos. Como significantes que se referem a determinados conteúdos, carregando tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de ‘reais’ intenções, conteúdos e representações, escondidos nos e pelos textos, não imediatamente visíveis.

Nesse sentido cabe a tentativa de verificar os elementos que estão para além da superfície da referida notícia, considerando os elementos intrínsecos no acontecimento em tela, é necessário portanto alguns questionamentos, segundo Fisher (2012), [...] “porque isso é dito aqui, desse modo, nessa situação e não em outro tempo ou lugar, de forma diferente?”. Para emprendermos a analítica dos discursos deve-se multiplicar as relações “situar as ‘coisas ditas’ em campos discursivos, extrair deles alguns enunciados e colocá-los no mesmo campo ou de campo distinto”.



Ao analisar as estratégias discursivas que constroem o dispositivo de saber-poder incidente no cenário de violência homofóbica e na relação entre vítima e algoz, o discurso proclamado corrobora na manutenção do *status* heterossexual em detrimento do não heterossexual. Na produção de “verdades”, destaca-se o título: “*Engenheiro morto em motel. Engenheiro ambiental William Andrade recebeu seis facadas. Neiff Façanha está preso pelo crime e alega legítima defesa*” (A CRÍTICA, 14/01/10, homicídio 01).

Há uma exaltação da vítima a partir de sua identificação profissional, que ressalta o prestígio do pai da vítima “ex-presidente do Sindicato dos jornalistas profissionais de Manaus”, o que lhe confere certo reconhecimento frente à opinião pública. No entanto, ao mesmo tempo, esse possível cuidado na elaboração da matéria com a repercussão de tal crime se compromete quando de forma isolada delinea o espaço territorial em que ocorreu o homicídio, o motel. Que não é apenas parte formal da elaboração de uma notícia mais também serve como ferramenta de localização de uma possível identidade social do sujeito.

Os enunciados da matéria jornalística revelam elementos discursivos que tentam descrever o homicídio considerando a relação entre vítima e acusado, situando a posição em que ambos socialmente estão inseridos, em relação à profissão, idade ou orientação sexual remetendo o leitor a uma possibilidade de assumir uma impressão sobre o fato. O destaque da profissão que opõe vítima e acusado configura a relação entre um suposto “cliente”, o Engenheiro Willian Andrade e o “michê” e autônomo, Neiff Façanha.

Este último ocupa um lugar ambíguo na matéria, pois o sujeito “michê” ao mesmo tempo em que é legitimado na atividade sexual devido ocupar *a priori* a posição de ativo, também é posto em suspeita ao questionar sua identidade de “macho”, quando este é equiparado à “bicha”. Esta ambiguidade é característica da própria

performance do michê, pois segundo Perlongher (1987, p. 20) o termo michê “é usado para denominar uma espécie *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos protótipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente”.

A produção da matéria do jornal não é impensada, ela se constitui em um dispositivo de relações complexas, aparentes e invisibilizadas, nesse sentido se considera o primeiro elemento presente no texto esquadrinhando, a localização social dos sujeitos: “*O autônomo Neiff Bezerra Façanha [...] o engenheiro ambiental William Lopes Oliveira Andrade,[...]*” (grifo nosso).

A ocupação profissional, no caso de Neiff, tanto por sua ambiguidade moral, socialmente construída; quanto por falta de oportunidades, dificilmente consegue acesso ao mercado de trabalho formal o que pressiona parcela dos jovens ao mercado da prostituição como meio de satisfação de suas necessidades econômicas e também sexuais, desta feita, assevera Perlongher (1987, p.106):

[...] a existência de um mercado de prostituição que privilegia os mais jovens se conecta com necessidades materiais concretas dos rapazes, geralmente desprovidos do meio de subsistência. A prostituição revela-se assim, como uma espécie de “rito de passagem” ou de iniciação sexual dos adolescentes, que atende não somente as suas carências sexuais, mas também econômicas.

Nesse sentido, se estabelece uma relação de poder hierarquizadora entre o cliente (engenheiro) e o michê (autônomo), relações onde se agregam concepções ideológicas, socioculturais e econômicas que reproduzem em seu bojo estigmas, preconceitos e discriminações para com os clientes e com os michês. Não se pode desconsiderar que as formações discursivas que constituem esses enunciados negam a existência de um conjunto complexo que perpassam o objeto de que se fala e que não o acompanham em sua constituição.

A segunda característica identificada é a relação de faixa etária entre o engenheiro e Neiff, que também foi destacada na matéria jornalística, elemento identificado por Perlongher, (1987, p. 24), “[...] o negócio do michê faz referência à diferença de idade entre o prostituto e seu cliente. Em geral a clássica para o exercício da profissão oscila entre 15 e os 25 anos, enquanto os clientes costumam ter mais de 35 anos”.

Porém, não é apenas a disparidade etária que perpassa a relação entre o *Neiff* (michê) e o *William* (cliente), mas todo um jogo de desejos, interesses sexuais e econômicos, que refletem a realidade de ambos, demarcadores do espaço social em que eles estão inseridos. Um terceiro elemento a ser analisado é a justificativa para eventual homicídio que põem às claras a dimensão que se localiza o valor da vida de uma pessoa não heterossexual, segue o excerto:

William teria dito a Neiff ter apenas R\$ 40, 00 referente à diária do motel, o que teria irritado o autônomo e resultado em um ‘bate-boca’ entre os dois. ‘Em meio à discussão, segundo os relatos de Neiff, o engenheiro ambiental teria puxado uma faca contra ele originando uma luta corporal entre eles. Após aplicar um golpe no pescoço de William, o acusado conseguiu desarmá-lo e desferiu seis golpes que atingiram a vítima no pescoço, braço e tórax. Durante o depoimento, *o autônomo alegou legítima defesa*’ (A CRÍTICA, 14/01/10, homicídio 01).

A descrição jornalística possibilita a justificativa do crime cometido por Neiff, este intento organiza-se de forma explícita no texto como uma ação lógica, de um “acordo descumprido”, que respalda o acusado ter se “irritado” com a vítima. Contudo, considerando o jogo de poder que perpassa a relação entre ambos personagens acredita-se que este não é um motivo para a ação violenta dos “michês” contra seus “clientes”, mas do que um acordo não cumprido, a violência perpetrada é demonstrativo da existência do modelo “bicha/macho” em concorrência com outro modelo o “igualitário”, onde não é mais a “bicha efeminada e passiva que se submete perante um bofe viril e ativo, mas um sujeito assumido como

homossexual” (PERLONGHER, 1987). Essa é uma questão que não pode ser desconsiderada ao passo que evidencia uma realidade de subordinação a qual é posta os não heterossexuais, especificamente os de identidade de gênero masculina, em condição de um agente passivo que apenas deve ser “penetrado”. Sua não aceitação muitas vezes resulta em conflitos com o parceiro michê (macho), que não aceita assumir outra posição que não seja a que lhe garanta o *status* de virilidade, de um heterossexual.

No entanto, reconhecer que estes são uns dos motivos que levam a ações desse tipo por parte do michê nem sempre é relatado, principalmente quando pode pôr em risco a identidade de macho e sua posição viril que se deveria assumir. Além de que, muitos dos michês tentam se autolegitimar enquanto heterossexual mesmo possibilitando prazer e obtendo prazer em uma relação sexual homoerótica.

Desta feita acabam por justificar suas agressivas atitudes, escamoteando o seu papel de passividade econômica e por vezes sexual, quando o cliente assim deseja. Perlongher (1987, p. 222), em seu clássico, *o negócio do michê*, assevera: “o fantasma da violência e da morte ronda também os avatares do negócio, ‘matei para roubar’, é uma desculpa frequentemente esgrimida pelos michês perante a justiça, em muitos casos [...] arguindo “*falta de pagamento*” (grifo do nosso).

Dentre outras matérias analisadas a identidade de gênero dos sujeitos é apontada como marcador fundamental, sustentado por relações de saber-poder presente nas formações discursivas que permitem falar sobre determinado sujeito dentro de certas regras. Verifica-se a seguir de que forma foram identificadas as vítimas com suspeita de motivação homofóbica:

A vítima seria travesti e fazia programas sexuais na área (A CRÍTICA, 14/01/12, homicídio 02).



Um travesti identificado como 'Úrsula' foi executado com seis tiros (A CRÍTICA, 06/12/11, homicídio 08).

Travesti é encontrado morto, vítima costumava se prostituir na avenida General Rodrigo Otávio [...] (A CRÍTICA, 18/01/12, homicídio 09).

Briga resulta em morte de travesti. Segundo informações coletadas pela PM o rapaz era morador de rua e fazia programa na área (A CRÍTICA, 27/08/12, homicídio 15).

Cozinheiro é assassinado. Valdir da Mota Conceição, 47, era travesti[...] (A CRÍTICA, 15/10/12, homicídio 19).

Ressalta-se que o tratamento quanto ao gênero das travestis, sempre é referenciado pelo artigo masculino “*o travesti, um travesti, o rapaz, etc.*”, essa é uma das questões problemáticas do reconhecimento da travestilidade enquanto identidade gênero. Pois, ao assumirem a performance do “feminino”, não demonstra apenas um conjunto de adereços, posturas, comportamentos equiparáveis, mas o objetivo último está no reconhecimento social de sua identidade feminilizada. De acordo com Duque, (2009) “o conceito de travestilidade se refere à variedade de processos identitários pelos quais os sujeitos travestis passam a se constituírem enquanto femininos”.

O não reconhecimento das travestis e de sua reivindicação enquanto sujeito “feminino”, acabar por ratificar a não aceitação e as novas formas de transformação do corpo, sendo permitida uma única polaridade de gênero homem/mulher, dentro dos “parâmetros” masculino/feminino, sendo estes definidos e identificados por sua genitália.

Logo, a opção pelo termo masculino *o/um travesti* e não pelo termo feminino *a/uma travesti* por parte das matérias jornalísticas, não é uma simples referência imparcial, mas uma demarcação quanto a sua posição na sociedade, um dispositivo que aloca a travestilidade no campo das sexualidades dissidentes não reconhecendo outras possibilidades de feminino ou de masculino distinto da rígida polaridade de gênero demarcada pela heterossexualidade compulsória.

A cerca da classificação da orientação sexual e das identidades de gênero o material hemerográfico as engloba além do termo travesti equivocadamente posto sempre no masculino, também o termo homossexual enquanto estratégia de homogeneizar o desconhecido e o abjeto.

Em associação a definição da vítima enquanto travesti, a prostituição é reiterada como um atributo quase que inerente à sua travestilidade. Torna-se necessário acentuar que a face da prostituição das travestis não está necessariamente ligada a esta prática das profissionais do sexo, mas a outros elementos ainda mais complexos. Primeiramente, é o resultado da discriminação que sofrem desde sua casa, escola e outros espaços de sociabilidade, resultando desta negação, por vezes, a expulsão de seu próprio lar. Desta feita, o rechaço pelas instituições sociais, desde a família, a igreja, a escola e o Estado acabam sendo socialmente naturalizado.

Dentre os cinco assassinatos das travestis, apenas em um caso a matéria noticiou a vítima não ser profissional do sexo, o que apontam a confirmação dos elementos apresentados acima que retratam este quadro de desigualdade a qual sofrem esse segmento. Trata-se da travesti e cozinheira conhecida por Kelly e identificada pelo nome Valdir da Mota Conceição, 47 anos, encontrada morta em sua casa no dia 15 de outubro de 2012, este é o único caso, a qual se faz referência a uma ocupação profissional que não seja de prostituição, além de atributos positivos na sua conduta, descrito pelo vizinho: “Ele conhecia todo mundo aqui na rua, era educado, cumprimentava a todos” (A CRÍTICA, 15/10/12, homicídio 19). Porém, apesar de ser uma travesti assumida e estimada por vizinhos e familiares, infelizmente não a livrou de um brutal crime.

Além da prostituição outro estigma fortemente associado à travestilidade é o uso ilícito de drogas, comprovada pelo seguinte enunciado: “*Valdir era homossexual, mas não era usuário de droga*”

(IDEM), como se a travestilidade estivesse intrinsecamente ligado ao uso de entorpecentes, logo para demarcar sua oposição fez-se necessário distanciar a vítima dessa conduta.

Destaca-se outra artilosa estratégia no discurso jornalístico inserida no jogo de saber- poder constituinte de verdade das sexualidades dissidentes. Trata-se de dizer o que se pretende através da escuta e seleção cuidadosa de quem se entrevista, pois apesar dos sujeitos serem diversos, geralmente, familiares, amigos, vizinho, colegas de trabalho, todas as falas apontam para constituição de um arquétipo moral em que o jornalista, proclamador da verdade, fala através das palavras de outrem, com o significando em consonância com o protótipo discursivo pré-estabelecido.

Um dos elementos deste protótipo de inteligibilidade da sexualidade alheia de maior ressonância, assim se expressa: *“a vítima levava muitas pessoas à casa, mas nem sempre eram as mesmas que frequentavam o local. Era difícil você saber quem eram as pessoas, ele estava sempre mudando de companhias”*, ou seja, o caráter moralizador é ratificado por meio da fala de um vizinho que sugere um comportamento da vida pregressa da vítima, como sendo inapropriada, “moralmente” repudiada, que foge dos “bons costumes” de uma rotina com relações reconhecidas perante a sociedade de “princípios” norteadores da vida social, tais como relacionamento conjugal monogâmico duradouro, dentro dos padrões heterossexuais.

Porém, tudo é proclamado sem considerar o ritual da entrevista, os seus roteiros esquematizados, as perguntas pensadas apropriadamente para determinada circunstâncias e a seleção das testemunhas da verdade cuidadosamente definidas não são postos em discussão, pois quando a matéria é editada apenas um minúsculo nome se apresenta, tornado impessoal o discurso e assegurando um estatuto de verdade simplesmente pela publicação das palavras do outro, testemunha do real e do empírico vivenciado.

Esses indicadores configuram argumentos em que as formações discursivas se movem, são meios pelo qual é possível se inscrever em um enunciado, aspectos evidenciados por Fisher (2012, p.12),

[...] nossos atos elocutórios – atos enunciativos, atos de fala-, podemos dizer que eles se inscrevem no interior de algumas formações discursivas e de acordo com certo regime de verdade, o que significa que estamos sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente e afirmando verdades de um tempo.

Estes dispositivos discursivos engendram os corpos a partir de uma padronização da vida social, afetiva e sexual são definidores de moralidade da conduta, os seguintes enunciados se configuram entorno de discursos moralizantes que se agrupam objetivando reiterar um modelo heteronormativo o que implica desconsiderar outros possíveis. No primeiro caso optou-se por fazer os recortes das duas fontes hemerográficas uma vez que ambas noticiaram o acontecimento com elementos diferenciados, segue os enunciados:

O funcionário público municipal Raione Batalha, 40, foi assassinado com uma facada no abdômen na madrugada de ontem. Há suspeita de que o crime tenha sido passional. A polícia não descarta a possibilidade de latrocínio [...] a vítima era homossexual. Eles encontraram a casa toda revirada e a vítima morta ao lado da cama com as mãos amarradas atrás do corpo (A CRÍTICA, 24/09/12, homicídio 17).

A principal suspeita, segundo a Polícia Civil (PC), é uma vizinha identificada como Maria Aparecida, que estaria devendo mil reais à vítima. [...] eles encontraram Raiony morto, com os braços amarrados e de bruços. Um vizinho disse que o funcionário público costumava fazer muitas festas na casa onde morava. ‘Era comum ele trazer os amigos pra ficarem bebendo e usando drogas. Ele era homossexual, mas não tinha um namorado fixo’ (PORTAL D24AM, 24/09/12, homicídio 17).

Valmir Antônio Antão foi morto dentro da casa em que morava, encontrado degolado na manhã deste sábado. Os vizinhos afirmaram que ele era homossexual e que era comum Valmir ter convidados em casa (A CRÍTICA, 17/11/12, homicídio 21).

Nos excertos citados optou-se por apresentar as fontes, considerando a divergência de informações. No primeiro caso

verificou-se inicialmente que a matéria desdobra-se em uma descrição técnica do homicídio. Todavia, como analisado em outros casos, ela não hesita em dar ênfase quanto à orientação sexual o que demonstra como o fato de não ser heterossexual é tomada enquanto dispositivo de identidade definidora e totalizante do sujeito. Importante salientar as falas do(s) vizinho(s) elucidadas no corpo da matéria, elas demonstram formações discursivas presentes nos enunciados que em sua constância tem algo a dizer.

No primeiro caso, identifica-se na matéria produzida pela fonte *Portal d24am* um trecho da fala de um suposto vizinho da vítima o qual diz o seguinte: “[...] o funcionário público costumava fazer muitas festas na casa onde morava. Era comum ele trazer os amigos pra ficarem bebendo e usando drogas. Ele era homossexual, mas não tinha um namorado fixo”. Diferente da primeira fonte, jornal *A Crítica*, que faz referência somente sobre sua orientação sexual sem incorporar comentários a respeito. No segundo caso sendo o mesmo personagem (vizinho), porém identificado no plural, descrevem uma possível “rotina da vítima”, visualizado sob o seguinte enunciado: “*os vizinhos afirmaram que ele era homossexual e que era comum Valmir ter convidados em casa*”.

Nos dois casos percebe-se que os personagens selecionados para tecerem comentários sobre as vítimas são seus supostos vizinhos. Além disso, o discurso nos dois casos nos remete à uma descrição estereotipada da vida pregressa da vítima, pelo fato de ser homossexual e, além disso, como sua conduta se exercia. É evidente que ao produzir tal matéria o processo de construção das informações perpassa por uma seleção daquilo se entende enquanto relevante o que conseqüentemente acabam por forjar verdades.

Não é casual acentuar tal descrição da vítima, à medida que se compreende que o outro é construído a partir de determinado ponto de referência, o “eu” e que determina como o “outro é”. Contudo é

importante frisar que esta construção da personalidade, do caráter e da conduta do “outro”, não é resultado de uma individualidade, mais de um processo social, que constroem tais identidades sociais, sejam elas positivas ou negativas.

Os discursos sobre a personalidade, identidades sociais, valores morais e o caráter tem enquanto dispositivos aqui verificados a sexualidade. Neste processo de construção social, emergem os discursos de “naturalidade e normalidade” que correspondem à negação das sexualidades desviantes, caracterizadas enquanto imorais, criminosas e anormais.

Destarte, não basta apenas defini-las é preciso a reiteração de sua posição na sociedade, ao equipará-la ao padrão já existente. Este padrão se constrói socialmente, a partir de concepções judaico-cristãs, de uma moral burguesa. Pois, “nas relações de poder a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, podendo servir de ponto de apoio e de articulação as mais variadas estratégias” (FOUCAULT, 1976, p.114).

É desse modo que as sociedades vão se organizando, sobre o comando de “verdades” que emergem de diferentes instituições. Verdades que são produzidas e reproduzidas nos espaços de relações sociais, que se materializam a partir de uma prática discursiva que pode ser inteiramente violenta como o dizer a verdade do vizinho em tom de denúncia pública daquele que não seguia o roteiro moral preestabelecido.

É importante frisar que ao decorrer de toda a coleta das matérias jornalísticas o termo homofobia somente apareceu somente uma vez no título de uma notícia publicada no dia 14 de janeiro de 2012 pelo jornal impresso A Crítica, correspondente ao seguinte excerto: “Homofobia. A vítima seria travesti e fazia programas sexuais

na área” o que demonstra a ausência de formação dos jornalistas locais em tratar a discussão, haja vista que o termo homofobia, a pesar de desde a década de 1980 ser reivindicado pelo movimento social e reconhecido pelo poder público em 2004, sua populariza ocorre no ano de 2011, a partir da maior visibilidade de diversos eventos e temas afeitos às sexualidades dissidentes por parte do poder público e do movimento social LGBT.

Passemos a verificar de que maneira se articulam as relações de hierarquia sexual e os aspectos de exclusão que se constituem a homofobia demarcadas nas relações de saber-poder. Um dos casos é revelador da homofobia familiar.

Uma adolescente de 17 anos de idade matou o próprio irmão, o estudante Gerson Soeiro de Carvalho, 19, com pelo menos uma facada no estômago durante discussão ocorrida dentro da residência da família (A CRÍTICA, 06/04/12, homicídio 13).

O enunciado acima é demonstrativo de que a homofobia se manifesta nas diferentes esferas da vida social dentre elas a família, primeiro espaço de sociabilidade do indivíduo, também é o primeiro que deixa suas marcas físicas e simbólicas, a homofobia ultrapassa os laços afetivos e consanguíneos. Após uma discussão, segundo informações de vizinhos, iniciada por conta de um pedaço de pão, Gerson foi atingido com uma facada no abdômen, por sua irmã uma adolescente de 17 anos que teria tentado separar a briga de Gerson com outro irmão.

A homofobia familiar se materializa em conflitos e exclusões, por vezes, chega ao extremo do homicídio, intencional ou não, como ocorreu com Gerson. A matéria apresenta alguns indícios desta modalidade de homofobia, seja pelos valores religiosos ou pelos padrões heterossexistas reproduzidos no seio familiar. De acordo com a matéria os vizinhos afirmaram que *“a família era muito religiosa e não aceitava a ‘opção sexual’ de Gerson que era homossexual*



*assumido, por este motivo, ele vivia afastado da família e, quando se reunia sempre ocorriam brigas entre os irmãos mais velhos” (A CRÍTICA, 06/04/12, homicídio 13). Logo, parece notório que a motivação do conflito interfamiliar em relação ao estudante, deve-se por este reconhecer-se enquanto não heterossexual, sendo renegado por sua família, sustentada por valores tradicionais religiosos, intolerantes à orientação sexual do jovem.*

Na produção do enunciado, ora exposto, se reconhece duas posições sugestivas para as reais motivações do homicídio. Uma seria o enunciado da matéria em que se diz: *“discussão por um pedaço de pão teria iniciado a briga na qual a adolescente de 17 anos, golpeou e acabou matando familiar”*. Outra em contrapartida é apontada também como fator responsável por desencadear tal trama, descrito na matéria da seguinte forma: *“a família era muito religiosa e não aceitava a ‘opção sexual’ de Gerson que era homossexual assumido”* o que se mostra como importante demarcador da discriminação nas relações intrafamiliares perpetradas por “valores religiosos”.

Materializam um padrão normativo (heterossexual) das relações afetivo-sexuais, que se sustentam a partir de ensinamentos religiosos, e que extrapolam os liames da liberdade do outro como direito. Até mesmo, defronta-se com um princípio filosófico defendido por religiões como o cristianismo, qual seja, o livre arbítrio, como condição humana, reconhecendo a possibilidade das pessoas traçarem suas escolhas e direcionar suas vontades da maneira que os lhe satisfaçam.

No tópico final da matéria encontra-se o seguinte enunciado: *“os vizinhos não acreditam que a irmã teve a intenção de matar. ‘Foi um acidente, com certeza. Por mais que eles vivessem brigando, acho que ela não queria matar o irmão”*. Apesar da confirmação dos vizinhos das constantes brigas entre os irmãos e da segregação familiar sofrida por Gerson devido sua orientação sexual, ainda assim

o periódico ressalta os laços consanguíneos enquanto justificativa para não intencionalidade do homicídio por parte da irmã, também evidenciada nas falas dos vizinhos, em uma tentativa de ameniza a suposta motivação do crime, ou seja o fato de Gerson assumir sua homossexualidade publicamente.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sexualidades dissidentes, apesar de passarem por um doloroso processo de resistência e atualmente assumirem uma posição de mais visibilidade se comparado a épocas anteriores, ainda confrontam-se com os limites de sua liberdade em vivenciar suas práticas afetivas e sexuais, valores, religiosidade e posições políticas, as quais são restringidas por determinados discursos hegemônicos.

Por vezes, vistos enquanto “subcidadãos”, não possuem consensualmente os mesmos direitos sociais que os heterossexuais. Sendo estigmatizados em suas vivencias sexuais e sociais, pois trazem no bojo histórico de sua sexualidade, um caráter marginalizado.

Mesmo diante da visibilidade pública das sexualidades não heterossexual em busca de reconhecimento quanto à sua vida social e sexual, ainda existem paradigmas que os colocam em patamar de desigualdade. Ao deparar-nos com determinados discursos moralizantes e estigmatizantes que constroem personagens a partir de estereótipos, que tentam desqualificar sua vida pregressa, percebe-se a necessidade de tal reflexão.

Constatou-se que apesar dos modernos mecanismos de sutileza discursiva os jornais ainda continuam a patologizar e a criminalizar as sexualidades *desviadas* da heteronormatividade compulsória, dentre os procedimentos ressalta-se o expurgo do corpo feminino lésbico como concorrência ao prazer do macho heterossexual, a

hierarquização demarcadas entre cliente e michês nas relações sexuais, e o preconceito agravado por demarcadores socialmente desprestigiados, nas relações familiares e sociais, os discursos jornalísticos analisados apontam para a justificável morte das vítimas, constituindo-se enquanto estratégia que escamoteia a violência da heteronormatividade enquanto expressão da biopolítica empreendida pelo Estado, em que uns merecem viver e outros são deixados à míngua para morrer.

Por fim, ao analisar os enunciados das matérias jornalísticas, se conclui que não se trata de prender-se ao aparente de um dado acontecimento, mas verificar as articulações de construção dessas informações, e percebê-las enquanto práticas discursivas constituídas por relações de saber-poder.

## REFERÊNCIAS

BORRILLO, Daniel. *Homofobia e crítica de um preconceito*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL, **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2011 e 2012**. Brasília, 2013.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “**Tá lá o corpo estendido no chão...**”: a **Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro**. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 16(2):233-249, 2006 233

FISCHER, Rosa Bueno. **Trabalhar com Foucault**: arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos V. Ética, sexualidade e política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros de Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade – I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. Guilhaon de Albuquerque. RJ: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France, (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: v. I: A vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France, 1973-1974**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da. **Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004**.

GGB, Grupo Gay da Bahia. **Relatório Anual de Assassinatos a Homossexuais (LGBT): o ano de 2010, 2011 e 2012**. Salvador, 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas**. Disponível em <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07\\_junqueira.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf)>. Aces. em 27 de mai. 2012.

LACERDA, Paula. **O drama encenado: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca**. 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamento e reflexões**. São Paulo: Intermeios, 2012.

PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAMOS, Silvia. CARRARA, Sérgio. **A constituição da problemática da violência contra homossexuais:** a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. In: PHYSIS: Revista Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2006.

PAMPLONA, Renata Silva. **O kit Anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual. Dissertação de Mestrado.** Ufscar, São Paulo, 2012.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades:** a hierarquia da invisibilidade. São Paulo, Cortez, 2012.

## “RELIGIÃO NÃO SE DISCUTE?”: DECIFRANDO A CONSTRUÇÃO DOS PAPEIS SOCIAIS ENTRE JOVENS DE ESCOLA PÚBLICA EM SÃO VICENTE/SP A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO<sup>1</sup>

Vanessa Renata de Almeida

### RESUMO

Este estudo com jovens compreendeu a adolescência/juventude enquanto um período da vida propício para construção da autonomia em relação à família e palco de experimentações afetivas e sexuais, constituindo-se numa fase decisiva para a consolidação de uma rede de significações em torno dos gêneros e sexualidades. Dentre os múltiplos determinantes que condicionam as relações de gênero e os significados imputados ao “ser homem” e “ser mulher”, a religiosidade constitui-se numa instância importante da vida que regula as relações sexuais e de gênero. Nesse sentido, a presente pesquisa se propôs a compreender como jovens e adolescentes de uma escola pública na Área Continental de São Vicente, a partir de suas próprias trajetórias de vida e de suas religiosidades, atribuem significados ao “ser homem”, ao “ser mulher”, às relações afetivas e à sexualidade no intuito de contribuir com as políticas públicas voltadas para a juventude. O procedimento utilizado para coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas com sete moças e um rapaz entre 15 a 18 anos, sendo seis jovens evangélicas/os e dois sem adesão institucional a comunidades religiosas. Entre os resultados, chama atenção a importância que a religiosidade assume na vida dos/as jovens, bem como algumas especificidades da vulnerabilidade dos/as jovens evangélicos/as entrevistados/as ao HIV/AIDS/DST, associados à ideia de que a opção por manter a virgindade até o casamento e o relacionamento com uma só pessoa funcionariam como mecanismos de proteção. Com a análise realizada foi possível compreender que para as e os jovens possam, de fato, ter acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, além da necessidade dos programas voltados para a saúde sexual e reprodutiva contar com o seu protagonismo, é essencial que as políticas públicas trabalhem de maneira articulada nos territórios onde estão inseridas/os e as/os considerem enquanto sujeitos autônomos capazes de gerir a própria vida afetiva-sexual.

**Palavras-Chave: Religião. Educação Pública. Gênero.**

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado a partir do relatório final da pesquisa “Gênero e Religiosidade: decifrando a construção dos papéis sociais entre jovens da Área Continental de São Vicente” financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período de agosto de 2013 a julho de 2014, na modalidade de Iniciação Científica (IC).

## 1 INTRODUÇÃO

O campo dos estudos de gênero se define historicamente nos marcos da recusa do determinismo biológico que fixa a condição de “ser homem” ou “ser mulher” na diferença sexual que se restringe ao sexo biológico. A noção de “gênero”, portanto, se distingue de “sexo” por compreender que as significações e designações atribuídas ao sexo biológico são produtos históricos e culturais. Em outros termos, construções sociais de “feminilidades” e “masculinidades” que hierarquizam as relações sociais e de poder entre homens e mulheres. Compreendemos que a utilização do gênero como categoria de análise torna-se importante porque implica na desnaturalização das desigualdades entre os sexos e permite-nos refletir acerca da diferença no processo de socialização de moças e rapazes que se materializa no desempenho de distintos papéis sociais relacionados à inserção dos sujeitos em contextos políticos e socioculturais.

A adolescência/juventude, entendida enquanto um período da vida propício para construção da autonomia em relação à família e palco de experimentações afetivas e sexuais, constitui uma fase decisiva para a consolidação de uma rede de significações em torno da sexualidade e dos papéis de gênero, determinante para a afirmação de características, qualidades e potencialidades no processo de constituição da subjetividade dos sujeitos (HEILBORN, 2012). Considerando a importância que a escola possui nesse processo de socialização das/os jovens, privilegamos esta instituição para o desenvolvimento do nosso estudo.

Dentre os múltiplos determinantes que condicionam as relações de gênero e os significados imputados ao “ser homem” e “ser mulher”, entendemos que a religiosidade dos sujeitos é um aspecto importante da vida. Rosado-Nunes (2005) aponta a relevância da religiosidade como instância reguladora das relações sexuais e de gênero e enfatiza que o universo religioso abriga, explícita ou

implicitamente, ideias que estabelecem e delimitam os papéis “masculinos” e “femininos”, considerando que o “[...] fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não humana, não histórica, e, portanto, imutável e indiscutível” (ROSADO-NUNES, 2005).

Segundo os dados do IBGE no Brasil apenas 7,4% da população declara-se sem religião (Dados do Censo 2010), demonstrando que a adesão religiosa está presente em parte significativa da população. Mesmo entre os que se dizem sem religião é possível encontrar algum traço de religiosidade, sendo esta entendida como algo que não é da dimensão humana e/ou terrena, e sim “[...] algum tipo de atitude referencial específica, voltada para ‘outro mundo’ ou ‘outra dimensão’ [...]” (MACHADO, 2006). O domínio religioso parece ser, portanto, muito importante na formação e regulação das relações sociais e no significado atribuído a estas relações, incluindo as relações de gênero.

Segundo dados do Boletim Epidemiológico das DST/AIDS de 2011, no Brasil houve um aumento da infecção na população de 13 a 24 anos, e verificou-se a feminização da epidemia na faixa etária de 13 a 19 anos. (WIESE; SALDANHA, 2011, p. 107). Dados que demonstram a necessidade de identificar os elementos determinantes da vulnerabilidade as DST/AIDS/Hepatites Virais entre jovens e adolescentes para a elaboração de estratégias que garantam, de fato, o direito a promoção da saúde sexual e prevenção a infecção por HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Na presente pesquisa que se propôs a compreender como jovens e adolescentes, inicialmente da Zona Noroeste da cidade de Santos, a partir de suas próprias trajetórias de vida e de suas vivências da religiosidade, atribuem significados ao “ser homem”, ao “ser mulher”, às relações afetivas, e à sexualidade, tomou-se a “vulnerabilidade” como um aspecto a ser compreendido enquanto dimensão resultante de um conjunto de características dos contextos



político, econômico e socioculturais que ampliam ou diluem o risco individual ou de um grupo ao processo de adoecimento, comportando três dimensões: individual, programática e social (BUCHALLA, 2002; BARBOSA, 2003).

Parker e Camargo (2000) chamam a atenção para a conexão entre pobreza e vulnerabilidade ao HIV/AIDS/DSTs, bem como para o acirramento desta conexão após as ofensivas neoliberais. Desta forma, a adolescência e juventude são marcadas e constituem-se também a partir do contexto de exclusão. Assim, a Zona Noroeste do município de Santos foi definida inicialmente como o contexto a ser investigado pela nossa pesquisa porque apresenta-se como umas das regiões mais marcadas pela vulnerabilidade social na cidade de Santos.

No entanto, não foi possível entrevistar as/os estudantes de escolas estaduais da Zona Noroeste de Santos. Dentre as cinco escolas estaduais visitadas neste território, quatro recusaram nossa solicitação e uma escola, apesar de permitir a realização do estudo, não autorizou a realização de entrevistas com estudantes interessadas/os durante o horário de aula, único momento indicado pelos/as mesmos/as como possível para participar da pesquisa.

Deste modo, recorreremos a uma estudante da Unifesp que trabalha como professora em uma escola estadual, localizada na Área Continental de São Vicente, para acessar estudantes do Ensino Médio e consultá-los/as a respeito do interesse de participação na pesquisa, já que a mesma se ofereceu para dialogar com a diretoria da escola, facilitando nossa entrada no local. Opção que não ocasionou nenhum prejuízo aos objetivos do estudo, uma vez que a Área Continental de São Vicente também se trata de uma região marcada pela vulnerabilidade social e só foi considerada após esgotamento da possibilidade de realizar em Santos em função da recusa e do tempo decorrido.

Observou-se que a não autorização para a realização do estudo pela diretoria das escolas visitadas, na maioria dos casos, estava relacionada com a proposta de investigação de questões ligadas à sexualidade, evidenciando que a temática da sexualidade não era considerada como apropriada para ser tratada com moças e rapazes e que, nesse sentido, as/os jovens consideradas/os como sujeitos irresponsáveis para administrar sua vida afetivo-sexual, bem como a sexualidade juvenil tida como não legítima. Fato pelo qual foi determinante contar com a ajuda de uma pessoa inserida no quadro de trabalhadoras/es de uma escola que já detinha a confiança da direção e da coordenação para realizar a pesquisa.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

Foi desenvolvido um estudo de cunho qualitativo junto a adolescentes e jovens estudantes de uma escola pública na Área Continental de São Vicente. O procedimento utilizado para coleta de dados foi a realização de oito entrevistas semiestruturadas com jovens entre 15 a 18 anos, sendo seis jovens evangélicas/os e dois sem adesão institucional à comunidades religiosas. As entrevistas foram gravadas em áudio após a autorização das/os jovens e posteriormente transcritas integralmente.

Os/as dezenove estudantes que se mostraram interessados/as em participar da pesquisa foram identificados/as durante apresentação do estudo em onze salas do 2º e 3º Ano do Ensino Médio da escola estadual. Eram quinze moças e quatro rapazes interessados/as e das oito entrevistas realizadas em função de desistências, sete foram com moças e uma com um rapaz<sup>2</sup>.

---

2 Antes de iniciarmos as entrevistas semiestruturadas foi apresentado aos/às voluntários/as um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para que as/os adolescentes e jovens concordassem com a participação no estudo a partir do conhecimento sobre a pesquisa e sobre seus direitos ao longo da sua participação.

Para a análise, que parte do material bibliográfico levantado, foram consideradas todas as etapas do estudo e utilizados todos os registros feitos a partir do contato direto com as escolas visitadas durante as interações realizadas com as/os estudantes na apresentação da pesquisa e no agendamento das entrevistas. O material de campo principal foi a transcrição das oito entrevistas que foram submetidas à técnica de análise temática de conteúdo (MINAYO, 2004). Os temas elencados para a realização da análise temática foram: “aproximação da comunidade religiosa/religiosidade”, “significados atribuídos aos papéis de gênero”, “relações afetivo-sexuais” e “saúde sexual e reprodutiva”.

A Tabela 1 apresenta uma caracterização das/do entrevistadas/o a partir dos dados coletados durante a realização das entrevistas.

**Tabela 1.** Entrevistados/as caracterizados por pertencimento religioso, sexo, idade, orientação sexual, raça/cor, condição de trabalho<sup>3</sup>

Nome	Pertencimento/Adesão Religiosa	Sexo	Idade	Orientação Sexual	Raça/Cor	Escolaridade	Trabalho
Helena	Assembleia de Deus	F	15	Heterossexual	Negra	2º Ano - Ensino Médio	Não
Caroline	Renovação em Cristo	F	16	Heterossexual	Parda	2º Ano - Ensino Médio	Não
Jéssica	Assembleia de Deus	F	17	Heterossexual	Negra	3º Ano - Ensino Médio	Não
Aracê	Mundial do Poder de Deus	F	16	Heterossexual	Branca	2º Ano - Ensino Médio	Sim
Rafael	Sem adesão institucional	M	18	Heterossexual	Branco	3º Ano - Ensino Médio	Sim
Antônio	O Santuário da Gração	F	15	Heterossexual	Pardo	2º Ano - Ensino Médio	Não
Mariana	Renovação em Cristo	F	16	Heterossexual	Parda	2º Ano - Ensino Médio	Não
Érika	Sem adesão institucional	F	17	Heterossexual	Parda	3º Ano - Ensino Médio	Sim

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 RELIGIOSIDADES DAS/OS JOVENS ENTREVISTADAS/OS E CONTEXTOS DA APROXIMAÇÃO A COMUNIDADES RELIGIOSAS

Das/os oito jovens religiosas/os entrevistadas/os, seis se identificavam como evangélicas/os e dois acreditavam em Deus, sem, no entanto, ter adesão institucional a alguma comunidade. Entre aqueles/as com adesão, cinco pertencem a igrejas pentecostais e um/a

Para estudantes com idade inferior a 18 anos também foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os/as responsáveis.

<sup>3</sup> Foram utilizados nomes fictícios para garantir o sigilo dos/as participantes.

a uma igreja neopentecostal (Igreja Mundial). Dos/as dois jovens que declararam não possuir nenhuma religião, uma foi socializada pela família no Candomblé e o outro em “berço católico”<sup>4</sup> desde que nasceram.

Natividade (2005) assinala que a motivação para conversão à religião evangélica advém de razões distintas, como decepção amorosa ou problemas no âmbito familiar, associadas geralmente a situações-limite ou períodos de crise que levam a superação do sofrimento e recuperação da autoestima e, nesse sentido, a adesão religiosa se constitui em um momento de descoberta de um novo sentido para a vida a partir da interiorização de outros valores que são incorporados na conformação da subjetividade e através da construção de uma nova identidade que permita ao sujeito se reconhecer enquanto escolhida/o de Deus. O autor ainda ressalta que “[...] por tematizar fortemente o sofrimento, igrejas pentecostais se tornam atrativas, uma vez que todo milagre pode ser alcançado pela conversão.” (NATIVIDADE, 2005, p.270).

No que diz respeito à adesão religiosa, três jovens afirmaram que são evangélicas “desde que nasceram”, uma vez que esta sempre foi a religião partilhada pela família de origem, e duas dessas jovens destacaram que se afastaram da religião e recentemente resolveram retornar, uma delas em uma congregação diferente da anterior, “[...] como num processo de (re)conversão [...]” (SILVA et al., 2008, p. 686). Outras três jovens que não se aproximaram da religião evangélica através do pertencimento religioso compartilhado pela família, afirmaram que a experiência da conversão também é recente e se deu após a morte de entes queridos, de uma decepção afetiva ou através do convite de amigas feitas nas redes sociais para conhecer determinada comunidade religiosa. É importante destacar que duas dessas jovens foram socializadas no catolicismo por suas mães.

---

4 No presente texto serão sempre empregadas aspas para se referir a termos extraídos das falas literais dos/as entrevistados/as.

O fato de três jovens entrevistados/as socializados/as pela família no catolicismo aderirem a comunidades evangélicas ou ao grupo dos/as sem religião traz para a análise o processo de mudança no quadro das tradições religiosas brasileiras, destacado por vários/as autores/as que sinaliza a progressiva redução do número de católicas/os e o expressivo aumento do grupo de evangélicos/as e dos/as sem religião (MACHADO et al., 2010), especialmente entre os jovens (ROHDEN; GRAVAD, 2005).

### 3.2 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AOS PAPEIS DE *GÊNERO*

Souza (2004) destaca que embora na sociedade atual coexistam mecanismos plurais de construção das subjetividades e que o poder da religião seja relativizado, deixando de se constituir no “centro organizador das relações sociais” (SOUZA, 2004, p. 124), os sistemas simbólicos religiosos atuam de maneira importante na constituição das subjetividades humanas e ainda que assistimos a perda de poder das religiões nas sociedades secularizadas, a religiosidade continua a ser uma esfera importante no que diz respeito a construção dos papéis de gênero.

Nos discursos das jovens evangélicas entrevistadas, ao serem indagadas a respeito do que significa ser homem e ser mulher, reconhecem que “ser homem” e “ser mulher” é muito diferente tanto em termos de pensamento como nas experiências concretas, e reiteram haver maior facilidade em ser homem, ao tempo em que consideram que ser mulher é tido como mais complicado. Sugerem que esta é uma determinação que aparece inscrita, inclusive, na natureza, uma vez que foram utilizadas referências aos incômodos da menstruação e do sofrimento associado à primeira relação sexual e ao nascimento do primeiro filho para justificar as complexidades de ser mulher. Essa percepção se diferencia moderadamente no discurso dos/as jovens que declararam não ter adesão institucional a nenhuma comunidade

religiosa: o único jovem entrevistado afirma que existem poucas diferenças entre homens e mulheres e que ambos podem assumir as mesmas responsabilidades, variando apenas o sexo; e a outra jovem afirma que cada pessoa tem uma forma diferente de pensar, independente de ser mulher ou de ser homem, e que, nesse sentido, não é possível ter uma definição precisa do que é ser homem e do que é ser mulher.

Todos/as os/as entrevistados/as reconhecem que para os homens é muito mais fácil exercer a sexualidade, com exceção de duas jovens. Aparece também nos discursos o fato do homem ser pressionado para perder a virgindade, enquanto que, para a mulher, a virgindade é valorizada.

Há uma valorização das pretensões supostamente femininas calcadas no amor e na idealização de uma família, em detrimento do envolvimento em relações sexuais apenas por prazer ou pelo desejo de ficar com um rapaz considerado bonito pelo grupo de pares, bem como foram feitas críticas a moças que se relacionam com vários rapazes e que fazem uso de roupas que mostrem seus corpos de forma considerada desapropriada, ou seja, se igualando ao comportamento dos homens:

Porque as meninas de hoje, por mais que você fale que não, estão se estragando...pra caramba [...] Não que ir pra balada não seja legal, pô. Não, é legal, mas tem que moderar meu. Ficar com vinte? [...] E com uma roupa se mostrando toda? Não que não seja bonito um decote, um short, mas mostrar tua bunda? [...] É bonito tu mostrar pouco, não tanto, entendeu? (Antônia, 15 anos, Igreja O Santuário da Oração)

### 3.3 RELAÇÕES AFETIVA-SEXUAIS

Das/os jovens entrevistadas/os a maioria estava envolvida em relações afetivas: quatro moças estão namorando, uma está noiva, uma

está casada e um rapaz e uma moça estão sem namorar. Todos/as mostraram-se muito envergonhados/as quando se fazia indagações a respeito de como compreendiam as relações sexuais.

Espontaneamente, as/os entrevistadas/os falaram se já tinham se iniciado sexualmente, com exceção do único rapaz entrevistado. Das sete, duas eram virgens. Mariana se considera virgem e opta por não manter relações sexuais antes do casamento, tal como outras duas jovens, Caroline e Antônia, também evangélicas, que apesar de já terem tido experiências sexuais, também fizeram esta opção desde a (re)conversão no âmbito de comunidades evangélicas. Caroline e Antônia salientaram que a escolha em não manter relações sexuais até o casamento é partilhada por seus parceiros também evangélicos.

As motivações que as moças elencam para se iniciar sexualmente ou voltar a praticar relações sexuais somente no âmbito do matrimônio estão relacionadas, principalmente, às experiências de seus/suas líderes religiosos/as, também jovens, que esperaram até o casamento para manter relações sexuais ou aos demais frequentadores/as da comunidade religiosa que fizeram a mesma escolha e na atualidade conservam um bom relacionamento; às escrituras bíblicas que não permitem o sexo antes do casamento e à concepção de que a relação sexual é algo que Deus criou, ou ainda, um “presente de Deus” que não pode ser desperdiçado com qualquer pessoa, e sim compartilhado com o indivíduo “prometido” que Deus colocaria nas suas vidas “na hora certa, no momento certo, no lugar certo”, ou seja, após o casamento. A ideia de “momento adequado” para iniciação sexual é tido como princípio que norteia as condutas sexuais das jovens e aparece também no discurso de outras jovens evangélicas que vivenciam experiências sexuais e na fala de Érica, que não possui adesão institucional a nenhuma comunidade religiosa.

Caroline e Antônia mencionaram que embora sintam “vontade” de manter relações sexuais com seus parceiros tentam se

controlar durante as trocas de carícias para cumprir a “promessa” que fizeram ou para não pecar. Embora sejam evangélicas e reconheçam que de acordo com a doutrina de suas comunidades religiosas o sexo só seja permitido depois que o casamento seja oficializado, Helena, Jéssica e Amanda relativizam esse princípio religioso nas suas vivências cotidianas:

[...] a religião evangélica diz que sexo é só depois do casamento, mas...eu ainda sou virgem e eu não penso tipo em... em casar...eu não quero casar, então vai ocorrer fora do casamento né, porque nada a ver uma coisa com a outra eu acho. (Helena, 15 anos, Igreja Assembleia de Deus)

Igual eu falo pro meu Pastor, Deus deu o livre-arbítrio pra todo mundo fazer o que quiser! [...] Tá lá na bíblia: “te dei o livre-arbítrio pra fazer o que quiser, a não ser me adorar” [...] Deus te conhece o seu coração. Não o que você tá usando, ou o que se tá...[...] tudo tem um porquê. Deus vai saber o porquê você tá conversando sobre aquilo, tá fazendo aquilo. Que nem, tipo assim, eu tive relação [sexual] com uma pessoa...Deus sabe porque eu fiz aquilo, eu não preciso estar explicando pra ninguém porque eu fiz. Entendeu? Acho assim... (Amanda, 16 anos, Igreja Mundial do Poder de Deus)

Eu acho que é uma coisa [a religião] que não influencia muito [nas relações afetivas e sexuais]. Uma coisa que eu não penso muito, assim...(Jéssica, 17 anos, Igreja Assembleia de Deus)

Contudo, conforme aponta Duarte ainda que as pesquisas apontem para “[...] uma gestão da vida privada relativamente independente dos ditames religiosos, mesmo durante períodos de intensa adesão” (DUARTE, 2005, p. 156), assinalando a possibilidade dos sujeitos religiosos dialogarem ou construírem interpretações pessoais acerca da doutrina partilhada no interior de uma congregação, segundo esse mesmo autor “[...] sempre há um ônus psicológico a enfrentar na contravenção dos dogmas e preceitos” (*idem*), “ônus” que parece fazer parte, de alguma forma, do cotidiano das jovens que mantém relações sexuais fora da formalização do matrimônio:

Minha religião? **Eu sou pecadora na minha religião** porque eu tive relação sexual sem o vínculo...sem um vínculo na religião, porque sou evangélica, se tem que



casar, se tem tudo...Minha amiga, ela não tem relação sexual com nenhum homem, porque ela tá ali no espírito santo, na nossa religião, no caso [...] (Amanda, 16 anos, Igreja Mundial do Poder de Deus)

Nos discursos de duas entrevistadas, a homossexualidade foi abordada espontaneamente, e fica perceptível que trata-se de um ponto tênue. Também na primeira parte das entrevistas, que visava obter dados de caracterização das/os entrevistadas/os, ao se perguntar aos/às jovens a respeito de sua orientação sexual, algumas das respostas obtidas foram “normal” para se referir à heterossexualidade e, em alguns casos, a resposta “gosto de homem” ou “sou heterossexual” veio acompanhada de expressões de riso e estranhamento estampadas nos rostos.

Uma das jovens entrevistadas revelou ser vítima de violência por parte do namorado que se encontrava preso no período em que foi realizada a entrevista. Segundo ela, as ameaças são feitas principalmente pelo telefone e ela não procura ajuda em delegacias ou serviços de Assistência Social porque têm medo deste rapaz descobrir, medo de ser culpabilizada pelos/as profissionais que supostamente conversariam com ela caso buscasse auxílio e também medo da situação do namorado se complicar ainda mais perante o Código Penal:

[...] Hoje ele me ameaça, não me deixa em paz. Entendeu? [...] Ele fala se eu ficar com outro cara ele me mata, ele me bate. Cê entendeu? Há três anos ele foi meu primeiro homem, tipo assim, tirou a minha virgindade. Ele foi especial pra mim, mas assim, é tantas coisas ruins que ele já fez que acabou...O meu amor acabou. Eu tô com ele só por medo [...] se eu for ignorante com ele, ele começa a falar “Você vai pra escola? Eu vou mandar gente te pegar no caminho” Entendeu? E fica me aterrorizando, entra no meu psicológico. E a situação é mais feia ainda porque como que eu vou prejudicar uma pessoa que já tá presa? [...] Cê acha que eu não já pensei em delegacia e tudo? Como falar pra alguém que eu tô conversando com o cara no telefone se ele tá preso, aí que vai ser complicado [...] Se eu for na delegacia falar assim “ó, ele tá me ligando lá da cadeia, me atormentando, me oprimindo...”, vão falar pra mim “porque você atende ele então?” Se acha que não? [...] Que nem as vezes eu

falo “ah eu não amo o Alex”, por tudo que ele já me fez, ele foi uma pessoa boa [...] E eu não imagino a minha vida afetiva daqui pra frente, assim, eu tenho dezesseis anos, eu sou nova, sabe? (Amanda, 16 anos, Igreja Mundial do Poder de Deus)

Em alguns trechos da entrevista realizada com Amanda, percebe-se que a religiosidade também orienta suas interpretações e decisões no que diz respeito à violência que a oprime, configurando, assim, uma esfera de acolhimento para essa jovem que contribui tanto na sua decisão de não procurar ajuda em outras instâncias – uma vez que Amanda diz “entregar tudo nas mãos de Deus” – quanto na responsabilidade que atribui a si mesma pela situação, considerando que em outros momentos da entrevista sublinha que conheceu seu ex-namorado num “baile”, local que não considera apropriado após a sua conversão, e que no contexto em que o conheceu possuía condutas inapropriadas diante dos valores apoiados na religião evangélica da qual hoje é adepta, afirmando que “se naquela época tivesse a cabeça que tem hoje nunca teria se envolvido com o namorado”.

### 3.4 SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Também foi possível vislumbrar na singularidade do contexto investigado “[...] a forma espontaneísta e pouco reflexiva do exercício da sexualidade [...] [na] cultura sexual brasileira” (KNAUTH et al., 2006, p. 400) a partir de discursos pautados na ideia de que não adianta planejar a primeira relação sexual, concepção que não favorece a adoção de medidas que previnam a aquisição do HIV/Aids, demais doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de uma gravidez não planejada:

[...] minhas amigas que não são virgens fala assim não adianta você planejar como que vai ser porque vai acontecer quando você menos esperar [...] eu acho que acontece do nada....acredito, não acredito que tem que planejar não. (Helena, 15 anos, Igreja Assembleia de Deus)

Embora as falas dos/as jovens sejam estruturadas também em torno da preocupação em relação às DST, percebe-se que a grande preocupação dos/as jovens está na gravidez não planejada, pois o risco de uma doença sexualmente transmissível aparece como distante de suas realidades. É possível aferir este fato também pela forma como organizam suas falas: quanto se trata de DST, as frases são proferidas sempre na terceira pessoa do singular ou do plural, e em relação à gravidez não planejada, as/os jovens utilizam-se mais da primeira pessoa do singular para organizar seus discursos. No entanto, afirmam que o advento de uma gravidez em suas vidas não seria tão ruim se comparada a possibilidade de infecção pelo HIV ou outra DST.

As noções de que a manutenção de relações sexuais com uma só pessoa ou a conservação da virgindade até o casamento associada à religiosidade, que perpassam o conteúdo das entrevistas, sugerem que funcionam como mecanismos de proteção para esses/as jovens e, por isso, indicam para vulnerabilidade individual e social ao HIV/DST dos/as jovens religiosos/as inseridos/as no contexto escolar investigado:

Eu me preocupo...Tanto é que **antes de eu entrar na igreja**, eu tinha muito medo de perder a virgindade, ficar com alguém que tinha...tem doenças né. Então eu sempre pensei muito que quando eu fizesse eu ia usar sempre camisinha [...] **tem pessoas que se desviam aí vão pro mundo faz e volta com doença porque pegou quando saiu da Igreja**. Ou grávidas, essas coisas. Falam sobre isso, às vezes em palestras da Igreja, explicam sobre isso. (Mariana, 16 anos, Igreja Renovação em Cristo)

A maioria dos/as jovens entrevistados/as referiram a escola como o local principal de divulgação de informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, seguida das orientações que receberam no âmbito doméstico por suas mães ou pais, de conversas com amigas/os e colegas e de informações recolhidas na internet e na televisão. As disciplinas em que a sexualidade foi abordada de alguma forma foram:

Biologia, Sociologia, Filosofia e Atividades Complementares. Todas/os as/os estudantes afirmaram que a temática da sexualidade já foi abordada de alguma forma na escola, destacando a inexistência de um planejamento estratégico para abordar esse tema com todos/as os/as jovens do Ensino Médio e que só discutiram a temática da sexualidade em sala de aula de maneiras pontuais, pela iniciativa individual de um/a professor/a ou porque o assunto “surgiu”. Uma moça afirmou que nunca presenciou na escola demonstrações acerca do uso correto de preservativos e duas estudantes criticaram as estratégias pedagógicas de algumas/alguns docentes que privilegiam o medo em detrimento do diálogo:

[...] a minha professora de Biologia passou, só que ninguém presta atenção na aula dela, [...] ela era muito ignorante pra explicar uma coisa, era assim: “Você tem que entender...”, ela falava bem assim, “...que se você fazer sexo sem camisinha, você vai pegar uma doença!” Então, não é aquele tratamento decente que você tem que ter com adolescente, entendeu? [...] Ela queria pressionar, sabe? Pressionar pra pessoa ficar com aquele peso [...] O que falta nessa escola é um bom diálogo e sobre a sexualidade. Que não é tanto. (Caroline, 16 anos, Igreja Renovação em Cristo)

Todas/os as/os jovens afirmaram ter gostado de participar das atividades que enfocaram a discussão das relações sexuais, até porque uma parcela significativa disse que não tem abertura para falar sobre isso em casa e uma jovem evangélica afirma a necessidade de se inserir na matriz curricular do Ensino Médio um espaço que permita ao/a jovem a garantia de acesso ao conhecimento de métodos contraceptivos que previnam a gravidez não planejada e doenças sexualmente transmissíveis, considerando que nem todos/as os/as jovens discutem essas questões com seus/suas responsáveis.

Quando se perguntou às jovens evangélicas se se discutia em suas congregações religiosas algo a respeito das doenças sexualmente transmissíveis estas afirmaram que não porque no contexto religioso não são permitidas relações sexuais antes do casamento e, desta forma, se pressupõe que os/as jovens não façam sexo, portanto, nessa

concepção, não é considerado necessário discutir estratégias de prevenção as DST/HIV/Aids.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se compreender a religiosidade “[...] não em uma perspectiva nominalista linear, mas no sentido amplo de ‘visão de mundo’ estruturante [...]” (DUARTE, 2005, p. 139) que se presentifica nas trajetórias dos sujeitos por meio de complexas ressignificações engendradas no contexto de suas experiências concretas. Ainda que a religiosidade se constitua numa instância reguladora das relações sexuais e opere de maneira importante na consolidação dos papéis de gênero, com o processo de secularização “cada vez menos [...] [ela assume] a força de injunções absolutas e intangíveis” (BOZON, 2004, p. 57) na vida dos indivíduos. Seguindo essa reflexão, Duarte aponta que “[...] ao mesmo tempo em que cada religião continua a aspirar a moldar as pessoas à sua maneira de ser, cada vez mais pessoas parecem acreditar que devem escolher a religião melhor adaptada à ‘maneira de ser da pessoa’” (2005, p. 171), uma interpretação que contribui para o entendimento da forma como as/os jovens que participaram do estudo vivem sua religiosidade.

Os significados atribuídos ao “ser homem”, ao “ser mulher” e às relações afetiva-sexuais pelos/as jovens nessa pesquisa, se revelaram em alguns momentos mais aproximados, em outros mais distanciados “do conteúdo doutrinário das diferentes denominações” (DUARTE, 2005, p. 139), como referido anteriormente, e foram elaborados em torno de composições singulares da crença religiosa e do contexto sociocultural no qual as/os jovens estavam inseridos/as, bem como a partir de “[...] valores e comportamentos oficialmente ‘laicos’ ou, pelo menos, ‘não confessionais’” (*idem*) difundidos nos discursos a que as/os entrevistadas/os tiveram acesso nos seus

percursos de vida, se destacando nas falas um discurso colado à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de gravidez não planejada quando se fazia referência às relações afetiva-sexuais.

Considerando que “[...] o sucesso dos programas de [promoção de saúde sexual, saúde reprodutiva e] prevenção das DST/Aids depende do diálogo com os sujeitos nos termos de sua vida cotidiana e de seu cenário sociocultural.”(SILVA et al., 2008, p. 685), este estudo constituiu-se num esforço de contribuir com as políticas públicas voltadas para a juventude a partir do contato com os sentidos que a sexualidade e as relações de gênero assumem, a partir da religiosidade, nas vivências de jovens desta escola pública da Área Continental de São Vicente. Uma iniciativa ínfima diante da necessidade de compreensão da “[...] diversidade de modos sociais de existir [...]” (HEILBORN. 2005, p. 40) das juventudes, que aponta para a urgência de realização de novos estudos.

Entre os resultados que podem ser considerados na formulação de programas voltados para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, apontamos algumas especificidades da vulnerabilidade dos/as jovens evangélicos/as entrevistados/as ao HIV/AIDS/DST, associados à ideia de que a opção por manter a virgindade até o casamento e o relacionamento com uma só pessoa funcionariam como mecanismos de proteção que os/as diferenciariam dos/as jovens “do mundo” e os/as manteriam mais protegidos/as. Cabe destacar também que todas/os as/os jovens evangélicas/os ou que acreditam em Deus assinalaram a necessidade de estratégias educativas direcionadas à prevenção, especialmente na escola, um dado que aponta caminhos possíveis no que tange à interação entre a religiosidade das/os entrevistadas/os – aqui entendida como a ressignificação que as/os entrevistados fazem dos conteúdos doutrinários das comunidades religiosas a que pertencem – e as práticas de prevenção e promoção no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, se estas, é claro, dialogarem com a forma como os/as

jovens religiosos/os compreendem e vivenciam as relações afetiva-sexuais.

Embora a escola se constitua no principal meio de divulgação de informações sobre métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis entre os/as entrevistados/as, percebe-se, através dos relatos das/os jovens, que as temáticas de gênero e sexualidade ainda enfrentam tabus e resistências no contexto escolar e que a abordagem da sexualidade, quase sempre é vinculada à disciplina de Biologia e restrita ao estudo do sistema reprodutor feminino e masculino e ao conhecimento das DST e dos métodos contraceptivos, não se colocando na pauta da discussão as diferentes posições que homens e mulheres ocupam na hierarquia de gênero que, por sua vez, incidem no âmbito das relações afetiva-sexuais, onde as moças, por exemplo, tem menos poder para exigir o uso do preservativo

quando comparada aos rapazes. Tampouco se faz referência, em sala de aula, ao debate da diversidade sexual que poderia diminuir possíveis episódios de discriminação e violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT).

Cabe-nos também sublinhar que as recusas e o silêncio, tão presentes no trabalho de campo que fizemos e na narrativa dos/as estudantes quando se referem à abordagem da temática de sexualidade no contexto escolar, dizem muito nesse campo de pesquisa, e nesse sentido, quando as escolas ou as/os professoras/es optam por não discutir determinadas temáticas, geralmente relacionadas à sexualidade, tentando se colocar numa posição de ‘neutralidade’, acabam por disseminar valores e posicionamentos, apropriados pelas/os estudantes, que reiteram a visão do senso comum que concebe a sexualidade enquanto mera determinação do âmbito privado, numa postura que enseja negar a dimensão social e política que a perpassa.

Ainda entre os aspectos que podem ser considerados na formulação de programas voltados para a saúde sexual e reprodutiva de jovens a partir dos resultados da pesquisa, notamos nas entrevistas com estudantes que há diferenças entre o processo de assimilação de informações e o processo de apropriação de conhecimentos que dialoguem com suas realidades. Quando a abordagem da temática da sexualidade é desvinculada da dimensão do prazer e da realidade vivenciada pela pluralidade das/os jovens, a análise indica que estas/es assimilam informações que não necessariamente cabem nos cenários socioculturais nos quais experienciam a sexualidade.

Faleiros aponta que as instituições sociais, por meio da oferta de políticas públicas, assumem “os custos sociais globais da reprodução da força de trabalho” (1993, p. 34), ocupando um espaço político nas relações entre o Estado e a sociedade civil que assegura a reprodução da força de trabalho e o controle social das massas, garantindo a hegemonia da classe economicamente dominante, por meio de “canais institucionais” (FALEIROS, 1993, p. 36) que canalizam as pressões e demandas da classe oprimida através da oferta de mínimos sociais que apaziguam as relações entre capital e trabalho. No entanto, o mesmo autor vislumbra no caráter contraditório das políticas sociais possibilidades de enfrentamento ao sistema capitalista, na medida em que as mesmas políticas públicas que operam na manutenção da ordem social vigente, garantem direitos aos indivíduos facilitando o

“[...] acesso da população ao saber sobre elas mesmas e aos recursos disponíveis [...] [que em última instância possibilitam] uma reapropriação [ainda que parcial e precária] dos excedentes retirados da população e o acesso ao poder, produzindo efeitos políticos [...]” (*ibidem*, p. 55).

Assim, compreendendo a saúde sexual e reprodutiva e os direitos a ela relacionados como o “[...] poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez,



educação dos filhos, saúde ginecológica e atividade sexual; e recursos para levar a cabo tais decisões de forma segura” (CÔRREA; PETCHESKY, 1996, p. 3), para que as e os jovens religiosas/os possam, de fato, ter acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, além de ser necessário que os programas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva contem com o protagonismo destas/es nas suas formulações, é essencial que as políticas públicas de saúde, educação, habitação, assistência social trabalhem de maneira articulada nos territórios onde as moças e os rapazes estão inseridas/os e as/os considerem enquanto sujeitos autônomos capazes de gerir a própria vida afetiva-sexual.

#### REFERÊNCIAS

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARBOSA, Regina Maria. **Um olhar de gênero sobre a epidemia de Aids**. Berquó, ES. Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas, São Paulo, 2003

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em jun. 2012.

BUCHALLA, Cássia Maria; PAIVA, Vera. Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. **Revista Saúde Pública**. Vol. 36 no. 4 suppl. São Paulo; Agosto 2002.

CORREA, Sonia and PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis* [online]. 1996, vol.6, n.1-2, pp. 147-177.

DUARTE, Luis Fernando Dias. *Ethos Privado e Justificação Religiosa*. Negociações da Reprodução na Sociedade Brasileira. In: **Sexualidade, Família e Ethos Religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 137- 176.

FALEIROS, V. P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza; Equipe Gravada. Uniões precoces, Juventude e Experimentação da Sexualidade. *In: Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 39-59.

\_\_\_\_\_. Maria Luiza. **Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência**. *Psicol. clin.* [online]. 2012, vol.24, n.1, pp. 57-68.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, família e individualismo**. *In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; HEILBORN, Maria Luiza; Lins de Barros, Myriam M.; PEIXOTO, Clarice (orgs.). Família e religião*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2006.

\_\_\_\_\_. Maria das Dores Campos; PICCOLLO, Fernanda Delvalhas; ALVES, Andrea Moraes;

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Introdução. *In: Religiões e Homossexualidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 13-36.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269p.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade Masculina e Experiência Religiosa Pentecostal. *In: Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 247-272.

PARKER, Richard and CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2000, vol.16, suppl.1, pp. S89-S102.

ROHDEN, Fabíola. Religião e Iniciação Sexual em Jovens de Camadas Populares. *In: Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 177-205.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e Religião. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13 no.2. Florianópolis; Maio/Agosto 2005.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; SANTOS, Alessandro Oliveira; LICCIARDI, Daniele Carli, PAIVA, Vera. **Religiosidade, Juventude e Sexualidade: Entre a autonomia e a rigidez**. *Psicologia em Estudo*. Vol.13 no.4. Maringá, Paraná. Outubro/Dezembro 2008.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, Volume 12, N. Especial, setembro/dezembro/2004

WIESE, Iria Raquel Borges; SALDANHA, Ana Alayde Werba. **Vulnerabilidade dos adolescentes às dst/aids: ainda uma questão de gênero?**. *Psic., Saúde & Doenças* [online]. 2011, vol.12, n.1, pp. 105-118.

## DE QUEM É O CORPO? A HOMOAFETIVIDADE E O REGIONALISMO UNIVERSAL EM *MEU TIO TÃO SÓ*

José Humberto dos Santos Santana  
Larissa do Nascimento Oliveira  
Islan Bispo de Oliveira

Se um homem se deitar com outro homem, como se deita com uma mulher, ambos praticaram uma coisa abominável. Devem ser condenados à morte. Seu *sangue* cairá sobre eles (**Lev. 20:13**)<sup>5</sup>.

(...) discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio *sangue* (**Judith Butler**. In: PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera, 2002, p. 4).

### RESUMO

O presente trabalho se propõe discutir, à luz da trama do conto *Meu tio tão só*, de Antônio Carlos Viana, inserido na obra *O meio do mundo e outros contos*, publicada em 1999, o modo como o corpo, supostamente, homossexual do personagem Bau é “enxergado” pela masculinidade hegemônica, bem como o modo como tal corpo é construído e controlado pelas normas regulatórias impostas pela sociedade heteronormativa contemporânea. Para tanto, trabalharemos com Butler (2000) e Louro (2000). Este conto narra a trajetória de isolamento, medo, solidão e angústia de Tio Bau, um “solteirão” que, segundo a perspectiva das pessoas com as quais convivia em uma cidade do interior (ou em um povoado), era um homossexual que não tinha coragem de “assumir” publicamente sua identidade de gênero. Não suportando as pressões sociais (a discriminação, a marginalização e o escárnio por parte da sociedade), tal personagem suicida-se. Além disso, este estudo procura observar, com base nos postulados de Araújo (2008) e Chiappini (1995), como ocorre a transposição do regionalismo “pitoresco” na referida narrativa.

**Palavras-Chave: Homoafetividade. Corpo. Literatura.**

---

5 É o terceiro livro do Antigo Testamento da Bíblia, contém 27 capítulos e está situado entre o Livro do Êxodo e o de Números. Faz parte do Pentateuco, os cinco primeiros livros bíblicos, cuja autoria é, tradicionalmente, atribuída a Moisés. Recebe essa denominação porque contém a Lei dos sacerdotes da Tribo de Levi, a tribo de Israel que foi escolhida para exercer a função sacerdotal no meio do seu povo. Além disso, trata-se de um livro de caráter legislativo, pois possui, em seu texto, o ritual dos sacrifícios, as normas que diferenciam o puro do impuro, a lei da santidade, o calendário litúrgico e outras normas e legislações que regulariam a religião.

## 1 INTRODUÇÃO

O Ocidente, nesses últimos quatro mil anos da história humana, propagou com sangue, pedras, fogo e cruces a crença de que o amor e o erotismo entre pessoas do mesmo sexo constituíam o mais vil, sórdido e desonesto pecado, e que, por conta dele, Deus castigava a humanidade com epidemias, inundações e terremotos. Hoje, embora confiáveis pesquisas multidisciplinares assegurem que a homoafetividade (conjunto de ações, relações e situações praticadas entre pessoas do mesmo sexo) não constitui “doença, desvio e transtorno sexual”, muitos cristãos que se consideram “iluminados” e “guardiões da moral” ainda atribuem a proliferação de doenças, sobretudo das sexualmente transmissíveis, ao castigo divino contra a revolução sexual, contra a normalidade da homoafetividade e a união estável (casamento) entre pessoas do mesmo sexo, corroborando, desse modo, o perpetuamento das abominações do Levítico, reforçadas pelo rigor incendiário da Santa Inquisição, que condenava à morte os amantes homoafetivos (MOTT, 2006).

Na literatura brasileira, a maior parte dos textos literários (do período Barroco, com alguns poemas satíricos de Gregório de Matos (1636-1696) ao Naturalismo, com *Bom-Criolo* (1895), de Adolfo Caminha (1867-1897)), também retratam a temática da homoafetividade sob um viés moralista, religioso, estereotipado e preconceituoso, consonante aos contextos históricos e socioculturais em que foram produzidos. Esses textos tratam as relações homoafetivas como “pecado”, “vício”, “doença”, “distúrbio”, “perversão”, “redução da personalidade aos instintos animais”, logo cumprem a função de gerar o riso na sátira, articulando humor e preconceito, bem como a de denegrir e diminuir a masculinidade daqueles em quem a sociedade<sup>6</sup> heteronormativa (conjunto canonizado

---

6 Durkheim define sociedade como um conjunto de regras e normas, de padrões de conduta, pensamentos e sentimentos existentes não só na consciência individual, mas também na coletiva, bem como postula que tais normas são estabelecidas

de regras, ações, relações e situações praticadas entre pessoas de sexos opostos) fixa o rótulo de “homossexual”. Nesse sentido, este estudo se propõe discutir, à luz da trama do conto *Meu tio tão só*, de Antônio Carlos Viana<sup>7</sup>, inserido na obra *O meio do mundo e outros contos*, publicada em 1999, o modo como o corpo, supostamente, homoafetivo do personagem Bau é “enxergado” pela masculinidade hegemônica<sup>8</sup>, em uma cidade do interior ou em um povoado, possivelmente, do Estado de Sergipe, bem como o modo como tal corpo é construído e controlado pelas normas regulatórias impostas pela sociedade heteronormativa contemporânea.

Este conto narra a trajetória de isolamento, medo, solidão e angústia de *Tio Bau*, um “solteirão” que, segundo a perspectiva das pessoas com as quais convivia, era um homoafetivo “incubado”, ou seja, um *gay* que não tinha coragem de “assumir” publicamente sua identidade sexual

ou gênero. Não suportando as pressões sociais (a discriminação, a marginalização e o escárnio por parte da sociedade), tal personagem suicida-se: enforca-se em um cajueiro.

---

por leis que regem os fenômenos sociais e que instituem nos indivíduos valores e referências independentemente de sua vontade. Weber, em contrapartida, defende a ideia de que a sociedade é tecida nas relações sociais, portanto os padrões, convenções e regras são constituídos e transformados nas relações estabelecidas entre indivíduos. Sendo assim, as normas estão relacionadas às motivações e ao sentido que os indivíduos atribuem às suas ações em relação ao outro com quem interagem (TOMAZI, 2000).

7 Nascido em Aracaju – SE, é tradutor e professor universitário. Publicou três coletâneas de contos: *Brincar de manja* (Cátedra, 1974), *Em pleno castigo* (Hucitec, 1981) e *O meio do mundo* (Libra & Libra, 1993).

8 A masculinidade representa não um tipo determinado de homem, mas uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas. Nesse sentido, não consiste em uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos; são configurações de práticas realizadas na ação social e organizadas em relação à estrutura das relações de gênero. As masculinidades hegemônicas existentes empiricamente podem ser analisadas em três níveis: a) local: construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas; b) regional: construídas no nível da cultura ou do estado-nação, portanto são simbolicamente representadas por meio da ação recíproca de práticas masculinas locais específicas que têm significância regional; e c) global: construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267).

Será que a morte, o isolamento e o silêncio são os únicos meios de os homoafetivos lutarem contra as violências moral, psicológica, simbólica<sup>9</sup> e física as quais estão submetidos? Contra a exclusão e violação de seus direitos? Será que o extermínio de seus corpos constitui um dos meios a que a masculinidade hegemônica aderiu para se proteger da homoafetividade, uma vez que enxerga os corpos dos indivíduos que se relacionam afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo como abjetos<sup>10</sup>, anátemas e “anomalias”? Objetivando discutir o modo como esses estereótipos relacionados aos corpos homoafetivos são, socialmente, construídos e propagados, trabalharemos com Butler (2000) e Louro (2000).

O conto *Meu tio tão só* é narrado *in medias res* (inicia-se com a notícia do enforcamento de Bau na beira de um rio) por um narrador testemunha: o sobrinho do protagonista (uma criança que “está descobrindo as coisas do mundo”, ou seja, aquilo que é aceito e o que não é aceito pela sociedade heteronormativa; aquilo que tal sociedade valoriza e o que desvaloriza, marginaliza e, muitas vezes, extermina, por considerar uma ameaça aos seus padrões regulatórios; e perdendo, conseqüentemente, a inocência infantil).

Sendo assim, conhece-se a trama por meio do ponto de vista de uma criança que narra a morte, o velório e o sepultamento do tio; o desespero e sofrimento da mãe ao ver o irmão morto “com a língua de fora, os pés suspensos no ar” (p. 26) e dependurado em um galho de cajueiro; as ações, o desdém e os comentários maldosos que a sociedade tece acerca do comportamento do protagonista; o modo

---

9 O conceito de violência simbólica descreve o processo pelo qual a classe que domina impõe sua cultura aos dominados. Essa violência se expressa através da imposição legítima e dissimulada da cultura dominante e da interiorização involuntária desta pelos membros da cultura dominada. Desse modo, o dominado, uma vez que não se percebe como vítima desse processo, não se opõe ao seu opressor, ao contrário, o oprimido considera a situação “natural” e inevitável (BOURDIEU, 2007, p.12).

10 O abjeto designa precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito (BUTLER, 2000, p. 153).

como esta enxerga o corpo do tio: “as mulheres raspavam olho por certa parte do corpo dele, cochichavam entre si e depois engoliam a risada” (p. 28); sua angústia, ao testemunhar a crueldade dos membros da sociedade em que ele também está sendo inserido; sua aversão ao “olhar” social: “por isso mesmo que nunca tive coragem de entrar nu nas águas do rio com os outros meninos” (p. 28), e ao estereótipo de masculinidade hegemônica estabelecido: quanto maior o pênis, maior a masculinidade do indivíduo; bem como a atroz constatação de que, desde a infância, somos educados a seguir rigidamente certos padrões no que diz respeito à nossa sexualidade.

Tendo em vista que o super-regionalismo constitui uma tendência que se nutre da tensão dialética entre o local (gosto pela expressão local e pelo sentimento do exótico) e o universal (ARAÚJO, 2008), tendência essa marcada pelo refinamento técnico que transfigura as regiões e subverte os contornos humanos, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade (CANDIDO, 1987), este trabalho também procura descrever, com base nos postulados de Araújo (2008) e Chiappini (1995), como se dá a transposição do regionalismo “pitoresco” no referido conto.

## **2 GÊNERO, SEXO E MATERIALIZAÇÃO DOS CORPOS**

A sexualidade consiste em uma construção sócio, política e cultural formada a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades” (LOURO, 2000, p. 8), portanto sujeita a relações de dominação (CARVALHO, 2004, p. 1). Segundo Foucault (1993), trata-se de um dispositivo<sup>11</sup> histórico (preocupado com as

---

11 Conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT,

sensações do corpo e a qualidade dos prazeres) constituído de quatro conjuntos estratégicos que produzem técnicas móveis de poder sobre o sexo, com o objetivo de controle da população, a saber: histerização do corpo da mulher (intensa análise do corpo feminino), pedagogização do sexo da criança (controle da sexualidade infantil, considerada, ao mesmo tempo, natural e perigosa), socialização das condutas de procriação (em âmbito econômico e médico) e psiquiatrização do prazer perverso (isolamento dos instintos sexuais patológicos, a partir da classificação das condutas sexuais como normais e patológicas, a fim de medicá-los e normalizá-los).

Sendo assim, as múltiplas e distintas identidades sexuais e de gênero constituem os sujeitos ao passo que são interpelados a partir de diferentes situações, discursos, instituições e agrupamentos sociais. Reconhecer-se em uma identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência. Como somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes, tais identidades (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural.

De acordo com Carvalho (2004, p. 1), gênero é a construção histórica, social e cultural das diferenças baseadas no sexo. Trata-se de um conceito relacional, uma vez que masculinidade e feminilidade se definem por mútua oposição, inscrevendo-se numa relação de poder. Nesse sentido, o conceito de gênero ratifica que biologia não é destino, que ninguém é naturalmente homem ou mulher, masculino ou feminino, pois estes significados são socialmente construídos através do processo educacional que molda as identidades de sexo e gênero. Consequentemente, a construção e as expressões da masculinidade e da feminilidade são variáveis e plurais no espaço (conforme a classe

---

1993, p. 244). São estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles, portanto um dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre ligado, no entanto, a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam (ibid., p. 246).



social, religião, etnia, região) e no tempo (conforme a época histórica e a fase da vida individual).

Para Bourdieu (1999, p. 23), o gênero consiste em uma estrutura de dominação simbólica, pois os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação de poder em que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. Nesse sentido, a diferença biológica entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros. Sendo assim:

As diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, que condensa duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 1999, p. 23; 33).

As diferenças de sexo e gênero integram um conjunto de oposições – um sistema de relações homólogas e interconectadas: sobre/sob, fora/dentro, alto/baixo, aberto/fechado, ativo/passivo, vazio/cheio, úmido/seco, branco/negro, dia/noite, sol/lua, céu/terra, direito/esquerdo, masculino/feminino – que têm significado antropológico e cosmológico. Essas oposições se inscrevem nas estruturas objetivas e cognitivas: apresentam-se em estado objetivado nas coisas, em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. A experiência do mundo social – a percepção da concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas – legitima a apreensão das arbitrárias divisões do mundo social como naturais, evidentes, ou seja, legitima a conversão da arbitrariedade social em necessidade da natureza (BOURDIEU, 1999, p. 17-22).

Essa diferenças de sexo e gênero são, portanto, produto de um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social exercido sobre os corpos e as mentes, um trabalho histórico de des-historicização, que inverte a relação entre as causas e os efeitos, e permite ver uma construção social naturalizada (os gêneros como *habitus*<sup>12</sup> sexuais), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade, mas também da representação da realidade (BOURDIEU, 1999, p. 9-10).

O sexo, de acordo com Butler (2000, p. 151-152), é um dos principais fatores que transformam, através das dinâmicas sociais de construção, corpos físicos em corpos sociais. Consiste em um ideal regulatório que produz e governa os corpos, ou seja, que demarca-os, circula-os e diferencia-os. Sendo assim, o sexo não constitui uma condição estática do corpo, mas uma construção ideológica forçadamente materializada através do tempo pela atuação de normas regulatórias impositivas. Como a materialização do sexo é produzida através da reiteração forçada dessas normas, tal materialização nunca se completa e os corpos nunca se adaptam completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta.

Essas normas regulatórias trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos, e, sobretudo, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. Para Butler (op. cit., p. 152-153), a reformulação dessa materialidade está relacionada

---

12 O conceito de *habitus* refere-se ao sistema de disposições adquiridas no processo de socialização primária. Consiste em uma capacidade cognitiva socialmente constituída, um sistema de esquemas de percepção, pensamento, apreciação e ação, produto da internalização dos princípios de um arbitrário cultural (BOURDIEU, 1999). São sistemas de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual, especialmente do corpo, sujeito à inércia (resistência física à modificação de seu estado de movimento). Os *habitus* de gênero são, portanto, fruto da educação informal, de um trabalho pedagógico psicossomático de nomeação, inculcação e incorporação que se inicia no processo de socialização infantil e continua através de variadas e constantes estratégias educativas de diferenciação, no mais das vezes implícitas nas práticas de vários agentes e instituições como a família, a igreja, a escola e os meios de comunicação (CARVALHO, 2004, p. 1).

à remodelação da matéria dos corpos como efeito de uma dinâmica do poder; ao entendimento da performatividade não como o ato pelo qual o sujeito traz à existência e aquilo que ela ou ele nomeia, mas como poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange; à construção do sexo não como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos; ao modo como se percebe o processo pelo qual uma norma corporal é assumida, apropriada, adotada: vê-la não como algo que se passa com um sujeito, mas como o sujeito (o “eu” falante) é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir uma sexualidade; e a uma vinculação desse processo de “assumir” uma sexualidade com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações. Na medida em que se compreende o sexo em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização das normas regulatórias, pois o sexo não é simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é; ele é uma das normas pelas quais o alguém simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

Visto que os corpos ganham sentido socialmente, os membros de uma sociedade constroem seus corpos objetivando o enquadramento na masculinidade ou na feminilidade, ou seja, tentam moldar e usar seus corpos para estar em conformidade com sua cultura ou com as expectativas de um determinado grupo étnico racial em relação ao modo como deve ser o corpo de uma mulher, o corpo de um homem, o de uma menina ou de um menino. Este entendimento nega as singularidades dos corpos, com suas diferentes formas físicas, tamanhos, forças e fraquezas (LORBER e MARTIN, 2001). Sendo assim, quando o corpo de uma pessoa contradiz as convenções sociais em relação ao peso, à altura, à forma ou à sexualidade, a sociedade em

que ela está inserida considera-a uma pessoa sem autocontrole e autorrespeito. Em contrapartida, as pessoas, cujos corpos cumprem as convenções, são admiradas, valorizadas e elogiadas, uma vez que alcançaram os ideais a serem seguidos.

A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, (...) pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 9).

Tendo em vista que os corpos são governados por normas regulatórias que têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que é legitimamente considerado como um corpo viável, a materialização do sexo pela atuação das referidas normas considera desprezíveis e deformados os corpos homoafetivos, pois, uma vez que a estrutura heteronormativa promove a heterossexualidade como a única sexualidade natural, normal e pura, os membros de tal estrutura enxergam o homem (ou mulher) que apresenta o gênero feminino (ou masculino) com repugnância (PRECIADO, (s/d)). Nesse contexto, ignora-se e desrespeita-se o desejo do sujeito, como se sua identificação ou fala sobre si mesmo não importasse o suficiente para que ele próprio pudesse ter agência em escolher livremente seus parceiros, a partir de sua identificação de gênero.

### 3. O CORPO DE TIO BAU E AS PRESSÕES SOCIAIS

No conto, o corpo de tio Bau, uma vez que não se adequa à estrutura heteronormativa imposta pela sociedade, é legitimamente considerado:

- i. um corpo que pesa:

Nunca pensei que galho de cajueiro fosse tão forte a ponto de aguentar um corpão como o do meu tio. Se ele tivesse pensado bem, não teria se arriscado tanto (p. 26) / Cinco ficaram aguardando para amortecer a queda, porque segurar o corpo de tio Bau ninguém ia conseguir mesmo. Quando o do alto cortou a corda, foi um baque só (p. 27) / Já mais calma, foi chamar uma carroça (p. 27) / Era mesmo uma galha muito forte, capaz de aguentar um outro corpo que não fosse ainda tão pesado como o dele (p. 28).

ii. um corpo que não vale a pena proteger:

Quem arriou o corpo dele foi um grupo de homens. Um subiu no cajueiro, os outros dizendo: ‘cuidado pra não quebrar a cara dele’, ‘vai ser a primeira vez que ele vai cair por cima’, como se o morto fosse um cachorro sem dono (p. 27) / Tio Bau não tinha um pé de pessoa a quem recorrer em suas horas de crise (p. 26) / Veio um monte de mulher pra costurar a mortalha feita de pano ruim, que de tão rala dava pra ver o outro lado (p. 27).

iii. um corpo que não vale a pena prantejar:

Houve um começo de riso e as pessoas foram se afastando até só restar eu e minha mãe (p.27) / O resto da tarde foi uma festa só (p. 27) / Na ausência de minha mãe, elas ficavam só falando porcaria, contando histórias de tio Bau... (p. 28) / O enterro foi muito animado, o povo falando coisas cabeludas, agora sem mais nenhuma cerimônia. Tiravam graça com tudo o que era menino, perguntando qual deles era o verdadeiro viúvo (p. 28) / (...) cortejo foi minguido e na hora mesmo de cobrir o caixão só tinha eu, minha mãe e o coveiro (p. 28) / (...) a gritalhada da janela ainda foi maior (p. 28).

Considerando que as práticas corporais produzem corpos que seu grupo social considera adequadamente “masculino” ou “feminino”, o corpo de Bau, uma vez que não se enquadra no modelo de masculinidade hegemônica, é considerado um anátema, um corpo abjeto (corpo cuja vida não é considerada vida e cuja materialidade é entendida como não importante), deformado: “Correu a história que ele tinha uma “piroquinha” de criança que não metia medo nem em moça donzela” (p. 28). Como tal estrutura considera a heterossexualidade como a única sexualidade natural, normal e pura, a sociedade enxerga Bau (um homem que, supostamente, apresenta o gênero feminino) com desprezo: “Quando chegamos lá, tinha um

mundo de gente olhando tio Bau com a língua de fora, os pés suspensos no ar” (p. 26); e escárnio: / “(...) ‘vai ser a primeira vez que ele vai cair por cima’” (p. 27)” / “(...) tio Bau não podia sair à rua sem ver um cortejo de meninos atrás dizendo um monte de safadeza (p. 27).

Embora a sociedade insinue que o protagonista é homoafetivo, por meio de alusões com conotação sexual, como: *tinha piroquinha de criança* (de acordo com os estereótipos socialmente construídos, os homoafetivos têm, geralmente, pênis pequeno, uma vez que se acredita que, quanto maior o pênis, maior a masculinidade), *seria a primeira vez que ele iria cair por cima* (de acordo com a ideologia heteronormativa, os homoafetivos, em uma relação sexual, sempre se posicionam abaixo do “parceiro”. Esse posicionamento *em cima/embaixo* está relacionado, respectivamente, às noções de *atividade/passividade* nas interações sexuais, noções essas que definem, segundo Parker (2000, p. 131), a identidade sexual do sujeito, portanto o fato de Bau, de acordo com os membros da comunidade, posicionar-se passivamente, em suas relações sexuais, consiste em uma alusão à sua suposta homoafetividade) e *tinha mania de chamar menino pra dentro de casa e depois dava a eles as melhores goiabas* (na região Nordeste, especificamente no estado de Sergipe, o vocábulo goiaba, além de referir-se à fruta, também se refere, conotativamente, ao “ânus (alusão com conotação sexual), logo pode-se inferir que o protagonista dava goiabas (frutas) aos meninos que adentravam sua casa, tinha relações sexuais com estes ou que as goiabas (frutas) eram a forma de pagamento das relações sexuais com os meninos), ressalva-se que não se pode chegar à conclusão de que Bau realmente é gay porque os fatos são narrados em primeira pessoa por um narrador testemunha cujo ângulo de visão é periférico (narra-se somente aquilo que o narrador conseguiu observar ou testemunhar), e, sobretudo, porque são narrados por uma criança cuja perspectiva é restrita: narra apenas o que consegue enxergar e os comentários

“maldosos” que a sociedade tece acerca do comportamento e da sexualidade do tio.

Como a produção eficiente da masculinidade heterossexual depende da separação obrigatória de genitalidade e analidade (PRECIADO, (s/d)), o fato de Bau dá goiabas aos meninos (considerando que o termo goiaba, em Sergipe, também pode referir-se alusivamente ao ânus) denota uma transgressão da lógica heteronormativa, protestando contra um modelo de masculinidade hegemônica em que a prática sexual anal é tida como desviante (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013). O fato do protagonista depilar-se: “Tio Bau não tinha nem um fio de cabelo nem no peito nem no rosto” (p. 28) também se mostra como uma prática transgressora da masculinidade, pois o ato da depilação geralmente é atribuído ao sexo feminino, embora muitos homens heterossexuais já o tenham aderido.

Com base nas evidências supracitadas, percebe-se que o protagonista, sendo ou não homoafetivo, foi julgado, discriminado, ridicularizado pela sociedade heteronormativa: “(...) todos ali tinham culpa em cartório, que não tinha um só que não tivesse um dia atirado uma pedra em tio Bau” (p. 27), e condenado à solidão (o próprio título revela esta condição de Bau: “Meu tio tão só”) como se não tivesse (caso fosse *gay*) o direito de escolher seu(s) parceiro(s): “Tio Bau não tinha um pé de pessoa a quem recorrer nos momentos de crise (p. 26). Seus desejos foram desrespeitados e silenciados; seu corpo, que era considerado um anátema, foi visto com repugnância por não se emoldurar na estrutura heteronormativa que apregoa a heterossexualidade como a única sexualidade natural. Nesse sentido, nota-se que Bau sofreu quatro formas de violência: a moral, representada pelas agressões verbais (injúrias à sua reputação) que sofria e suportava calado; a psicológica, representada pela degradação e controle de suas ações, comportamento, desejos e sentimentos, através das constantes humilhações e do atroz isolamento ao qual

estava submetido; a simbólica, retratada na interiorização, sem contraposição, do padrão de masculinidade imposto pelos membros da cultura dominante, ou seja, da comunidade; e a física, que se reflete no suicídio (destruição de seu próprio corpo) como a única estratégia de resolução de todos os seus problemas e angústias. Nesse sentido, a morte é vista como um escape às imposições sociais (aos critérios de masculinidade exigidos aos quais seu corpo não se adequava), ou seja, como o único meio de alcançar a liberdade.

Nessa perspectiva, conclui-se que Bau se suicidou porque não suportou a solidão e porque seu corpo não se adaptou completamente às normas regulatórias: as pressões sociais que tentavam insistentemente demarcar e diferenciar seu corpo. Portanto, foram os membros da sociedade heteronormativa quem o levou à morte; foram eles os verdadeiros culpados pelo seu enforcamento. Sendo assim, a irmã de Bau agiu corretamente quando os acusou: “(...) ‘seus assassinos’, ‘seus covardes’” (p. 27).

#### **4 A TRANSPOSIÇÃO DO REGIONAL**

O regionalismo, como tendência literária tanto quanto movimento, constitui um fenômeno universal, ora mais, ora menos atuante; um processo histórico dentro do qual há continuidades e rupturas, com implicações que extrapolam os limites do sistema literário. Enquanto movimento, consiste na manifestação de grupo de escritores que, programaticamente, defendem sobretudo uma literatura que retrata uma certa região rural, em oposição aos costumes, valores e gostos citadinos, principalmente das grandes capitais. Como tendência, tem o propósito de aproximar solidariamente o leitor citadino ao homem pobre do campo, auxiliando-nos a destruir preconceitos, a respeitar a diferença e a alargar nossa sensibilidade ao descobrir, por conseguinte, a humanidade do outro de classe e de cultura (CHIAPPINI, 1995, p.154).



Impulsionada pelo gosto da descrição local (costumes, valores e linguagem típicos do homem rural) e pelo sentimento do exótico (exaltação da natureza (fauna e flora) campesina), a tendência regionalista atravessa toda a história do sistema literário brasileiro, agregando ao seu conceito noções como “localismo”, “pitoresco” e “bairrismo”. Desse modo, podemos considerar o sentimento regionalista como uma das dominantes construtivas tanto do romance romântico brasileiro quanto de momentos decisivos da formação da moderna tradição literária.

Como um fator dinâmico, a noção de regionalismo reside no campo extraliterário e se constrói historicamente, contudo tem sido imprescindível à vida literária do país, com manifestações significativas nos dois momentos decisivos da literatura brasileira: o Romantismo e o Modernismo (ARAÚJO, 2008, p. 120).

Muitas obras dessa tendência, uma vez que são estreitas, esquemáticas, pitorescas, superficiais, são condenadas ao isolamento, "ao beco". Contudo, há obras que conseguem superar tais dificuldades e adquirem, por conseguinte, o estatuto de obras-primas, ou seja, obras tão ou mais significativas esteticamente quanto qualquer romance ou conto urbano com pretensão cosmopolita. Para afirmar a universalidade de uma obra regionalista, é preciso descrever como ocorre a superação dos limites da tendência, de dentro dela mesma, pela potencialização de suas possibilidades artísticas e éticas, ou seja, é preciso que o autor crie uma linguagem que supra, com verossimilhança, a assimetria radical entre o escritor e o leitor cidadão, humanizando-o em vez de aliená-lo quanto ao tema e ao homem rural representado. Nesse sentido, para transpor o regional, a obra não pode distanciar preconceituosamente o leitor do homem do campo. Para tanto, é necessário “estabelecer pela arte uma ponte amorosa que lhe permita sair dos seus guetos citadinos, comunicando-se com e aprendendo sobre outros tantos becos deste mundo” (CHIAPPINI, op. cit., p. 155).

Embora a presença de elementos “pitorescos”, “exóticos” como: *carroça para transportar o corpo do defunto* (que simboliza ausência de industrialização (de automóveis) e pressupõe a presença de animais típicos do campo como cavalos e mulas), *cajueiro na beira do rio* (árvore típica da região nordeste, especificamente do estado de Sergipe), *goiabeira* (que pressupõe pomar), *estrada de areia quente* (que denota local sem asfalto), *buchada com fava e sarapatel* (comidas típicas da região nordestina), *mortalha costurada em casa pelos amigos e vizinhos* (costume próprio de pessoas campesinas) evidenciem que os acontecimentos do conto “Meu tio tão só” ocorrem em uma pequena cidade ou em um pequeno povoado e que as personagens são residentes no interior (lugar onde o peso dos costumes tradicionais torna mais obscura a ideia de individualidade), o autor, através da perspectiva de uma criança e de uma linguagem incisiva como uma lâmina, perspicaz que presentifica os fatos, as personagens e os sentimentos (não só os que se explicitam, mas também os que somente se insinuam em um gesto, em um olhar ou em um esboço de ideia que o próprio personagem não desenvolveu), revela ao leitor citadino que as práticas discursivas adotadas por aquela comunidade rural acerca da concepção de masculinidade são semelhantes ou iguais às defendidas e propagadas, cotidianamente, pelas masculinidades hegemônicas globais: ambas desrespeitam, rejeitam, desprezam, agridem verbal ou fisicamente, e exterminam os corpos homoafetivos. Essa revelação aproxima o leitor (independentemente de sua vontade) de um tema polêmico e universal: a tentativa de extermínio dos indivíduos que se relacionam sexualmente com pessoas do mesmo sexo praticada, diariamente, em todos os continentes e regiões do planeta, pela sociedade heteronormativa em prol da “preservação” da masculinidade hegemônica; e leva-o a refletir acerca de suas convicções em relação ao que considera masculino e feminino, bem como sobre a imposição das normas regulatórias que consideram a heterossexualidade como a única sexualidade “normal” e que marginalizam e aniquilam, conseqüentemente, os corpos dos indivíduos que não se enquadram no

estrutura heteronormativa ou que não se adaptam a materialização de tais normas.

Na medida em que esta narrativa consegue estabelecer pela linguagem uma ponte temática entre o leitor e o protagonista, transpõe as fronteiras do “pitoresco”, do “localismo, ou seja, a descrição das práticas discursivas de uma masculinidade hegemônica exclusivamente regional ou local, sai do “beco” ao qual muitas obras regionalistas estão condenadas, afirma sua universalidade e adquire o estatuto de obra-prima da literatura brasileira contemporânea.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este conto, narrado propositalmente por um indivíduo em desenvolvimento físico, mental, moral e social, portanto desprovido de preconceitos e estereótipos sociais, retira as máscaras que ocultam o verdadeiro caráter e as ações da sociedade heteronormativa, e expõe o drama (a solidão, a exclusão, a angústia, o desespero e o desrespeito) vivenciado pelos indivíduos homoafetivos. Revela que, muitas vezes, o isolamento é a única arma dos homossexuais contra o preconceito, contra a rejeição; que o sexo não consiste em uma condição estática do corpo, mas uma construção ideológica que controla os corpos; que a sociedade marginaliza e, muitas vezes, extermina os indivíduos cujos corpos não se adequam às normas regulatórias que garantem a propagação da superioridade heterossexual; que os membros da estrutura heteronormativa, uma vez que moldam seus corpos objetivando o enquadramento na masculinidade ou na feminilidade, desprezavam o homem que apresenta o gênero feminino e ignora seu desejo de escolher livremente seus parceiros; e que a morte se torna, muitas vezes, o meio a que os homoafetivos aderem para escapar das pressões sociais.

Nessa perspectiva, pode-se concluir, com base no enredo dessa narrativa, que o sexo, enquanto ideal regulador que produz e governa os corpos, é o principal responsável pela exclusão, sofrimento e extermínio dos homoafetivos. Sendo assim, precisamos reformular, urgentemente, as normas regulatórias que asseguram e propagam o modelo de masculinidade hegemônica, que despreza, desrespeita, deforma, marginaliza e aniquila os corpos homoafetivos, porque “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2012 [1988], art. 5º, p. 8), ou seja, porque estes corpos, assim como os dos indivíduos heterossexuais, têm direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança, portanto têm o direito de viver em sociedade, ser respeitado, escolher com quem se relacionar, casar-se (união civil) e constituir família.

Para tanto, precisamos enxergar os indivíduos homoafetivos como sujeitos que pensam, atuam, trabalham e consomem como qualquer outro cidadão, portanto merecem ser respeitados e valorizados; bem como criar uma nova estratégia que rompa os limites identitários impostos pela tecnologia de gênero, uma vez que esta pressupõe que todas as identidades, sexuais e de gênero, possuem papéis sociais pré-definidos; ou seja, precisamos substituir o contrato sexual centrado na heterossexualidade, *que legitima a sujeição de uns corpos sob os outros*, pelo contrato da contrassexualidade<sup>13</sup>, onde os corpos não mais se reconheceriam a si mesmos como “homens” ou

---

13 A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, mas sim o fim da natureza como ordem que legitima a sujeição de uns corpos sob os outros; é uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas têm sido inscritas nos corpos como verdades biológicas (BUTLER, 2003). Nesse contexto, trata-se de uma teoria do corpo que se posiciona fora das oposições do masculino/feminino, homo/heterossexual; que define sexualidade como tecnologia e vê os elementos diferentes do sistema de gênero/sexo como “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual” e as suas práticas e identidades sexuais como máquinas, produtos, ferramentas, aparelhos, engenhocas, próteses, chaves, leis de circulação, fronteiras, necessidades, modelos, lógicas, equipamentos, formatos, acidentes, lixo, mecanismo, esforços, re-dedicação (devoção) (PRECIADO, 2002, p.11).

“mulheres”, “masculino” ou “feminino”, “heterossexual” ou “homossexual”, *mas sim como corpos falantes* (PRECIADO, 2002, p. 10).

Além disso, é preciso promover rupturas no modo de pensar das pessoas, principalmente na fase inicial de vida, infância, a fim de que os preconceitos, quaisquer que sejam (de raça, sexo, classe), possam ser rompidos. A literatura denuncia, critica, questiona e problematiza, contudo cabe ao leitor pensar e buscar possíveis soluções.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. H. Tradição do Regionalismo na Literatura Brasileira: do pitoresco à realização inventiva. **REVISTA LETRAS**, Curitiba: Editora UFPR, v. 74, p. 119-132, jan./abr. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. **Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 36. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2012. 103 p.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In. LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 151-172.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. A educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987. In: ARAÚJO, H. H. Tradição do Regionalismo na Literatura Brasileira: do pitoresco à realização inventiva. **REVISTA LETRAS**, Curitiba: Editora UFPR, v. 74, p. 119-132, jan./abr. 2008.

CARVALHO, M.E.P. Pierre Bourdieu sobre gênero e educação. **Revista Ártemis**, João Pessoa – PB, n.1, vol. 1, dez 2004. Disponível em:

<<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/2364/2068>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

CHIAPPINI, Lígia. Do beco ao belo: dez teses sobre o regionalismo na literatura. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 153-159.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, mai. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

LOURO, Guacira. Pedagogias da Sexualidade. In: \_\_\_\_\_ (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 7-34.

LORBER, J. & MARTIN, P. Y. The socially constructed body: insights from feminist theory. In: KVISTO, Peter. **Illuminating Social Life: Classical and Contemporary Theory Revisited**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2001, p. 183-206.

MOTT, L. Homoafetividade e direitos humanos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da Sexualidade. In: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, p. 125-150.

PEREIRA, P.P.G. Body, sex and subversion: reflections on two queer theoreticians. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.12, n.26, p.499-512, jul./set. 2008

PRECIADO, Beatriz. **O Manifesto Contrassexual**. Madri: Editora Opera Prima, 2002.

\_\_\_\_\_. **Basura y Género. Mear/Cagar. Masculino/Feminino**. (s/d). Disponível em: <[www.hartza.com/basura.htm](http://www.hartza.com/basura.htm)>. Acesso em: 22 jan. 2015.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.10, n.1, Jan. 2002.

TOMAZI, Nelson D. et al. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000.

VIANA, Antônio Carlos. **O meio do mundo e outros contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

## ARCO-ÍRIS NO CAMPO: ETNOGRAFIA DA “HOMOSSEXUALIDADE” MASCULINA NO AMBIENTE RURAL

Pedro Henrique Azevedo da Silva Paiva

### RESUMO

O ambiente rural caracteriza-se por uma região não urbanizada. É o campo em contraponto com a cidade. A zona rural sempre foi classificada como um ambiente repressor e conservador, já a cidade tem como características o anonimato e a liberdade. Na lógica que a heterossexualidade é normatizada em todos os ambientes, uma comunidade campal tem enraizadas questões como o machismo e a heteronormatividade de forma mais intensa que o ambiente urbano, por conta de questões geográficas e de valores socioculturais. Contudo, existe uma alegação que em comunidades rurais há uma consumação de práticas sexuais entre adolescentes homens, ou seja, uma prática sexual gay durante a puberdade masculina. A pesquisa em tela busca comprovar a existência destas práticas “homossexuais”, bem como interpretar a dinâmica que as envolvem a fim de compreender como se performatiza a identidade social destes moços. Tendo por base a etnografia, foi realizada uma pesquisa de campo, nos moldes tradicionais da observação participante de cunho antropológico, durante três meses de intenso convívio social na comunidade camponesa Olhos Cristais (nome fictício) do município de Baraúna/RN, em que se observou toda a conjuntura expressa através do cotidiano por diversos momentos e espaços de sociabilidade. Também foram realizadas conversas individuais com quatro rapazes. Os rapazes tinham de 19 a 23 anos de idade, e através da história oral fizeram todo um resgate do aspecto estudado, no que diz respeito à vivência particular de cada um. De fato, as práticas sexuais e afetivas entre rapazes da zona rural existem e não estão concentradas apenas na adolescência, pois se expressam também até a fase adulta da vida, como foi perceptível. Pensar estas práticas é compreender um mundo de dupla face, onde o âmbito particular e o público assumem formas muitas vezes contrastantes, demonstrando um poder influente e coercitivo da sociedade no processo de construção performativa da identidade deles, em que os rapazes se moldam aos valores e costumes nativos a fim de obter uma convivência pacífica e longe de preconceitos, assumindo uma identidade às vezes contraditória, mas nunca deixando de usufruir dos variados prazeres da vida.

**Palavras-Chave: Homossexualidade. Zona Rural. Identidade.**



## 1. CAMINHOS PERCORRIDOS SOBRE O SOLO RACHADO

“Perigoso é te amar, doloroso querer  
Somos homens pra saber o que é melhor pra nós  
O desejo a nos punir, só porque somos iguais”  
(Averso - Jorge Vercillo).

Em um cenário de pouco verde e muita quentura, de uma tranquilidade inimaginável e uma tradição fervorosa enraizada nas terras, que apesar das rachaduras, são extremamente férteis, existem plantas e pessoas que vivem em plena adaptação em seu “habitat”, todas buscando a sobrevivência em meio a uma realidade tão dura. Longe de ser uma percepção preconceituosa ao denominar a zona rural como um ambiente conservador de seus valores e opressor de práticas divergentes, a afirmativa tem por base a apreensão da conjuntura cultural, social, política e econômica expressa que cristalizou uma forma de vida que deve ser seguida sem nenhum questionamento.

Em Olhos Cristais, constantemente ouve-se a declaração irrefutável: “o homem foi feito para mulher e a mulher foi feita para o homem” e toda pessoa que não seguir o “decreto soberano” será excluída, reprimida e não será vista com “bons olhos”. Na puberdade, conflituosos sentimentos nos rodeiam, e é nesta fase que os meninos de Olhos Cristais permitem-se sentir as variadas sensações possíveis, como o prazer estimulado por uma relação homossexual, desviando de algumas “raízes”, rompendo com os padrões e infringindo com a “lei”. Já próximo à fase adulta, o jovem camponês redime suas práticas “ilícitas”, pede perdão a Deus e tudo fica bem, pelo menos durante um tempo. Adaptando-se cotidianamente, este busca mecanismos que sustentem seus desejos mais profundos, um destes está fundamentado na seguinte afirmativa “ninguém deixa de ser homem porque *comeu*

um viado<sup>14</sup>”, o “comer” é importante, mas o que está além desta “comida” mostra-se bem mais instigante para a pesquisa etnográfica.

Compreendendo que em Antropologia o que as praticantes fazem é etnografia, ao entender a prática desta pode-se apreender a análise antropológica como forma de conhecimento. A análise é escolher entre as estruturas de significação e determinar sua base social, bem como sua importância. Contudo, etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante, mas é acima de tudo uma descrição densa, que condiz à descrição interpretativa e microscópica da realidade estudada (GEERTZ, 2008). Esta também pode ser percebida como uma representação do real, uma verbalização da vitalidade. Nesta lógica, assimilando toda a completude e abrangência da etnografia, utilizaremos deste método como fonte de pesquisa sociocultural e investigação científica, tendo em vista, claro, que os bons textos da Antropologia são simples e despretensiosos.

Foram realizadas em média três conversas individuais com cada rapaz, numa perspectiva dialógica, em algumas destas foi possível utilizar o gravador. Nas primeiras conversações foi possível sentir que eles estavam um pouco envergonhados, nada que o relativismo não pudesse compreender. Já nos últimos diálogos, em que existia todo um entrosamento, várias informações importantes foram coletadas e percebidas. Como por exemplo, a contrastante realidade de Olhos Cristais.

---

14 Frase dita por um jovem da comunidade, que não é um dos interlocutores, em uma roda de conversas entre homens que ocorria em uma das calçadas das residências da comunidade, ao anoitecer.

## UMA REALIDADE CONTRASTANTE: OLHOS CRISTAIS E SEUS RAPAZES

“Eles amaram de qualquer maneira, vera  
Qualquer maneira de amor vale a pena”  
(Paula e Beбето – Milton Nascimento).

Olhos Cristais é uma comunidade rural cuja fundação está datada em 1882. Segundo os moradores mais antigos, o surgimento desta se deu quando alguns caçadores que rodeavam aquelas terras avistaram uma vertente d'água jorrando do chão, tendo em vista que escassez de água é natural do clima semiárido no qual a região é comportada, aquela redondeza logo se transforma em um lugar propício a se viver, e a partir de então o povoado se compõe. Olhos Cristais encontra-se no município de Baraúna/RN, que está localizado no extremo oeste potiguar, fazendo divisa com o Estado do Ceará, sendo uma cidade de pequeno porte que tem na economia grandes empresas do agronegócio e do calcário e uma fábrica de cimento. As pessoas nativas afirmam que a comunidade surgiu primeiro que a cidade e por questões de interesse político esta foi desprivilegiada.

A comunidade Olhos Cristais, que também é chamada de sítio, atualmente tem em média 200 habitantes, distribuídos em 55 famílias, onde a maior parte da população é adulta, ou seja, corresponde à faixa de 18 a 59 anos de idade. Estruturalmente, o sítio dispõe de uma escola pública na qual funciona a primeira fase do Ensino Fundamental, duas igrejas (uma católica que faz devoção ao Santo Expedito e uma evangélica denominada Assembleia de Deus), um posto de saúde, uma “bodega” que é um pequeno estabelecimento comercial, um bar/restaurante, uma quadra de esportes, um campo de futebol, um poço com cata-vento, o olho d'água, quatro pequenas fazendas que ficam nos arredores e o povoado central. Tanto a socialização quanto a sociabilidade, são vivenciadas em vários destes cenários.

Por muito tempo a principal atividade econômica de Olhos Cristais foi a agricultura de subsistência, mas por conta de todas as transformações da sociedade contemporânea que chegam a atingir também esse contexto, estas ações assumem uma nova configuração, contendo muitas (pessoas) trabalhadoras assalariadas, as que mais se destacam são as empregadas domésticas, cuja atividade é destinada mais para as mulheres, e os trabalhos de peões, em vários segmentos atribuídos aos homens. Também existem as aposentadas e algumas servidoras públicas. Contudo, a prática da agricultura, criação de animais e caça ainda existem, mas são coadjuvantes nesta perspectiva econômica e com um caráter bem específico de consumo pessoal e familiar.

O ambiente rural caracteriza-se por uma região não urbanizada. É o campo em contraponto com a cidade. Ultimamente áreas rurais e urbanas não são facilmente identificáveis, pelo fato de uma ampla integração que vem incidindo sobre elas. No entanto algo é sabido, diferentemente da cidade que se pode vivenciar um maior anonimato e liberdade, a zona rural se caracteriza por relações sociais intensas entre todas as pessoas da comunidade que convivem diária e acentuadamente. Todas as pessoas se conhecem, não de forma superficial, mas de cunho profundo e geracional. Nas rodas de conversas, quando não se conhece a pessoa de quem se fala, é comum ouvir expressões como: “filha de fulana”, “prima de beltrana”, “neta de sicrana”, querendo atribuir de qualquer forma uma característica sobre a “desconhecida”. Quando alguém desconhecido caminha pela comunidade, isso já se torna motivo de comentários, às vezes tenebrosos, às vezes curiosos. É comum nos finais de tarde grupos de pessoas ficarem em frente às suas casas trocando uns “dedos de prosa” e é bem frequente que estas fofocem sobre quem caminha, sejam apontamentos de caráter bondoso ou malicioso, destarte, a fofoca torna-se uma forma de controle social.

Tendo em vista que a sexualidade no ocidente é transcorrida por um vivo caráter heteronormativo, características comumente conferidas ao ambiente rural como a repressão e o conservadorismo levam sexualidades, que são “divergentes” (VELHO, 2003) do contexto em tela, a uma possível migração para as cidades, que alguns autores chamaram de “diáspora gay” (MARTINS; ROSA, 2013). No entanto, tem que se ter o cuidado com “as discursividades desenvolvimentistas e heteronormativas que reproduzem a verdade não questionada de um “urbano” civilizador que deve se sobrepor a um “rural” a ser civilizado” (GONTIJO; COSTA, 2012, p. 183), devemos ser críticos a estes discursos hegemônicos. No caso da pesquisa desenvolvida, foi possível localizar a existência de algumas práticas sexuais “divergentes” em meio à comunidade rural, bem como *identidades performativamente construídas* (BUTLER, 2010) que não seguem a lógica da *heterossexualidade compulsória* (RICH, 2010), claro que não igualmente como nas metrópoles, mas de qualquer forma com toda uma dinâmica sociocultural, que este estudo buscará compreender.

## 2. ENTRE “VIADOS” E “MACHÕES”: (RE) PENSANDO AS CATEGORIAS BASILARES

“Eu ouvia a mãe dizer:  
 Ai meu Deus como eu queria  
 Que essa cabra fosse home  
 Cabra macho prá danar”  
 (Homem com H - Ney Matogrosso).

De início o objetivo era apenas comprovar a existência da consumação do ato sexual entre adolescentes através da história oral, já que os interlocutores são todos adultos. No desenrolar da pesquisa, as finalidades foram assumindo outra lógica, cujo motivo primordial para esta mudança foi a verificação que as práticas sexuais homoafetivas perpassam a fase da puberdade masculina e poderiam perdurar até os dias atuais.

Como pensar a existência da homossexualidade em uma realidade que não tem nenhum gay assumido? Em Olhos Cristais não existe nenhum gay, pelo menos declarado. Se for pensar em trejeitos femininos, existem pouquíssimos homens que detêm, no entanto todos são casados com mulheres e se autodeclaram “cabra macho”. Dos quatro rapazes estudados apenas um deles é efeminado, e este, pelo que relatou, sofreu bastante discriminação na adolescência comparado aos outros rapazes.

Em Olhos Cristais, desde a tênue infância, crianças convivem cotidianamente ouvindo expressões como viados, boiolas, baitolas, bichas, frescos, etc. todas denotando descrédito sobre quem se fala, por conseguinte contribuirá para o estigma social da categoria homossexual, “estigma é entendido como a situação da pessoa que está inabilitado para aceitação social plena” (GOFFAM, 1988). Além da questão oral, existe uma rejeição e até repúdio a essas pessoas. No campo, presenciamos falas do tipo: “não quero você andando com o viadinho de beltrana, viu?”. Esta foi uma imposição de uma mãe para seu filho em referência a um garoto gay que já morou no sítio e hoje reside na cidade e estava visitando seus parentes.

A heteronormatividade é incorporada, muitas vezes de forma inconsciente, até por crianças. Presenciou-se uma circunstância que confere esta afirmação. Um menino de três anos de idade que estava brincando com o pai, em um determinado momento pegou um objeto pontiagudo, seu pai logo tomou e em seguida o menino aos berros disse “baitola”, no sentido de querer “xingá-lo”. Claro que a criança com esta idade não sabe o que é de fato um homossexual, mas já absorveu que esta palavra é utilizada para macular uma pessoa.

Na adolescência, especificadamente entre os garotos, o uso destas palavras depreciativas é contínuo e habitual. Em todas as observações feitas nos ambientes de sociabilidade foi evidente o uso de frases do tipo: “tu é viado, é macho?”, “a bichinha de fulana”, “vá

dar esse cu, vá”, entre outras. Todas menosprezando a orientação homossexual. Desta forma é impossível conhecer alguém que se afirme como gay, sabendo o quão excludente e opressora é a realidade heteronormativa que se vive, então o mais viável se torna assumir uma identidade aceita e invisível. É intrigante pensar em um discurso de repressão tão forte ao mesmo tempo de uma prática que o opõe tão viva, aqui se aplica a dicotomia do público e do privado, onde a identidade é performatizada de acordo com o ambiente.

Isto leva a pensar sobre a proliferação de discursos sobre sexo que Foucault (2011) apresenta. Para ele, foi o próprio poder que incitou essa proliferação de discursos, através da igreja, da escola, da família, do consultório médico. Essas instituições não visavam proibir ou reduzir a prática sexual, mas o controle das pessoas. Realmente, apesar da tamanha discursividade repressora sobre os homossexuais, os atos sexuais gays não foram diminuídos, muito embora se perceba um saber/poder que repousa coercitivamente sobre todas.

Um outro ponto que deve ser discorrido é sobre a questão de gênero vivenciada no meio rural, tema bastante influente para este trabalho. “Desde o berço, meninos e meninas são submetidos a um tratamento diferenciado que ensina os comportamentos e emoções considerados adequados. Qualquer desvio é reprimido e recupera-se o 'bom comportamento'” (FRY, 1985). Na ótica que as atitudes e os comportamentos relacionados ao feminino e ao masculino são frutos de uma ética, de uma política de uma cosmologia, ou seja, são construções socioculturais,

“a divisão entre os sexos está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivo das coisas em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.” (Bourdieu, 1999; p. 17).

O machismo e o patriarcado, cotidianamente, são expressos “natural” e explicitamente em Olhos Cristais. Os garotos estão sempre na rua, praticando algum esporte ou brincadeira violenta, constantemente vão ao “mato” para pegar ou matar pássaros, em época de chuvas vão aos açudes das comunidades vizinhas, ou seja é uma vida que cultua a liberdade e a agressividade. Já as meninas levam uma vida extremamente monótona, passam boa parte do tempo realizando atividades domésticas em sua própria residência e nas casas dos familiares, raramente se vê estas brincando nas ruas. É inadmissível garotos realizarem atividades domésticas, tanto seus colegas quanto seus familiares repreenderão tal atividade. Em geral, qualquer comportamento ou atitude feminina tida por um homem será visto com rejeição, pois associam logo à homossexualidade.

A ideia de feminilidade do homem é apreendida pela sociedade como algo depreciativo. Representa uma inferiorização da condição feminina pela dominação masculina. Joaquim, o único dos interlocutores que apresenta trejeitos femininos, disse que antes era bem mais efeminado e agora se percebe bem mais viril. Para Bourdieu (1999) “a virilidade é construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construído, primeiramente, dentro de si mesmo”. Na adolescência, segundo Joaquim, por conta de sua feminilidade, algumas mães e pais proibiram seus filhos de andarem com ele, até os próprios amigos o zombavam, isso fez com que Joaquim mudasse seus comportamentos e atitudes almejando uma aceitação social, ou seja, incorporando uma *masculinidade hegemônica* (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) que neste contexto diz respeito ao “cabra macho penetrador”, seguindo assim os padrões específicos de masculinidade desta realidade. Independente de quem pratica os atos sexuais homoafetivos, o estigma sempre recai de forma abrupta sobre aquele que é feminino e acima de tudo penetrado, diferencialmente do “macho” que é másculo e penetrador.



Desta forma duas categorias se destacam, os viados/bichas/baitolas e os machões. De acordo com a conceitualização de Fry (1985), “a bicha é um homem que tende a desempenhar tarefas normalmente associadas às mulheres”. Já “o rapaz que desempenha o papel masculino é chamado de homem ou de machão”. Refletir sobre a categoria que se aplica ao jovem rural de Olhos Cristais é pensar que os “viados” existem fortemente no discurso social (muito se fala em viado num contexto que este não “existe”) e na realidade empírica todos os rapazes são aparentemente e se (auto) identificam “machos”. Enfim, temos que levar em conta também a existência de pessoas que buscam transparecer um papel sexual que justifique a regra aceita, mas que na privacidade rompem com todos os paradigmas.

### 3. O QUARTETO E A IDENTIDADE PÓS-MODERNA

“Estruturou-se um troca-troca  
e os quatro: hum-hum... o qué... tá bom... é...”  
(O Nível de – João Bosco).

O quarteto<sup>15</sup> pesquisado é composto por Expedito, que tem 21 anos de idade, é solteiro, tem o Ensino Médio incompleto, mora com os pais, desempregado, desde sempre morou em Olhos Cristais e tem postura mais libertária. Outro rapaz é Joaquim, que tem 20 anos de idade, Ensino Médio incompleto, mora com os pais, é estudante, sempre habitou a comunidade e é um jovem bem extrovertido. Chico também compõe este grupo, ele tem o Ensino Fundamental incompleto, com 19 anos de idade, está sem emprego, mora com os pais, reside no sítio desde seus 6 anos e é bem aventureiro. Para fechar, Antônio tem 23 anos de idade, é casado com uma moça, tem trabalho fixo, com o Ensino Fundamental incompleto, mora com

---

15 Os nomes apresentados são todos pseudônimos por conta da preservação da identidade dos rapazes.

familiares, residente desde a infância na comunidade e é um rapaz de temperamento amigável. Os rapazes elencados foram selecionados a partir de observações exploratórias que apresentaram a existência de boatos sobre o passado deles, referentes à prática sexual com outro rapaz. E outro requisito para esta seleção foi a proximidade existente entre pesquisador e interlocutores, em que se tinha um maior vínculo de amizade com os listados.

Nos relatos dos rapazes pesquisados, a primeira relação sexual ocorreu por volta dos 13 aos 15 anos de idade. Foi importante saber que a iniciação sexual de todos os pesquisados se deu com um outro garoto e segundo eles a grande maioria dos meninos da comunidade também passou pela mesma experiência, que poderia ser situada como “*casa dos homens*, ou seja, um lugar [momento] onde a homosociabilidade, na qual emergem fortes tendências e/ou grandes pressões para viver momentos de homossexualidade, pode ser vivida e experimentada em grupos de pares” (WELZER-LANG, 2001). Inúmeros fatores podem ser influentes nesse tópico, desde o começo da puberdade até a proximidade entre eles nesta fase vivida. A relação sexual com uma garota se dá dos 15 aos 17 anos, e todos eles em nossas primeiras conversas enfatizaram: “Mulher é fora do normal”; “é bom demais cara”; “foi muito, muito bom”; “Mulher é muito melhor”. Como se tratava das interlocuções iniciais, eles argumentavam a favor de uma masculinidade intrínseca, em contrapondo a uma possível homoafetividade.

Para os rapazes pesquisados só se perde a virgindade quando há penetração: “Desde os 10 anos que eu “pimbava” [encostava pênis com pênis] com os meninos, só que não entrava nada (risos), então isso para mim não é sexo, sexo é quando come” (Chico). Várias colocações vão perfilhar essa ideia, muito embora eles já tenham iniciado a vida sexual antes de realizar um ato com penetração. Antônio falou que antes de “fazer sexo” já tinha “batido punheta” com outros meninos: “eu batia pra ele, ele batia pra mim, era assim”.

Joaquim relatou que praticava sexo oral desde seus 11 anos de idade, antes mesmo de “transar”, aos 13. Expedito já masturbou um garoto mais velho antes de deixar de ser virgem. Logo, masturbação coletiva, masturbação para meninos mais velhos, pimbadas, sexo oral, são atividades sexuais desenvolvidas pelos rapazes rurais anteriormente à penetração em si e todas estas estão inclusas dentro da dinâmica que envolve a prática sexual gay entre os rapazes rurais.

Posterior a este período de “preliminares”, começam os troca-troca, que é um sistema de reciprocidade no ato sexual, onde se penetra e é penetrado, nas palavras de Expedito: “é tanto dar como comer, entre duas pessoas ou até mais”. O troca-troca, segundo os rapazes, “é só uma fase... depois a pessoa ou só come, ou só dá” (Joaquim). Geralmente o troca-troca é porvindouro à penetração primária. Os rapazes mostraram-se receosos ao falarem sobre este ponto, isto por conta da passividade vivenciada no ato, que para eles é sinônimo de feminilidade. No geral, comentam que não passou de duas vezes a prática do troca-troca. Embora falem muito que “fulano trocava com beltrano”, e afirmem que é uma atividade recorrente na zona rural, principalmente no período da adolescência, e que há uma grande probabilidade de todos os garotos já terem participado desse sistema. “Se conta nos dedos os meninos que nunca trocaram” (Chico).

Durante a pesquisa estivemos visitando diversos espaços de sociabilidade da comunidade, um destes foi o único bar existente na comunidade. Em um determinado momento, dois senhores de em média 50 anos de idade estavam discutindo sobre masculinidade, buscando enaltecer os próprios egos dizendo que tinham namorado muitas mulheres bonitas e gostosas. Até que um desses homens, tentando rebaixar seu colega, diz: “você dava o cu mais que padre, vivia trocando os ‘cu’ mais fulano e beltrano [risos]”, sem negar o outro homem acrescenta: “você também num trocava nadinha, hein?” Nesta hora todos no bar caem na gargalhada. Contudo, a informação

foi de grande importância para perceber que o troca-troca não é algo recente e além do mais pode ser definido até como parte da tradição da comunidade, já que este persistia até a atualidade, uma fala de Antônio comprova isso: “Um dia desses tinha um boato que estavam trocando, uns meninos aí... todo boato tem um pouquinho de verdade, pode acreditar”.

Nos diálogos, os interlocutores comentavam pouco sobre o troca-troca, já que eles também eram penetrados e isso implicava em uma feminilização, onde para eles masculinidade se baseia no papel ativo nas relações sexuais, em que o penetrador se legitima como superior, “feminizando” o penetrado. Como na sociedade e fortemente no meio rural o ativo na relação homossexual sofre menos crítica e frequentemente consegue aumentar sua imagem de macho “comendo as bichas”, eles buscavam sempre exaltar uma masculinidade/atividade relacionada à penetração, querendo se relacionar apenas com gays efeminados (geralmente da cidade), para transparecer uma identidade aceita ao âmbito público, sendo que nas particularidades e privacidade rompiam com todos os conceitos preestabelecidos.

Sobre os atos sexuais, Antônio e Expedito, cada um, transaram com quatro rapazes. Já Joaquim e Chico contabilizaram seis, individualmente. Com exceção de Expedito<sup>16</sup> todos tiveram relação sexual mais de uma vez com um único garoto e já foram penetrados. Todos já praticaram sexo oral e foram “ativos” em relações sexuais. Os ambientes em que ocorriam os atos eram comumente o mato e as casas abandonadas, poucos aconteceram nos domicílios.

Questionados se as pessoas da comunidade sabiam dessas práticas, eles respondem que não: “era tudo feito escondido” (Chico),

---

16 Nos diálogos com Expedito, este se apresentava muito receoso e ao mesmo tempo curioso. Certa vez, disse que tinha medo de ser penetrado e gostar, por isso não praticava.

só quem sabia eram os garotos que praticavam, “depois do sexo, nós não ‘falava’ pra ninguém e nem entre nós” (Expedito). Uma vez ou outra virava fofoca na comunidade, isso quando vazava alguma informação (comumente proferida por um “penetrador”), sempre os familiares (dos penetrados) eram os últimos a saberem e quando sabiam “o jeito era negar até a morte” (Joaquim). Quem estava sendo comentado na fofoca ficava marcado por um bom tempo, quando era visto com qualquer outro garoto, o povo já dizia que “trocaram ou vão trocar”.

As práticas sexuais homoafetivas proporcionavam prazeres, segundo o quarteto. Todos gostavam do que “faziam”, é para tanto que não foi só um único ato. “Era uma aventura pra mim... gostava, pois me dava prazer, eu gozava” (Expedito), “Sentia tesão, né? O prazer também... Sexo é demais.” (Antônio), “Eu ficava pensando comigo mesmo, isso é errado. Só que era muito bom, e eu num consegui parar de fazer.” (Joaquim), “Gostava demais, era diferente... algo novo e bom” (Chico). Este gozo se limitava apenas ao viés sexual. No quesito afetividade a roupagem era outra.

Deste modo, o beijo, como um ato de homoafetividade, é importante ser analisado. Conforme relataram o beijar acontece em uma situação esporádica. Todos só beijaram um único rapaz. De forma geral, acharam diferente/estranho o acontecido. Para eles o que pesava, na época da adolescência, era principalmente a questão sexual, consecutivamente repudiavam qualquer relação afetiva que pudessem estabelecer com outro homem. Nos relatos detalhados sobre os atos sexuais foi possível notar a ausência de afetividade. Segundo eles “quem beija homem é viado” (Expedito), “abraçar homem é viadagem demais” (Antônio), “se for pra tocar um corpo, vou tocar de uma mulher, não de um macho” (Chico). Ao tentar apreender o que submergia essa lacuna, detectou-se um medo à afabilidade que pudesse se estabelecer com outro homem. Para os rapazes rurais a relação sexual gay é tão somente sexual isto correspondente à

adolescência, a demonstração de carinho deve-se dá, tão somente, para/com uma mulher.

O quarteto afirma, em uma média geral, que no mínimo há um ano e meio não tiveram nenhuma relação homossexual. E sobre a possibilidade de uma prática sexual gay na atualidade, nas primeiras conversas os rapazes diziam: “Eu não tenho preconceito com nada, acho completamente normal tudo isso, só não quero mais.” (Expedito) “Pode ser que aconteça, mas no momento não sinto nenhuma vontade.” (Joaquim). “Mas quando fiz, eu fiz porque também sentia prazer, só que hoje não sinto mais vontade.” (Antônio). “Nunca digo nunca, quem sabe, né? Se um dia rolar, rolou”. (Chico). Essas afirmações irão chocar com outras colocações que as contradizem, ditas nos derradeiros diálogos, por fim denotará uma identidade confusa e até contraditória.

Para Hall (2006) a existência destas contradições identitárias é normal, pois “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. Mediante a circunstância, o espaço e o tempo em que vivem, esses rapazes performatizam identidades (sociais e sexuais) que mudam constantemente, almejando uma convivência pacífica e distante de preconceitos em uma realidade tão conservadora e opressora que é a rural. Necessita-se assimilar que as identidades contraditórias se deslocam mutuamente, atuando tanto fora, na sociedade, quanto dentro da cabeça de cada indivíduo, alterando assim as subjetividades performatizadas.

A confusão estabelecida na mente desses rapazes se dá também por conta do pouco conhecimento. Nenhum deles conhecia sequer as palavras homossexual, heterossexual e bissexual, muito menos os respectivos significados. Para eles existem viado/bicha, homem/macho e a pessoa gilete/espada. A palavra gay é conhecida. Solicitados para definir o que seria uma pessoa gay, dizem: “é um

homem que gosta de homem, é tanto quem dá, quanto quem come” (Chico), “é um homem que beija homem... que faz sexo com homem” (Antônio), “homem que sente prazer com homem” (Joaquim), “é uma pessoa como qualquer outra... que sente desejos por homens” (Expedito). Buscaram transparecer uma aceitação, que na prática se configura oposta.

Nas últimas conversações, em que já se tinha estabelecido um laço de confiança, os rapazes bem mais à vontade, falaram sobre suas orientações sexuais: “gosto de pessoas... sinto desejos pelos dois sexos” (Expedito), “corto pros dois lados” (Joaquim), “gosto de mulher, mas gosto de homem também” (Antônio), “Meu negócio é mulher, mas se vier homem eu ‘traço’ também” (Chico). Poderia identificá-los como bissexuais<sup>17</sup>, mas para a comunidade eles continuam a identificar-se como heterossexuais, isto é, homens/machos. Desta forma possuíam uma identidade dupla, que para o “eu” assumem uma dimensão e para o “outro” uma completamente diferente, ou melhor, nas palavras de Costa (2009) “os discursos desses sujeitos não elegem o fato de que manter relações sexuais com parceiros do mesmo sexo seja um elemento definidor de suas identidades, na verdade eles se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais”.

Confrontando essas asseverações que não descartam uma possível relação homossexual com as anteriormente citadas sobre a probabilidade de uma “transa” nos tempos atuais ao qual descartaram, é inteligível que o discurso mude por conta de uma identidade descentrada, nas palavras de Hall (2006) “as identidades modernas, ou melhor, pós-modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas (...) esse deslocamento desarticula as identidades estáveis do passado, mas também abre a possibilidade de novas articulações”. Além das identidades, o gênero, na concepção pós-

---

17 Estas colocações foram postas, prosaicamente, quando estávamos interpretando nossos desejos e rótulos.

moderna pode ser mutável; pensam que existem múltiplos gêneros, e não apenas o masculino e o feminino (GROSOSI, 2004). Justamente o que os rapazes rurais fazem ao romper com uma tradição conservadora, assumindo uma identidade e um gênero não normativo.

Além do mais, Hall perfilha que “à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais podemos nos identificar”, podendo assumir então, identidades diferentes em momentos distintos. Desta forma, a identidade passa por um processo de formação e transformação contínua em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam. Nas palavras de Tota (2013) “as identidades longe de constituírem entidades estáveis, estão imersas em jogos contraditórios, marcados pela ambivalência, adquirindo vida num processo de formação sempre inacabado”.

As sociedades modernas têm como característica a mudança constante, rápida e permanente. A vivência das modificações, advindas principalmente da globalização, representam um processo de transformação fundamental e abrangente para a performance das identidades pós-modernas. A pessoa pós-moderna é apreendida como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (HALL, 2006).

#### 4. DESFECHOS QUE NÃO TÊM FIM

“Eu deixei aquela vida de lado  
E não sou mais um transviado  
Não me puna por essas manchas no meu passado  
Já passou, esses rapazes são apenas meus amigos”  
(Calúnias, Telma Eu Não Sou Gay – Ney Matogrosso).



A princípio, os rapazes pesquisados residentes na comunidade rural Olhos Cristais faziam jus ao trecho da música *Calúnias, Telma Eu Não Sou Gay*, ressaltavam que as experiências sexuais gays tinham sido “águas passadas”, uma fase da vida que tinham deixado de lado. Realmente essas práticas se situam veemente na adolescência, mas transcendem o passado remoto, trazendo resquícios à contemporaneidade. Em um determinado momento da pesquisa, ao efetivar os diálogos particulares, senti uma mudança de comportamento por parte de todos os interlocutores, que levantavam insinuações sobre a concretude de uma vontade que tinham, e esta seria a consumação de um ato sexual e afetivo com outro homem nos dias de hoje, por diversos momentos indiretas foram justapostas a mim. A partir de então se fundamentou, de fato, a conclusão que os rapazes rurais executariam uma transa gay na atualidade e que esta expressaria não só o viés sexual como também o afetivo.

Como Fry (1985) pontua “a própria heterossexualidade é construída socialmente e socialmente construída como padrão universal de toda prática sexual ‘normal’”, onde todos os comportamentos, espaços, valores e identidades devem seguir os princípios da heteronormatividade. Segundo Moreira (2012, p. 257):

“o enquadramento do comportamento humano nas categorias de normalidade/anormalidade torna-se uma espécie de dogma cientificamente garantido a partir do século XIX. As práticas sexuais passaram dos domínios da religião para os da ciência, com sua postura higienista. Dentre estas, as práticas entre pessoas do mesmo sexo deixaram de ser meras práticas e foram designadas de *homossexualismo*.”

A oposição hetero/homo é algo muito recente. A homossexualidade ainda é tratada, na prática, como uma indigesta mistura de pecado, sem-vergonhice e doença. Esta captação se fortifica em um ambiente rural conservador, que cotidianamente oprime e discrimina os praticantes. Desta forma, o medo recai sobre o “rótulo”, no qual os rapazes sabem que os gays sofrem um descrédito

social muito grande no ambiente rural, e conseqüentemente prefeririam não ter que se submeter a estas novas categorias sociais que tendem a empurrá-los para “guetos” estanques.

Muito embora exista um poder influente e coercitivo da sociedade no processo performativo da identidade dos jovens do campo, em que se moldam de acordo com valores e costumes nativos a fim de obter uma convivência pacífica e longe de opressão, eles conseguem dinamizar uma prática sexual homoafetiva que transcorre desde masturbação coletiva entre garotos, sexo oral recíproco ou não, masturbação para meninos mais velhos, sexo anal, quando mútuo chamado de “troca-troca”, até os pontos de afetividade como o beijo, o abraço e as carícias ao corpo. Sendo que decorrem por toda a vida em um constante processo de amadurecimento e descobrimentos.

Para concluir questiono: qual pessoa se denominaria como homossexual em um espaço de extrema reclusão? Talvez esta indagação esclareça, em parte, a motivação da não existência de gays declarados na comunidade, bem como, os pretextos da denominada “diáspora gay”. Tendo em vista que a identidade, então, costura o sujeito à estrutura e esta estrutura é influente no processo construtivo da identidade, os jovens rurais performatizam identidades referentes ao “eu” ligado às subjetividades e ao “outro” relacionado à sociabilidade, que por sua vez, faz com que a identidade adote formas muitas vezes contrastantes. A identidade dita contraditória, pelo menos na zona rural, pode ser compreendida pela associação dos comportamentos e atitudes aos espaços e às formas de sociabilidade, que dependendo das circunstâncias adotam uma identificação aceitável, mas nunca deixando de usufruir dos variados prazeres que a vida tem a proporcionar.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

CONNELL, Robert W. MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 241-282, janeiro-abril/2013.

COSTA, Adriano H.C. **Homens que fazem Sexo com Homens (HSH): Uma categoria, muitos significados**. Artigo apresentando na ANPUH – XXV simpósio nacional de história – Fortaleza, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2011.

FRY, Peter. MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONTIJO, Fabiano. COSTA, F.C.S. **“Ser Traveco é Melhor que Mulher”**: considerações preliminares acerca das discursividades do desenvolvimentismo e da heteronormatividade no mundo rural piauiense. Bagoas, n. 08. 2012. p. 171-186.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica**. Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTINS, Emerson; ROSA, R. Machado. **Jovens homens homossexuais na zona rural e heteronormatividade: resistências e processos de subjetivação**. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2013. p. 1-12.

MOREIRA, Adailson. **A homossexualidade no Brasil no século XIX**. Revista Bagoas n. 07, 2012, p. 253-279, Natal/RN.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. Revista Bagoas. n. 05. 2010. p. 17-44

TOTA, Martinho. **Eixos, nexos e câmbios da diferença**: discursos e trajetórias políticas envolvendo etnicidade, homossexualidade e religião. Revista Bagoas, n. 09, 2013, p. 295-322, Natal/RN.

VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WELZER-LANG, Daniel. **A Construção do Masculino**: dominação das mulheres e homofobia. Estudos Feministas, Ano 9, 2º Semestre, 2/2001. p. 460-482.

## A PROBLEMÁTICA DA VOZ FEMININA NA CONTEMPORANEIDADE

Tailane de Jesus Sousa

### RESUMO

A questão feminina está em evidência no mundo ocidental, mas não apenas nele. É interessante, então, analisar suas singularidades no âmbito da literatura, uma vez que esse tema constitui uma reivindicação presente na construção literária. Assim, na contemporaneidade, a partir da valorização de um discurso literário polifônico, torna-se audível, principalmente nas narrativas construídas por mulheres, a enunciação de um feminino requerendo a legitimação do seu discurso. Eleva-se, assim, uma enunciação que se propõe uma fala de viés igualitário. Empregando o recurso da autoconsciência, as autoras inscrevem traços que evidenciam a problemática da representação da voz feminina que busca a legitimidade de seu sujeito e o reconhecimento da sua subjetividade em cada espaço literário. A busca peculiar a essas autoras é que elas inserem na sua malha textual questões pertinentes à representação do feminino na contemporaneidade, bem como os discursos sobre esse feminino, a implosão do sujeito e da voz da escrita. Em um momento em que as mudanças de saberes acontecem em intervalos cada vez mais curtos, a representação da voz feminina merece uma atenção especial.

**Palavras-chave:** Voz feminina. Literatura contemporânea. Autoconsciência.

O desejo que orientou este trabalho surgiu da exigência, na contemporaneidade, de analisar os vários discursos produzidos pelo sujeito contemporâneo. Assim, investigar a representação da voz feminina construída nas narrativas contemporâneas ocidentais constitui-se um ato de legitimação desse próprio sujeito. Portanto, revela-se de fundamental importância fazer emergir, no trabalho da crítica literária, algumas singularidades dessa expressão, uma vez que esse assunto representa uma atitude legitimadora na escrita literária de algumas autoras contemporâneas.

## 1 INTRODUÇÃO

A emergência dos estudos culturais e, mais especificamente, dos estudos de gênero e sexualidade, levou, à sociedade contemporânea, a discussão sobre a dinâmica das categorias de masculino e feminino, homem e mulher (BOURDIEU, 2014). Sendo assim, a compreensão de gênero enquanto uma categoria de análise dos procedimentos históricos (SCOTT, 1995 [1986]) tornou-se útil, principalmente, pela proposta intrínseca de revisão dos processos da naturalização desses conceitos. A partir desse raciocínio foi possível observar que a naturalização de uma determinada visão dos gêneros, que na verdade era socialmente construída, ignorava a arbitrariedade com que o mundo social constrói os corpos dos sujeitos, produzindo uma experiência que apreende o mundo enquanto realidade sexualizada (BOURDIEU, 2014). Conclui-se, então, que a percepção de tais categorias como um processo contínuo de construção dos sujeitos no âmbito de uma dada cultura faz-se necessária à medida que convoca esses mesmos sujeitos à revisão histórica.

Torna-se imprescindível, portanto, recuperar a importância do feminino na história, evitando a perpetuação de estigmas sociais provenientes da apreensão do simbólico como natural. As construções em torno de masculinidade e de feminilidade, a partir dos séculos das luzes, com as descobertas da biologia (BADINTER, 1993), difundiram as diferenças entre os sexos biológicos como principal argumento para as diferenças entre homens e mulheres. No entanto, “[...], as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais [...] são uma construção social que encontra seus princípios no princípio da divisão da razão androcêntrica” (BOURDIEU, 2014, p.30). Esses estudos que envolvem as categorias de gêneros, por conseguinte, inauguram possibilidades de compreensão das relações que se estabelecem entre o masculino e o feminino – na verdade, segundo Louro (2003), masculinos e femininos, no plural – e os traços singulares evidenciados nas relações sociais que aí se desenvolvem. Badinter

(1993, p. 11), em **XY: sobre a identidade masculina**, ao analisar a trajetória da construção do masculino, observa, ainda, em relação ao feminino:

A história das sociedades patriarcais prova que são sempre as mulheres, e não os homens, que suscitam os grandes questionamentos. Isso se explica facilmente pelo *status* privilegiado que têm os homens neste tipo de sociedade. [...] Ao contrário do que diz a ideologia do patriarcado, os homens não são os primeiros referenciais da humanidade, e sim as mulheres. É em relação a elas e contra elas que eles se definem.

Ou seja, é na controvérsia do feminino que as transformações ocorrem. Realiza-se, portanto, na contemporaneidade, uma nova ordem de apreensão das relações sociais, o que torna fundamental a investigação dos discursos produzidos por esses sujeitos subalternizados ao longo da história, também a averiguação do uso da linguagem em seus hábitos sócio-históricos, bem como as relações que estabelece com o mundo.

Como mediadora dessas relações, a linguagem adquire a materialidade e reflete as peculiaridades de seu usuário, travestindo-se e acompanhando as mudanças que o delineiam em seu trajeto histórico. A compreensão da linguagem é essencial para o entendimento do mundo, dos homens e das relações que entre eles se estabelecem, por isso importa saber como ela se articula, como é percebida e entendida por quem a utiliza [...] (CARVALHO, 2012, p.15).

Assim, visto a importância do estudo da linguagem para a compreensão das novas relações estabelecidas entre os sujeitos e as marcas dos seus discursos na sociedade contemporânea, refletir sobre a lógica enunciativa dos discursos femininos presentes nas narrativas da literatura contemporânea e sua construção discursiva suscita, igualmente, uma discussão sobre a própria inserção desse texto na cultura e a sua vocalidade no contexto contemporâneo. Além disso, sugere o debate em torno do discurso androcêntrico e como ele se utilizou também da literatura como região mediadora das relações sociais entre homens e mulheres nas sociedades patriarcais. Portanto,

Falar da instituição ‘literatura’ e a presença da mulher no espaço dos discursos e saberes é, pois, um ato político, pois remete às relações de poder inscritas nas práticas sociais e discursivas de uma cultura que se imaginou e se construiu a partir do ponto de vista normativo masculino, projetando o seu outro na imagem negativa do feminino (SCHMIDT, 1995, p. 185).

### **A ESCRITA FEMININA E O PAPEL DA AUTOGRÁFICA**

A presença de uma voz feminina enunciada distinta da masculina (ARAÚJO, 2012) sempre existiu na literatura. Entretanto, graças à construção simbólica de um feminino fragilizado e infantil, houve a negação histórica do seu lugar enunciativo de sujeito do discurso – uma fala imbuída de significação e representação desse sujeito – desqualificando a legitimidade de suas narrativas literárias.

Se, por um lado, sabemos que a patriarquia nunca impediu a mulher de falar (e de escrever), por outro, sabemos que sempre se recusou a ouvi-la quando ela não falou (ou escreveu) do ponto de vista do universal, isto é, do ponto de vista masculino. Falando de uma posição que desconhece a alteridade – a categoria chave para pensar-se a diferença – a crítica literária [...] reforça a afirmação dos limites culturais/sociais da mulher pois, ao exercer julgamento de valor referenciado na ordem de um centro monolítico, absoluto e idêntico (o sujeito e a cultura dominante) desqualifica as suas construções de sentido e representação como se o próprio conceito de legitimidade do que é considerado literário ou não-literário pairasse acima e além das práticas sócio-culturais (SCHMIDT, 1995, p. 185).

Historicamente, o discurso androcêntrico produziu um apagamento da figura feminina em diversos aspectos, emudecendo e secundarizando suas produções literárias. Inaudível, a voz feminina – o lugar de enunciação do feminino enquanto sujeito do discurso – permaneceu à margem da historiografia literária. Autoras contemporâneas, propondo alçar essa voz silenciada à legitimidade, escrevem uma literatura particular: a narrativa que elas realizam não solicita a superposição de discursos – o novo pelo velho –, mas a coexistência dessas milhares de vozes subalternizadas pela cultura



androcêntrica, sugerindo, dessa maneira, existência da voz feminina enquanto voz da alteridade. Segundo Schmidt (1995, p. 187), “o feminino [...] se desdobra na prática representacional da resistência do sujeito consciente que estilhaça o discurso das exclusões para lançar a pergunta impensada: o que acontece quando o objeto começa a falar?”.

Essa voz enunciada, apresentada nos textos de algumas autoras contemporâneas (Lídia Jorge, Maria Gabriela Llansol e Hilda Hilst), é uma representação do sujeito feminino que rejeita a definição arbitrária ancorada, apenas, na diferença entre os corpos biológicos – percepção radicada pela cultura patriarcal que exclui, peremptoriamente, a noção de corpo social e de construção simbólica da subjetividade dos indivíduos. Esse sujeito do discurso, encenado na escrita contemporânea, tem procurado se compreender enquanto construção sócio-histórica mediada pela linguagem. Sabendo que “[...] a intervenção da palavra escrita como modo de intervir no espaço público e reivindicar seu espaço político e artístico” (CERQUEIRA, 2012, p.21) pode ser temática das narrativas produzidas por esses sujeitos, preocupados em dialogar, no espaço do literário, com diversas concepções críticas, além daquelas cujas perspectivas se debruçam exclusivamente sobre a arte da palavra escrita, propomos observar essas narrativas como conscientes da sua função crítica no campo simbólico da contemporaneidade.

A literatura autocrítica é uma narrativa metaficcional (BARRENTO, 2009, p.95), consciente do seu papel social enquanto texto literário, pois reflete, no próprio ato de narrar, seus meios e processos. Através da busca por alçar à legitimidade suas vozes, essas produções narrativas propõem desautorizar a noção de neutralidade do discurso androcêntrico. Sendo assim, a intelectual contemporânea, atenta às transformações que as categorias de gênero vêm atravessando e às necessidades de discussão do seu papel de mulher

na sociedade contemporânea, propõe, no interior de sua escrita literária, questionamentos de diferentes ordens.

Percebe-se, então, a necessidade dessa escritora contemporânea de se posicionar no seu espaço de escrita, considerando a problemática do significado do discurso e suas configurações representativas, como problemática de seu próprio lugar na sociedade (CERQUEIRA, 2012, p. 26).

As autoras em questão provocam uma “fala” da mulher para apresentar uma outra emergência desses sujeitos. O discurso dessas autoras está calcado em outros discursos – seja através da apropriação, da ironia, da releitura histórica. A inserção – e até mesmo apropriação – desses discursos em suas narrativas, de certo modo, produz questionamento crítico das imagens discursivas do feminino na história das expressões criativas. Assim sendo, o diálogo que essa escrita contemporânea propõe é com o lugar literário da mulher:

[...] nossos enunciados [...] estão repletos de palavras dos outros, caracterizadas em graus variáveis pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também, em graus variáveis pelo emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos (BAKHTIN, 1992, p. 314).

Enquanto o discurso que engendra uma voz masculina apresenta-se como neutro (BOURDIEU, 2014), subtraindo a noção de *diferença*, o discurso que enuncia uma voz feminina realiza um diálogo permanente com a tradição literária para legitimar seu lugar nessa mesma tradição. Acreditamos que, através do movimento da autoconsciência como construtora da personagem (BAKHTIN, 1981), tais autoras reivindicam seu direito à enunciação e à representação do feminino na literatura, revelando uma voz consciente da sua condição feminina na sociedade. É fundamental elucidar o conceito bakhtiniano de autoconsciência, segundo o qual a personagem, construída sob este aspecto, não é uma representação dotada de características típico-

sociais definidas, mas, como um sujeito que detém a última palavra sobre si e sobre o mundo.

## A PROBLEMÁTICA DA VOZ FEMININA NO CENÁRIO LITERÁRIO

Como vimos, a tradição historiográfica da literatura ocidental relegou ao feminino (sua identidade e estética) a condição de mero espectador no contexto da produção artística e cultural: “a mulher, por ser considerada de inteligência fraca, ou mesmo sem inteligência, dom exclusivo dos homens, não servia para dedicar-se aos estudos, às ciências” (CARVALHO, 2012, p.50). Entretanto, apesar de encarnarem sujeitos ausentes de autonomia na produção (e disseminação) de discursos socioculturalmente reconhecidos, as mulheres, no decorrer da história das sociedades patriarcais, não se eximiram da criação artística, participando, portanto, dos períodos de efervescência da produção literária ocidental.

Na impossibilidade de reconhecer-se numa tradição literária, em que as limitações impostas pelas imagens literárias lhe apontavam o papel da musa ou criatura, as escritoras [...] tiveram que lutar contra as incertezas, ansiedades e inseguranças quanto ao seu papel de *autora*, quanto à sua *autoridade* discursiva para afirmar e representar determinadas realidades, ausentes ou falseadas no espelho que a cultura lhe apresentava (SCHMIDT, 1995, p.187, grifos da autora).

Logo, a instância que lhe foi negada pela ideologia patriarcal (BOURDIEU, 2014) não diz respeito, necessariamente, a participação no âmbito da escrita criativa, bem como na esfera científica, mas ao direito de ter sua autorrepresentação reconhecida enquanto perspectiva da literatura. Sabedores dessa lógica imposta à escrita das mulheres nos grupos sociais de ordem androcêntrica, principalmente, no que precede a contemporaneidade, propomos uma inquietante consideração: a voz e a representação do feminino que ressoavam no campo do literário configurar-se-iam, portanto, em encenações de uma construção forjada – no *canon* de literatura em língua portuguesa, inclusive, encontramos figurações de uma voz feminina declarada nas cantigas medievais galego-portuguesas. A existência de um cenário no qual a personagem feminina é a protagonista e seus interlocutores

estão imersos no cotidiano da mulher – representação do espaço íntimo reservado ao feminino em oposição ao espaço público destinado ao homem (os salões da corte, presente nas cantigas provençais) – demanda a investigação da cenografia validada por esse discurso.

Nas cantigas de amigo, uma voz feminina aparece relatando o enlace amoroso que viveu e as saudades que sente do “amigo” que se foi. Entretanto, esse etos da voz feminina não nos parece um ato legitimador, já que a voz enunciativa que reivindicava o espaço feminino através da literatura (representação), segundo a tradição, seria masculina, produzindo uma voz feminina forjada.

Quase que exclusivamente, aqueles que escreviam eram homens, e muitos deles religiosos. Assim, o período foi marcado pela influência dos clérigos e pelo espírito cristão, pesando imensamente na elaboração da imagem feminina. A rigor, a literatura pode ser instrumento de análise, fornecedora de modelos idealizados ou não, de certos tipos de mulher, diversificados de acordo com a época e o meio social do autor. Dessa maneira, a obra literária pode revelar o ponto de vista masculino sobre o “outro” feminino numa época em que a mulher tinha sua voz cassada (ARAÚJO, 2011, p.1623).

Quando, na contemporaneidade, essas autoras “reclamam” para suas poéticas uma voz feminina, podemos perceber que é na tentativa de legitimar essa voz. Empregando o recurso da autoconsciência, as autoras inscrevem traços que evidenciam a problemática da representação de uma voz feminina que busca a legitimidade de seu sujeito e o reconhecimento da sua subjetividade. Logo, o espaço reivindicado por esse sujeito é uma instância da enunciação. Sendo assim, cabe a estas autoras, cujo direito à enunciação foi negado, deixar fluir na escrita tais tensões.

Assim, quando escritoras portuguesas contemporâneas, como Lídia Jorge, Teolinda Gersão, Maria Velho da Costa, Maria Gabriela Llansol, por exemplo, “reclamam” para suas construções narrativas uma enunciação feminina, assumem, tanto no cerne de suas criações

literárias quanto no modo como decidem narrá-las, um posicionamento reivindicatório. Essas autoras, de identidades biográficas femininas, propondo um texto metaficcional (BARRENTO, 2009), projetam uma discursividade do feminino que mobiliza diversas instâncias de construção desses sujeitos, escrevendo uma prosa com características muito peculiares: seja na construção de suas personagens, no jogo narrativo empregado nos textos, nos cenários fluidos suscitados pela escrita, no tempo assumido como instância ficcional e memorialística,

No romance português escrito por mulheres, o tempo – sugere ainda Isabel Allegro de Magalhães – é substituído pela fuga para uma permanente viagem dos sentimentos em figuras de mulheres telúricas, solitárias e misteriosas (em Agustina, Lídia Jorge, Hélia Correia), sonhadoras em busca de uma qualquer alteridade para a existência (em Teolinda Gersão ou Teresa Veiga), mergulhadas num presente que quase sempre significa muito pouco para elas e que por isso é recoberto por momentos narrativos emocionalmente tingidos de passado ou de futuros utópicos (BARRENTO, 2009, p.93).

No que tange os estudos de Barrento (2009), essas escritoras contemporâneas problematizam as noções “tradicionais” de tempo-espço na sua escrita literária, engendrando uma percepção do tempo de forma distinta. Portanto, seguramente, também é a partir da perversão da lógica temporal exercida em suas narrativas que essas autoras propõem problematizar a inserção do feminino como sujeito de enunciação do discurso literário. Além do tempo, a linguagem torna-se sintomática dessa atitude: a língua, bem como a cenografia que ela instaura, não se condiciona como mero elemento imerso no tecido literário, mas como construto essencial e autorreferente na composição desse texto. Tais traços, inseridos na composição do artifício da voz feminina, seriam singularidades expressas no recurso da autoconsciência. Diante disso, podemos inferir que, no corpo de suas produções literárias, essas autoras assumem um projeto de desejo reivindicatório.

Ressaltamos, contudo, um aspecto peculiar dessa criação: a despeito de representar uma voz assumidamente feminina, não intenciona recobrar uma fala “verdadeira” da mulher – neste caso, homóloga a fala onipresente da voz narrativa masculina –, fala galgada numa suposta essência/pureza do feminino. Pois, o que se verifica é a construção de uma instância narrativa que se propõe resgatar uma enunciação rasurada na história das sociedades ocidentais de ideologia patriarcal. Esse subterfúgio, construído através do recurso da autoconsciência enquanto dominante artístico (BAKHTIN, 1981), revela-se com o intuito de legitimar um etos feminino na contemporaneidade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A narrativa que engendra a voz feminina sofreu, ao longo da historiografia literária, um processo de cerceamento desse sujeito e, conseqüentemente, da sua voz. Segundo Louro (2003, p. 17), “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da ciência”. Por isso, na contemporaneidade, o sujeito feminino assumiu a tarefa de fazer-se ouvir enquanto sujeito do discurso. Portanto, o interesse das autoras contemporâneas em alçar à legitimidade a voz feminina e reivindicar o lugar de enunciação desse sujeito, bem como dos seus discursos e das suas criações artísticas, pode ser considerado, um ato político. Perante essa conjuntura, resgatar arquivos culturais sobre a voz feminina – seja aquela forjada pelo poeta, como nas cantigas de amigo, ou reivindicada por escritoras cujas vozes foram rasuradas pela tradição – surge como exemplo do interesse, na contemporaneidade, por desarticular a visão canônica do passado literário ocidental, ressignificando a participação feminina, suas produções e representações no campo da literatura.

Discutir a voz feminina na contemporaneidade é problematizar o sujeito da enunciação feminina que foi rasurado da narrativa literária. Fazer emergir um discurso no qual o feminino assume um aspecto enunciativo é a proposta de algumas produções contemporâneas – na literatura, na fala jornalística, nas redes sociais. Desse modo, ao escreverem textos literários que revelam uma voz feminina reivindicativa, algumas escritoras contemporâneas, como Lídia Jorge, Hilda Hilst e Maria Gabriela Llansol, evidenciam a problemática da condição da mulher na contemporaneidade, bem como do lugar da intelectual no cenário da escrita literária. Assim, estudar a relevância tanto das escritoras contemporâneas quanto dos discursos sobre a mulher – ora na fala ocultada de certas autoras, ora nos discursos “autorizados” pela fala “universal” – evidencia mais uma tarefa que se impõe ao pesquisador e/ou crítico contemporâneo.

Sugerindo um diálogo permanente com a tradição e a cultura, esses escritos propõem a desnaturalização de determinados conceitos socialmente instituídos – como as construções simbólicas em torno do masculino e do feminino, por exemplo. Sendo assim, é de vital importância, à sociedade contemporânea, problematizar o discurso onisciente da narrativa cultural e outorgar, à legitimidade enunciativa, as vozes ocultadas pela tradição. Essa multiplicidade de falas, inaudível nos compêndios da historiografia literária, hoje é foco das representações artística e não artística. Assim, as narrativas produzidas por essas autoras têm como função, enquanto objeto estético, fazer emergir as vozes silenciadas pela cultura dominante e alçá-las à legitimidade. Logo, trazer à superfície do texto essas vozes relegadas a segundo plano é pôr em curso, na profusão poética da contemporaneidade, um projeto literário que visa a reivindicar o lugar de enunciação dos sujeitos subalternizados e a autorrepresentação dos seus discursos.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Lopes de. **A representação da mulher no romance contemporâneo de autoria feminina paranaense**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

ARAÚJO, Márcia Maria de Melo. A voz feminina nas pastorelas galego-portuguesas. In: XIV SEMINÁRIO NACIONAL E V SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 1., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wpcontent/uploads/2012/01/marcia\\_maria\\_melo.pdf](http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wpcontent/uploads/2012/01/marcia_maria_melo.pdf). Acesso em: 30 jun. 2014.

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1979].

BAKHTIN, Mikhail. **Problemática da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981 [1963].

BARRENTO, João. A nova desordem narrativa: sujeito, tempo e discurso acentrados no romance de mulheres em Portugal. **Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Niterói, v. 2, n. 3, p. 89-98, nov. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner, Rio de Janeiro: BestBolso, 2014 [1998].

CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa. **A construção de uma discursividade feminista em Sergipe: a Revista Renovação na década de 1930**. São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2012.

CERQUEIRA, Cláudia da Cruz. 2012. **Referências, reivindicações e resistências críticas na construção narrativa d'O vento assobiando nas gruas, de Lídia Jorge**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira (Org.). **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária:** enunciação, escritor, sociedade. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1993].

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Marcia Hoppe (Org). **Rompendo o silêncio:** gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995. p. 182-189.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995 [1986].

## A DUPLA JORNADA DE MULHERES INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO TURÍSTICO EM ARACAJU-SE

Carla Francyele dos Santos Araujo

### RESUMO

Essa pesquisa está inserida nas reflexões sobre igualdade de gênero, partindo do seguinte problema: como a mulher inserida no mercado de trabalho turístico de Aracaju-SE concilia trabalho e família? Portanto, tem como objetivo geral: analisar a dupla jornada da mulher inserida no mercado de trabalho turístico na capital sergipana. Seus objetivos específicos foram: Perceber como se configuram os papéis de gênero na sociedade em relação a participação do homem na família e sua aceitação sobre o trabalho remunerado da mulher; Identificar as conquistas e os anseios das mulheres que vivem a dupla jornada no mercado de trabalho turístico de Aracaju. O método utilizado para a coleta dos dados foi a História de Vida e a técnica de pesquisa foi a entrevista dialógica. Os resultados apontaram que os homens estão mais abertos a ajudar a suas mulheres com as tarefas de casa, porém ainda não é uma partilha igualitária e, ainda, o cuidado e a orientação dos filhos continua sendo um dever relacionado às mães. O homem também evoluiu em relação a sua opinião sobre o trabalho da mulher, mas ainda não concorda que a mulher viaje a trabalho, o que prejudica a mulher no setor turístico. Conclui-se que as mulheres avançaram muito, pois hoje em dia as mulheres estão inseridas em cargos mais valorizados. Com o passar do tempo, devido às lutas feministas, as mulheres vêm conquistando espaços que antes eram ocupados apenas por homens. Porém, ainda é preciso desconstruir valores patriarcais que rondam os papéis sociais de gênero.

**Palavras-chave:** Mulher. Dupla Jornada. Mercado de trabalho turístico.

### 1.INTRODUÇÃO

Há muito tempo, em uma sociedade dominada pelos homens, as mulheres foram privadas de uma vida social ativa onde não podiam nem mesmo ir às ruas, fadadas a serem submissas aos homens. Então, as mulheres começaram a lutar pelos seus direitos através de movimentos sociais que reivindicavam direitos iguais para homens e

mulheres. Como ressalta Rago (2004), as mulheres lutavam pelo direito de existir.

Porém, mesmo com todas essas lutas, ainda não há efetivamente direitos iguais. Mesmo que a situação da mulher tenha melhorado bastante, as mulheres ainda são discriminadas pelo mercado de trabalho, onde muitas mulheres são rejeitadas pelo simples fato de ser mulher e são julgadas incompetentes por estarem, historicamente, relacionadas somente ao trabalho doméstico. Muitas mulheres também são impedidas de trabalhar por causa de suas atribuições domésticas, que desde sempre foram delegadas a elas pela cultura patriarcal (cuidar da família e dos afazeres domésticos), fazendo com que seus parceiros não partilhem essas tarefas e nem permitam que elas trabalhem fora de casa. Mas esse também é um problema que está diminuindo, pois nota-se que há um crescimento significativo de mulheres inseridas no mercado de trabalho.

No entanto, como demonstra a bibliografia trabalhada no referencial teórico, em muitos casos, para que as mulheres ocupem cargos importantes é preciso que elas sejam muito mais qualificadas que os homens ou que tenham características vinculadas ao trabalho doméstico. Além disso, ao mesmo tempo que as mulheres conquistam direitos, aumentam também suas atribuições, pois além de trabalhar fora de casa (trabalho produtivo) as mulheres ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico e da família (trabalho reprodutivo), tornando-se assim uma dupla jornada de trabalho. Inserido nesta discussão, o presente projeto propõe uma pesquisa sobre o tema da Dupla Jornada da Mulher inserida no Mercado de Trabalho Turístico de Aracaju-SE.

O problema do qual partiu a pesquisa foi: como a mulher inserida no mercado de trabalho turístico de Aracaju-SE concilia trabalho e família? Assim, o objetivo geral foi: Analisar a dupla jornada da mulher inserida no mercado de trabalho turístico de Aracaju-SE. Os objetivos específicos foram: Perceber como se

configuram os papéis de gênero na sociedade em relação a participação do homem na família e sua aceitação sobre o trabalho remunerado da mulher; Identificar as conquistas e os anseios das mulheres que vivem a dupla jornada no mercado de trabalho turístico de Aracaju.

A metodologia utilizada partiu do levantamento bibliográfico sobre o tema proposto para a construção do problema de pesquisa e dos objetivos. Para obtenção dos resultados foi realizada uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e do tipo qualitativa. Teve como método a História de Vida e, como técnica, a entrevista dialógica. Como essa pesquisa é sobre a dupla jornada da mulher inserida no mercado de trabalho turístico de Aracaju-SE, foram aplicadas entrevistas com quatro mulheres. Como o mercado de trabalho turístico é constituído pelo setor público e pelos prestadores de serviços turístico, segundo a Lei Geral do Turismo nº 11.771/2008, foram entrevistadas: uma representando o setor público, uma no setor hoteleiro e uma que trabalhe em uma agência de viagem. Também, foi entrevistada uma mulher que trabalhe como Guia de Turismo, profissão que foi inserida por ser a primeira regulamentada no turismo, Lei 8.623/1993. Além disso, os critérios estabelecidos previamente para a escolha das mulheres que foram entrevistadas são: ter família, ser formada em turismo ou estar cursando turismo, mas não exclusivamente. Para tanto, foi utilizada a técnica de inserção no campo, chamada “bola de neve”. A seguir será apresentado o referencial teórico e, posteriormente, a análise dos dados qualitativos das entrevistas.

## **2.REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 SOCIOLOGIA DO TURISMO**

Há problemáticas e complexidades que envolvem o turismo e são trabalhadas pela Sociologia do Turismo. O mercado de trabalho, por exemplo, é um tema bastante explorado pela sociologia, abordando as contradições, as desigualdades, a exploração da mão de obra por parte das empresas, entre outros.

A Sociologia para Weber (1991 apud DIAS, 2008, p. 14), significa “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e em seus efeitos”. Segundo Dias (2008), o turismo é considerado um fenômeno social, pois, influencia diversos setores da sociedade, fazendo com que seja necessário constituir um ramo da Sociologia Geral: a Sociologia do Turismo.

De acordo com esse mesmo autor, o fenômeno turístico influencia o comportamento e atitudes das pessoas que estão relacionadas a atividade turística (os residentes de uma localidade turística, os agentes de viagem, os que trabalham no setor e os turistas), tornando-se assim um fator social a ser estudado em suas particularidades. Também, a sociedade de uma maneira geral, suas problemáticas, repercutem no turismo, como é o caso das relações de gênero.

Moesch (2000) enfatiza a importância de se produzir um saber-fazer e não um fazer-saber no turismo, para que o turismo não ocorra de uma forma meramente mercadológica. O turismo deve ser pensado, estudado e planejado para a partir daí ser inserido em uma sociedade, para que ocorra de forma saudável, podendo assim beneficiar a todos que estão envolvidos com o fenômeno turístico e minimizar os impactos negativos que poderão ser causados. Torna-se, assim, um saber-fazer e não apenas um fazer-saber.

A desigualdade de gênero é um problema social que existe há muito tempo, também repercute nos problemas sociais causados no

turismo. Cabe aqui dizer que os Estudos de Gênero são transdisciplinares.

## 2.2. ESTUDOS DE GÊNERO

Sendo um dos assuntos discutidos na Sociologia, os Estudos de Gênero surgiram através de movimentos feministas que viram a necessidade de discutir as relações entre homens e mulheres na sociedade, para melhor entendê-las. Os estudos sobre gênero referem-se a um entendimento mais complexo e completo destas relações, abordando temas como: desigualdade de gênero, desvalorização da mulher, machismo, violência doméstica, entre outros. Ou seja, discute de uma forma mais profunda, a relação social entre homens e mulheres focando a desigualdade de gênero; sendo gênero uma construção social e não apenas uma questão biológica.

Historicamente as mulheres exerciam apenas dois papéis sociais: prostituta ou dona de casa. Isso se deu pelo fato de que as mulheres eram privadas da vida social e sexual, e as que possuíam, eram condenadas pela sociedade e obrigadas a saírem de casa e se prostituir. Isso acontecia com mais intensidade nas classes mais baixas, pois de acordo com Fonseca (2012, p. 532) no início do Século XIX “O descompasso entre a moralidade oficial e a realidade agia ainda de outra forma para fazer vítimas entre mulheres pobres: promovia, entre as mais ingênuas, a convicção de que se não podiam ser santas, só lhes restava ser putas”. Além disso as mulheres tinham que submeter-se a autoridade masculina e eram consideradas incapazes de qualquer tipo de autoridade, não podiam ser responsáveis nem por si mesmas.

Como ressalta Rago (2004), até o final dos anos de 1960, segundo a autora, as mulheres eram vistas pela sociedade como frágeis e eram relacionadas ao casamento, maternidade e a esfera

privada do lar. As que não seguiam esse “padrão” imposto pela sociedade, tinham que pagar um preço alto, pois eram condenadas e violentadas moral e fisicamente, além de serem perseguidas pela polícia.

Porém, esse cenário vem se modificando com o passar dos anos. Através de lutas dos movimentos feministas e dos estudos de gênero, as mulheres foram aos poucos conquistando direitos sociais e direitos jurídicos, em busca da igualdade de gênero. Conquistou-se o direito a vida social, porém ainda são rodeadas de preconceitos por parte dos homens e das próprias mulheres que ainda possuem uma visão cultural patriarcal dos papéis sociais dos homens e das mulheres. Rago (2004, p. 32) afirma que: “[...]o fato é que as mulheres de todas as classes, etnias e gerações invadiram o mundo público, mesmo que, na maior parte das vezes, não ocupem postos de comando.”

As mulheres, comparado a contextos anteriores, já avançaram muito em relação aos direitos conquistados, entre eles, o direito ao ingresso no mercado de trabalho, o qual possibilitou a independência da mulher fazendo com que ela se fortalecesse ainda mais na luta pelos seus direitos. No entanto, a medida que conquistam direitos, as mulheres também adquirem outros problemas sociais, como: a dupla jornada de trabalho, violência física e moral, assédio sexual, discriminação no trabalho e na universidade, entre outros.

### 2.3 INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO PRODUTIVO E A DUPLA JORNADA DE TRABALHO

De acordo com Matos e Boreli (2013) No Brasil, a legislação que regulamenta o trabalho feminino foi implantada aos poucos no decorrer dos anos de forma limitada, começando em 1910 em São Paulo. Porém a mulher só adquiriu o direito de trabalhar sem a autorização do marido em 1943, apenas em 1965 foi retirado do



Código Civil o direito do marido de impedir que sua esposa trabalhe fora do domicílio.

As mulheres começaram a ser introduzidas no mercado de trabalho em cargos inferiores aos dos homens e de baixa remuneração em áreas ligadas ao trabalho reprodutivo (tecer, servir, cuidar, costurar, fiar) e no setor de serviços (balconista, telegráfica, secretária). No entanto, a medida que as mulheres foram ocupando espaço no mercado de trabalho, os cargos exercidos por elas foram desvalorizados e rebaixados socialmente e economicamente, como é o caso da profissão de professora. E, ao contrário, quando os homens começam a ocupar os cargos tidos como femininos, esses começam a ser valorizados, como é o caso das cozinheiras e dos chefs de cozinha (RITCHER, 2002).

Com a inserção no mercado de trabalho produtivo, sem a superação cultural do machismo, surge outro problema que a mulher precisa enfrentar: a dupla jornada de trabalho. De acordo com Ávila (2013, p. 234), a dupla jornada é o “movimento causado pela sobreposição de tarefas do trabalho remunerado e não remunerado no cotidiano”. Ao mesmo tempo que as mulheres trabalham fora de casa, elas também precisam lidar com o trabalho doméstico, que, na maioria das vezes, continua a ser feito exclusivamente por elas, já que foi delegado a elas historicamente e culturalmente. As tarefas domésticas e o cuidado com a família continuam a ser considerados responsabilidade da mulher, fazendo com que seus parceiros não partilhem essas tarefas, sobrecarregando-as ou desestimulando o seu interesse pelo trabalho produtivo.

Diante desse panorama, ressalta-se que a falta de políticas públicas para a solução dos dilemas que as mulheres enfrentam resultam no reforço da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Portanto faz-se necessária a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero. É preciso também que a

sociedade mude a sua visão sobre os papéis sociais exercidos por homens e mulheres para que possa haver uma igualdade de gênero.

#### 2.4 GÊNERO, TURISMO E MERCADO DE TRABALHO TURÍSTICO

No turismo as diferenças de gêneros começam desde o início das viagens. De acordo com Richter (2002), até o século XVI, as viagens eram acessíveis a poucas pessoas e direcionadas para os homens que viajavam para adquirir conhecimento político e perspectivas econômicas. As mulheres que viajavam sozinhas não tinham uma boa reputação perante a sociedade. Elas só podiam viajar se estivessem acompanhando o marido, por motivos de saúde ou religioso.

O setor de Turismo é voltado para a prestação de serviços, os quais tem a finalidade de bem receber os turistas, oferecendo: hospedagem, alimentação, lazer, entre outros. Muitas vezes, estes serviços são relacionados às mulheres, por estarem ligados ao trabalho reprodutivo. Assim, as mulheres estão inseridas na maioria deles como camareiras, cozinheiras, recepcionistas, entre outros serviços que não estão relacionados ao comando e a boa remuneração. Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (apud Costa; Balduino; Pinto; Meneses, 2011) apontam que os cargos mais elevados como os de gerente são ocupados em sua maioria por homens.

Muitas vezes, no turismo, as mulheres são contratadas por causa das suas “habilidades femininas” que estão vinculadas ao trabalho reprodutivo, pois estão associadas a elas características que são consideradas essenciais ao setor de serviços, vinculadas ao bem receber. Porém, mesmo com essas características consideradas “positivas” para o ingresso das mulheres no setor da hotelaria, foi constatado por Costa; Balduino; Pinto; Meneses (2011) que as

mulheres ainda são minoria no setor de gerencia, e, ainda, quando são responsáveis por algum setor, tende a ser setores relacionados ao trabalho reprodutivo (como governança).

Com esse panorama, pode-se perceber que a desigualdade de gênero no turismo está presente tanto no ato de praticar o turismo como no ato de servir aos turistas, e nos dois casos a situação das mulheres já melhorou muito, porém ainda continuam em desvantagem em relação aos homens.

É importante também ressaltar que muitas mulheres estão se tornando empreendedoras e pode-se dizer que um dos fatores que fazem as mulheres empreenderem é a falta de opção no mercado de trabalho, já que muitas são bem qualificadas, porém, mesmo assim, ainda não ocupam cargos de comando, com melhores salários. Portanto as mulheres decidem empreender para se tornarem donas do seu próprio negócio e ter autonomia e flexibilidade para dirigi-los e adaptá-los a sua rotina quando possuem uma dupla jornada. De acordo com Richer (2002, p.5), nos Estados Unidos “as mulheres dominam as propriedades das agências de viagens e são a maioria das agentes”, porém as grandes empresas turísticas como hotéis e companhias aéreas são os homens que detém. Neste sentido, serão analisadas opiniões de mulheres inseridas no mercado de trabalho turístico, incluindo uma empreendedora e uma gestora.

### **3. A DUPLA JORNADA DE MULHERES QUE TRABALHAM NO TURISMO EM ARACAJU**

A pesquisa de campo foi realizada através de entrevistas com quatro mulheres, cada uma representando um setor do mercado de trabalho turístico – Agencia de Viagem, Guia de Turismo, Setor Público e Meios de Hospedagem – com a finalidade de perceber como essas mulheres conseguem lidar com a dupla jornada em cada um

desses setores turísticos. Foram utilizados nomes fictícios para manter a privacidade das entrevistadas. A entrevistada número 1 trabalha na agência de viagem, foi chamada de Luiza (AG); a entrevista número 2 trabalha como guia de turismo, foi chamada de Eunice (GT); a entrevistada número 3 trabalha no setor público, foi chamada de Lúcia (SP); e, a entrevistada número 4 Daniela Mesquita é presidente da ABIH – Sergipe (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, seccional Sergipe) e permanecerá o seu nome verdadeiro, por ter sido uma entrevista com caráter institucional, devido ao cargo que ocupa e sua importância.

### 3.1 PAPÉIS DE GÊNERO NA SOCIEDADE EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DO HOMEM NA FAMÍLIA

Nas entrevistas, foi unanimidade a participação do homem nas tarefas de casa, ainda que não sejam todas de forma igualitária. Já o cuidado com os filhos estava mais direcionado a mãe. Porém foi possível perceber os avanços que a sociedade está dando com relação a participação do homem na família. Todas as entrevistadas concordaram com a partilha das tarefas com o parceiro e ressaltaram a sua importância. No entanto, há ainda muita naturalização dos papéis de gênero, especialmente de mãe e de pai.

Foi perceptível na fala de uma das mulheres entrevistadas (SP) que para ela o cuidado com os filhos é exclusivo da mulher, bem como, o fato dos homens não se preocuparem em dar orientação e afeto aos filhos é visto como algo da “própria natureza do homem”.

Lúcia vê a falta de dedicação do homem à família como algo “natural”, mas como já foi visto no capítulo teórico, isso se dá pelo fato de vivermos em uma sociedade machista e patriarcal, onde os homens são criados apenas para sustentar a família, fruto de uma construção social. Hoje em dia esse cenário já vem modificando, pois

as pessoas vêm modificando, aos poucos, seu modo de pensar e agir em relação a isso. No entanto, percebe-se que as mulheres precisam de mais empoderamento, mais fortalecimento, mais discussão sobre gênero, para não aceitarem a sobrecarga da mulher e o egoísmo do homem como algo natural.

Em relação as tarefas de casa, pode-se perceber o avanço na realização das tarefas domésticas por parte dos homens, mas a responsabilidade, muitas vezes, ainda permanece sendo da mulher, porque a mulher precisa pedir, telefonar, solicitar, lembrar ao marido que faça as tarefas. Mas já há o avanço.

Através dos casos relatados, pode-se pensar que talvez o fato do marido “ajudar” já seja interpretado positivamente pelas entrevistadas, visto que, no cotidiano, percebe-se que há, ainda, muitas mulheres que são sobrecarregadas com a dupla jornada, principalmente as mulheres pobres. Acredita-se que é preciso avançar ao ponto de que a mulher não tenha que pedir ao marido, que ela não seja “ajudada”, e sim que as tarefas e responsabilidades sejam, de fato, partilhadas.

Na fala de Luiza (AG) é possível perceber a necessidade de avançar, pois a mulher ainda assume a maioria das responsabilidades. Luiza afirmou que as tarefas de casa são partilhadas com seu parceiro, mas não igualmente

Eu tenho mais atividades do que ele, mas a gente divide. Quando eu não posso fazer a minha parte, eu peço a ele pra ele fazer e ele faz. Eu sou um pouco centralizadora também. Tem coisas que da pra ele fazer, mas eu não deixo que ele faça porque eu acho que faço melhor.

Esse é um problema que as mulheres enfrentam devido a socialização dos papéis de gênero. Elas aprendem que tem tarefas que só elas sabem fazer, e, com isso, ao invés de deixar o marido praticar até que ele possa fazer, elas assumem o seu papel de gênero e fazem o

que cabe as mulheres socialmente. Isso é um efeito da construção social que é feita desde a infância sobre os papéis do homem e da mulher. Muitas vezes algumas mulheres têm que faltar no trabalho por conta que o filho estar doente, e por que não o pai faltar para cuidar do filho? Foi uma pergunta feita a Luiza, onde ela respondeu:

Assim...depende do jeito dele. Se o pai tem muita paciência de cuidar de uma criança doente, não é nada de mais que ele falte e a mãe vá trabalhar, mas as vezes o pai não é muito paciente com a criança, não tem cuidado como a mãe tem as vezes, não tem atenção como a mãe tem, então, até assim pra eu ficar mais tranqüila eu preferia eu faltar e cuidar dela do que ele faltar, que as vezes ele podia faltar e ficar com ela e daqui a pouco eu ligar, já deu o remédio? Ah, eu esqueci, então eu sempre preferi que eu ficasse com ela e ele ia trabalhar.

Como o homem não está acostumado a cuidar dos filhos, porque esse não foi um papel que foi dado ao homem socialmente e culturalmente, isto faz com que elas não tenham a confiança em deixar o filho com o pai, mas isso é só uma consequência que pode ser modificada. Se esse papel social foi construído, ele também pode ser desconstruído, mas para isso a mulher tem que ter o conhecimento sobre isso, e tentar mudar o seu modo de ver esses papéis sociais, assim como os homens. Ambos tem que entender que essa divisão de papéis não é um processo “natural”, e sim um processo de construção social de gênero, processo esse que inferioriza as mulheres e dificulta a vida delas.

## 1.2 ACEITAÇÃO DO HOMEM SOBRE O TRABALHO REMUNERADO DA MULHER

Três das entrevistadas disseram que os seus companheiros aceitam seus trabalhos, mas que tiveram algumas objeções por conta da área e do cargo que exercem. Fato que demonstra o quanto a área do Turismo traz uma dificuldade a mais para as mulheres. Ainda, uma das entrevistadas relatou que foi impedida de trabalhar.

Luiza (AG), relatou um problema comum que as mulheres enfrentam. Em suas próprias palavras:

Trabalhar, trabalhar ele sempre foi a favor, mas ele não gostava muito na área de turismo, que eu trabalhasse na área de turismo. Porque tem muitas viagens, as vezes a pessoa precisa fazer uma visita técnica, precisa acompanhar um grupo, então ele não gosta muito nesse lado, esse ponto de ter que viajar com algum grupo é uma coisa que ele não gosta. Quando eu trabalhava como empregada como agente de viagem ele não gostava de forma alguma, hoje em dia como eu sou a empreendedora, a empregadora, ele já vê com um olhar diferente, ele já vê melhor, mesmo assim não gosta muito porque eu tenho que viajar pra passar alguns dias fora.

Muitos homens não gostam da idéia de ter a mulher viajando, ainda mais sem ele. Não gostam de ficar em casa lidando com a casa e com os filhos sozinho e isso faz parte do machismo, da cultura patriarcal. Conforme visto no referencial teórico fato da mulher viajar sozinha foi, historicamente, mal visto pela sociedade. A mulher ainda não alcançou este direito, esta igualdade no ato de viajar. O que está relacionado também a associação da mulher ao espaço privado, do lar. E isto prejudica a inserção das mulheres na área de turismo.

O caso de Eunice (GT) foi o mais grave, pois foi impedida de trabalhar e passou muitos anos de sua vida em casa cuidando dos filhos e do marido. Mas ela ressalta que isso aconteceu porque na época que ela casou a mulher só trabalhavam se o marido não tivesse condições de sustenta-la ou se tivesse uma formação acadêmica para arranjar um emprego prestigiado.

Conforme visto no referencial teórico, mulher trabalhadora era sinônimo de mulher pobre e isto era pejorativo. Quem tinha que trabalhar eram apenas os homens, era função deles sustentar a família, e as mulheres que trabalhavam eram mal vistas pela sociedade e também denegria a imagem do marido, por isso, eram impedidas de trabalhar por eles.

Os casos demonstram que a situação da mulher melhorou, porque o único caso de impedimento de trabalhar ocorreu já há algum tempo. No entanto, mesmo com avanços, continuam existindo barreiras.

#### 1.4 AS CONQUISTAS E OS ANSEIOS DAS MULHERES QUE VIVEM A DUPLA JORNADA NO MERCADO DE TRABALHO TURÍSTICO DE ARACAJU

As mulheres conquistaram muitas coisas ao decorrer dos anos, inclusive o direito a inserção no mercado de trabalho, porém, com a conquista desse direito elas adquiriram outro problema: a dupla jornada de trabalho, pois mesmo trabalhando fora de casa elas ainda permanecem com o trabalho de casa sobrecarregando-as. Portanto foi feita as entrevistadas as seguintes questões: O que foi conquistado pelas mulheres no mercado de trabalho turístico que ajudou na conciliação da dupla jornada? Levando em consideração a dupla jornada, o que você gostaria que melhorasse na sua família? E no seu trabalho?

De acordo com Daniela, a qualificação das mulheres abriu portas para conseguirem cargos no setor, antes ocupados por homens; bem como, cargos menos braçais, e, com isso, melhores horários de trabalho, facilitando a dupla jornada, inclusive com folgas nos finais de semana. Isto se relaciona com o que aponta a bibliografia, que para alcançar melhores posições as mulheres precisam ser muito qualificadas, mais do que os homens.

A maioria dos espaços que as mulheres conquistaram no mercado de trabalho foram cargos relacionados ao trabalho reprodutivo, porém, como foi relatado por Lúcia, atualmente as mulheres já conquistaram cargos mais elevados e que antes eram ocupados apenas por homens. De acordo com Lúcia ainda não há uma igualdade, mas isso faz parte de um processo cultural. Luiza também



compartilha da mesma opinião que Lúcia, pois ela acha que ainda não há uma igualdade, mas a situação das mulheres está bem melhor em relação ao que era há algumas décadas atrás.

Eunice acredita que uma das conquistas que a mulher teve que ajudou a conciliar a dupla jornada, foi a possibilidade de ser autônoma, pois isto traz a possibilidade de ter flexibilidade para se adaptar e conciliar a dupla jornada.

Por fim, cada uma das entrevistadas falou sobre seus anseios relacionados a família e o trabalho para conciliar melhor a dupla jornada. Entre os anseios destacados estão: aproximação da família no trabalho, diminuição da carga horária de trabalho, e divisão das tarefas em casa.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar o presente artigo destaca-se que a área do turismo, devido às viagens e aos horários de trabalho, pode ser considerada difícil para a mulher conciliar trabalho e família, em uma sociedade ainda machista. Portanto, ressalta-se a necessidade de trabalhar o tema gênero na área de turismo, seja através de estudos, pesquisas, debates, lutas sociais, sensibilização, políticas públicas, entre outras ações.

As entrevistadas relataram também que estão conseguindo lidar um pouco melhor com a dupla jornada, já que seus maridos ao menos ajudam ou já compartilham as tarefas de casa, mas destacaram que anseiam melhoras neste aspecto. Especialmente com relação a maternidade, a pesquisa evidenciou que é neste aspecto que mais se reproduzem os papéis de gênero e mais a mulher fica sobrecarregada (com a ausência de uma paternidade ativa). Também, destacou-se bastante o fato dos maridos não gostarem que as mulheres viagem a trabalho o que atrapalha a atuação das mulheres no setor turístico e

reproduz o machismo. Portanto, ainda não foi alcançada a igualdade de gênero.

Através desta pesquisa foi possível perceber que a participação do homem nas tarefas de casa vem aumentando, ainda que não seja de forma igualitária. Todas as mulheres entrevistadas reconhecem a importância da partilha das tarefas com o seu companheiro para que não fiquem sobrecarregadas. Já o cuidado com os filhos estava mais direcionado a mãe, nas falas das entrevistadas. Portanto as mulheres ainda precisam mudar seu pensamento em relação a algumas coisas e entender a construção social dos papéis de gênero. Foi relatado nas entrevistas que muitas pensam que só elas são capazes de cuidar bem dos filhos e que esse cuidado não é “natural” do homem, assim como as vezes acham que algumas tarefas de casa não são “para homens” porque acham que eles não sabem fazer direito.

Ou seja, é necessário, em toda a sociedade, uma maior discussão de gênero, a qual, conforme demonstrado no capítulo teórico, evidencia que esses papéis, tidos como naturais, são fruto de uma construção social que ainda pode ser desconstruída. Se o trabalho tido como “de mulher” fosse compartilhado com o homem igualmente, as mulheres não se sentiriam sobrecarregadas e nem culpadas, pois os filhos receberiam os cuidados do pai e da mãe, um complementando o outro, e as tarefas seriam feitas por todos, não sobrecarregando ninguém. Mas para isso é preciso que tanto o homem como a mulher tenham conhecimento sobre gênero, para que seja possível mudar a visão da sociedade em relação a esses papéis de gênero, pois esses papéis apenas beneficiam os homens dificultando assim a vida das mulheres.

Em relação a aceitação do homem sobre o trabalho da mulher pôde-se perceber a diferença que vem acontecendo. Apenas uma entre as quatro entrevistadas foi impedida de trabalhar, justamente pela época em que aconteceu, já que ela é da melhor idade. No entanto, as outras tiveram algumas objeções por causa da área de atuação (que

demanda viagens) e a carga horária (que exige trabalho nos dias considerados de lazer). Ou seja, houve avanços, mas ainda há uma cultura machista.

De acordo com as entrevistadas, o que a mulher conquistou no mercado de trabalho que ajudou na conciliação da dupla jornada, foi a maior qualificação que contribui para as mulheres ocuparem setores que antes eram ocupados por homens, como os cargos de chefia. Isto se relaciona com o que aponta a bibliografia, que para alcançar melhores posições as mulheres precisam ser muito qualificadas, mais do que os homens. Também, a autonomia, pois hoje as mulheres podem ser autônomas e assim conciliar melhor a sua dupla jornada ajustando seu próprio horário.

Os anseios das mulheres que vivem a dupla jornada no mercado de trabalho turístico são basicamente: a diminuição da carga horária de trabalho, ter atividades que envolvam a família no trabalho para poder tê-la por perto, morar mais próximo do trabalho para conciliar melhor a dupla jornada, e, a maior contribuição da família nos afazeres de casa.

Portanto, este artigo pretende contribuir ao debate, incentivando a realização de outras pesquisas relacionadas a desigualdade de gênero no mercado de trabalho turístico, a fim de contribuir para uma melhor visualização da situação das mulheres em relação aos avanços que estão ocorrendo e ao que ainda precisamos avançar. A igualdade de gênero é fundamental para um turismo mais humano e mais justo, bem como, para uma sociedade melhor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A Dinâmica do Trabalho Produtivo e Reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo. GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres**

**Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados.** São Paulo: Fundação Perceus Abramo: Edições Sesc, SP, 2013.

BALDUINO, Joycecream Cordeiro; COSTA, Débora de Souza; PINTO, Rosiele Fernandes; MENEZES, Paula Dultra Leão de. Revista Iberoamericana de Turismo. **A Mulher no Trabalho: A Situação de Funcionárias da Hotelaria de João Pessoa-PB**, Penedo; vol. 1, n.2, p.36-48, 2011.

BORELI, Andrea; MATOS, Maria. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. In: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.623, de 28 de Janeiro de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. In: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1993.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.  
FOCHI, Mirian Cleusa. **Relações de Trabalho e Relações de Gênero na Hotelaria**. Brasília, DF. Monografia apresentada ao Centro de Excelência de Brasília, Universidade de Brasília, 2005.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORI, Mary Del (Org.). PINSKY, Carla Bassanezi (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOESCH, Marutschka Martini. **A Produção do Saber Turístico**; São Paulo: Contexto, 2000.

RAGO, Margareth. Ser Mulher no Século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (orgs). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

RICHTER, Linda. Explorando o papel político do gênero na pesquisa de turismo. In.: THEOBALD, William. **Turismo Global**. São Paulo: SENAC, 2002.

## **BEIJEI UM GAROTO. EU SOU GAY? CAMINHOS PARA PENSAR ADOLESCÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADE<sup>18</sup>**

Carlos Henrique Pereira Franco

### **RESUMO**

O artigo parte da pergunta comumente feita por muitos adolescentes: “Beijei um garoto. Eu sou gay?”, e traz reflexões sobre o tema a partir da discussão teórica construída na pesquisa “Sexualidade e adolescência: práticas e sentidos entre adolescentes homossexuais em Salvador”, desenvolvida no Programa de Iniciação Científica da Faculdade Ruy Barbosa DevrylBrasil, concluída em 2014. Para refletir sobre esse questionamento fez-se, inicialmente, um apanhado de alguns conceitos sobre adolescência presentes na literatura em psicologia, e um breve histórico sobre a sexualidade a partir de autores como Michel Foucault, Marilena Chauí e Luiz Mott. A revisão de literatura aponta para a construção sócio-histórica tanto da adolescência como da sexualidade, e traz a dimensão não patologizante do indivíduo, discutindo como na adolescência a homossexualidade está presente não apenas como uma “experimentação”, mas pode fazer parte da construção identitária e sexual destes sujeitos.

**Palavras-chaves: Adolescência. Homossexualidade. Psicologia.**

### **ABSTRACT**

The article begins with the question commonly asked by many teenagers: "I kissed a boy. Am I gay? ", and reflects on the topic from the theoretical discussion built on the research “Sexuality and Adolescence: practices and meanings among gay teenagers in Salvador”, developed in the Scientific Initiation Program at Ruy Barbosa Devry | Brazil Faculty, concluded in 2014. To reflect on this question, was made initially an overview of some concepts about adolescence in the literature on psychology, and a brief history of sexuality, using Michel Foucault, Marilena Chauí and Luiz Mott as references. The literature review points to the socio-historical construction of both adolescence and sexuality, and do non-pathologic the individuals, discussing how homosexuality is present in

---

<sup>18</sup> Este texto foi indicado para publicação pela professora Dra. Darlane Silva Vieira Andrade, docente do Bacharelado em Gênero e Diversidade da Universidade Federal da Bahia, pela qualidade do texto e contribuição do mesmo para a discussão teórica sobre sexualidade e gênero entre adolescentes.

adolescence not only as an "experimentation" behavior, but also as a part of the construction of identity and sexuality of these subjects. **Keywords:** Adolescence; Homosexuality; Psychology.

## APRESENTAÇÃO

A adolescência é compreendida na nossa sociedade ocidental a partir da circulação de discursos que abordam este fenômeno como um período atravessado por crises: de identidade, familiar, nos relacionamentos afetivos etc, sendo designado, no senso comum, como período de “aborrescência”. Não se contesta a possibilidade da presença destas características entre adolescentes, porém, pode-se dizer que todo processo de constituição do sujeito acarreta em transformações biológicas, psíquicas e sociais, gerando conflitos e dúvidas, que são importantes no processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a adolescência corresponde a um período de descoberta de si, de curiosidade por novas experiências, caracterizada pela necessidade de integração social, pela busca da independência individual, do desenvolvimento da personalidade e definição da identidade sexual (ERIKSON, 1976) sendo esse período de desenvolvimento marcado por mudanças significativas.

No campo da Psicologia e outras áreas do saber, há diferentes olhares teóricos acerca do conceito de adolescência. Contudo, é corriqueiro que a própria literatura, e os discursos que circulam no social, conduzam esse olhar para um período de “conturbações”. Surgem, então, questionamentos acerca dos comportamentos em torno da sexualidade, já que espera-se socialmente que haja uma definição da identidade sexual e social, como aponta Erik Erikson (1976). E neste terreno, se um adolescente beijar outro adolescente do mesmo sexo, ele é gay? Ou está apenas testando as próprias possibilidades no exercício de sua sexualidade? Ou ainda, apenas experienciando afim de “ceifar sua curiosidade”?

Para refletir sobre esses questionamentos faz-se necessário um breve olhar sobre a adolescência, sobre a sexualidade e suas práticas.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE ADOLESCÊNCIA**

Em geral, a adolescência inicia-se com as mudanças corporais da puberdade devido ao desenvolvimento das gônadas que estimulam uma série de mudanças que preparam o corpo para maturidade sexual, tais como: para o aparecimento dos pelos pubianos, o crescimento dos seios, a primeira menstruação, para as meninas. Nos meninos também há o aparecimento dos pelos pubianos, somado aos pelos no rosto, mudanças na voz, à primeira ejaculação, dentre outras características. Este desenvolvimento cessa perto dos 20 anos de idade (o critério da idade foi definido com base em aspectos do desenvolvimento biológico e por aspectos sociais), mas o que irá determinar o término da adolescência serão aspectos mais sociais tais como a inserção social, profissional e econômica na sociedade adulta, segundo Vera Formigli, Maria Costa e Lauro Porto (2000).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define adolescência como um período biopsicossocial, que compreende a idade entre 12 e 18 anos. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência acontece entre os 10 e 19 anos. Esse também é o critério adotado pelo Ministério da Saúde do Brasil (MS) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo Evelyn Eisenstein (2005).

Segundo os estudos de Benedito Santos (1996), que mapeou historicamente as concepções de infância e adolescência incluindo perspectivas da teologia, a filosofia, a psicologia e as ciências sociais, identificou em Rousseau a invenção da adolescência como um período típico do desenvolvimento, marcado pela turbulência, no qual o jovem não é nem criança nem adulto. A partir daí, diversos estudos apontam

para características de transição para a vida adulta e para a existência de aspectos universais, principalmente psíquicos, que marcam esta etapa da vida.

Para Maurice Debesse (1946) citado por Wanda Aguiar, Ana Bock e Sergio Ozella (2001), “a adolescência não é uma simples transição entre a infância e a idade adulta, mas ela possui uma mentalidade própria com um psiquismo característico dessa fase” (p. 15).

Arminda Aberastury e Maurício Knobel (1981) consideram algumas características psicossociais da adolescência como universais, apontando que a adolescência é um momento “crucial na vida do homem e constitui a etapa decisiva de um processo de desprendimento” (p.10). Esses autores introduzem o conceito de “síndrome normal da adolescência” e condiciona toda a realidade biopsicossocial a circunstâncias interiores ao afirmarem a existência de uma “crise essencial da adolescência”. “O adolescente passa por desequilíbrios e ‘instabilidades extremas’ e que o adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pais etc”. (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 11).

Diferente das concepções citadas, a Psicologia Sócio-histórica<sup>19</sup> tece uma crítica sobre a visão “naturalizada” da adolescência, principalmente advinda das ciências médicas, como uma etapa de crises e turbulências e considera que a adolescência não é um período natural do desenvolvimento, assim como suas características não são universais. A adolescência seria um momento significado, interpretado e construído pelos seres humanos em determinado contexto, associado a marcas do desenvolvimento do corpo. Essas marcas constituem também a adolescência enquanto fenômeno social,

---

<sup>19</sup> Esta perspectiva concebe o sujeito como um ser histórico, isto é, um ser constituído no seu movimento; constituído ao longo do tempo pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2001).



mas o fato de existirem enquanto marcas do corpo não deve fazer da adolescência um fato natural.

Deixamos de ser tão moralistas ou prescritivos de uma suposta normalidade. O “normal” em nossa sociedade nada mais é que aquilo que os homens se interessaram em valorizar, mas não é nem natural, nem eterno. Tudo, no psiquismo humano, pode ser diferente. Os modelos de normalidade e de saúde precisam ser considerados historicamente. As características da adolescência tem sua explicação nas relações sociais e na cultura e não no próprio desenvolvimento do sujeito que se constitui como adolescente. Claro que o sujeito construirá esse processo imprimindo-lhe suas características; mas a adolescência como conceito geral, como referência cultural para o próprio sujeito que se constitui, não pode ser analisada a partir do sujeito, como se suas características surgissem naturalmente à medida que atingisse determinada idade (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001, p. 167).

Corroborando com essa crítica, Joaquín Blasco (1997) chama a atenção de alguns riscos a se pensar adolescência dentro dessa perspectiva naturalizada e universal, e um deles é “rotular de patológico o adolescente não rebelde ou que não aparente as dificuldades contidas” (p. 146-147).

Maria Ribolla e Geraldo Fiamenghi Jr. (2007) dialogam com as contribuições de Ana Bock, Maria Gonçalves e Odair Furtado (2001), e apontam para a inexistência da adolescência como uma fase natural do desenvolvimento, pois ela é construída segundo os padrões culturais que marcam um dado momento na história, podendo ser compreendida inserida no contexto que lhe deu origem; assim, as marcas da contemporaneidade estão presentes nos padrões comportamentais existentes nos jovens hoje.

É importante acentuar que essa concepção, segundo a proposta da psicologia sócio-histórica, faz quebrar aquela noção engessada e que tenta encaixar a adolescência dentro de um padrão, e esse convite para reflexão acerca da adolescência “despatologiza” o desenvolvimento humano na medida em que o torna histórico.

Passamos a compreender que as formas que assumimos como identidades, personalidades e subjetividades são construídas historicamente. A sociedade, constituídas por nós mesmos, nos dá os limites e as possibilidades de “sermos”. A adolescência, na forma como se constitui, deve ser entendida no seu movimento e suas características devem ser compreendidas no processo histórico de sua constituição (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001, p. 167).

Dentre as características que constituem a adolescência, as marcas corporais são importantes, sendo estas significadas socialmente e não devem ser tomadas no conceito de adolescência em si, de modo a naturalizar as mudanças corporais e a adolescência deve ser compreendida nessa inserção. Para a abordagem sócio-histórica “só é possível compreender qualquer fato a partir de sua inserção na totalidade em que ele foi produzido, totalidade essa que o constituiu e lhe dá sentido” (AGUIA; BOCK; OZELLA, 2001, p. 169).

É importante acentuar que essa concepção, segundo a proposta da psicologia Sócio-histórica, faz quebrar aquela noção engessada e que tenta encaixar a adolescência dentro de um padrão, e esse convite para reflexão acerca da adolescência “despatologiza” o desenvolvimento humano na medida em que o torna histórico.

Passamos a compreender que as formas que assumimos como identidades, personalidades e subjetividades são construídas historicamente. A sociedade, constituídas por nós mesmos, nos dá os limites e as possibilidades de “sermos”. A adolescência, na forma como se constitui, deve ser entendida no seu movimento e suas características devem ser compreendidas no processo histórico de sua constituição. A adolescência deixa de ser analisada como algo abstrato, algo natural em si, para ser vista como uma etapa que se desenvolve na sociedade, uma fase do desenvolvimento e uma etapa na história da humanidade (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001, p. 167).

Essa visão diferenciada trazida por Wanda Aguiar, Ana Bock e Sergio Ozella (2001), vincula o desenvolvimento do ser humano à sociedade, vinculando também a psicologia ao desenvolvimento

social. Ao falar do desenvolvimento humano e da adolescência, estaremos falando do desenvolvimento da sociedade.

A adolescência existe e é caracterizada bem como dotada de sentidos dentro de um contexto sócio, histórico e cultural. Sendo assim, são importantes referências as condições sociais que facilitam, contribuem ou dificultam o desenvolvimento de determinadas características dos adolescentes.

### **CAMINHOS PARA PENSAR A (HOMO)SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA**

Para Michel Foucault (2005), a experiência da heterossexualidade, pelo menos desde a Idade Média, foi sempre formada por dois quadros: de um lado o quadro da corte, no qual o homem seduz a mulher; e de outro o do ato sexual em si. Mas a grande literatura heterossexual do Ocidente se polarizou fundamentalmente em torno do quadro da corte amorosa, isto é, de tudo quanto precede o ato sexual. Toda a atividade do refinamento intelectual e cultural, toda a elaboração estética ocidental, se centrava na corte. Daí a reduzida valorização literária, cultural e estética do ato sexual em si. Por outro lado, a experiência homossexual moderna não tem nenhuma relação com a corte em se tratando da “liberdade” de expressar a sexualidade.

No entanto, na cultura cristã ocidental a homossexualidade se viu repelida diante da normatização da relação heterossexual, e o discurso e práticas sobre a homossexualidade ficaram concentradas no próprio ato sexual. Não se permitiu aos homossexuais elaborarem um sistema de corte, uma vez que lhes foi negada a expressão cultural necessária a essa elaboração. O espaço entre a piscadela na rua e o ato sexual demonstra a rapidez com que as relações homossexuais são consumadas, tendo esses fenômenos origem numa proibição. Por isso,

quando começam a se desenvolver uma cultura e uma literatura homossexuais, elas se centram no aspecto das relações sexuais (FOUCAULT, 2005).

Segundo Marilena Chauí (1984), para se referir à homossexualidade, na Grécia e Roma antigas, era utilizado o termo homofilia que por sua vez era tolerada quando a figura era masculina e inclusive, tais atos eram estimulados. Somente no ano de 1969 que o termo homossexualidade foi criado pelo jornalista austro-húngaro **Karl-Maria Kertbeny**. Contudo, as práticas homoafetivas já existiam há muito tempo, segundo o antropólogo Luiz Mott (2003):

Antes mesmo de ter sido escrita a primeira linha da Bíblia, já existiam documentos, no antigo Egito, há mais de cinco mil anos antes de Cristo, que descrevem relações sexuais entre dois deuses e dois homens. Há também, grandes personagens da antiguidade, como o general Alexandre Magno, o filósofo Sócrates, a poetisa Safo de Lesbos, [que mantinham relações afetivas com pessoas do mesmo sexo] (p. 12).

Segundo Rita Vasconcelos (2009),

com o advento do Cristianismo, o Império Romano, que antes celebrava a bissexualidade, passa a condenar as práticas homoeróticas. Os códigos de conduta, a moral e a ética impostas pela Igreja, aliada ao império, segregam os indivíduos que estão fora dos padrões socialmente estabelecidos. O tribunal do Santo Ofício, instituído na Europa, perseguia aqueles que praticavam heresia e a homossexualidade estava incluída dentre estas práticas (p.33).

É notório, diante de todo esse contexto, que o cristianismo (ou a moral cristã) tem forte influência sobre as condutas dos sujeitos, determinando o uso do sexo para a procriação, punindo e condenando como um pecado contra a natureza as práticas sexuais hétero e principalmente as homossexuais, que não fossem para procriação.

A partir do século XIX, a ciência médica passa a exercer um controle terapêutico que substitui o antigo controle religioso,

emergindo na Europa e no Brasil a preocupação com a homossexualidade – antes tida como pecado, vício ou crime, passíveis de castigos ou de penas – passa a ser considerada uma patologia que necessita da intervenção e do cuidado do médico, em especial, do psiquiatra (TREVISAN, 2007). “A psiquiatria, com larga experiência no trato da loucura, passa a enquadrar os desvios à norma não mais como crimes e sim como doenças. O pederasta, agora considerado doente, não era mais culpado por transgredir a norma, do ponto de vista jurídico”, segundo Rita Vasconcelos (2009, p. 36).

Peter Fry e Edward MacRay (1985) apontam que nesse período a medicina iniciou estudos acerca das causas da homossexualidade, e apresentou duas causas principais: as biológicas, destacando a hereditariedade e os defeitos congênitos e defeitos hormonais; e as causas de cunho social. Uma vez que havia causas endócrinas e orgânicas, os médicos viam, dessa forma, a possibilidade de cura, pela correção hormonal, por exemplo. Além disso, se fosse observada que as causas eram de caráter social, haveria “medidas pedagógicas” de correção.

Foi somente a partir da década de 1990, que a psicologia e outras áreas de saúde e assistência social começam a pautar que a homossexualidade não é uma doença, desvio de conduta ou transtorno mental como foi tratada durante muitos anos, e sim, uma expressão da sexualidade. Já no ano de 1985 o Conselho Federal de Medicina e a Organização Mundial da Saúde retiraram a homossexualidade da lista de desvios sexuais, despatologizando-a. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) se posicionou sobre o tema, elaborando uma resolução, de nº 001/1999 de 22 de Março de 1999, onde estabelece que a homossexualidade não seja considerada uma patologia. A mesma proíbe qualquer ação de psicólogos (os) que possa colaborar com uma representação da homossexualidade como doença ou anormalidade, bem como realizar procedimentos psicoterápicos para mudança de orientação sexual.

Como posto, nas últimas décadas, a homossexualidade tem sido vista como mais uma expressão da sexualidade que esteve presente em práticas sexuais ao longo da história da humanidade – incluindo também comprovações de que há práticas homoeróticas no reino animal. E esse reflexo se dá com grande participação dos movimentos sociais para mudanças de perspectivas, especificamente os movimentos Feministas e LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis). O movimento LGBT foi braço do capital político do movimento feminista que contribuiu para a sua fundação, compactuando sua agenda e buscando promover na esfera pública um valor central para ambos, isto é, a “liberdade sexual” (CARRARA, 2010).

Em se tratando de adolescentes, seriam as práticas, os desejos, sentimentos, ou como está estereotipado no cenário social, o andar, o se vestir, um beijo ou “*selinho*” etc., entre adolescentes do mesmo sexo que vão determinar que estes sejam homossexuais? E os clichês, segundo os quais o homossexual é um “homem afeminado”, ou a lésbica uma “mulher masculinizada”, são ainda comuns hoje como no imaginário social, tanto quanto era há algumas décadas? No censo comum, pessoas não homossexuais acabam sendo enquadrados dentro desses estereótipos porque estes não coadunam com os padrões (heteronormativos) ditados socialmente – seja na sua aparência física, no jeito de fala e de se vestir.

Portanto, para responder a pergunta inicial, trago o conceito de Identidade, que “pode ser definida como um fator diferenciado que certos indivíduos possuem de determinadas posições culturais, políticas e econômicas correntes em cada sociedade” (CHASIN, 2000 apud NUNAN, 2003, p.116). Maria Jacques (1998) ressalta que a identidade de um indivíduo é formada por duas partes articuladas entre si: identidade pessoal que diz respeito aos atributos específicos do indivíduo, de como ele(a) se reconhece e se identifica como seus

iguais; e identidade social, que se refere aos atributos que assinalam o pertencimento a grupos ou categorias.

Na impossibilidade de se identificarem com o grupo tradicional, ou seja, com grupos que atendem as normativas em relação a comportamentos de gênero e sexualidade heteronormativa, muitos gays e lésbicas acabam lutando por uma identidade própria, cujo componente central parece ser, entre outros, o desejo homossexual, como aponta Carlos Souza (1989).

Marina Castañeda (2007) afirma que “a identidade implica, portanto, numa convergência de desejos, de sentimentos, de práticas e consciência, que culminam em uma definição e uma aceitação de si como homossexual” (p. 52). Portanto, perguntar ao adolescente como este(a) se identifica perante a sua sexualidade é o recomendado para evitar entrar em um terreno escorregadio que cerca a nomeação de uma pessoa (por outra) como homossexual. A pergunta pode parecer simplista, mas é de importância fundamental. O fato de um(a) adolescente se dizer homossexual e de um(a) adolescente ser chamado(a) assim pelos outros é essencialmente diferente. E isto tem implicações muito diversas.

Vários adolescentes homossexuais, como exemplo do que acontece em nossa cultura, namoram garotas ou tentam manter relações sexuais com elas apesar da ausência de desejo heterossexual, para satisfazer as expectativas dos pais, amigos e sociedade (ISAY, 1998, p. 14).

Sem embargo, é na adolescência que os sujeitos percebem a intensidade e dão significado ao desejo, a atração sexual, o prazer e a fantasia sexual. Usualmente, na adolescência o contato sexual se concretiza, além da masturbação, na relação com outra pessoa, envolvendo as partes erotizadas (vagina, ânus, pênis, etc.) e todo o corpo. Essas manifestações sexuais e as afetivas podem ocorrer entre adolescentes do mesmo sexo e entre adolescentes de sexos opostos, ou

até mesmo práticas bissexuais. É comum que tais manifestações sejam compreendidas, até mesmo identificadas nos discursos dos adolescentes (e da sociedade), como uma forma de experimentação, uma descoberta, principalmente quando estas ocorrem entre pessoas do mesmo sexo. Essas experimentações podem ser vistas também uma forma de afirmação da sua identidade sexual, através da concretização de desejos e fantasias.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta “Beije um garoto. Eu sou gay?” suscita reflexão sobre de que forma os(as) adolescentes se sentem identificados(as) com as práticas homoeróticas e os questionamentos que lhes fazem a respeito da sua sexualidade quando esta não atende um padrão socialmente esperado (o heterossexual).

Na adolescência, a sexualidade será exercida de diversas formas, mas se um padrão não for atendido, os(as) adolescentes ficam vulneráveis ao preconceito e à discriminação, que podem começar inclusive no âmbito familiar por ser comum os pais e cuidadores(as) esperarem comportamentos condizentes com o sexo de seus filhos(as), o que inclui uma disposição para se relacionar com o sexo oposto. Os pais criam uma série de expectativas em relação ao ser que está por vir, menina ou menino, definindo logo de início o que é esperado dessa criança: compram roupas de determinadas cores, decoram o quarto com motivos femininos ou masculinos, escolhem os brinquedos adequados ao sexo biológico, a partir da aprendizagem cultural sobre as diferenças sexuais, como apontam Jane Felipe e Bianca Guizzo (2003). Consequentemente, o adolescente de desenvolve em uma cultura que, desde o princípio, determina comportamentos que são considerados como certos e desejados de acordo com o sexo do bebê.



A falta de conhecimento dessas dimensões que cercam a diversidade sexual, conseqüentemente reforça os preconceitos que são socialmente construídos e que fazem com que a vivência da sexualidade principalmente para adolescentes que se identificam como homossexuais, seja cercada de culpa, vergonhas e constrangimento, desencadeando angústia e dor.

Por fim, a construção de sentidos sobre a homossexualidade também passa pela sua prática e é o que também vai envolver a construção da identidade homossexual: se você experimenta *ficar* com alguém do mesmo sexo e gostar, você pode se denominar homossexual e dialogar como a identidade “gay” – refere-se justamente a essa coerência e a essa aceitação da homossexualidade (CASTAÑEDA, 2007).

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

AGUIAR, Wanda; BOCK, Ana; OZELLA, Sergio. **A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica**. In: BOCK, Ana; GONÇALVES, Maria; GURTADO, Odair (Orgs). *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, Ana; GONÇALVES, Maria. Graça; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001.

BLASCO, Joaquín. **Una revisión de la idea de adolescência como etapa de crisis y turbulencia**. In: Congreso Internacional de la Asociación Nacional de Psicología Evolutiva y Educativa de la Infancia y la Adolescência (INFAD), 7., 1997, Oviedo. anais. 1997. p.142-150.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 2. ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2010.

CARRARA, Sérgio. **Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo**. *Revista Bagoas*, nº05, p.131-147, 2010.

CASTAÑEDA, Marina. **A experiência Homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas**. 'Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Teixeira Filho'. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CHASIN, Alexandra. **Selling Out: the gay and lesbian movement goes to market**. New York: St. Martin's Press, 2000 apud NUNAN, Adriana. In: *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*, Rio de Janeiro: Caravansarai Editora, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução 001/1999*. Disponível em: <<http://www.cfp.org.br/resolucoes>> Acessado em: 29 mar. 2015.

DEBESSE, Maurice. **A Adolescência**. Publicações Europa-América, 1946 apud

BOCK, Ana; GONÇALVES, Maria; FURTADO, Odair (Orgs.). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.

EISENSTEIN, Evelyn. **Adolescência: definições, conceitos e critérios**. *Revista Adolescência & Saúde*, Rio de Janeiro: 2005. Vol. 2.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FORMIGLI, Vera; COSTA, Maria; PORTO, Lauro. **Avaliação de um serviço abrangente de cuidados de saúde do adolescente**. *Cadernos de Saúde Pública*, 16, 831-841, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Um diálogo sobre os prazeres do sexo**. São Paulo, Landy Editora, 2005.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade?** São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

GUIZZO, Bianca; FELIPE, Jane. **Erotização dos Corpos Infantis na Sociedade de Consumo**. *Revista Pro-Posições*, v. 14, n.3 (42) - set./dez. 2003.

ISAY, Richard. **Tornar-se Gay**. O Caminho da Auto-Aceitação. São Paulo: Summus Edições GLS, 1998.

JACQUES, Maria et al. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOTT, Luiz. **Homossexualidade: Mitos e Verdades**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

RIBOLLA, Maria; FIAMENGHI JR., Geraldo. **Adolescentes na escola: representações sociais Sobre violência**. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. V. 11, n. 1 Janeiro/Junho, 2007. p.111-121.

SANTOS, Benedito. **A emergência da concepção moderna de infância e adolescência. Mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo – SP, 1996.

SOUZA, Carlos. **A homossexualidade ao longo dos tempos**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v.38,2. 6, nov./dez.1989. p. 321-326.

TREVISAN, João. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

VASCONCELOS, Rita. **O “gueto” para homossexuais de Fortaleza: desvendando preconceitos e significados**. 2009. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2009.

## COTAS RACIAIS NA UFSC: TRAJETÓRIAS E PROJETOS EM UM NOVO CAMPO DE POSSIBILIDADES<sup>20</sup>

Gabriela Solange Sagaz

### RESUMO

As ações afirmativas enquanto Cotas Raciais foram inseridas no vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2007. Em 2012, a Lei 12.711/12 aprovada pela Câmara Federal realizou modificações significativas nas Ações Afirmativas da Universidade. Este artigo objetiva, através da análise de *entrevistas narrativas*, apresentar as trajetórias escolares, *projetos* e consequências na vida dos alunos cotistas que optaram por cotas raciais no vestibular da UFSC. Sugere-se que as Cotas Raciais não apenas viabilizam a concretização de *projetos* individuais, mas ampliam o *campo de possibilidades* e os *projetos* destes jovens.

**Palavras-chaves:** Cotas Raciais. Ensino Superior. Campo de Possibilidades. Projetos. Trajetórias.

Muito tem sido debatido sobre Cotas Raciais no Ensino Superior nos últimos anos, mesmo após a aprovação da Lei 12.711/12 ou Lei de Cotas. Contudo, devido às próprias contradições que o tema ainda traz para o campo da Antropologia e para o ambiente institucional da Universidade, há ainda necessidade de reflexões sobre quem são estes estudantes, as persistentes problemáticas que envolvem uma eficácia efetiva da Política Pública na forma de permanência dos alunos e as consequências posteriores nas vidas dos que são atingidos por tal medida. Neste artigo, através das contribuições de VELHO (2004) iremos perceber as cotas raciais não somente como uma medida de inclusão mas uma política que acarreta transformação de *projetos* individuais e ampliação do *campo de possibilidades* dos alunos cotista da Universidade Federal de Santa

---

<sup>20</sup> Este artigo é síntese da pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para Bacharel em Antropologia Social, orientado pela Professora Associada Dra. Antonella M. I. Tassinari, vinculada ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e Co-orientado pelo Ms. Lic. Alexander A. Cordovés doutorando do Programa de Pós-graduação em Antropologia/UFSC..

Catarina (UFSC). De acordo com Velho,

*Campo de Possibilidades* trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O *projeto* no nível individual lida com a *performance*, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda vida social, inextricavelmente vinculado aos códigos culturais e aos processos históricos de *longuedurée*. (VELHO, 1994, p. 28).

Seguindo Bourdieu (1964), consideramos que a Universidade sempre foi um espaço, que, até a última década, era produzido e acessado apenas pelos *herdeiros*, ou seja, “aqueles onde a cultura da elite é uma herança fácil e facilitadora e para outros esta sempre foi uma conquista cara” (BOURDIEU, 1964, p.42 ). Agora, este lugar deixa de ser um espaço exclusivo de um restrito público da elite acadêmica, e tradicionalmente branca, para ser ocupado pelas mais diversas representações de camadas sociais, raciais e heranças culturais. Mas o que devemos ter em mente é que, tendo como foco os estudantes cotistas negros, o tema está o tempo todo envolvido em questões sobre racismos e disputas do espaço de poder.

Com o objetivo de buscar melhor compreender a trajetória escolar, *projetos* e seus impactos na vida dos alunos negros e cotistas da UFSC, este trabalho tenta esboçar o significado da entrada na Universidade para estes estudantes e quanto esta escolha conseguiu ampliar e até transformar o *campo de possibilidades* e os *projetos* de vida destes que optaram por cotas raciais. Através das entrevistas apresentadas, que percebemos que quanto o Ensino Superior, acessado através das Cotas Raciais, torna-se, muitas vezes, um ambiente verdadeiramente significativo para releituras do próprio processo sócio-histórico dos alunos, criando novas interpretações com as alternativas que estão sendo oferecidas na Universidade. Isto, transforma a vida destes estudantes e da própria Universidade que tem

novos desafios a enfrentar e muito para se adequar às novas formas de vivências e conhecimentos que os alunos cotistas oferecem para a Instituição.

### **COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR: O PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFSC E A LEI DE COTAS**

As Cotas Raciais são uma medida de ação afirmativa, na qual fica estabelecida uma porcentagem de vagas para pessoas com uma desvantagem material e verifica-se a predisposição sistêmica em garantir a efetivação da igualdade material. De modo que a adoção de medidas nesse sentido está em equilíbrio com o espírito da Constituição Brasileira (BARBOSA, 2007; PIOVESAN, 2007). Várias foram as retóricas favoráveis e contrárias às cotas nas Universidades (GOSS, 2008) e muitos foram os militantes e pesquisadores chamados para argumentar posição favorável ou assumir posição contrária às cotas. Segundo Goss (2008) principais argumentos utilizados contra o sistema de cotas no ensino superior foram: dificuldade de identificação (como identificar os negros em um país fundamentalmente mestiço); constitucionalidade das cotas (alegando que o sistema contraria a garantia de direitos universais); meritocracia (alegando que a reserva de vagas não considera questões do mérito pessoal dos estudantes); discriminação positiva que se propagava (poderia gerar uma posição racista em relação aos brancos); paternalismo (famoso argumento “dando o peixe e não ensinar a pescar”); comprometimento da excelência na educação (ideia que a suposta falta de aquisição cultural e educacional iria afetar a qualidade nas Universidades); racialização (as cotas poderiam contribuir para criar grupos separados de brancos e negros gerando conflitos étnicos no país). Após as primeiras avaliações<sup>1</sup> lançadas pelas comissões de avaliações de ações afirmativas das Universidades, muitas dessas prerrogativas foram sendo diluídas em números e estudos qualitativos

que não só desestruturaram as dúvidas, mas afirmaram as cotas como uma política pública de inclusão de minorias.

Essas experiências têm início em 2002, quando as Universidades Estaduais do Rio de Janeiro, do Norte Fluminense e no Paraná (para indígenas) iniciaram o processo de adoção de cotas no vestibular, mas foi em 2004 que a Universidade de Brasília - UnB efetivamente adotou as cotas, sendo a primeira Universidade Federal a possuir cotas voltadas para negros no vestibular. A medida foi sendo adotada por várias instituições, sendo que, em 2009, 65 das 94 Universidades Públicas do Brasil (70%) já contava com algum tipo de mecanismo para inclusão dos segmentos das populações minoritárias no espaço acadêmico. (MACHADO, 2010). Neste período, anterior a existência de uma lei, a Universidade utilizava-se de sua autonomia junto ao Governo Federal para implementar tais normativas mesmo antes existência de uma Lei.

No entanto, diversos processos aconteciam contra as Universidades e em 2012, ocorreram dois fatos significativos para manutenção das cotas: primeiro, o Supremo Tribunal de Justiça posicionou-se a favor da legitimidade das cotas na Universidade de Brasília (UnB) e, logo depois, é aprovada a Lei de Cotas que decreta:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo, para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (LEI N° 12.711, de 29 de agosto de 2012).

Deste percentual, ficou reservado “50% para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita”, e que no percentual de vagas reservadas deve-se destinar uma parte para autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está

instalada a instituição, sendo determinado através dos dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (LEI N° 12.711, de 29 de agosto de 2012.) **Com a criação da lei, ficou** estabelecida uma implementação gradativa, onde a cada ano seria elevado o número de reservas de vagas até chegar aos 50%, percentual este, que deverá ser atingido conforme determinado pela lei, até o ano de 2016. Isto criou particularidades em cada Universidade, onde algumas mantinham a política de Ações Afirmativas aplicadas antes mesmo da existência da Lei de Cotas, em conjunto com a necessidade de implementações específicas destas modalidades exigidas solicitadas pela lei.

A UFSC aderiu às Ações Afirmativas em 2007, tendo seus primeiros alunos cotistas dentro da Universidade em 2008. No histórico das Ações Afirmativas da UFSC destaca-se, além da participação efetiva e decisiva dos movimentos Negros de Santa Catarina<sup>21</sup>, o incentivo do corpo docente que, através de debates e seminários organizados pelo Sindicato dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) e Associação dos professores da UFSC (APUFSC)<sup>22</sup> conseguiram formular uma *Comissão de estudos ao acesso de alunos com diversidade socioeconômica e étnico-racial na UFSC*. Essa comissão, com diversos representantes da UFSC, conseguiu em novembro de 2006, (simbolicamente no mês da consciência negra) entregar ao então Reitor da UFSC uma proposta de Ação Afirmativa para a Universidade. E, em 10 de Julho de 2007, com a luta de militantes negros e resistência de alguns docentes foi, aprovado um Programa de Ações Afirmativas (PAA) para UFSC, com duração de 10 anos, por meio da resolução 08/CUN/2007 (TRAGTEMBERG, 2012). Na resolução ficou destinada reservada de

---

21 Vide CASSOLI, Alessandro T. A saga do negro brasileiro por inclusão social, justiça e políticas afirmativas. In: SCHEREER-WARREN, Ilse; SANTOS, Joana Célia dos (Org.). *Relações étnico-raciais: Os controversos caminhos da inclusão*. Florianópolis: Atilende, 2014.

22 Vide TRAGTEMBERG, Marcelo. O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina. In: SANTOS, Jocélio Teles do (Org.). *Cotas nas Universidades: análises dos processos de decisão*. Salvador: CEAO, 2012, p. 235-256.



30% das vagas do vestibular para Ações Afirmativas, sendo que 20% foram destinadas para alunos oriundos de escolas públicas, 10% para alunos negros sendo que estes alunos poderiam ser provenientes de qualquer percurso escolar (públicas ou particulares, com preferência para oriundos de escolas públicas) e, além destas, foram disponibilizadas vagas suplementares para Indígenas<sup>23</sup>. O parágrafo II, no artigo 8º da mesma resolução, ao definir o perfil dos candidatos às vagas para negros, determina que “Deverão possuir fenótipos que os caracterizem na sociedade como pertencentes ao grupo racial negro”, e que, “os candidatos autodeclarados negros classificados poderão ser submetidos à entrevista por comissão institucional”. Esta resolução vigorou a partir do Vestibular UFSC/2008 mas sofreu alterações no ano de 2012 com a aplicação da lei 12.711/12.

As principais diferenças entre o segmento “negro” proposto no Programa de Ações Afirmativas da UFSC e o segmento “PPI” proposto na Lei de Cotas, é que o primeiro segmento inclui alunos de diferentes percursos escolares e está baseada no reconhecimento de um fenótipo, enquanto o segundo reconhece a autodeclaração e é voltado apenas para candidatos que cursaram o Ensino Médio público. Conforme análise de participantes da Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas da UFSC:

“... vemos com preocupação a ambiguidade da Lei de Cotas na definição do público alvo como “autodeclarados pretos, pardos e indígenas” e a exclusão de candidatos que não fizeram o ensino médio em escolas públicas, tanto negros como indígenas. Sabemos que a discriminação racial e étnica não opera somente sobre aqueles que cursam ensino público e que excluir os negros e indígenas de outro percurso escolar é nos afastarmos da igualdade étnico-racial. A discriminação desses setores não é somente econômica, mas de índole racista e o combate a ela deve levar isso em conta.” (TASSINARI & TRAGTENBERG, 2012)

---

23 Para maior detalhes sobre as vagas direcionadas para indígenas, a qual não tratarei nesta monografia, vide TASSINARI, Antonella; et al. Relatório de avaliação do Programa de Ações Afirmativas/UFSC: vagas suplementares destinadas a indígenas. NEPI – Núcleo de Estudos de Povos Indígenas, 2012. In: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/relatorios/>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

Neste contexto, houve significativas modificações no Programa de Ações Afirmativas da UFSC para adequá-lo às novas exigências da Lei de Cotas e foram estipuladas através da Normativa N° 26/CUn/2012, que teve aplicabilidade no vestibular UFSC/2013. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2012). Assim, ficou determinado que fosse destinado 10% de vagas para alunos negros oriundos de qualquer percurso escolar, além dos 20% destinados aos alunos oriundos de Ensino Médio, destinando-se 10% para alunos com renda per capita abaixo ou igual a 1,5 salários mínimos e 10% para alunos acima desta renda. E, em cada modalidade destes 10% destinandoum percentual igual à proporção da população de Pretos, Pardos e Indígenas no Estado de Santa Catarina de acordo com os números do IBGE no último censo. A cada ano subsequente, foram realizadas novas adequações à Lei 12.711, sendo que no ano de 2013 aconteceu a retirada da banca de verificação da autodeclaração dos candidatos conforme a Normativa N.º 26/CUn/2012 onde regulamentou-se a utilização da autodeclaração como forma definitiva de identificação étnico-racial (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2012).

### **Metodologia: o espaço acadêmico enquanto campo de pesquisa**

Entre o ano de 2012 a 2014, tive a oportunidade de participar como bolsista do programa de extensão PROEXT- Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior/UFSC<sup>24</sup> que tem como objetivo “(...)a promoção da igualdade étnico-racial no acesso aos bens culturais e ao ensino superior(...)”<sup>25</sup>. Um programa vinculado ao

24 Programas de extensão financiados pelo edital PROEXT/MEC, em parceria com a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC: Edital PROEXT 2012: Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (coord. geral de Prof. Dra. Antonella Tassinari), Edital PROEXT 2013: Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (coord. geral de Prof. DrMarcelo Tragtenberg). Edital PROEXT 2014: Indígenas e Negros no Ensino Superior e em Acervos Virtuais (coord. geral de Prof. Dra. Edviges Marta Ioris)

25 <http://nepi.ufsc.br/extensao/> - Ultimo acesso: 02/09/2015

Núcleo de Estudos de Populações Indígenas - NEPI<sup>26</sup>, e através do qual acessei o projeto coordenado pela professora Dra. Antonella Tassinari, Observatório das Ações Afirmativas da UFSC<sup>27</sup>. O Observatório, tinha como objetivo realizar entrevistas com alunos ingressos pelas Ações Afirmativas na UFSC, para assim organizar um “banco de dados sobre trajetórias escolares, experiência de vidas, expectativas profissionais” (TASSINARI, 2012). Dados que serviriam como memória da política pública de inclusão na UFSC e para pesquisas futuras sobre o tema. No ano de 2014, sob orientação da professora Dra. Antonella Tassinari, dei início ao processo de entrevistas com alunos que optaram pelas cotas raciais na inscrição do vestibular nas modalidades *negros* ou na nova modalidade, inserida em 2013, *pretos, pardos e indígenas*.

As entrevistas inicialmente seriam realizadas no curso de Direito no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e no curso de Medicina no Centro de Ciências da Saúde (CCS) ligado à ideia que estes sempre foram cursos de grande concorrência no vestibular, que sempre tiveram preenchimento das vagas nos segmentos de cotas e também pelo reconhecimento destes como cursos de “prestígio social”. Mas devido inúmeras negativas dos alunos do curso de Medicina e à dificuldade de conseguir uma entrevista sobre o tema neste Centro, as entrevistas foram realizadas no Centro de Ciências Tecnológica (CTC).

A metodologia utilizada nas entrevistas foi a de *entrevista narrativa* (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002) conforme proposto

---

26 NEPI- Núcleo de estudos de Populações Indígenas, vinculado ao Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenado pela professora Dra. Edviges Marta Ioris.

27 O projeto iniciou como “Nenhum a Menos: Uma contribuição antropológica à compreensão dos fenômenos de evasão estudantil e do não preenchimento do total de vagas na UFSC”, projeto institucional para bolsas REUNI - PPGAS/UFSC. (TASSINARI, 2012). Em 2012, foi reelaborado como “ Observatório das Ações afirmativas da UFSC, coordenado pelo Professor Dr. José Nilton de Almeida, como parte do seu projeto de pós-doutorado no PPGAS/UFSC, quando elaborou o roteiro que foi utilizado como base para esta pesquisa.

no projeto do Observatório. Durante as *entrevistas narrativas*, o primeiro procedimento, após marcar a entrevista, era o de apresentar os objetivos da pesquisa, os fins dos materiais gerados por ela e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado e está arquivado no Banco de Dados do Projeto Observatório. Contudo, de acordo com JOVCHELOVITCH & BAUER (2002) a entrevista deve:

Encorajar e estimular o entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social.[...] A ideia básica é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos informantes, tão diretamente quanto possível. (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002, p. 93).

Assim, durante a entrevista o pesquisador deve evitar sua fala, fazendo com que o entrevistado dê continuidade em sua história, sempre ligando uma pronúncia em outra e construindo uma narrativa com seu próprio tom e maneira. Pois desta maneira o próprio entrevistado vai constituindo seu relato de acordo com aquilo que ele acha significativo em seu percurso escolar e a função do entrevistador se resume a incentivar a fala fazendo com que “a narrativa privilegia a realidade do que é experienciado pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é real para o contador de história” (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2002, p.110). Havia um pequeno roteiro implícito que não seria imposto mas que guiaria as entrevistas, onde ficava registrado os dados de identificação como o nome completo, idade e local de nascimento do entrevistado, como e onde ocorreu sua vida escolar, o que aconteceu de marcante desde o ensino médio até a Universidade, o que o motivou a entrar na Universidade e se as expectativas foram supridas dentro desta.

Foi desta forma que foram entrevistados seis alunos cotistas e negros da UFSC, dois alunos e uma aluna no Curso de Direito-CCJ e duas alunas e um aluno no curso de Engenharia-CTC. Destes alunos

tínhamos a seguinte composição<sup>28</sup> no CTC: Janaina, 20 anos, mudou-se para Florianópolis quando passou para o Curso de Engenharia Mecânica, fez o curso técnico na área de mecânica em um Instituto Federal e era bolsista 100% em uma escola de ensino médio particular em sua cidade. Ilda, 24 anos é natural de Florianópolis e cursa Engenharia Sanitária, concluiu o ensino médio através de um supletivo. Abel, 25 anos, de Florianópolis, cursa Engenharia Mecânica, mora com os pais e 3 irmãos que também são cotista na UFSC estudou todo ensino médio em escola pública. Já no CCJ, foram entrevistados Izabel, 28 anos nascida e criada na Grande Florianópolis, mora com sua mãe e irmã mais velha e já é licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Catarina, finalizou o Ensino Médio em um Instituto Federal. Gabriel, 22 anos, órfão, criado pela irmã em Curitiba é natural de Florianópolis, mora sozinho em uma cidade próximo a Florianópolis é técnico em sanitária pelo Instituto Federal de Santa Catarina. E Leonardo que também é de Florianópolis, tem 22 anos e mora com sua companheira após ter sofrido a perda do pai há aproximadamente um ano, fez todo o ensino médio em escola pública e fez curso pré-vestibular comunitário no ano anterior ao passar no vestibular. Dos entrevistados, Ilda-CTC e Gabriel-CCJ trabalham fora da UFSC, Ilda tem um emprego não regularizado, ela trabalha esporadicamente em uma farmácia de manipulação próximo a sua casa, não tem vínculo empregatício pois, se o tivesse, não conseguiria concorrer às bolsas disponíveis dentro da Universidade e permanecer no projeto de extensão ao qual faz parte. E Gabriel-CCJ é bolsista no Supremo Tribunal. Abel-CTC e Janaina-CTC fazem parte do mesmo projeto de Extensão ligado à Universidade estão ligados ao mesmo círculo de amizades. Izabel-CCJ, trabalhou durante quase toda graduação fora da Universidade ou envolvida em algum projeto de extensão mas no período da entrevista estava se dedicando exclusivamente a Universidade e Leonardo-CCJ

---

28 Todos os nomes deste trabalho foram modificados para garantir o anonimato e a privacidade dos envolvidos. Os nomes foram sugeridos pela pesquisadora já que os entrevistados preferiram não se autoneomear.

trabalha no verão como Bombeiro Civil e esta realizando estágios obrigatórios para poder concluir o curso de Direito. Todos tinham entre 22 e 28 anos e com exceção de Janaina já haviam realizado entre 2 a 4 vestibulares anteriormente.

### **Trajetórias: Projetos e Campos de Possibilidades**

Durante a análise das entrevistas demonstrou-se fundamentalmente importante para todos os alunos ter recebido, em algum momento o apoio de algum professor. Percebeu-se uma forte relação entre o papel do professor a forma como ele lida com o tema das Cotas Raciais e a permanência dos alunos cotistas dentro da Universidade. Ficou claro que atitude do docente dentro da sala de aula influencia e possibilita o impulso para a evasão dos alunos, e, também, é significativa na persuasão para que este permaneça dentro do espaço acadêmico. Através das entrevistas ficaram registradas vivências onde isto é perceptível, a exemplo de Ilda-CTC, quem relata que um professor em classe disse “*ser a favor*” das Cotas mas que para ele depois “*disso*” estava muito difícil dar aulas na UFSC. Para o professor, os alunos que estavam entrando “*não eram preparados para UFSC*” e que para ele quem entrasse na Universidade já deveria saber como ela funciona e não ficar “*se fazendo de coitados*”. De acordo com Ilda-CTC havia no mínimo cinco cotistas negros na sala de aula e que todos, inclusive ela, não conseguiram concluir a disciplina: “*Bem preconceituosa a fala dele. Só que também não falei nada, e acabei saindo dessa matéria também.*” (ILDA, CTC). Já o relato de Gabriel-CCJ marca a importância de um docente na sua permanência dentro do espaço acadêmico:

Uma professora minha, que eu gosto muito, ela que conversou comigo, ela que me convenceu a continuar no Direito (...) O conselho dessa professora foi bem motivador, porque ela falou: -Se tu está vendo que tem um monte de coisa errada. É por isso que você tem que ficar, Sabe? (GABRIEL –CTC)

Percebe-se através do que é narrado que ainda é muito difícil para os professores abandonarem a ideia de *sucesso escolar e aptidões* já que foi através destas que eles produziram e se constituíram no mundo Universitário. Muitos deles são de famílias envolvidas no mundo Universitário (filhos de professores) e não conseguem abandonar as ideias de *meritocracia* obtidas no seu meio social. Para alguns professores do ensino superior é difícil abandonar princípios ou visualizar ideias para além do espaço de onde vieram, como o próprio Bourdieu(1964) já apresentou há muitos anos, em uma França temporalmente distante mas perceptivelmente próxima em contextos escolares:

Frequentemente(os **professores**) são originários da classe média ou vindos de família de professores, eles estão ainda mais ligados á ideologia carismática (**idéia que valoriza o “dom” e a “graça”**), bem feita para justificar o arbitrário do privilegio cultural, e por meio deste participam, parcialmente, dos privilégios da burguesia na condição de membros da classe intelectual.[...] O essencialismo implicitamente encerrado na ideologia carismática vem portanto redobrar a ação dos determinismos sociais: por não ter percebido como ligado a uma certa situação social, por exemplo, à atmosfera em intelectual do meio familiar, à estrutura da língua que se fala ou à atitude à escola e à cultura que encoraja, o fracasso escolar é naturalmente imputado à falta de dons. (BOURDIEU,2014 [1964] p.95-96, *grifos meus*)

Além da importância e influencia dos professores, também é marcante o significado de ter um membro que já cursou a Universidade, como nos fatos relatados tanto por Izabel-CCJ, que já tinha um irmão mestre e professor na UFSC, Abel- CTC que tem outros três irmão estudando na UFSC e Janaina-CTC cujo o pai é formado e professor do Ensino Superior em outra Universidade.

Outra característica importante que foi percebida entre todos os entrevistados são as inúmeras vivencias relacionadas ao racismo, tanto no espaço escolar do ensino médio, como dentro ou fora do Ensino Superior. Dos seis alunos entrevistados, todos reconheceram ter vivenciado algum tipo de racismo em sua trajetória, sendo que cinco

deles anunciaram já ter vivenciado dentro da própria UFSC. Além disso, tanto Janaina-CTC quanto Ilda-CTC relataram a dificuldade de estabelecer vínculos e criar relações dentro do Centro onde estudam.

Janaina: Por eu ser negra, assim, eu *só* senti assim uma recusa deles (*recusa dos colegas*) em me aceitar.[...] Porque da minha turma eu acho que entraram bastante negros, eu o Abel. É, têm uns oito negros. Somos oito negros.

Pesquisadora: E todos por cotas?

Janaina: Sim. Todos por cotas. E a gente ficou justamente “os negros”, justamente ficou a gente ali. Por que justamente não falavam com a gente? A gente ficava num canto oposto da sala. Sempre foi assim. [...] Não é só comigo porque foi o grupo inteiro que ficou afastado, entende? [...] E ficou um grupo de um lado e outro do outro. Eu nunca senti eles quererem se entrosar, querer esta junto. Ou a gente também. Eu nunca me esforcei para estar junto também. (JANAINA,CTC, grifos meus)

É importante compreender como cada um dos entrevistados lida no cotidiano com suas escolhas e *trajetórias* dentro do *campo de possibilidades* que a Universidade oferece. Os alunos do CTC apesar de não criarem vínculo dentro do seu curso, acabaram envolvendo-se em projetos de Extensão oferecidos dentro da Universidade. Isto permitiu a oportunidade de criar novas relações sociais e refletirem sobre sua identidade enquanto alunos negros. Foi através das relações criadas dentro do espaço acadêmico e a própria *interação* com outros *projetos individuais* que estes alunos percebem seu *campo de possibilidade* ampliar.

Eu acho que (*a universidade*) mudou bastante a minha forma de olhar o mundo. De querer viajar, de conhecer o mundo. Antes eu não pensava nisso. Eu só queria estudar para ter um bom salário. Ganhar dinheiro e deu. Hoje eu penso em fazer mais coisas pelos outros. Tenho vontade de viajar para fora do Brasil. Conhecer outras culturas e também mudou o olhar das pessoas. (JANAINA,CTC, grifos meus)

Velho (1994), ao se referir sobre as interações de projetos, aponta que



“Os *projetos* individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios.” (VELHO, 1994, p. 46)

A Universidade oferece uma chance, mas, infelizmente, não percebeu que este aluno deve receber não só incentivos para estar ali, mas também benefícios financeiros e psicossociais para poder permanecer dentro da Universidade. Pois mesmo com uma tentativa de rompimento com a ideia de *herança* intelectual, prevalece neste ambiente a necessidade de um *capital cultural* (BOURDIEU, 1997) e *conhecimentos escolásticos* (BOURDIEU, 1968) prévios para poder permanecer no espaço o que dificulta a permanência dos alunos cotistas. Até porque, estes conhecimentos acontecem de forma mais simples quando recebemos de forma hereditária, ou segundo Bourdieu

A acumulação de capital cultural desde a mais tenra infância – pressuposto de uma apropriação rápida e sem esforço de todo tipo de capacidades úteis – só ocorre sem demora ou perda de tempo, naquelas famílias possuidoras de um capital cultural tão sólido que fazem com que todo o período de socialização seja, ao mesmo tempo, acumulação. Por consequência, a transmissão do capital cultural é, sem dúvida, a mais dissimulada forma de transmissão hereditária de capital. (BOURDIEU, 1997, p. 86),

### **Diferentes trajetórias, mas desafios comuns**

Estar dentro de uma Universidade conceituada como a UFSC faz destes alunos indivíduos privilegiados para a comunidade em que convivem mas principalmente para o contexto familiar que vivenciam. Porém, é dentro do contexto familiar e dos laços de amizade que acontecem as maiores pressões para estes alunos. Assim, eles acabam que por vivenciar um sentimento ambíguo em relação a sua entrada na Universidade, de um lado a pressão para finalizar o curso e exercer

logo uma profissão, e, do outro, o *status* e possibilidades de estarem frequentando uma Universidade Federal e a vida acadêmica,

Porque quando a gente “só estuda”, tem uma cobrança assim da família e dos amigos que não estão nesse meio. “Ah, tu só estuda então é fácil”. E quando tu chega aqui é como um trabalho. É cansativo [...] Tem muita pressão assim da família de se formar logo. De ter uma profissão. Porque tu é negra e é mulher. Tem que ter uma profissão, sabe? Mas o olhar das pessoas muda quando você diz que estuda em uma Universidade Federal. O curso que você estuda, o olhar das pessoas é diferente para você. (JANAINA-CTC)

Em uma Universidade que sempre foi privilegio dos *herdeiros* de uma cultura intelectual e burguesa, os cotistas conseguem perceber e vivenciar intrinsecamente e cotidianamente o romper desta herança. Tanto nos olhares que são direcionados para sua presença no espaço acadêmico, como em atitudes diretas, ao exemplo, das falas dos colegas de classe que reclamam a ausência dos ex-colegas brancos do ensino médio que não estão dentro da Universidade devido as vagas direcionadas para cotas. Vencer estas contrariedades e romper com aquilo que esta “pré-estabelecido” como *campo de possibilidades* para estes jovens acontece como forma de *resistência* nas adversidades cotidianas. Resistencia que pode ser percebida tanto no silencio dentro da sala quando o assunto é Cotas, pois “*não adianta falar para quem não quer ouvir*” (IZABEL-CCJ) ou assumindo junto aos que são contra Cotas um papel de “*este é meu lugar por direito e vou conseguir vencer*” (ABEL-CTC). A pressão cotidiana dentro de casa, e fora dela, vai para além de uma luta pelo *espaço social* na Universidade, porque como Bourdieu define,

o espaço das diferenças, no qual classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas não como um dado, mas como algo que se trata de fazer[...] O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agente sociais podem ter dele.” (BOURDIEU, 1994, p. 19)

E, para estes alunos, ocupar este espaço também significa aprender a lidar com a construção de uma nova realidade e existência,

pois é somente rompendo cotidianamente os preconceitos que estão sendo impostos, que os alunos cotistas conseguem fundar uma realidade de igualdade de conhecimento para todos que frequentam o *Campus de poder* que é a Universidade. Aqui, percebo o Campus da Universidade como um verdadeiro “*Campo de Poder* onde relações de forças e de conhecimentos de diferentes agentes e capitais são postos em questão.” (BOURDIEU,1994p.52). Sendo que este espaço ainda trata as realidades de cada indivíduo como um *dom natural* (BOURDIEU, 1964) onde o insucesso dentro da Universidade é visto como a falta deste *dom natural*, ou como definiu Bourdieu,

Leva a tratar as atividades ou preferências próprias de certos indivíduos ou de certos grupos de uma certa sociedade, em um determinado momento, como propriedades substanciais, inscritas de uma vez para todas em uma espécie de essência biológica ou – o que não é melhor- cultural.” (BOURDIEU,1994[1989], p.17).

Quando percebemos que, para estes alunos, as Cotas Raciais são como um meio de acesso único para chegar até a universidade, podemos concluir como o espaço acadêmico tornou-se o *projeto* (VELHO,1994) destes alunos. Pois é na entrada dos cotistas na Universidade e neste *espaço social* escolástico que esta deixa de ser apenas um novo *campo de possibilidades* até então raramente acessado por seus familiares e transforma-se, para os cotistas, em um meio para chegar até o sucesso e a mudança social que desejam. Ou na noção de VELHO(1994), estes alunos realizam uma *metamorfose*, acionando códigos e contextos onde os cotistas sofrem constantes mudanças e transformações não pelas dimensões sociais que lhe foram oferecidas mas porque são parte da sua própria *construção da realidade social* e assim escolhem por isto estar vivenciado esta rede de conhecimentos e oportunidades até então nunca acessada. Até porque, o *projeto*, deve ser um experimento consciente para “*dar sentido ou uma coerência a uma experiência fragmentadora.*”(VELHO, 1994 [2014],p. 106) e o espaço da Universidade passa a ser este esforço para alcançar os objetivos finais

de sua formação. Assim, porque todo *projeto* é suscetível a mudanças (VELHO, 1994) mudar os “sonhos” de aumentar o seu *capital econômico* (BOURDIEU, 1989) para também buscar um maior *capital cultural e intelectual* (BOURDIEU, 1989) para si e para sua família. Transformando a trajetória destes que acessam a Universidade através das Cotas raciais e conseqüentemente daqueles que estão dentro de sua rede afetiva e familiar.

Como vimos, a reconfiguração do *campo de possibilidades* dos alunos cotistas está acontecendo, mas a possibilidade de por em prática os *projetos* individuais nem sempre é possível devido às condições de permanência dentro deste espaço. Permanência esta, que deve ser discutida e elaborada pela Universidade enquanto construtora de possibilidades. Pois, mesmo possuindo cotas raciais no vestibular e reconhecendo a necessidade de um trato diferente para estes alunos, ela ainda continua operando em todos seus ambientes através do que BOURDIEU (1994) define como,

[...] o *efeito destino*, que é o sistema escolar que exerce sobre os adolescentes: é frequentemente com uma grande brutalidade psicológica que a instituição escolar impõe seus julgamentos totais e seus veredictos sem apelação, que classificam todos os alunos em uma hierarquia única de forma na excelência [BOURDIEU,1994,p.46]

A UFSC não pode transmitir para estes alunos a exclusiva responsabilidade das dificuldades enfrentada dentro do espaço acadêmico ou ainda nas palavras de BOURDIEU (1968):

Reforçar na criança seu sentimento de ser desse jeito *por natureza*. Assim, a autoridade legitimadora da escola pode redobrar as desigualdades sociais porque as classes mais desfavorecidas, muito conscientes de seu destino e muito inconscientes das vias pelas quais ele se realiza, contribuem para sua realização. (1968[2014] p.97)

Assim, através da apresentação da trajetória e vivências destes seis alunos cotistas negros fica perceptível o quanto as Cotas Raciais

são de suma importância para a vida desses alunos. No entanto, também fica claro que a Universidade deve ainda buscar maior reflexão e soluções para conseguir manter o *projeto* destes alunos dentro deste espaço, não por assistencialismo, mas pelo compromisso que assumiu ao ampliar o *campo de possibilidades* destes jovens e por tomar a iniciativa e o bom senso de fazer parte do *projeto* deles.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. Homo Academicus. Paris: Les Éditions de Minuit. 1984.

\_\_\_\_\_. Capital Cultural, Escuela y Espacio Social. México: Siglo Veinteuno, 1997.

\_\_\_\_\_. PASSERON, Jean-Claude. Os Herdeiros: os estudantes e a cultura. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

GOMES, Joaquim B.B. A recepção da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro In Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Santos, Sales Augusto dos (Org.). 1. ed. Brasília: MEC/SECAD, . v. 5. 2005.

GOSS, KARINE P. Retóricas em disputa: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ações afirmativas para estudantes negros no Brasil. IN Relações étnico-raciais: os controversos caminhos da inclusão / orgs. Ilse Scherer-Warren e Joana Celia de Passos. – Florianópolis: Atilênde, 2014.

PIOVESAN, F. Ações Afirmativas sob perspectiva dos Direitos Humanos. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Santos, Sales Augusto dos (Org.). 1. ed. Brasília: MEC/SECAD, . v. 5. 2005.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações afirmativas e Diversidade Étnico-Racial. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Santos, Sales Augusto dos (Org.). 1. ed. Brasília: MEC/SECAD, . v. 5. 2005.

TASSINARI, ANTONELLA MARIA IMPERATRIZ ; IORIS, E.MARTA ; ALMEIDA, JOSÉ NILTON DE ; JESUS, SUZANA

CAVALHEIRO DE . A presença de estudantes indígenas na Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama a partir do Programa de Ações Afirmativas - PAA/UFSC.. Século XXI - Revista de Ciências Sociais, v. 3, p. 212-236, 2013.

TRAGTENBERG, M. O processo de elaboração e aprovação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (2002-2007) IN Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão / Jocélio Teles dos Santos, organizador. - Salvador: CEAO, 2012.

\_\_\_\_\_.BOING, A.C.; BOING, A.F. & TASSINARI, ANTONELLA MARIA IMPERATRIZ. Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011) IN O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012) / Jocélio Teles dos Santos, organizador. Salvador: CEAO, 2013.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

\_\_\_\_\_. Um antropólogo na cidade: Ensaio de antropologia urbana. VIANNA, Hermano, KUSCHNIR, Karina, CASTRO, Celso (org.) Rio de Janeiro: Zahar.2013.

## A TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ E A HOMOFOBIA: SUBSTRATOS IDEOLÓGICOS DE UM PRECONCEITO

Rafael Teruel Coelho

### RESUMO

Neste artigo analisaremos possíveis interfaces entre a tradição judaico-cristã e a homofobia. Nessa perspectiva, advogaremos a favor da seguinte tese: a ortodoxia judaico-cristã pode ser considerada a precursora magna das ideologias heterossexistas e homofóbicas amplamente disseminadas nos contextos ideológicos, sociais, culturais e religiosos contemporâneos. De modo a fundamentar nossa hipótese, recorreremos aos textos bíblicos do Antigo e Novo Testamentos, bem como aos ideários filosófico-teológicos da patrística e da escolástica. Por fim, pretendemos apontar, analisando a conjuntura ideológica atual da Igreja Católica, até que ponto o catolicismo é herdeiro da tradição que emana do judaísmo cristão no que concerne à homossexualidade.

**Palavras-chave: Homossexualidade. Homofobia. Cristianismo.**

### INTRODUÇÃO

A homofobia, no sentido clássico do termo, remete-nos a condutas de hostilidade contra homossexuais. Tal comportamento ultrajante revela-se de diversas formas, muitas vezes bastante sutis, em diferentes contextos culturais, políticos e religiosos. Em uma caracterização preliminar de homofobia, podemos concebê-la articulada a “[...] emoções, condutas, normas e dispositivos ideológicos e institucionais, sendo instrumento que cria e reproduz um sistema de diferenças para justificar a exclusão e a dominação de uns sobre os outros” (PRADO, 2013, p. 11). Desse modo, entendemos que o preconceito contra gays e lésbicas possui um caráter sistêmico, polissêmico e plural que, portanto, se disseminou pelos mais variados setores da sociedade contemporânea (JUNQUEIRA, 2007). Nessa mesma linha, relacionamos a homofobia com um conjunto “[...] de atitudes cognitivas de cunho negativo para com a homossexualidade

nos planos social, moral, jurídico e/ou antropológico” (BORRILLO, 2013, p. 22). A nosso ver, analogamente ao racismo, ao antissemitismo, ao classismo e à xenofobia, a homofobia constitui um tipo peculiar de preconceito ao qual subjaz a intolerância às diversidades socioculturais. Todavia, um traço distintivo da homofobia é que, em relação às hostis discriminações como o antissemitismo, por exemplo, contemporaneamente ela se tornou “[...] um dos últimos preconceitos ainda tolerados” (DINIS, 2001, p. 41).

Neste artigo, particularmente, advogaremos em favor da tese de que a tradição judaico-cristã forneceu subsídios relevantes e imprescindíveis para a instauração de ideologias heterossexistas e homofóbicas na contemporaneidade. De modo a corroborar nossa hipótese, iremos recorrer às Sagradas Escrituras analisando excertos nos quais emanam genuínas posturas de hostilidade e/ou aversão contra homossexuais. Os livros sagrados como *Gênesis*, *Levítico*, *Isaias*, *Jeremias* e *Ezequiel* abordam diferentes nuances de um mesmo fenômeno: a suposta naturalização das relações heterossexuais monogâmicas e, enquanto tais, elas são concebidas como a manifestação da vontade divina por excelência. Nesse sentido, a heterossexualidade constitui o suprassumo da moralidade cristã e única maneira salutar de expressão do amor entre dois seres humanos.

Nos próximos tópicos, partiremos das prescrições imperiais de Teodósio I e Teodósio II, empreendidas nos séculos terceiro e quarto *d.C.*, respectivamente, enfatizando o caráter hostil das leis romanas com relação aos atos homoafetivos. Em seguida, analisaremos alguns dos livros do Antigo Testamento de modo a apontar os substratos ideológico e político que justificavam as posturas homofóbicas largamente empreendidas no Sacrossanto Império Romano. No tocante ao Novo Testamento, investigaremos três das quatorze cartas de São Paulo de Tarso nas quais há claramente expressas contundentes censuras ao pecado da sodomia. Feito isso, abordaremos aspectos do pensamento de Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, ambos



doutores da Igreja e considerados pela tradição ícones do período de estruturação da filosofia cristã. Por fim, à luz do *Catecismo da Igreja Católica*, problematizaremos a atual postura da Igreja com relação à homossexualidade de modo a tornar evidentes possíveis “ranços” da velha ortodoxia calcada no heterossexismo e na homofobia.

### **POLÍTICA E RELIGIÃO: PENSAR A LEGISLAÇÃO À LUZ DAS SAGRADAS ESCRITURAS**

A ideologia disseminada no Império Romano, cujo cerne repousava sobre a tradição judaico-cristã, pode ser considerada uma das mais repressoras da homossexualidade. Imbuídos dos ideais cristãos, imperadores como Teodósio I (347-395) e Teodósio II (401-450) prescreveram severos códigos apoiados em textos bíblicos que concebem a heterossexualidade monogâmica como o suprassumo da moralidade e a expressão da lei natural. À luz das santas letras, Teodósio I, no ano de 390, decreta que os homossexuais passivos deveriam ser condenados à morte por meio das ignominiosas fogueiras. Anos mais tarde, Teodósio II – mais precisamente em 438 –, nove anos após a anunciação ao senado de Constantinopla o projeto de formação de um comitê designado à formulação das diretrizes do império, outorga a publicação do denominado *Código Teodosiano*.

O *Código Teodosiano*, como qualquer sistema jurídico da antiguidade, embasava-se em preceitos econômicos, políticos e religiosos (BARSHAVSKY, 2011). No tocante à condenação da homossexualidade, esse código prescrevia penalizações atrozes para homens com tendências à feminilidade, e à passividade. Tais características, eventualmente verificadas em alguns homens, constituíam danos à adequada manutenção da estrutura de poder patriarcal romana. Era inaceitável o ato sexual entre pessoas do sexo masculino em uma sociedade cuja base política e econômica estivesse alicerçada predominantemente em ideários patriarcais. Em outras

palavras, aos olhos dos romanos, a cópula entre dois homens outorgava a um deles o *status* de subserviência e passividade pouco esperados de futuros *pater famílias*.

Entretanto, o importante papel social do homem, bem como o contexto político e econômico do Sacrossanto Império Romano, não foram os únicos fatores desencadeadores da hostilidade contra os homossexuais. Os subsídios teóricos aos quais recorreram as autoridades romanas, de modo a justificar a intolerância às práticas homossexuais, remontam às Sagradas Escrituras. O Antigo Testamento - mais especificamente os livros *Gênesis*, *Levítico*, *Isaias*, *Jeremias* e *Ezequiel*-, bem como o Novo Testamento - como, por exemplo, as cartas paulinas – forneceram o substrato ideológico para a instauração das prescrições contrárias à homossexualidade.

O *Gênesis*, considerado o primeiro livro do Pentateuco Mosaico, narra a fatídica tragédia que sucumbira as cidades de Sodoma e Gomorra. Nestas localidades, segundo James Nelson (2008, p. 54), era comum a inobservância das leis que visavam a justiça social e das tradicionais prescrições hebraicas no tocante à hospitalidade. Ademais, enfatiza Borrillo (2013, p. 49), os habitantes de Sodoma e Gomorra, além de amiúde prescindirem da tradição, eram considerados orgulhosos e dados às práticas “antinaturais” como as de homossexualidade. Desse modo, Sodoma e Gomorra constituíam o “[...] arquétipo de comunidades dominadas pelo pecado” (BORRILLO, 2013, p. 49). O capítulo 19, versículo 5 do livro *Gênesis* descreve claramente as práticas homossexuais dos habitantes do Sodoma: “Chamaram Ló e lhe disseram: ‘Onde estão os homens que vieram à tua casa esta noite? Traze-os cá até nós, para termos relações com eles’” (GENESIS, 19, 5). Aos olhos da tradição, tais práticas – também denominadas sodomia, por referência direta à cidade de Sodoma – contribuíram para engrandecer a ira de Deus contra Sodoma e Gomorra levando-as à devastação.

O *Levítico*, por sua vez, constitui - juntamente com o *Gênesis* - uma singular fonte de pesquisas acerca da história da homofobia. É nessa obra, supostamente escrita por Moisés, que encontramos fortes evidências de críticas tenazes que servem de base ao fomento da ideologia homofóbica na contemporaneidade. O pano de fundo no qual fora escrito o *Levítico*, segundo estudiosos como Borrillo (2013) e Wink (2008), é marcado pelo êxodo, isto é, a fuga do povo hebreu do Egito e, conseqüentemente, sua libertação do regime escravocrata. Nessa perspectiva, constituía uma prioridade do povo hebreu sua emancipação política, cultural, territorial e demográfica. Esta última preocupação, segundo admitimos, de certa forma “justificaria” o motivo das contundentes críticas e condenações à homossexualidade nesse período em específico. Ora, uma vez que as relações homoafetivas não visam à procriação e à perpetuação da raça, elas seriam pouco aceitas em um contexto no qual era necessário grande crescimento demográfico; a cultura e a estabilidade sociopolítica dos hebreus estariam “ameaçadas”. Nesse sentido, “[...] os atos homossexuais e [a] masturbação masculina era considerada semelhante ao aborto e ao assassinato” (WINK, 2008, p. 10). A masturbação, por meio da qual o sêmen masculino, através da ejaculação, é eliminado em consequência de um ato meramente hedonista, não visa à preservação biológica da comunidade. Isso, da mesma forma que os atos homossexuais e os assassinatos, supostamente inviabilizariam a emancipação do povo hebreu.

O capítulo 18 do *Levítico*, dentre outras passagens, é o mais significativo no que concerne às restrições de costumes e condutas. No mesmo âmbito da coerção das relações sexuais entre pessoas de estratos sociais discrepantes, do incesto, da zoofilia e do adultério é mencionada a proibição da sodomia: “Não dormirás com um homem como se dorme com mulher: é uma abominação” (LEVÍTICO, 18, 22). Tal postura de rejeição e abominação diante da homossexualidade, comumente difundida entre o povo hebreu, engendrava conseqüências atroz para a época. Mais adiante, no

capítulo 20 da mesma obra, a penalidade àqueles que praticassem atos homoeróticos era certa: “Se um homem dormir com outro, como se fosse com mulher, ambos cometem uma abominação e serão punidos com a morte: seu sangue cairá sobre eles” (LEVÍTICO, 20, 13). As afirmações expressas no *Levítico* leva-nos a considerar “[...] que tanto a bestialidade como a sodomia implicam não viver como homens; nos mostra como estamos diante de uma concepção do que deve ser a sexualidade instaurada por Deus para os homens. Romper este esquema implicava quebrar a ordem natural [...]” (SALDARRIAGA, 2004, p. 11). O pecado contra a natureza instigava a ira celeste com relação às pessoas que a praticassem; ademais, tais práticas caminhavam de encontro com a expressão irrevogável da vontade divina.

Nessa perspectiva, inferimos que a necessidade da condenação à morte de seres humanos, unicamente por manterem relações sexuais ditas “antinaturais” com seus iguais, é algo defendido com veemência no *Levítico*. Essa interferência tenaz – a condenação à morte -, de natureza autoritária no cotidiano das pessoas, levando as mesmas ao extermínio, parece enfatizar a postura prescritiva e moralista da bíblica não apenas no domínio dos comportamentos, mas também do julgamento de seres humanos. Contrariamente ao que é afirmado pelo teólogo Robert Johnston (2008, p. 82), cremos que os relatos bíblicos não consistiam simplesmente em meras formas de coibir o comportamento dito imoral, mas também eram fontes de fomento à discriminação e ao julgamento de mulheres e homens. Evidenciamos posturas coercivas e autoritárias também com relação à sodomia em outros livros da *Bíblia* como, por exemplo, os de *Isaías*, *Ezequiel* e *Jeremias*.

O livro do profeta Isaías, mais precisamente o capítulo 3, dentre outras coisas, faz alusão à anarquia e à desmoralização de Jerusalém. E, de modo a estabelecer comparações entre o povo de Jerusalém com os habitantes de Sodoma e Gomorra, cidades

igualmente marcadas pela perversão e pelo pecado, Isaías escreve: “A própria cara deles denuncia, como Sodoma, faz propaganda do seu pecado. Infelizes! Preparam a própria desgraça.” (ISAÍAS, 3, 9). Esta análise, digamos que de cunho antropológico, evidencia que as injustiças sociais e as desgraças, refletidas na própria fisionomia grosseira das pessoas, culmina na consciência da derrocada de Jerusalém. De modo análogo, o profeta Ezequiel, também ao referir-se Jerusalém, escreve: “Tua irmã mais velha é Samaria [...] tua irmã mais nova é Sodoma [...]. Não só trilhaste os mesmos caminhos e praticaste as mesmas abominações, mas aos poucos te corrompeste em tua conduta geral mais do que elas” (EZEQUIEL, 16, 46-48). Ao colocar os pecados abomináveis de Jerusalém e os de Sodoma em um mesmo plano, Ezequiel estabelece que a homossexualidade é passível de ser equiparada ao orgulho, à alimentação excessiva, ao ócio, à injustiça social e ao ínfimo zelo para com os pobres e indigentes.

Jeremias, por sua vez, personagem de importância ímpar no Antigo Testamento, analisa em seu livro o perfil dos falsos profetas que habitavam Jerusalém. Acerca destes, escreve: “Entre os profetas de Jerusalém o que vi foi horrível: praticam adultério, vivem na mentira. Apoiam o agir de gente criminoso, de modo que ninguém mais se afaste da perversidade. Para mim, são iguais a Sodoma, seus cidadãos são iguais a Gomorra.” (JEREMIAS, 23, 14). Jeremias, dessa forma, pretende denunciar o cotidiano imoral dos profetas, daqueles que se diziam sacerdotes do Senhor. Todavia, embora o papel social de Jeremias pareça louvável, denunciando os desmandos e as injustiças, ele não escapa à *doxa* homofóbica; sinaliza as mentiras, os atos criminosos – dentre eles os homoeróticos -, e as perversidades.

Em síntese, resta-nos argumentar que o ideário expresso no *Levítico*, em *Isaías*, em *Ezequiel* e em *Jeremias* servira de sustentáculo normativo à tradição moralista cristã inaugurada por Jesus Cristo. Este, por meio de seus apóstolos e discípulos – dentre eles Paulo de Tarso, considerado um dos pilares da Igreja Católica Romana -,

difundiu seu pensamento moral, cujo caráter é de complementaridade em relação à tradição hebraica; em outras palavras, Cristo não tentou prescindir das leis e dos profetas, mas dar-lhes cumprimento (MATEUS, 5, 17-37). Nessa perspectiva, a prescrição de Cristo constitui “[...] uma ordem moral transcendente que estatui sanções, e, nestes termos, de uma ordem moral religiosa - mas não de uma ordem moral desprovida de sanções”. (KELSEN, 1991, p. 19). Paulo de Tarso, imbuído dos preceitos morais e de sanções peculiares ao cristianismo primevo, empenhou-se em escrever cerca de quatorze cartas ao longo de mais de cinquenta anos. Sobre tais documentos, Nicola Abbagnano afirma: “As cartas paulinas, escritas ocasionalmente a várias comunidades cristãs, contém, além de apologia da doutrina fundamental de Cristo, admoestações, conselhos, prescrições rituais.” (ABBAGNANO, 1999, p.72). Nesse sentido, era clara a adesão de Paulo ao cristianismo mesmo diante de seu tortuoso passado marcado pela perseguição aos cristãos. Para fins deste trabalho, debruçar-nos-emos sobre três delas, cuja condenação da sodomia é largamente empreendida: a *Epístola aos Romanos*, a *Primeira Epístola aos Coríntios* e a *Primeira Epístola a Timóteo*.

### **AOS ROMANOS, CORÍNTIOS E A TIMÓTEO: A HETEROSSEXUALIDADE MONOGÂMICA ENQUANTO O ARQUÉTIPO DA SEXUALIDADE**

Na seção anterior, esboçamos principais aspectos do caráter coercivo das prescrições legais relacionadas à sodomia. No contexto do Sacrossanto Império Romano, no que concerne à condenação da homossexualidade, comentamos brevemente as propostas legisladoras de Teodósio I e Teodósio II, ressaltando o caráter eminentemente cristão de tais sanções. Feito isso, iniciamos sobrevoos históricos sobre os textos bíblicos do Antigo Testamento que, de forma genuína, servem de base à contemporânea pragmática e ideologia homofóbicas. À partir do que expusemos, iniciaremos a análise sistemática dos trechos bíblicos do Novo Testamento, em específico três das quatorze

cartas paulinas, de modo a salientar a influência moralista cristã herdeira da tradição hebraico-judáica. Iniciaremos nossas análises pela *Epístola aos Romanos*, de autoria de São Paulo de Tarso.

A *Epístola aos Romanos*, aos olhos da tradição da Igreja, fora escrita por São Paulo na ocasião de sua terceira viagem missionária ao mundo grego, nos arredores da cidade de Corinto. No capítulo primeiro deste documento, nos versículos 26 e 27, Paulo posiciona-se veementemente sobre as práticas de homossexualidade tanto femininas, quanto masculinas:

Por tudo isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas: tanto as mulheres substituíram a relação natural por uma relação antinatural, como também os homens abandonaram a relação sexual com a mulher e arderam de paixão uns pelos outros, praticando a torpeza homem com homem e recebendo de si mesmo a devida paga de seus desvios. (ROMANOS, 1, 26-27)

O pressuposto da “antinaturalidade” dos atos homossexuais, amplamente corroborado pelos moralistas cristãos, é reflexo de posturas heterossexistas. Para os adeptos a esta ideologia, a heterossexualidade monogâmica constitui a única expressão do amor entre dois seres humanos; desempenha um papel social de grande relevância haja vistas à perpetuação biológica da espécie humana e, por fim, é o arquétipo ideal por meio do qual podemos apreciar as demais formas da sexualidade. Paulo de Tarso caracteriza a homossexualidade como contrária à lei natural, expressão da vontade divina, e conseqüentemente prevê efeitos nocivos para os praticantes dessa “torpeza” e/ou “desvio”.

Paulo, ao apontar indesejáveis conseqüências da sodomia entre os romanos, está atrelado à tradicional concepção judaica na qual o destino dos pecadores - a devida paga, nas palavras de Paulo- está inevitavelmente traçado rumo às penas eternas. Nesse sentido, Paulo alheia os homossexuais à salvação, assinalando-os como não dignos de gozar as maravilhas do reino de Deus:

Por ventura ignorais que os injustos não terão parte no reino de Deus? Não vos iludais: os libertinos, idólatras, adúlteros, efeminados, sodomitas, os ladrões, gananciosos, beberrões, maldizentes, estelionatários, ninguém desses terá parte no reino de Deus! E alguns de vós éreis isso! Mas fostes lavados, fostes justificados pelo nome do Senhor Jesus Cristo e pelo Espírito de nosso Deus. (1 CORÍNTIOS, 6, 9-11)

A condenação eterna, aos olhos de Paulo, é o corolário imediato da prática de homossexualidade. Esta, equiparada a crimes como a libertinagem, a idolatria, o adultério, a ladroagem, o estelionato e, também, a vícios como a ganância, o alcoolismo e o escárnio inviabiliza ao pecador a participação da glória celeste. Em contrapartida, os que se redimirem, abandonando suas antigas práticas nefandas e aderirem à fé cristã, serão igualmente justificados em nome do Cristo. Aliás, faz-se mister salientar, a *Epístola aos Romanos*, bem como a *Primeira Epístola aos Coríntios* possuem em comum o fato de estarem destinadas a grandes comunidades muito influentes do ponto de vista político e econômico do mundo antigo. A *Primeira Epístola a Timóteo*, por sua vez, está destinada a unicamente uma pessoa, Timóteo, e constitui aquilo que os teólogos designam por Carta Pastoral. Esta, mais especificamente a primeira, tem como objetivo – dentre outros - combater falsas doutrinas que se expressavam pelo sincretismo judeu-helenista. Em virtude disso, evidencia-se a alusão feita por Paulo à Lei Mosaica:

Sabemos que a Lei é boa, contanto que usemos dela como se deve. De fato, a Lei não é feita para o justo, mas para os indisciplinados e rebeldes, para os irreligiosos e pecadores, para os ímpios e mundanos, para os que matam pai ou mãe e para os demais assassinos, para os dados à prostituição, os sodomitas, os traficantes de escravos, os mentirosos, os perjuros, e para todo o mais que se opõe à sã doutrina, a qual é conforme ao glorioso evangelho de Deus bendito, a mim confiado! (1 TIMÓTEO, 1, 8-11)

São Paulo, de modo análogo ao realizado na primeira carta aos habitantes de Corinto, na missiva a Timóteo ele equipara a homossexualidade a diversas práticas atroz, como por exemplo, a indisciplina, a rebeldia, a impiedade, o parricídio, o matricídio – e o



homicídio de forma geral - a prostituição, o tráfico de escravos, a mentira e a perjura. Tais empreendimentos, igualmente sacrílegos, não estão em conformidade com as prescrições do Evangelho de Cristo e com a moral por Ele estabelecida e preconizada. Em síntese, Paulo de Tarso, em suas diversas viagens missionárias conscientizou e, de certo modo, precaveu o mundo ocidental com relação ao perigo das “nefandas” relações homoafetivas. São Paulo, apoiado no “axioma” de que a lei natural unicamente se expressa no conúbio entre um homem e uma mulher, e que a máxima expressão do amor apenas é viabilizada em relações heterossexuais, ele estabelece a suposta antinaturalidade da homossexualidade e a coloca nos domínios da profanação e do sacrilégio. A seguir, apresentaremos as concepções cristãs de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino no tocante à homossexualidade de modo a apresentar as discussões acerca da mesma no contexto da Idade Média.

### **O pecado *contra natura*: a homossexualidade na idade média**

Até este ponto apresentamos brevemente principais concepções acerca da homossexualidade expressas no Antigo e no Novo testamentos; procuramos enfatizar como tais ideias refletiram na formulação de prescrições contrárias às práticas de sodomia no contexto imperial romano. Salientamos também o importante papel desempenhado por São Paulo na difusão do ideário moral cujo cerne repousara sobre a aversão às relações homoafetivas e no caráter antinatural das mesmas. Doravante, faremos uma breve caracterização do contexto histórico na Idade Média e, posteriormente, investigaremos possíveis traços homofóbicos no ideário cristão de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Patrística foi a denominação dada ao pensamento filosófico-teológico formulado nos primeiros sete séculos do Cristianismo, nos quais os Padres da Igreja sistematizaram a doutrina cristã; essa

elaboração constituiu o sustentáculo da dogmática católica e serviu de base à condenação das heresias e ao combate da influência pagã no pensamento ocidental (BOEHNER & GILSON, 2004). Uma das figuras proeminentes desse período é Agostinho de Hipona (354-430), filósofo, bispo e santo católico, cujas obras revelam profundo conhecimento teológico e filosófico que, posteriormente, exerceu magna influência na cristandade. A Escolástica, por sua vez, é o período de apogeu intelectual na Idade Média que é inaugurado por volta dos séculos X e XI da Era Cristã. À luz da sistematização doutrinária empreendida pela Patrística, os escolásticos – dentre eles Santo Tomás de Aquino (1225-1274)-, almejaram estabelecer possíveis interfaces entre fé e racionalidade (BRÉHIER, 1978). Foi nesse período que os chamados Doutores da Igreja buscavam aproximar noções como as de *verdade revelada* – emanadas das sagradas escrituras – e os postulados racionais próprios da Filosofia pagã – o platonismo e o aristotelismo.

No que concerne à patrística, Santo Agostinho de Hipona, considerado pelo magistério da Igreja um dos expoentes da mesma, em sua célebre obra denominada *Confissões* considera a sodomia uma prática contrária à natureza humana, cujas bases foram estabelecidas por Deus no ato da criação. Consequentemente, uma vez avessa à lei natural, a homossexualidade é passível de punição e de abominação, muito embora fora comumente praticada em muitas culturas. Nas palavras de Santo Agostinho: “[...] as devassidões contrárias à natureza, sempre e em toda a parte se devem detestar e punir, como o foram os pecados de Sodoma” (AGOSTINHO, 1977, p. 79). Ademais, sendo Deus o autor da vida e Aquele que instaura a moralidade e os costumes considerados adequados, qualquer inobservância e/ou transgressão dos preceitos divinos é um ultraje ao próprio autor da vida. Como evidencia o filósofo: “Ainda que todos os povos os cometessem, cairiam na mesma culpabilidade de pecado, segundo a lei de Deus que não fez os homens para assim usarem dele” (AGOSTINHO, 1977, p. 79). A homossexualidade, além de concebida

como algo *extra vas natura*, engendrava em quem a praticava certa culpabilidade considerada pelos teólogos digna das penas eternas.

São Tomás de Aquino, por sua vez, figura de destaque entre os pensadores escolásticos, postula sete pecados de natureza luxuriosa: estupro, fornicação, incesto, adultério, sacrilégio, rapto e *contra natura* (CARRASCO, 1985). Este último subdivide-se em quatro vertentes, quais sejam: a) a masturbação; b) o conúbio desordenado; c) a bestialidade e d) a sodomia (MORA, 1994). De modo a enfatizar o caráter abjeto o pecado *contra natura* (contra a natureza), São Tomás de Aquino debruça-se de maneira especial sobre a sodomia. Em sua conhecida obra, denominada *Sumae Theologiae* (Suma Teológica), esse pensador escolástico recorre a uma analogia de modo a tornar evidente o malefício das relações homossexuais:

Nos atos humanos, o pecado consiste naquilo que contraria a ordem racional e essa ordem exige que se oriente cada coisa ao seu fim. Não há pecado, portanto, quando o homem usa de certas coisas respeitando o fim para o qual existem, na medida e na ordem convenientes, desde que esse fim seja, realmente, bom. Ora, como é realmente um bem conservar a natureza corpórea do indivíduo, assim também é um bem excelente conservar a natureza da espécie. E como o alimento está destinado à conservação da vida individual, assim também a atividade sexual está dirigida à conservação de todo o gênero humano. [...] Portanto, como pode a alimentação ser sem pecado, feita na ordem e medida devidas, como requer a saúde do corpo, *também não pode haver pecado na atividade sexual, realizada dentro da medida e da ordem devidas, de acordo com o que convém à finalidade da geração humana.* (AQUINO, II – II ae, questão 153, artigo 2 – grifo nosso)

Este longo excerto, extraído da Suma Teológica de Tomás de Aquino – obra magna desse autor no tocante à exposição completa, porém simplificada de seu pensamento teológico (GILSON, 1998) -, apresenta claramente a influência aristotélica em seu pensamento. Aos olhos de Aristóteles, “[...] toda ação e toda escolha tem em mira um bem qualquer; [...] o bem é aquilo a que todas as coisas tendem.” (ÉTICA. I, 1094a, 1). Imbuído do pensamento aristotélico, Tomás de

Aquino afirma que toda e qualquer ação, desde que vise a um bem, não é maculada pelo pecado. Assim, de modo a introduzir a temática da homossexualidade, Aquino recorre ao papel da alimentação no corpo humano; da mesma forma que há alimentos nocivos à saúde, há aqueles que, desde que ingeridos com moderação, são salutares ao organismo. Em outras palavras, desde que a ingestão de um alimento faça-nos bem, ou alcance sua finalidade – a nutrição –, tal procedimento não é contrária à lei natural. O ato sexual, da mesma forma que a alimentação, visa um bem, qual seja: a perpetuação biológica dos seres humanos. Ora, partindo desse pressuposto, toda e qualquer relação sexual – mesmo que realizada moderadamente- que não vise a reprodução é pecaminosa e contrária à lei natural. Nesse sentido, na questão 154, artigo 11, Tomás de Aquino outorga claramente *status* pecaminoso à homossexualidade: “[...] o chamado vício contra a natureza [...] tem relação com o sexo indevido, por exemplo, homem com homem, ou mulher com mulher, como lembra o Apóstolo [Paulo de Tarso] e se chama sodomia.” (AQUINO, II – II ae, questão 154, artigo 11).

Em suma, entendemos que o pensamento filosófico peculiar à Idade Média está diretamente atrelado a querelas teológicas. Nesse sentido, era próprio dos pensadores da época perscrutar as formas de relações do ser humano com a divindade. O estudo de tais interações é, principalmente, pautado na tradição bíblica no contexto do Antigo e do Novo Testamentos. Em virtude disso é que, como evidenciamos no texto de Santo Tomás de Aquino, percebemos as influências da tradição com relação à homossexualidade – emanada dos livros *Genesis* e *Levítico* - e, também, das epístolas paulinas. De modo análogo à Idade Média, o pensamento cristão católico contemporâneo também comunga diretamente da ortodoxia moralista; o traço distintivo é que, ao contrário da Idade Média, evidencia-se atualmente na Igreja Católica bases teológicas que sobrepujam a tradição do Antigo e do Novo Testamento. Essa “superação” é viabilizada pela ortodoxia patrística e escolástica que, como dissemos anteriormente,

está estritamente ligada à tradição bíblica. No próximo tópico, esboçaremos de forma breve a atual conjuntura ideológica da Igreja Católica no que concerne à homossexualidade.

### **Homossexualidade e catolicismo: perspectivas contemporâneas**

A Igreja Católica Apostólica Romana, ao longo de mais de dois mil anos de história, empreendeu atos corajosos ao pedir perdão por condenações equivocadas como as empreendidas contra Galileu Galilei, os judeus e os descendentes de escravos (BORRILLO, 2013). Todavia, com relação à sua postura diante da homossexualidade, até o momento, a Igreja não se redimira; muito pelo contrário, sustenta teses que, a nosso ver, fomenta ideologias homofóbicas. Como evidenciamos na mais recente edição do *Catecismo da Igreja Católica*, § 2357:

A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atração sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. Tem-se revestido de formas muito variadas, através dos séculos e das culturas. A sua gênese psíquica continua em grande parte por explicar. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves (103) a Tradição sempre declarou que «os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados» (104). São contrários à lei natural, fecham o ato sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afetiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados.

A atual postura da Igreja com relação aos seres humanos homossexuais é de extrema abnegação. Guiada à luz da tradição, embora admita desconhecimento acerca da natureza das relações homoafetivas, a Igreja insiste em afirmar o suposto caráter depravado e desordenado das mesmas. Tais características fundam-se, como apontamos ao longo desse trabalho, no axioma de que a homossexualidade é contrária à lei natural e inviabilizadora da perpetuação biológica da espécie humana. Além do mais, parece

relevar-se como unicamente uma prática sexual cuja complementaridade amorosa e afetiva é desconsiderada; à luz desse cenário, o magistério da Igreja reconhece sua atitude de repulsa e desaprovação com relação à homossexualidade.

Todavia, não obstante a atitude clerical de estranhamento no que tange à homossexualidade, e reconhecendo a impossibilidade absoluta de concatenar as relações homoafetivas com os anseios divinos, no documento *Instrumentum Laboris* – publicado em ocasião da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos, que teve lugar na Cidade do Vaticano em outubro de 2014 - a Igreja reconhece que [...] os homens e as mulheres com tendências homossexuais ‘devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Deve evitar-se, para com eles, qualquer atitude de injusta discriminação’” (INSTRUMENTUM LABORIS, 2014). Essa aparente mudança de perspectiva, cujo núcleo versa sobre o acolhimento e a aceitação por parte da Igreja, a nosso ver permanecem atreladas unicamente ao plano discursivo. Em face dos documentos da Igreja, não reconhecemos nenhum dispositivo de ação que objetive implementar novas e menos agressivas diretrizes no plano da conduta que proporcionem maior acolhida e reconhecimento às uniões e relações entre pessoas do mesmo sexo.

Outro documento, datado de junho de 2015, denominado *Intrumentum Laboris: a vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo* – formulado em face da XIV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos – expressa a necessidade de atenção e acompanhamento pastoral às famílias que possuem pessoas com tendências homossexuais no ambiente familiar: “Seria desejável que os programas pastorais diocesanos reservassem uma atenção específica ao acompanhamento das famílias em que vivem pessoas com tendência homossexual, bem como destas próprias pessoas” (INSTRUMENTUM LABORIS, 2015). A nosso ver, subjaz a tal postura “solidária” de acompanhamento às famílias de homossexuais

ideologias heterossexistas. Ora, uma vez que as leis naturais e biológicas ditas normais são unicamente expressas nas profícuas relações heterossexuais monogâmicas, há a necessidade de maior atenção e “apoio” às pessoas que famílias que prescindem a essa regra. Em suma, cremos que no contexto atual, quaisquer atitudes pastorais com relação aos homossexuais estão calcadas na ortodoxia judaico-cristã e, desse modo, continuam disseminando ideais discriminatórios e preconceituosos em diversos planos da dinâmica complexa social.

### **Conclusão**

Neste artigo realizamos breve sobrevoos histórico acerca de textos bíblicos, políticos e filosóficos de modo a salientar os cunhos heterossexista e homofóbico peculiares à tradição judaico-cristã. Com esse propósito, não realizamos unicamente leituras estruturais e/ou fundamentalistas dos textos religiosos, mas procuramos, partindo do *background* de nossas possibilidades, contextualizá-los em seus respectivos contextos culturais, políticos e sociais. E, à luz dessas exposições, advogamos a favor da tese de que a tradição judaico-cristã pode ser considerada a precursora da ideologia heterossexista e homofóbica na contemporaneidade. Nesse sentido, cremos ter contribuído para a clarificação da espinhosa temática da homofobia apontando seu alicerce ideológico, suas origens e ulteriores desenvolvimentos.

### **REFERÊNCIAS**

ABBAGNANO, N. História da Filosofia. Tradução de António Borges Coelho. Volume 2, 5ª Edição. Guide – Artes Gráficas, Ltda. Lisboa, 1999.

AGOSTINHO. Confissões. Tradução de J. Oliveira Santos & A. Ambrósio de Pina. Editora Oficinas Gráfica de Coimbra. Porto, 1977.

AQUINO, T. Suma Teológica. Vol. VII. II seção da II parte – questões 123-189. Tradução de Aldo Vannucchi *et al.* Edições Loyola. São Paulo, 2005.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornhelm. Coleção Os Pensadores, Editora Abril, 1984.

BARSHAVSKY, S. B. El Código Teodosiano. In: Revista Cultura Jurídica, Vol. 3. p. 185-195. Universidade Autónoma do México, 2011. Disponível em: <http://www.derecho.unam.mx/investigacion/revista-cultura03.php>> Acesso em: 7 de julho de 2015.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 7ª Ed. São Paulo, 2008.

BORRILLO, D. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2013.

BOEHNER, P. & GILSON, E. História da Filosofia Cristã. Tradução e notas de Raimundo Vier, O.F.M. Editora Vozes. Petrópolis, 2004.

BRÉHIER, E. História da Filosofia: A antiguidade e a Idade Média. Tradução de Eduardo Sucupira Filho. Editora Mestre Jou. São Paulo, 1978.

CARRASCO, R. 1985. Inquisición y represión sexual en Valencia. Historia de los sodomitas (1565-1785). Barcelona: Laertes.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1992. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/catechism\\_po/index\\_new/prima-pagina-cic\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html)> Acesso em: maio de 2015.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. In: Educar em Revista, Editora UFPR, nº 39, p. 39-50. Curitiba, 2011.

GILSON, E. A Filosofia na Idade Média – 2ª Ed. Tradução de Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes – São Paulo, 1998.

INSTRUMENTUM LABORIS: Os desafios pastorais da família no contexto da evangelização, 2014. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_2014\\_0626\\_instrumentum-laboris-familia\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_2014_0626_instrumentum-laboris-familia_po.html)> Acesso em: 6 de maio de 2015.



INSTRUMENTUM LABORIS: A vocação e a missão da Família na Igreja e no Mundo Contemporâneo, 2015. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/synod/documents/rc\\_synod\\_doc\\_2015\\_0623\\_instrumentum-xiv-assembly\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_2015_0623_instrumentum-xiv-assembly_po.html)> Acesso em: 4 de julho de 2015.

JOHNSTON, R. K. A homossexualidade e os evangélicos: a influência da cultura contemporânea. In: Homossexualidade: perspectivas cristãs. Tradução de Jaci Maraschin, Fonte Editorial. São Paulo, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas*, Natal, v. 1, nº 1, julho/dezembro. 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/educacaoemhomofobia/TextosSite/Homofobialimitesepossibilidadesdeumconceitoemmeioadisputas.pdf>> Acesso em: 13 de junho de 2015.

KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MORA, S. Sexualidad y confesión. La solicitación ante el Tribunal del Santo Oficio (siglos XVI-XIX). Madrid: Alianza Universidad, 1994.

NELSON, J. B. A homossexualidade e a Igreja. In: Homossexualidade: perspectivas cristãs. Tradução de Jaci Maraschin, Fonte Editorial. São Paulo, 2008.

PRADO, M. A. M. Homofobia: muitos fenômenos sob o mesmo nome. In: BORRILLO, D. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2013.

SALDARRIAGA, G. Sujeitos sem história, prática calada e marcas apagadas: a sodomia imperfeita ante o Santo Ofício do México. In: Revista Topoi do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ. Volume 5. Rio de Janeiro, 2004.

WINK, W. Perspectivas bíblicas sobre homossexualidade. In: Homossexualidade: perspectivas cristãs. Tradução de Jaci Maraschin, Fonte Editorial. São Paulo, 2008.

## PROJETO “DISCUTIR DESIGUALDADES NA BUSCA POR IGUALDADE: RELAÇÕES DE GÊNERO E O ENSINO DE HISTÓRIA”

Gabriella Assumpção da Silva Santos Lopes  
Juliana Ferreira de Farias  
Vinícius de Oliveira Bezerra

### RESUMO

O presente artigo versa sobre o projeto de ensino “Discutir desigualdades na busca por igualdade: relações de gênero e o ensino de História”, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O projeto foi executado entre turmas do 3º ano do Ensino Médio, em uma escola na cidade de Campo Grande/MS. O enfoque dado pelo projeto, e ponto de partida para discutir as relações de gênero, foi a construção da cidadania, conquista de espaços e direitos pelas mulheres e população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil. O projeto vai ao encontro dos Parâmetros Curriculares Nacionais que elegem como um de seus temas transversais “Orientação Sexual”, que possui como um de seus eixos fundamentais, as questões das relações de gênero. No desenvolvimento das aulas utilizamos a metodologia de aula expositiva dialogada, adotando a docência compartilhada entre os acadêmicos. Como instrumento de avaliação final, propusemos aos alunos a produção de um *fanzine*, dado o seu histórico de uso como espaço de expressão e divulgação de ideias por vários movimentos sociais. Por fim, apresentaremos as reflexões e resultados obtidos através da experiência na execução do projeto, que apesar das limitações do ambiente escolar e da resistência dos/as alunos/as com as discussões propostas, cumpriu seu objetivo de trazer para dentro da escola discussões sobre atitudes de defesa da igualdade de direitos e do respeito à diversidade sexual.

**Palavras-chave:** Relações de gênero. Ensino de História. PIBID. História.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado das experiências vivenciadas no projeto de ensino “Discutir desigualdades na busca por igualdade:

relações de gênero e o ensino de História”, no âmbito do PIBID<sup>29</sup> do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Em primeiro lugar, buscaremos apresentar as justificativas e os objetivos do projeto, discutindo a relação entre relações de gênero e o ensino de história. Em um segundo momento, vamos tratar da metodologia utilizada nas aulas, dos referenciais teóricos que direcionaram nossa prática docent e os recursos didáticos utilizados em cada aula, assim como nossas percepções e resultados das discussões com os alunos. Em seguida, discutiremos o método de avaliação proposto e seus resultados. Por fim, de forma geral, apresentaremos as reflexões e resultados obtidos através da experiência na execução do projeto.

### **APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DO PROJETO**

O projeto “Discutir desigualdades na busca por igualdade: relações de gênero e o ensino de história”, foi executado entre os dias 8 de maio e 12 de junho de 2015, em uma escola na cidade de Campo Grande/MS, contemplando 4 (quatro) turmas do 3º (terceiro) ano do Ensino Médio, em um total de 4 (quatro) horas/aulas por turma.<sup>30</sup>

O projeto foi concebido partindo de três premissas: a) que a história, como disciplina, possui função educativa, formativa, emancipadora e libertadora, tendo como papel fundamental a

---

29 “O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica, que concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 2014, p.3).

30 O nome da escola não será citado, respeitando-se o anonimato dos/as alunos/as, em vista da polemicidade do tema e suas implicações.

formação da consciência histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva (FONSECA, 2009); b) que a escola possui função social que ultrapassa a mera reprodução de conteúdos, também possuindo a de formar indivíduos para o exercício crítico da cidadania e para a participação ativa nos vários setores da vida social. Dominar os conhecimentos e habilidades é saber aplicá-los tanto nas tarefas escolares quanto na vida prática, não se restringindo somente à explicar a natureza, a sociedade e o pensamento humano, mas também atuando para transformá-lo (LIBÂNEO, 1990); c) que a escola, como instituição comprometida com o fomento da solidariedade e desenvolvimento da dignidade, também deve estar comprometida com o término das desigualdade de gênero, pois pode ser tanto um espaço de criação e reforço, quanto de desconstrução dessas desigualdades (AUAD, 2006).

Em concordância com as premissas do projeto, também nos apoiamos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). De acordo com os PCNs, para que haja uma efetiva construção da cidadania, necessita-se de uma prática educacional que valorize a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. A partir da necessidade de se discutir problemas ligados à realidade brasileira, aproximando os conhecimentos apresentados pelo professor com as expectativas e necessidades dos/as alunos/as (NETO, 2009), os PCNs apresentam cinco temas transversais para a educação nacional: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual. Neste último tema encontra-se, como um de seus eixos fundamentais, as questões das relações de gênero<sup>31</sup>.

---

31 “Gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social. Na maioria das sociedades as relações de gênero são desiguais e desequilibradas no que se refere ao poder atribuído a mulheres e homens. As relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça, casta, idade, orientação sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras. Os desequilíbrios de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim

Segundo Daniela Auad (2006), a escola pode ser o lugar no qual se constrói um “aprendizado da separação” e da discriminação entre os gêneros. Entretanto, a escola também pode se tornar uma importante instância de emancipação e mudança, ponto de partida para se combater e diminuir preconceitos e as desigualdades de gênero. A autora ainda propõe que uma educação para a igualdade entre os gêneros precisa ser levada por agentes de mudança, que seriam professores, pesquisadores, secretarias de educação, coordenadores e diretores, com a responsabilidade de analisar práticas e situações escolares, traçar objetivos igualitários, estabelecer metodologias de trabalho e definir tarefas. A autora também destaca a importância da formação, capacitação de professores e demais profissionais da educação a fim de que estes estejam mais preparados para introdução da temática e para a produção de materiais que possam diminuir as desigualdades de gênero.

Quanto ao ensino de História, Carla Pinsky (2010), afirma que uma das principais funções das aulas de História seria a de capacitar os/as alunos/as para compreender a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais, observando que as ideias sobre “ser homem” e “ser mulher” foram se transformando ao longo da história. Dessa forma, os/as alunos/as passariam a desenvolver uma visão mais crítica das “regras sociais e verdades apresentadas como absolutas” sobre as relações de gênero. Assim, Pinsky (2010) incentiva que nas atividades escolares, nos conteúdos da disciplina de História, o professor destaque as questões de gênero.

O enfoque dado pelo projeto, e ponto de partida para discutir as relações de gênero, foi a construção da cidadania, conquista de espaços e direitos das mulheres e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil, justamente para que o

---

como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. Os atributos e papéis relacionados ao gênero não são determinados pelo sexo biológico. Eles são construídos histórica e socialmente e podem ser transformados”. (HERA, 1998, apud ALVES; CORRÊA, 2009, p.131).

conteúdo a ser trabalhado estivesse articulado com o conteúdo regular da disciplina de História. Sendo assim, dentre os conteúdos que foram trabalhados durante o bimestre, tínhamos a “Cidadania brasileira (construção histórica)” nas primeiras décadas do século XX. Buscamos problematizar as relações de gênero e desenvolver ações educativas que conduzam ao comportamento crítico frente às desigualdades, fomentando a reflexão acerca dos papéis estereotipados atribuídos socialmente a homens e mulheres ao longo da história, e desenvolvendo atitudes de defesa da igualdade de direitos e de respeito à diversidade sexual.

## **METODOLOGIA**

No desenvolvimento das aulas utilizamos o método de aula expositiva dialogada<sup>32</sup> com o auxílio de projetor, adotando a docência compartilhada<sup>33</sup> entre os membros do grupo. Durante as aulas conduzimos as discussões e valorizamos a diálogo entre professores/as e alunos/as, se pautando na ideia que o processo de ensino e aprendizagem é feito coletivamente, ocorrendo interação entre aluno/a e o conhecimento, mediado pela presença do professor/a.(FONSECA, 2009). Segundo Selva Guimarães Fonseca,

de acordo com essa concepção, nem o professor, nem o aluno ocupam uma posição secundária, mas ambos atuam de maneira ativa, aberta e flexível em relação aos diferentes saberes. O que se pretende é se ultrapassar a concepção de ensino como mera transmissão de conteúdos, e desenvolver um ensino que tenha como pressupostos a investigação e a produção de conhecimentos por professores e alunos no espaço escolar (2009, p. 103)

32 Consiste na exposição dos conteúdos promovendo a participação ativa dos alunos, através de discussões e debates, articulando seus conhecimentos prévios com os conteúdos das aulas (GIL, 1997 apud LOPES, 2012).

33 Consiste na ministração das aulas dividindo a regência do conteúdo entre os membros do grupo, enquanto um aluno de outro projeto do PIBID de História a assiste, com o objetivo de refletirmos sobre nossa prática no fim de cada aula e nos encontros semanais de todos os projetos do PIBID. O objetivo é que os acadêmicos compartilhem entre si as reflexões e experiências nas aulas, proporcionando uma reflexão mais profunda sobre a prática docente.

Os/as alunos/as são indivíduos que possuem histórias, valores e culturas diversas, que entram na escola com uma carga variada de conhecimento obtido na internet, na TV, na família, na igreja, etc (FONSECA, 2009). Dessa forma, os conhecimentos prévios dos/as alunos/as e aspectos do seu cotidiano foram ponto de partida para planejarmos as aulas, resultando no uso de recursos didáticos<sup>34</sup> diversos, como músicas, programas de TV, jornais, propagandas e imagens de filmes. A utilização de linguagens e recursos diferenciados teve como intuito tornar o processo de ensino e aprendizagem mais contextualizado e dinâmico, e que tivesse significado para a vida do/a aluno/a, oferecendo-lhe a possibilidade de se colocar criticamente em relação a realidade que o cerca (GUERRA; DINIZ, 2007). Partimos da realidade e do cotidiano dos/as alunos/as, mas não nos restringimos a esses aspectos. De acordo com Leandro Karnal, “partir da realidade desfocada do meu aluno é muito importante, mas ficar nela como objeto e meta é um erro” (2012, p. 100). Os meios de comunicação de massa, a internet, o cinema e outros meios que os/as alunos/as obtêm informações, por vezes são disseminadores de preconceitos, discursos de ódio e informações fragmentadas. Sendo assim, partimos da realidade e do cotidiano, mas não permanecemos neles como fim, mas os utilizamos como ponto de partida, articulando-o com o conhecimento científico ministrado em aula, tendo em vista a desconstrução e crítica em relação a esses discursos.

Um dos desafios da educação contemporânea é lidar com a excessiva carga informativa, o que não significa tentar reproduzi-la em sala de aula na íntegra, com pouco espaço para a reflexão de seus significados. Isso significa ensinar os alunos, por meio da contextualização, a selecionar fatos importantes, organizá-los e analisá-los. (ABUD; SILVA; ALVES, 2013, p.29)

---

34 “Recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos. Há uma infinidade de recursos que podem ser utilizados nesse processo, desde o quadro de giz até um data show passando por jogos, passeios para pesquisa de campo e assim por diante”. (SILVA, 2007, p.111).

Na primeira aula foi apresentado para os/as alunos/as o projeto e seus objetivos. A aula foi estruturada tendo como eixo o conceito de relações de gênero. Foi trabalhado as diferenciações de identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual, com o objetivo de mostrar que esses não são sinônimos, bem como estatísticas que comprovam as desigualdades, preconceitos e violência de gênero<sup>35</sup>. Com o objetivo de aproximar os conteúdos ministrados com a realidade dos/as alunos/as, foram utilizadas imagens de filmes, situações do cotidiano, bem como assuntos que repercutiram nas redes sociais recentemente. Nesse sentido, foi reproduzido para os/as alunos/as um vídeo do programa “Altas Horas”, onde duas cantoras debatem sobre o comportamento dos gêneros<sup>36</sup>. O vídeo ofereceu um bom recurso para aula, visto que muitos/as alunos/as já haviam assistido o debate e possuíam algumas impressões sobre o mesmo. No vídeo, em entrevista, a cantora Anitta afirma que as mulheres, ao lutarem para possuírem os mesmos direitos que os homens, acabaram chegando em um momento onde quiseram “tomar conta da situação”. Segundo a cantora, existe um “instinto masculino” de proteção à mulher, e que com as mulheres “tomando o lugar do homem em todas as situações”, resultou em um desestímulo ao cavalheirismo do homem, que seria esse “instinto masculino” de proteção e cuidado da mulher. Em um dado momento, a cantora Pitty intervém na discussão e ressalta que as mulheres ainda não possuem os mesmos direitos que os homens, destacando que, se em um programa de TV, ainda se discute a questão de uma mulher poder sair com outros homens, que não o namorado (assunto anteriormente abordado no programa), mostra que ainda se possuem diferenças nas concepções de comportamentos considerados ideias pra a mulher e para o homem. A cantora Anitta também coloca que, na sua vida cotidiana, ela observa comportamentos femininos que dão margem para o homem “achar coisa X ou Y da mulher”, pois elas não se dariam o “respeito”. Pitty interrompe a discussão e ressalta que

---

35 O conteúdo ministrado teve como referencial Auad (2003; 2006)

36 Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/altas-horas/v/anitta-e-pitty-discordam-em-debate-sobre-liberdade-sexual-feminina/3815453//>>. Acesso em: 13 de abr. 2015.



as concepções de “homem de respeito” e “mulher de respeito” não são iguais, ou seja, certos comportamentos que são considerados como inadequados para mulheres, não seriam questionados se fossem feitos por homens.

Após a reprodução do vídeo, as reações dos/as alunos/as foram diversas, ocorrendo divergências de opiniões e discussões intensas. Em sua maioria, os alunos defendiam o discurso da cantora Anitta, de um “instinto masculino” e do “respeito” que a mulher deve se dar, por outro lado, as alunas se colocavam, na maioria dos casos, defendendo a postura da cantora Pitty, que reconhece diferenças nas concepções de comportamentos tidos como ideais para homens e mulheres.

Para medirmos a discussão, analisando e debatendo junto com os/as alunos/as o conteúdo do vídeo, retomamos o conceito de relações de gênero. Segundo Daniella Auad (2003), relações de gênero também se referem ao conjunto de expressões do que se pensa sobre o sexo masculino e o feminino, esperando-se uma série comportamentos de homens e mulheres. “Ou seja, a sociedade constrói longamente, durante os séculos de sua história, significados, símbolos e características para interpretar cada um dos sexos” (2003, p. 57). Assim, dentre tantos outros comportamentos, esperam-se que a mulheres sejam caprichosas, meigas, frágeis, mães, que comecem a namorar mais tarde e limitem o número de parceiros; por outro lado, esperam-se dos homens que sejam corajosos, fortes, provedores da casa, que comecem a namorar mais cedo e com muitas parceiras, e que não tenham nenhuma das características consideradas femininas, e vice-versa.

Precisamos questionar sempre o que temos percebido como diferenças entre homens e mulheres. Essas diferenças não são naturais ou essenciais, mas construídas por um conjunto de elementos, entre os quais então as “verdades” que as escolas, as igrejas e as famílias ensinam. Mesmo que essas verdades já estejam aí quando nascemos, elas podem ser questionadas e transformadas. (AUAD, 2003, p.58)

Dessa forma, durante a análise e discussão do vídeo, ressaltamos que o discurso de Anitta acaba naturalizando as desigualdades entre homens e mulheres, principalmente ao falar de um “instinto masculino” e do “respeito” que a mulher deve dar a si mesma, não atribuindo esse “respeito” também ao homem. A cantora conclui que é importante se ter direitos iguais, mas não passa essa “igualdade” para relações do cotidiano, para os comportamentos machistas que ocorrem no dia a dia. Já a cantora Pitty vai além na compreensão das desigualdades de gênero, ressaltando as desigualdades existentes no mercado de trabalho e nos comportamentos tidos como adequados para homens e mulheres. Também ressaltamos que, ao trabalharmos com esse vídeo, não procuramos realizar um julgamento sobre quais das cantoras está certa ou errada, assim como impor um modelo de comportamento e pensamento, mas refletirmos sobre como as desigualdades de gênero também se revelam no cotidiano, no comportamento considerado adequado e ideal para homens e mulheres.

Na segunda aula, abordamos a construção da cidadania feminina na passagem para o século XX, tratando da conquista aos direitos de educação e voto, bem como do início dos movimentos feministas, mostrando que essas conquistas foram frutos de um longo processo de reivindicações e lutas<sup>37</sup>.

A fim de reforçarmos o conceito de relações de gênero, utilizamos como recurso didático a primeira edição da revista feminina ‘Jornal das Moças’, de 1914<sup>38</sup>. O ‘Jornal das Moças’ foi produzido no Rio de Janeiro, entre 1914 e 1968, e era distribuído nacionalmente. Seu conteúdo trazia informações sobre moda, culinária, comportamento, dicas de beleza e também anúncios de produtos variados como lingerie, remédios, filmes, etc (SOARES;

37 O conteúdo ministrado teve como referencial Pinsky; Pedro (2012) e Auad (2003)

38 Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>>. Acesso em: 28 de abr. 2015.

SILVA, 2013). O Jornal foi trabalhado com o objetivo de refletir sobre como normas, condutas e comportamentos, julgados como adequados para as mulheres, eram propagados pelo jornal, construindo normas sociais e o ideal de mulher da época.

Promovemos o debate com os/as alunos/as refletindo sobre o ideal de mulher como mãe, dona de casa, obediente ao marido, que era propagado pelo ‘Jornal das Moças’, sofreram transformações, mas também como muitos desses valores ainda permanecem em nossa sociedade. Com o uso do jornal, buscamos mostrar mais claramente como as relações de gênero são construídas socialmente e historicamente, ou seja, que a sociedade, por meio de suas instituições, como a imprensa, transmite a homens e mulheres normas, valores e comportamentos deles esperados que acabam sendo vistos como naturais.

Na terceira aula, foi abordado o período pós 1960 até a atualidade. Nesse contexto, ocorre a ampliação de movimentos sociais em busca da democracia no final da ditadura militar e a conhecida Década da Mulher (1975-1985), quando se passa delinear uma nova fase na busca por igualdade e direitos, passando pelo movimento feminista e pela luta da população LGBT no combate à discriminação e por direitos<sup>39</sup>. Ressaltamos que, apesar de várias conquistas desses movimentos, ainda há muito que se conquistar, principalmente em relação à população LGBT. Nessa aula, a escolha dos recursos didáticos se deu com o objetivo de promovermos uma reflexão e crítica sobre a homofobia e o machismo, fomentando o debate sobre defesa da igualdade de direitos e do respeito à diversidade sexual. Sendo assim, utilizamos como recurso didático um vídeo do canal ESPN, onde a repórter faz uma intervenção ao entrevistado por este

---

39 O conteúdo ministrado teve como referencial Pinsky; Pedro (2012) e Facchini (2012)

usar um termo homofóbico<sup>40</sup>, e a música “Tá rodada”, do cantor Loubet<sup>41</sup>, para analisar e problematizar as persistências de preconceitos e estereótipos de gênero, passando pela questão da violência física e psicológica.

No vídeo do canal ESPN, uma repórter realiza uma entrevista com um torcedor, antes do início do jogo. Durante a entrevista, o torcedor se refere a torcida adversária pelo nome de “bichas”, sendo prontamente interrompido pela repórter, que o repreende por usar um termo homofóbico, dizendo que ele deveria “modernizar um pouco esse pensamento”. Procuramos refletir com os/as alunos/as sobre como a homofobia não passa somente pela violência física, mas também por ofensas verbais que ocorrem no cotidiano, como se referir aos homossexuais por termos pejorativos, como “bichas” e tantos outros, assim buscamos construir junto aos alunos atitudes de respeito e defesa à diversidade sexual. Apesar de um momento anterior de tensão com alguns alunos/as, quando tratamos das conquistas da população LGBT, os/as alunos/as, em sua maioria, mostraram-se receptivos ao debate do vídeo. Embora alguns se mostrassem visivelmente incomodados, não expressaram publicamente discordar da reflexão proposta.

A velocidade da produção midiática impregna nosso cotidiano, levando ao uso e consumo de seus conteúdos, quase que imediatamente, havendo pouco tempo pra reflexão, influenciando nossos modos de agir, pensar e sentir (ABUD; SILVA; ALVES, 2013). A música, sendo veículo de representações, sentimentos, visões de mundo, também pode reforçar preconceitos e estereótipos, que por vezes são ouvidas e cantadas pelas pessoas sem uma reflexão sobre seu conteúdo. A partir dessas considerações, que foi escolhida a

---

40 Disponível em: <[http://espn.uol.com.br/video/495450\\_torcedor-do-palmeiras-usa-termo-homofobico-e-leva-bronca-ao-vivo-de-reporter-da-espn](http://espn.uol.com.br/video/495450_torcedor-do-palmeiras-usa-termo-homofobico-e-leva-bronca-ao-vivo-de-reporter-da-espn)>. Acesso em: 2 de maio 2015.

41 Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ADKk6s\\_Oag4](https://www.youtube.com/watch?v=ADKk6s_Oag4)>. Acesso em: 5 de maio 2015.

música “Tá rodada”, do cantor Loubet, recentemente reproduzida com frequência nas rádios da cidade. Optamos por reproduzir somente o áudio da música e projetarmos sua letra, permitindo, assim, uma maior atenção ao conteúdo da música por parte dos/as alunos/as, pois a maioria conhecia a música e alguns até a cantaram. Ao fim da reprodução da música, alguns alunos admitiram nunca terem prestado atenção ao seu conteúdo. No debate sobre a música houve mais opiniões divergentes e uma discussão mais intensa do que na discussão do vídeo anterior. Alguns alunos repetiram o discurso do “respeito” que a mulher deve se dar, outros alegavam que era somente uma música inofensiva, já as alunas, em sua maioria, mostraram uma maior identificação com a discussão, criticando o conteúdo da letra e as diferenças no julgamento de homens e mulheres que já possuíram vários parceiros em relacionamentos amorosos. A música proporcionou um bom recurso para se pensar as diferentes formas de violência contra mulher, ressaltamos que, na letra, há uma violência psicológica, de depreciação da mulher com adjetivos como: “rodada” e “pisada”. Além disso, a letra da música se direciona a mulher com as seguintes frases: “Quem é que vai querer ficar com você?”, “Outra vez tem que nascer pra conquistar meu coração”, em tom de desprezo e inferiorização.

### **Avaliação da aprendizagem e do ensino**

A quarta, e última aula, foi reservada para a avaliação final do projeto. A avaliação é uma tarefa didática necessária e que deve ocorrer em todo o processo de ensino e aprendizagem, sendo, assim, um processo contínuo e sistemático. Da mesma forma, se constitui em reflexão sobre o nível e qualidade do trabalho tanto do aluno, quanto do professor (LIBÂNEO, 1990). De acordo com Estebán (1995), a avaliação, como um processo de reflexão sobre a prática docente, contribui para que o professor se torne cada vez mais capaz de recolher indícios, de atingir níveis de complexidade na

interpretação de seus significados, e de incorporá-los como eventos relevantes para a dinâmica de ensino e aprendizagem. “Investigando, (o professor) refina seus sentidos e exercita/desenvolve diversos conhecimentos com o objetivo de agir conforme as necessidades de seus alunos, individual e coletivamente considerados. (ESTEBÁN, 1995, p. 24)”.

O processo de avaliação também assume várias formas, umas mais formais, outras menos, não se restringindo somente a aplicação de prova escrita e estabelecimento de uma nota, também ocorrendo em outros momentos do cotidiano da prática escolar (LIBÂNEO, 1990). Sendo assim, a avaliação do projeto não ocorreu somente com a avaliação final proposta, mas também durante todas as aulas do projeto, por meio de perguntas dirigidas para as turmas e do espaço para o debate, objetivando oferecer meios para os/as alunos/as mostrassem o que conseguiram, ou não, aprender. Nesse sentido, Estebán (1995) destaca que o processo de avaliação que se concentra apenas no produto final é falho, pois o processo de ensino e aprendizagem deve ser percebido nas “microavaliações” que os/as professores/as realizam a cada dia, em cada situação com os/as alunos/as. Ao mesmo tempo, essa forma de avaliação também fornece ao professor informações sobre a condução de seu trabalho: se a linguagem utilizada está sendo adequada, se o andamento da matéria e a comunicação com os alunos está sendo satisfatória, etc (LIBÂNEO, 1990).

Além da avaliação diagnóstica no cotidiano da prática escolar, Libâneo (1990) também destaca a importância de se avaliar os resultados de aprendizagem na conclusão de um determinado período de trabalho, pois também cumpre a função de realimentação do processo de ensino. Assim, como instrumento de avaliação final, propusemos a produção por parte dos alunos de um *fanzine*<sup>42</sup>.

---

42 “O *fanzine* é uma publicação alternativa e amadora, geralmente de pequena tiragem e impressa artesanalmente. É editado e produzido por indivíduos, grupos ou

As primeiras publicações de *fanzines* ocorreram na década de 1930, nos Estados Unidos, porém o termo *fanzine* somente foi introduzido em 1941, por Russ Chauvenet, sendo a combinação dos termos *fanatic* e *magazine*, que viria a significar “magazine do fã” (MAGALHÃES, 1993). Segundo Magalhães (1993), no início, esse tipo de publicação estava mais ligada à histórias de ficção científica, todavia, devido à sua repercussão, ocorreu uma ampliação de seu leque de temas, como terror, literatura policial, histórias em quadrinhos, assim como sua utilização como panfleto político. Os *fanzines*, por serem veículos independentes, livres de censura e sem as amarras do mercado editorial (MAGALHÃES, 1993), foram utilizados por diversos movimentos sociais como espaço de expressão e divulgação de ideias, como o anarquista, socialista, *punk*, feminista, dentre outros. Assim, a escolha pela produção do *fanzine* deu-se devido ao seu histórico de utilização dentro dos movimentos sociais, como ferramentas de expressão e divulgação de ideias.

Conforme Libâneo (1990), um aspecto relevante ao realizar a avaliação é a clareza dos critérios, pois os alunos precisam saber para que estão trabalhando e no que estão sendo avaliados, da mesma forma, os critérios de avaliação devem estar em concordância com os objetivos e conteúdos das aulas. Dessa forma, em concordância com os alunos, foram estabelecidos os critérios de avaliação dos *fanzines*, que deveriam abordar alguns dos temas trabalhados nas aulas do projeto, como: homofobia, lesbofobia, transfobia, violência contra a mulher, machismo e feminismo. O *fanzine* foi avaliado de 0 a 5 pontos, a partir dos seguintes critérios: a) conteúdo informativo, crítico e reflexivo, valendo 3 pontos; b) estética, 1 ponto; c) criatividade, 1 ponto.

---

fãs-clubes de determinada arte, personagem, personalidade, hobby ou gênero de expressão artística, para um público dirigido e abordando quase sempre um único tema (MAGALHÃES, p. 9, 1993)”. Magalhães (1993) atenta que não existe consenso sobre o conceito de *fanzine*, sendo muitas vezes confundido com outros gêneros da chamada imprensa alternativa, porém o que caracteriza o *fanzine* é seu conteúdo voltado para a informação, a crítica e a reflexão.

Os principais temas escolhidos pelos/as alunos/as foram: violência contra a mulher, homofobia e machismo. As notas, em sua maioria, foram maiores que 3 (três) pontos, mostrando um entendimento da maioria dos/as alunos/as da proposta do projeto e dos critérios de avaliação.<sup>43</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto permitiu trazer para dentro de sala de aula temas amplamente discutidos, atualmente, na sociedade brasileira, tratando sobre desigualdades de gênero, preconceito, discriminação e violência por orientação sexual e identidade de gênero. Procuramos trabalhar esses temas a partir de uma perspectiva histórica, com enfoque na construção da cidadania, conquista de espaços e direitos das mulheres e da população LGBT.

Durante a realização do projeto, utilizamos linguagens diferenciadas, como a música, os vídeos e o jornal, que contribuíram para tornar as aulas mais dinâmicas e, ao trabalharmos com aspectos da realidade e cotidiano dos alunos, também possibilitou uma maior identificação desses com os conteúdos, contribuindo para que o ensino escolar tivesse realmente significado na vida dos/as alunos/as.

Na primeira aula percebemos que uma boa parte dos/as alunos/as possuíam concepções naturalizadas sobre o que é ser homem e mulher, no sentido de os papéis sociais serem determinados pelo sexo biológico. Entretanto, as alunas possuíam um olhar muito mais crítico para o conteúdo do que os alunos, alguns desses consideravam que, atualmente, não existem desigualdades entre homens e mulheres. Desconstruir essas ideias foi trabalhoso, pois tivemos que mostrar que as desigualdades também residem nas

---

<sup>43</sup> Nos anexos, segue um dos fanzines produzidos pelos alunos. O nome dos alunos foram ocultados a fim de preservar suas identidades.



mínimas relações sociais, na educação, no trabalho, ou seja, no cotidiano. Observamos também que existia uma ideia de que o feminismo seria o contrário do machismo, colocando a mulher como superior e não em condição de igualdade em relação ao homem.

Na segunda e terceira aula, quando começamos a trabalhar a questão feminina nas primeiras décadas da república, na ditadura militar e pós-ditadura, os/as alunos/as conseguiram compreender melhor que os direitos conquistados pelas mulheres foram fruto reivindicações, de mobilizações e que as concepções sobre o feminino e masculino sofreram transformações ao longo do tempo. Consequentemente, conseguiram observar que as relações entre homens e mulheres são construídas historicamente e socialmente, o que contribuiu para desvencilhar a concepção naturalizada das desigualdades entre homens e mulheres.

Quando explicamos a diferenciação entre sexo, orientação sexual e identidade de gênero, houve poucas intervenções de discordâncias, mas os rostos dos/as alunos/as mostravam certo tipo de desconfiança e incômodo, e isso também se mostrou quando tratamos das conquistas da população LGBT. Quando tratamos deste último tema, houve um momento de tensão com alguns alunos que discordavam da reflexão proposta. Uma minoria entre os/as presentes demonstrou este comportamento, no entanto não podemos afirmar qual a amplitude desta reação, pois existem vozes que permaneceram silenciadas na sala de aula.

De forma geral, a maior parte do fanzines tratou da questão da mulher, principalmente com relação à violência. Dos que abordaram a questão LGBT, muitos trataram da homofobia. A maior parte contribuiu para a promoção da igualdade de gênero, se posicionando contra a violência e o preconceito. Em um caso isolado, um aluno mostrou resistência à temática LGBT e ao projeto, tendo como justificativa um discurso religioso. Os/as alunos/as que

individualmente demonstraram resistência à temática LGBT optaram por abordar a temática da mulher, mostrando maior conforto quanto essa questão. Levamos em consideração que cada aluno possui seu tempo, seus caminhos e recursos no processo de aprendizagem, pois este não ocorre imediatamente e de forma homogênea, logo o resultado do processo educacional é diferente em cada aluno, pois a interpretação que cada um faz da realidade é diferente, ocorrendo no processo interação de aspectos pessoais e únicos com elementos compartilhados com os outros sujeitos do processo de ensino e aprendizagem (FONSECA, 2009).

Mesmo com as limitações do ambiente escolar, com a resistência de alguns alunos/as para as discussões propostas, ocasionando momentos de conflitos e tensões diretas e indiretas, acreditamos que o projeto cumpriu seus objetivos de trazer para dentro do ambiente escolar atitudes de reflexão e defesa da igualdade de direitos e do respeito à diversidade sexual, buscando construir uma prática docente transformadora que procura contribuir para formação de cidadãos críticos e solidários com os problemas sociais que os cercam. Da mesma forma, não consideramos o projeto como um fim em si mesmo, mas um ponto de partida sobre como devem ser trabalhadas as relações de gênero no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

ABUD, K. M.; SILVA, A. C. de M.; ALVES, R. C. **Ensino de História**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

ALVES, J. E. D.; CORREA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: **ABEP. Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas: Abep/UNFPA. 2009. Disponível em: < <http://goo.gl/kTFwLC> >. Acesso em: 27 de jun. 2015.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Feminismo: que história é essa?**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: < <http://goo.gl/HDUkDx> >. Acesso em: 17 de abr. 2015.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1995.

FACCHINI, R.. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. **Revista Advir (ASDUERJ)**. v. 28, p. 6-20. 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/ff5t9U> >. Acesso em: 12 de maio 2015.

FONSECA, S.G. **Didática e prática de ensino de história**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

GIL, A.C. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Atlas; 1997.

GUERRA, F. de P.; DINIZ, L. M. V. A incorporação de outras linguagens ao ensino de história. **História & Ensino: Revista do Laboratório de Ensino de História**. v.13, p.127 -139. 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/LTpyKr>>. Acesso em: 9 de jun. 2015.

HERA. **Direitos sexuais e reprodutivos e saúde das mulheres: idéias para ação**. Nova York: HERA, 1998.

KARNAL, L. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2012.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.

LOPES, T.O. **Aula expositiva dialogada e aula simulada: comparação entre estratégias de ensino na graduação em enfermagem**. Dissertação. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/82yltC> >. Acesso em: 10 de abr. 2015.

MAGALHÃES, H. **O que é fanzine**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NETO, J.A. de F. A transversalidade e a renovação no ensino de história. In: \_\_\_\_ KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula: conceitos práticas e propostas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PINSKY, C. B. Gênero. In: \_\_\_\_ PINSKY, C. B. (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: **I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM: “INFANCIA E PRATICAS EDUCATIVAS”**. Maringá, PR. 2007. Disponível em: < <http://goo.gl/nAaAzB> >. Acesso em: 09 de jul. 2015.

SOARES, D. dos S.; SILVA, U. R.. O Jornal das Moças: uma narrativa ilustrada das mulheres de 30 a 50 & sua passagem por Pelostas nas décadas. **Seminário de História e Arte**. v.3, n.1. 2013. Disponível em: < <http://goo.gl/vt4QK3> >. Acesso em: 17 de jun. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Normas e orientações: Pibid UECE**. Fortaleza, CE. V. 1. 2014. Disponível em: < <http://goo.gl/SyWBOe> >. Acesso em: 08 de jul. 2015.

Anexos

REVISTA CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE - Volume I ano 2015



## N'UMBUNTU EM AÇÃO: PESQUISA EM RELAÇÕES RACIAIS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS (MARABÁ-PA)

Jaqueline Dayane da C. Silva /UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará)<sup>44</sup>

Juliana Barbosa Sindeaux / UNIFESSPA<sup>45</sup>

Ivan Costa Lima (orientador) /UNIFESSPA<sup>46</sup>

### RESUMO

O trabalho apresentado relata os projetos e as ações do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação (N'UMBUNTU), núcleo eletivo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), desmembrada da Universidade Federal do Pará (UFPA), e suas articulações com a formação de professores em diferentes níveis de ensino, em especial sobre a história e cultura afro-brasileira e africana como preconiza a lei 10.639/03, bem como a produção de conhecimentos sobre as práticas desenvolvidas dentro das escolas públicas de Marabá/PA, buscando compreender como as escolas têm exercido a lei 10.639/03, que torna obrigatório o estudo sobre a história da África e Afro-brasileira nas redes de ensino público e privado. A partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, apoiados pelas PROESP e PROEX, respectivamente, o núcleo conta como público-alvo com diferentes participantes, nas diversas atividades formativas: professores e estudantes do ensino superior, da educação básica das redes públicas e privadas do município de Marabá e região, de organizações da sociedade civil e comunidade em geral. Objetiva-se neste artigo apresentar as principais iniciativas, que cobre o período de lançamento do N'UMBUNTU em 2012 e as atividades interventivas, de estudos e pesquisas realizadas em 2013, na ampliação do debate das relações étnicorraciais dentro dos espaços acadêmicos. Assim, pretende-se indicar os processos identitários, as formas organizativas e tradições empreendidas pela população negra, dando-se ênfase as práticas educativas desenvolvidas no âmbito escolar, tendo como aporte metodológico, o uso da linguagem oral e da pesquisa-ação como matérias-primas das ações na região do sul e sudeste do Pará. Mostra-se a movimentação promovida pelo N'UMBUNTU, que através de minicursos, eventos, formações de professores e debates públicos busca consolidar novas práticas que articule experiências dentro do espaço escolar. Desta forma, os resultados parciais dos projetos evidenciam a necessidade de

---

44 Graduada do curso de Pedagogia e bolsista do N'UMBUNTU junto a PIBIC/CNPq/2014.

45 Graduada do Curso de Ciências Sociais e Bolsista do N'UMBUNTU.

46 Professor Mestre da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Coordenador do Curso de Licenciatura de História e Coordenador do N'UMBUNTU.

consolidar a temática das relações étnicorraciais na região e o compromisso da universidade de uma ação docente.

**Palavras-chave: Formação em Relações Étnico-Raciais. Negro e Educação. Cultura e História negra. Diversidade racial. Formação continuada.**

### **Introdução**

Este artigo discute a atuação do **Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU** da Faculdade de Educação, do Campus Universitário de Marabá/PA, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), desmembrada da Universidade Federal do Pará, em 2012. O N'UMBUNTU articula ensino, pesquisa e extensão em função da legislação educacional, como também, em subsidiar educadores/as, estudantes e a sociedade em geral na região Norte, sobre o pensamento social referente às relações raciais no Brasil.

O Núcleo conta em suas ações com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP) ambas da Universidade Federal do Pará. Desta última no desenvolvimento de pesquisa, no âmbito do programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODOUTOR/2012), subprograma apoio ao Doutor Recém Contratado (PARC), contando com uma bolsa de iniciação científica (PIBIC). A pesquisa objetiva construir conhecimentos a respeito da organização política, cultural da população negra no sul e sudeste do Pará, a partir da utilização da história oral como principal instrumento de reconstrução social e história desta população, potencializando-se a produção de materiais didático-pedagógicos, que leve ao conhecimento crítico da cultura negra nesta região.

A fundamentação que norteia as ações baseia-se no debate em que a sociedade brasileira, no início deste novo século, vem enfrentando inúmeros desafios, colocados por processos históricos motivados em parte pela ação de diferentes organizações dos movimentos sociais (GOHN, 1997), dentre eles o Movimento Negro (MN). Tais movimentos buscam entre outras questões problematizar a ação do Estado na perspectiva de executar políticas públicas, que levem a efetivação dos direitos sociais a diferentes parcelas de populações excluídas destes processos.

Neste sentido, a Educação tem sido apontada como uma das grandes preocupações deste setor, no que seria considerada uma das políticas indispensáveis para a organização dos setores marginalizados, em especial a população negra brasileira. Com isso, a educação é tomada enquanto prática social, e se vincula a uma determinada visão de mundo, portanto, se constituindo em fenômeno complexo, que expressa múltiplas contradições das sociedades na qual se realiza transformadora ou não desta realidade. Considerada em sua dimensão transformadora, a educação persegue, entre outros fins, promover o autoconhecimento do educando/a enquanto ser pensante e construtor de existência subjetiva e histórica social.

A partir desta perspectiva crítica que o Núcleo de Estudos em Relações Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU se constituiu. Seu codinome se referencia no universo civilizatório africano, cuja matriz é conhecida no Brasil como nação bantu, grupo linguístico que influenciou profundamente o jeito, a forma dos falares e práticas religiosas na sociedade brasileira. *Ubuntu* tem como sentido uma abordagem coletiva, pois um de seus mais conhecidos significados é: "*Eu sou o que sou devido ao que todos nós somos*", evidenciando o universo de interdisciplinaridade preconizada pela ação educacional. Desta forma o *Ubuntu* é visto como um dos princípios fundamentais e como forma de resistência à opressão, e está intimamente ligado à ideia de enfatizar a necessidade da união e do



consenso nas tomadas de decisão, bem como na ética humanitária envolvida nessas decisões.

A partir deste princípio o N'UMBUNTU coloca na ordem do dia as mudanças nas concepções arraigadas sobre as populações negras em todas as partes do Brasil, buscando alterar as concepções cristalinhas sobre os processos civilizatórios produzidos pelos descendentes de africanos.

Desta forma, tem ampliado sua composição estando aberto aos/as pesquisadores/as universitários/as, docentes, alunos/as de diferentes universidades e por membros da sociedade civil interessados na temática da população negra e em problematizar o pensamento social brasileiro assentado sobre o racismo, discriminações e todas outras formas correlatas de exclusão.

O projeto apresentado a Propesp/Prodoutor 2012 apresenta como principal método a utilização da história oral, segundo a visão de Meihy (2002, p.13) “história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas”. Assim, o trabalho realizado tem como característica a abordagem da memória como fonte de conhecimento, na tentativa de apreender os movimentos e os atores sociais, que impulsionaram suas proposições na perspectiva de mudanças estruturais, a partir de suas próprias falas.

Considerando-se isso, toda a experiência humana se torna fonte de conhecimento e envolve todo um contexto social e cultural, por isso segundo Meihy (2002), a história oral pretende ser um campo multidisciplinar onde, independentemente das várias tradições disciplinares, diferentes linhas de trabalho tenham um território para o diálogo sobre maneiras de abordagem das entrevistas e campo de troca de experiências. A história contada e lembrada através do

depoimento oral é um valioso documento, que une o passado reconstruído, com um presente expectativo.

O resgate do indivíduo enquanto elemento fundamental, para a compreensão da vida humana é enriquecedor para o conhecimento da História, em outras palavras, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. A evidência oral transforma os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribuindo para uma história que não só é mais rica mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON, 1992, p.137).

Assim, em nossa abordagem o relato oral é uma fonte, que pode ser transformado em documento, da mesma forma que uma carta, um diário, um ofício, uma notícia de jornal, ou um relatório. As fontes orais trazem importantes contribuições na produção acadêmica. Pois as fontes da história não se resumem apenas em documentos escritos, mas também no estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que dá autenticidade à história do presente.

A partir desta matriz inicial a pesquisa desenvolvida utilizou-se de outros referenciais para apreender as formas organizativas da população negra na região, especialmente a pesquisa participante, que tem sido teorizada como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares, como tentativa de avançar a partir da ciência tal conhecimento, “de dentro para fora, formas concretas dessas gentes, grupos e classes participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprios” (BRANDÃO, 1999, p. 10). Com isso, a pesquisa no primeiro semestre do desenvolvimento do projeto, centrou-se em fazer um levantamento voltado para as práticas desenvolvidas dentro das escolas públicas de Marabá/PA, buscando compreender como as escolas têm exercido a lei 10.639/03, que torna obrigatório o estudo sobre a história da África e Afro-brasileira nas redes de ensino público e privado.

Desta forma, articulou-se como método a realização de entrevistas semiestruturadas para a pesquisa científica, com o objetivo de abranger as experiências educativas nas escolas municipais de Marabá/PA em relação à educação das relações étnicorraciais.

### **Pesquisa em relações raciais nas escolas municipais**

Para a execução dos princípios elencados anteriormente, o N'UMBUNTU construiu diferentes estratégias, que objetivavam a pesquisa e ação social. Podemos situar como intervenções importantes o “I Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão”, realizado em 2012, cujo o objetivo foi ofertar os primeiros debates em torno da educação das relações étnicorraciais, mas também visibilizar a mobilização negra na região. A aproximação com a Secretaria de Educação do município de Marabá, através de formação com educadores das áreas de ensino religioso, história e geografia como estratégia de construção de uma política de formação, sendo que, através dessas formações conseguimos a implementação da lei 10639/03 na cidade.

Assim, a partir do conjunto dos diferentes projetos organizamos a atuação do N'UMBUNTU em torno das seguintes ações, em face de sistematizar conhecimentos sobre este tema na cidade:

- 1) Iniciamos leituras da bibliografia disponível no N'UMBUNTU, é importante salientar que esta foi instalada em face da ausência de materiais didáticos-pedagógicos sobre a história e a cultura negra na região, principalmente aquelas que discutem a educação das relações étnicorraciais (FONSECA, 2011) e as práticas educativas para a implementação da lei 10.639/03 (SOUZA, 2009). Estas leituras, entre outras são importantes para posterior indicação dos mesmos nas atividades de qualificação de professores/as, acerca da lei 10.639/03, assim como em outros momentos levar a

comunidade local a se interessar pela história da cultura negra na região.

- 2) Elaboramos um projeto com o título “Quais as experiências educativas nas escolas municipais de Marabá/PA em relação à educação das relações étnicorraciais?” a fim de buscar informações sobre as questões raciais dentro das instituições de ensino público. Nossa preocupação é elaborar conhecimentos que possam subsidiar a rede municipal.
- 3) A partir das ações relatadas acima fizemos um levantamento de dados a fim de compreender quantas escolas havia no município de Marabá/PA, e o endereço das mesmas, portanto, começamos esse levantamento fundamentado nos trabalhos anteriores realizados pelo N’UMBUNTU, que já havia feito formação junto aos educadores da secretaria municipal, bem como pela participação de professores nas atividades promovidas no ano de 2012 e parte de 2013, com a preocupação de dar visibilidade a esta temática na região sul e sudeste do Pará.
- 4) Depois do levantamento, começamos a entrar em contato com os Diretores e Professores de diferentes escolas localizadas na cidade, em busca de uma oportunidade para entrevistá-los, a partir de um roteiro semiestruturado, que pretende evidenciar até que o ponto tem-se experiências sobre a educação das relações étnicorraciais na cidade de Marabá, para que possamos sistematizá-las.

Estas ações evidenciam a necessidade de uma organização mínima, no sentido de cumprir nossas metas em propor a construção de outras formas de abordagem acerca das relações raciais dentro da comunidade escolar, pois temos observado que pouco se tem falado e debatido sobre este tema dentro do município e principalmente no espaço escolar, mesmo com as ações iniciais protagonizadas pelo

N'UMBUNTU. Neste sentido, fica evidente o desafio da busca de políticas públicas que deem conta desta dimensão social e cultural.

Primordialmente, os objetivos da pesquisa foram fazer um levantamento “*in loco*” sobre a existência de experiências educativas nas escolas municipais de Marabá/PA, em relação à educação das relações étnico raciais. Como também, visando observar e analisar as práticas que tem sido desenvolvida nas escolas do município, baseado na Lei 10.639/03 que torna obrigatório o estudo sobre a história da África e Afro-brasileira nas redes de ensino público e privado.

Diante da pesquisa desenvolvida, os primeiros resultados evidenciaram a resistência de alguns gestores escolares, no que diz respeito à problemática abordada. Neste sentido, percebe-se que, pouco se tem feito nas escolas para conscientizar a importância da cultura afro-brasileira, esta ausência de ações pode contribuir para o fortalecimento da discriminação e do racismo dentro das instituições de ensino. Parece haver uma certa contradição neste processo, pois parte das escolas percorridas tem consciência da existência da Lei 10.639/03. No entanto, o grande desafio de mostrar a importância da educação das relações étnicorraciais para a formação da democracia no Brasil, tarefa essa que deve ser executada principalmente pelos educadores, independente de seu pertencimento racial, como assevera as diretrizes curriculares para a educação das relações étnicorraciais.

Neste sentido, sabemos que trabalhar a diversidade dentro das escolas não é uma tarefa fácil, pelo fato de existir incompreensões sobre o tema, o que leva a resistência e preconceito por parte da comunidade escolar, sobretudo, por os professores estarem arraigados a conceitos tradicionais e dogmas, que poderiam ser superados. Estes fatos, entre outros elementos, apontados a seguir, evidenciam que isto é uma tarefa difícil para os docentes, uma vez que é de suma importância o papel no qual eles desempenham na construção de diálogos sobre a diversidade étnicorracial nas instituições de ensino, e

ao fazê-los pode proporcionar um ambiente de ensino e aprendizagem e, principalmente, de respeito e aceitação das diferenças.

O campo da educação deve ser compreendido de forma articulada com as lutas sociais, políticas e culturais que se desenrolam na sociedade. O direito à educação escolar sempre foi uma bandeira de luta daqueles que empenham esforços pela justiça e pela igualdade social e racial. A escola deve ser entendida como um lugar de humanização, socialização e formação, nesse contexto, como se tem dado a formação de professores/as no sentido das relações étnico raciais é um fator relevante para o desenvolvimento desses questionamentos no ambiente escolar.

Debater sobre a formação de professores no Brasil é um fator relevante para que possamos trabalhar o respeito à diversidade cultural dentro do espaço escolar. Portanto, a diversidade cultural é um direito dos povos e dos indivíduos e como elemento de fortalecimento da democracia e valorização das diversas culturas presentes no Brasil. O grande desafio não é somente formar um professor que domine o conteúdo, mas a metodologia que irá possibilitar um melhor aproveitamento dos alunos no processo de democratização da educação, na perspectiva do ensino-aprendizagem, capaz de lidar com situações que ocorrem em razão da diversidade. O professor como mediador do conhecimento, pode possibilitar ao aluno uma visão não estereotipada das diferenças étnicorraciais, favorecendo, portanto, o rendimento do aluno, e permitindo com que discussões sobre raça, racismo, discriminação e etc, sejam feitas no ambiente escolar, abrindo espaços para questionamentos e dúvidas.

Sabemos que a questão da diversidade no âmbito escolar é uma conquista dos movimentos sociais, que lutam pelo seu espaço na sociedade, por igualdade racial, liberdade de expressão, valorização e reconhecimento, elementos que ainda não foram suficientemente problematizados junto aos educadores/as. Faz-se necessário ressaltar

que os afrodescendentes fazem parte da história brasileira, pois influenciam e influenciaram significativamente na cultura, nos costumes e na religião. Portanto, merecem o espaço que estão buscando, porque de fato é um direito e esse direito já está em forma de lei e deve ser respeitado.

Diante da realidade cultural da educação e da escola brasileira e do quadro de desigualdades raciais e sociais, já não cabe mais aos educadores/as aceitarem a diversidade étnico-cultural só como mais um desafio. A nossa responsabilidade social como cidadão exige mais de nós.

A educação e diversidade é uma preocupação principalmente dos negros, visto que, somente por uma revolução educacional profunda é que poderemos elevar o pensamento primitivo, já que, o racismo foi transmitido e construído muitas vezes nas formas mais ditas sofisticadas e modernas. O comprometimento da escola é imprescindível, não só para que o professor/a se sinta apoiado/a em suas iniciativas, mas para que haja condições de execução de um trabalho multidisciplinar, tarefa difícil, na medida em que o envolvimento dos professores/as implica uma mudança de postura, uma disponibilidade para discutir e estar aberto à incorporação de críticas e sugestões.

Para superar a discriminação e o racismo nas instituições de ensino é necessário desenvolver projetos, experiências e atividades pedagógicas voltadas para a diversidade, permitindo assim, construir identidades de gênero e raça, valorizando o conhecimento do outro, as diferenças e particularidades de cada indivíduo. Os docentes carecem de uma formação específica que proporcione essas experiências e diálogos sobre a temática em questão, pois apreciar simplesmente a lei 10.639/03 não é o suficiente, mas, faz-se necessário reconhecer a cultura e a história Afrodescendente e valorizar a mesma.

Compreendemos que pelo meio da informação, seja na forma da escrita ou oral é que podemos mostrar à sociedade, as riquezas que tem a cultura africana e afro-brasileira e que foi e é de suma importância para a sociedade brasileira. Além disto, o N'UMBUNTU tem se tornado uma referência para muitas escolas, inclusive servindo para busca de materiais, palestras e contatos como representantes da cultura afro-brasileira em Marabá, isto tem nos oferecido um maior aperfeiçoamento neste debate.

Outro resultado importante é a possibilidade, mesmo sem recursos institucionais, de participação em eventos científicos nacionais, onde podemos compartilhar as ações construídas no Pará, sobre as relações étnicorraciais.

Os dados iniciais da pesquisa foram entrevistas com 02 coordenadores, 02 professores, de 03 escolas de 03 bairros da cidade de Marabá. Assim podemos ressaltar algumas constatações: o desconhecimento sobre a lei; a falta de formação específica para se trabalhar a temática; pouco material disponível nas escolas, e quando há são pouco utilizados; as ações são conduzidas por professores/as individualmente com pouca articulação com o restante da escola em áreas específica, em especial os professores/as de história.

A escola não é um ambiente simplesmente de discussões sobre as diferentes temáticas, mas um meio para despertar nos alunos a reflexão, valorização e respeito às diferenças étnicorraciais. No entanto, os sistemas educacionais têm articulado a diversidade étnicorracial e educação de uma maneira que tem proporcionado objetivos e estratégias de atuação diferentes e, conseqüentemente, sentidos diversos atribuídos à educação multicultural, a educação multicultural é uma tentativa de tornar visíveis e audíveis rostos e vozes que até então permaneceram no silêncio.



Os dados finais da pesquisa foram entrevistas com 02 coordenadores, 07 professores, de 08 escolas de 04 bairros da cidade de Marabá, sendo eles, bairro Novo Horizonte, bairro Filadélfia, bairro Belo Horizonte, bairro Laranjeiras, bairro Liberdade e bairro Nova Marabá.

No início do projeto, foi elaborado um questionário para ser utilizado durante as entrevistas, porém, no decorrer da pesquisa, tivemos que alterar o questionário, porquanto observamos que as escolas municipais não desenvolviam projetos voltados para as relações étnicorraciais. O máximo que havia eram diálogos espontâneos e sem planejamento alargados no campo escolar. A respeito da formação continuada oferecida pelo município aos professores do Ensino Fundamental, o professor Alex Moutinho Taveira diz que:

A gente não teve formação pela Secretária Municipal de Educação (Semed), as formações que tiveram pela Semed foram sobre História Regional e aí é que teve alguma coisa em relação à questão da história dos afrodescendentes aqui foi História Regional que tá ligado nesse sentido tá ligado, mas algo específico não.

Ainda sobre a formação continuada, o professor Silney da Silva Sales, que atua em três escolas municipais do município de Marabá, destaca:

Não. Formação não, teve na academia que a gente trabalhou, que teve um, na academia a gente trabalhou um conteúdo curricular que mexeu um pouco com a questão afro, mas, especificamente é na minha graduação não, no município também como você sabe a questão da LDB, ela preve essa formação continuada né é obrigação do município, do estado é organizar essa questão da formação continuada do município, ele nos promove essa formação continuada e vez ou outra vem sim essa temática, de certa forma vai melhorando nossa pratica em sala de aula.

O Coordenador da Escola Maria Amélia de Soares Oliveira Valdivino Raquel da Silva relata que:

A gente vive num país aonde a discriminação ela está lá no topo, se dizem por aí que o Brasil não tem discriminação, mentira! Do meu ponto de vista, a questão da discriminação só está em roupa diferente, ela só trocou de camisa, o que acontece, hoje sim, a gente vê dentro da sala de aula essa questão do bullying, essa questão da discriminação ao negro, não só o negro, as em outros aspectos também, porque assim, devido esse, essa nova tendência né, essa nova era né, a gente percebe que o negro é menos discriminado, mas ainda há. Você ver pelos olhares, você ver por gestos, você ver até mesmo por apelidos que é frequentemente a gente vê na escola, a gente vê no meio da sociedade é uma questão que a gente sabe que tem que mudar, mas pra mudar, primeiro a gente tem que atacar a família, atacar de que forma? Ensinar a família, conscientizar essa família ou seja, sensibilizar essa família que o negro é gente e que ele precisa ser respeitado dentro da sociedade, não é uma cor que vai fazer essa diferença, entendeu? Não é a cor que vai dizer que você é melhor ou pior, mas sim você colocar valores no cidadão e esse valores tem que ser adquirido em casa.

A partir dessas falas podemos compreender que pouco tem sido feito em relação à formação de professores na perspectiva da educação étnico racial no município, portanto, as formações continuadas para essa temática, foram desenvolvidas a principio por iniciativa do núcleo N'UMBUNTU, que esteve oferecendo seminários sobre a educação étnico racial para a comunidade escolar e comunidade em geral.

A formação de professores/as, tanto inicial quanto continuada, deve permitir espaços para discussões e vivências direcionadas as relações étnicorraciais, pois em sua grande maioria possuem dificuldades ao lidar com a diversidade e com atitudes racistas dentro das escolas, o que tem causado descaso por parte que algumas instituições por considerarem um assunto já superado pela sociedade, fazendo com que os afrodescendentes não sejam valorizados como sendo sujeitos históricos e culturais.

Apesar da resistência de alguns gestores em relação à temática no início da pesquisa, houve alguns educadores/as que se atentaram para esses questionamentos e de maneira singular tem construído

diálogos muitas vezes sem o apoio da gestão escolar. A respeito desses questionamentos, relata o professor Silney da Silva Sales, quando perguntado se ainda existe discriminação e racismo no ambiente escolar:

Muito, muito, muito, muito, bastante, demais, tanto é que sempre nas nossas feiras culturais a gente trabalha a questão do bullying, a gente já traz essa questão do bullying justamente pra esse preconceito racial, a gente observa muito aquelas brincadeiras que perduram sobre o negro, aquelas piadinhas de mal gosto, a gente sempre tenta desconstruir, mostrando pra eles que isso é um reflexo do preconceito que já vem desde do período colonial do Brasil, mas infelizmente ainda continua a questão do preconceito contra o afro.

A partir dos dados coletados, analisamos as falas de cada entrevistado a fim de evidenciar o que foi dito anteriormente no corpo do artigo e está bem retratado na fala do professor que leciona na Escola Avanir Tenório Ramos, localizada no bairro Liberdade, Cristiano Rodrigues Brito (Pipoca):

Há uma finalidade de coisas que é necessário se acrescentar a história do negro, porque infelizmente, o negro, ele vive só para aquilo que projeta ele na sua frente, que dizer: no seu estado, o seu trabalho, mas, a sua própria conscientização cultural, os seus valores como negro, infelizmente, o negro não toma posse disso. O problema na sociedade, não é nem no Brasil e no mundo, mas, na sociedade globalizada, não é o negro ser negro, mas sim o negro afirmar-se dentro da sua própria cultura e esse que é o problema, o negro desconhece a sua realidade cultural e talvez ele tenha uma informação da sua realidade cultural, mas, no cotidiano, ele não aplica isso, porque imagine se você usasse um contexto negro cultural na sua própria essência, na característica mesmo, aquela maneira de como ele gosta de se vestir, de andar, seria uma crítica e o problema é esse, não é você ser negro e você se afirmar como negro dentro da sua identidade.

A partir da pesquisa realizada no município de Marabá-PA, podemos concluir que, nas escolas entrevistadas, os/as professores/as não tiveram nenhuma formação continuada voltada para à questão étnicorracial a não ser as ações realizadas pelo **Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos**

**Sociais e Educação - N'UMBUNTU**, que desde do seu surgimento, tem desenvolvido de maneira significativa, debates e ações sobre essa temática, que é suma importância para a cidade de Marabá, visto que, de acordo com a pesquisa, essas questões só são abordadas quando surgem algo pontual no espaço escolar, ou seja, quando algum aluno/a é vítima de atitudes discriminatória. No entanto, esse debate no ambiente escolar ocorre de maneira informal, através de diálogos entre professores/as e alunos/as, não existe de fato um diálogo formal, a fim de, conscientizar pais, professores/as, alunos/as e toda equipe gestora das escolas municipais.

Torna-se necessário, portanto, a realização de mais cursos de extensão e capacitação, bem como o oferecimento de cursos de pós-graduação que tenham como público alvo os docentes e gestores dos diversos espaços escolares da rede municipal de ensino de Marabá. Somente por intermédio dessas formações continuadas, voltadas para as relações étnicorraciais, os/as professores/as poderão contar com um arcabouço de saberes que lhes possibilite realizar práticas educativas pautadas em uma maior visibilidade da História e Cultura das populações negras.

O Racismo e o preconceito só terão fim, quando a sociedade brasileira como todo, reconhecer e valorizar a diversidade étnicorracial existente no país, assim como, os afrodescendentes se afirmarem como tal e começarem a valorizar a cultura Africana e Afrobrasileira na qual fazem parte, somente através de políticas públicas que permitam a valorização dos negros no Brasil como agentes históricos para desenvolvimento do país e que tais determinações poderão ser exercidas. Possibilitando assim, uma melhor formação de professores na perspectiva das relações étnicorraciais. Precisamos urgentemente produzir mais pesquisas voltada para essa temática, gerando uma maior reflexão sobre assunto.

## Referências

BRASIL, MEC/SECAD. *Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais*. Brasília: Secad, 2006.

\_\_\_\_\_. CNE. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004. Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. 2004.

BRANDÃO, Carlos H (Org.). *Pesquisa participante*. SP: Brasiliense, 1999.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. *Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FONSECA, Marcus V. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. BH: Mazza, 2011.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

LIMA, Ivan Costa. *Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo*. Florianópolis, 2004. (Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina).

\_\_\_\_\_. *As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina (1970-2000): implicações teóricas e políticas para a educação brasileira*. Fortaleza, 2009. (Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará).

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

ROMÃO, Jeruse (Org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SOUZA, Maria Elena V. **Relações raciais no cotidiano escolar: diálogos com a lei 10.639/03**. RJ: Editira Rovellet, 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. RJ, Paz e Terra, 1992.

ULLMANN, R. A. *A universidade – das origens à Renascença*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

**REFLETINDO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E  
DIVERSIDADE EM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
INFANTIL DE IRATI/PR.**

Denis Cezar Musial<sup>47</sup>

Tainá Ribas Melo<sup>48</sup>

Marcos Claudio Signorelli<sup>49</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem como propósito tecer reflexões sobre experiência de formação continuada realizada com os/as educadoras/as do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) de Irati-PR, tendo como recorte temático o processo de construção de masculinidades e feminilidades no ambiente escolar. A metodologia do estudo foi qualitativa, consistindo em roda de conversa com os/as educadores problematizando os conceitos gênero, identidade, orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e diversidade através de estudos de casos, filmes e dinâmicas que refletissem sobre abordagens e estratégias de intervenção no respeito a singularidade de cada sujeito. Esse trabalho foi desenvolvido com base em uma atividade de intervenção, proposta como parte integrante do último módulo do Curso de Aperfeiçoamento em “Gênero e Diversidade na Escola (GDE)” pela Universidade Federal do Paraná.

**Palavras-chave: Gênero. Diversidade. educação infantil.**

**ABSTRACT:**

---

47 Graduado em Serviço Social pela Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), especialista em Trabalho Social com Famílias e Mestrado em andamento pelo Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Centro-Oeste, campus Irati-PR. Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

48 Mestre em comportamento motor pelo Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, possui pós-graduação em “Intervenção em Neuropediatria” pela UFScar (2005) e graduação em Fisioterapia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. . Atualmente concursada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, docente Pediatria da UNIANDRADE, professora de pós em neurologia da IBRATE e tutora do curso de capacitação EAD sobre Gênero e Diversidade d UFPR.

49 Atualmente é professor Adjunto II dos cursos de Graduação em Fisioterapia e do Bacharelado em Saúde Coletiva e Professor Orientador do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná. Coordena a Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE)/UFPR. É tutor do PET/Ministério da Saúde- Redes de atenção às pessoas com deficiência. Possui graduação em Fisioterapia pela Universidade Regional de Blumenau-FURB; Mestrado em Fisiologia, pela Universidade Federal do Paraná (2006); Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo/ Escola Paulista de Medicina- UNIFESP (2011).

This article aims to weave reflections on continuing education experience performed with the / educators / the Municipal Center for Early Childhood Education (CMEIs) Irati-PR, with the thematic focus the process of construction of masculinity and femininity in the school environment . The study methodology was qualitative, consisting of conversation wheel with / as educators questioning the gender concepts, identity, sexual orientation, gender identity, homophobia and diversity through case studies, movies and dynamic to reflect on approaches and strategies intervention respecting the uniqueness of each subject. This work was developed based on an intervention activity, proposed as part of the final module of the Training Course on "Gender and Diversity at School (GDE)" from the Federal University of Paraná.

**Keywords: Gender. diversity. child education.**

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre uma experiência de formação continuada realizada com os educadores do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEIs) de Irati-PR, problematizando aspectos conceituais, tais como, gênero, identidade, orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e diversidade e sua construção no ambiente escolar.

Conceituar gênero é entender que o termo busca desconstruir “papéis socialmente construídos por homem e mulher”, rompendo com a natureza dos sexo masculino e feminino.

Com as palavras de Marcos Cláudio Signorelli:

O uso da categoria de análise “gênero” passou a permitir que pesquisadoras e pesquisadores não só focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e relações entre mulheres, incrementando a percepção das desigualdades entre o masculino e o feminino como uma construção social e ao mesmo tempo, problematizando o que é



natural, no sentido de inato e instintivo, para cada um dos sexos (SIGNORELLI, 2011, P. 105-106).

Isso significa que as construções sociais e representações do que sejam características masculinas e femininas baseadas nas diferenças entre os sexos, torna-se possível abandonar a explicação da natureza. Assim, se desde pequena a menina brinca de casinha e boneca, isso não se deve ao instinto materno e, sim, a uma construção e representação social.

Apesar de essa construção social ter estado sempre presente na humanidade de diferentes formas e contextos, podemos reconhecê-las para a cristalização da diversidade. Diversidade que se manifesta de olhares multifacetados no respeito as particularidades do sujeito e suas histórias de vida.

Afirma o livro de conteúdo de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), versão 2009:

No Brasil, nos deparamos com uma riqueza cultural extraordinária: 200 povos indígenas falando mais de 180 línguas diferentes. Cada nação indígena possui a sua maneira de particular de ver o mundo, de organizar o espaço, de construir a sua casa e de marcar os momentos significativos da vida de uma pessoa. Longe de constituírem um todo homogêneo, os povos indígenas possuem particularidades culturais de cada grupo, embora haja uma série de características que os aproximem quando comparados com a sociedade nacional. Há mais de 2.200 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, com características geográficas distintas, com diferentes meios de produção e de organização social. (GDE, 2009, p. 21).

Observa-se que para consolidar-se a diversidade, deve-se ter indagações sobre estereótipos, preconceitos e discriminações existentes no tecido social, categorias excludentes e que demonstram relações de poder e status para os sujeitos que praticam.

Se você é gay, é pecado ou é doente. Se você é bissexual, é confuso. Se você é muito magro, usa drogas. Se ela tem muitos amigos homens, é biscate. Se ele tem muitas mulheres amigas, é

viado. Será que vamos viver num mundo sem rótulos e sem preconceitos?

Ao provocar esse debate sobre diversidade, reforça a relevância dos estudos para problematizar o processo de masculinidade nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), combatendo múltiplas violências e no respeito ao desenvolvimento da criança e sua orientação sexual e identidade de gênero.

Este artigo surge como proposta socializadora do último módulo do curso de aperfeiçoamento de “Gênero e Diversidade na Escola” da Universidade Federal do Paraná.

#### **METODOLOGIA:**

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo constou de duas fases de pesquisa: a primeira consistiu em pesquisa teórica, construindo uma revisão bibliográfica sobre os conceitos que exige o posicionamento teórico do autor. O percurso do conhecimento é seguido pelo investigador Edgar Morin (2003) que ressalta a importância dos saberes, permitindo-lhe ligação e sentido entre os saberes para tratar os problemas cada vez mais polidisciplinares, planetário e complexos (2003, p. 13-21). No entanto, a escolha metodológica, corresponde com a necessidade e o objeto de estudo. A partir daí, define, nessa ordem, o método ou métodos, as estratégias, as técnicas, os procedimentos (MINAYO, 2008, p. 187-188).

Afonso e Abade (2008) enfatizam que as rodas de conversa são espaços de reflexão sobre o fazer profissional e projetos de vida, compartilhando histórias de vida no fortalecimento do diálogo entre os integrantes e pensar em ações que busquem o respeito pelas questões de gênero diversidade.

Já a pesquisa de campo consistiu em um ambiente de expressões subjetivas e interações com o objeto de estudo, apresentando um conhecimento empírico a ser estudado conjuntamente com o conhecimento teórico na compreensão das relações sociais e culturais de determinado espaço. (DESLANDES, 1994, p. 53-54).

A experiência relatada neste texto foi conduzida em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) de Irati (PR), tendo como público-alvo educadores/as e trabalhadores/as dessa instituição pública. Para preservar a identidade das pessoas que participaram da pesquisa, não serão identificados os sujeitos, tampouco a unidade escolar, para garantir o anonimato dos/as participantes.

#### **RELATO DE EXPERIÊNCIA:**

A intervenção proposta neste relato foi executada em abril de 2014, nas dependências do salão da secretaria de Educação e estratificada em dois períodos: matutino e vespertino. No período matutino participaram 30 (trinta) educadores e no período vespertino também participaram outros 30 (trinta) educadores, de ambos gêneros masculino e feminino, considerando que, a maioria dos sujeitos eram do universo feminino. A faixa etária dos/as educadores/as que participaram da experiência variava entre 25-50 (vinte e cinco e cinquenta) anos e de uma pluralidade de áreas de formação, tais como, Pedagogia, Biologia, Filosofia, Psicologia, História, Matemática, Letras (ressalta-se que é exigido formação em Pedagogia ou magistério para poder ser educador nas séries iniciais), entre outras. A estratégia teve como ponto de partida algumas reflexões, tais como: *“Como definimos gênero? Quando falamos de gênero, estamos falando de sexo e sexualidade? Quando falamos de gênero, fomentamos apenas questões voltadas para a mulher? Como evidenciamos questões de gênero no CMEIs?”*. Essas indagações

foram fundamentais para fomentar a discussão entre os educadores, ressaltando que já houve vários relatos de professores sobre meninos que “*tinham certos comportamentos femininos, tais como, brincavam de boneca*”, segundo as palavras dos/as próprios/as educadores/as. Tais observações de campo encontram eco em outras premissas, tais como explana Vera Lúcia de Oliveira Gomes(2006) numa entrevista que ela fez:

*“ têm umas guriazinhas que pedem: “tia deixa eu jogar bola, deixa...” Eu digo não, vamos brincar de boneca e eu pego, sento no chão com elas e tento fazer elas brincarem de boneca e de casinha. É difícil, vem de casa, não adianta. Até no cruzar as pernas, tem uma gurizinha que cruza como homem e vou, e digo: não, não cruza assim, tu tem que cruzar desse jeito ó [...]”* (GOMES, 2006, p. 39).

Nesta linha de reflexão, houve relatos de educadores sobre histórias de vida que possuíam homossexuais em suas famílias e os pais rejeitavam pela sua orientação sexual. Na palavra da educadora: “*tenho uma sobrinha de 17 anos que ela gostava de menina, e os pais dela não aceitavam que ela namorasse uma menina, ela fugia direto de casa, principalmente nos finais de semana, para poder encontrar a namorada, os pais dela queriam levar ela no psicólogo para ajudar ela nessa fase*” (sic).

Neste relato da educadora fica bastante evidente como ainda a Homossexualidade é vista como uma “coisa” patológica, ressaltando que, a Homossexualidade foi retirada do Código Internacional de Doenças (CID) desde 1975 (OLIVEIRA; 2001, p. 93). Outro aspecto importante de destacar seria a realização de ações voltadas para as famílias que abordem questões da diversidade sexual, como um espaço de acolhimento e construção de respeito e dignidade na legitimidade da diversidade sexual dentro dos ambientes familiares.

Afirma Louro (1997):

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas

características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações entre homens e mulheres numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental. (LOURO, 1997, p. 21).

Isso significa que inculcar nas crianças “comportamentos heteronormativos” muitas vezes são esperados por muitas professoras, relacionando esses comportamentos com os estereótipos do sexo biológico. As escolas brasileiras organizam seus currículos em paradigmas dominantes na sociedade, tudo que é diferente desse modelo é considerado inferior e é vítima de desigualdades.

Compreende-se Heteronormatividade a preservação do casamento e a família formada afetivamente e sexualmente por homem e mulher, bem como, a reprodução e a perpetuação da espécie (MELLO, 2005).

Neste debate, surgiram questões estruturais do ambiente escolar, com dúvida de uma professora, “*e se a pessoa fosse um transexual, qual banheiro é adequado para ela utilizar?*” (Sic). Diante disso, foi se necessário fazer uma análise conceitual de Identidade de gênero e orientação sexual, da qual citamos os princípios de Yogyakarta (2007), uma legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero:

- 1) Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.
- 2) Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de

gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (YOGYAGARTA, 2007, p. 6).

Percorrendo esse trajeto, ressalta-se uma orientação pedagógica nº 001/2010 do departamento de diversidade da secretaria de estado da educação do Paraná que orienta os estabelecimentos da rede de educação pública estadual quanto ao uso do banheiro:

Quanto ao uso do banheiro, orienta-se que os/as transexuais e travestis utilizem o banheiro das/dos alunas/os de acordo com a identidade de gênero que apresentam. Ressalta-se que a arquitetura da escola não precisará sofrer qualquer alteração, ou seja, não é preciso construir um terceiro banheiro, bem como, também não se orienta que os/as alunos/as travestis e/ou transexuais utilizem o banheiro das/os professoras/es ou deficientes. (DEDI-SEED, 2010).

Neste percurso, destaca-se a importância de realizar ações com as crianças dos centros municipais de educação infantil abordando a temática gênero e diversidade como estratégia de prevenção a situações de violência de gênero.

Elizabeth Zambrano (2011) destaca como as escolas vêm sendo um espaço institucional de exclusão dos transexuais e travestis, agredidos pelos colegas e educadores diante da “aparência monstruosa”, sendo forçados a deixarem o ambiente escolar pela frequência de insultos e agressões que são vítimas.

Luiz Ramires (2011) em sua pesquisa destaca que uma das primeiras áreas que o governo teria que atuar no combate ao preconceito em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero seria na escola, tendo a percepção deste ambiente lotado de desigualdades sociais, bem como, um espaço de construção de respeito a diversidade e transformação social.

Convém lembrar-se da importância do debate para a legitimidade nos ambientes escolares do nome social, reconhecendo a

identidade de gênero do sujeito, isto é, como ele/ela identifica-se socialmente, rompendo com o significado biológico.

Com base nessa perspectiva, nota-se como é fundamental que os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) representados pelo educadores e equipe técnica problematizem os recursos escolares existentes e seus projetos políticos-pedagógicos e contemplem ações que cristalize a diversidade sexual.

As pesquisas que abordam a questão de gênero estão circunscritas à área da educação infantil; à análise dos livros didáticos e conteúdos escolares; a pesquisas sobre os significados masculinos e femininos das identidades, da formação e do trabalho docentes; sobre a reprodução de estereótipos sobre as crianças, jovens e adultos nas relações e nas políticas escolares, entre outros. (ROSEMBERG, 2001, p. 56).

No entanto, percebe-se que muitos educadores demonstram sentimentos de insegurança e medo em trabalhar essas questões com crianças dos centros municipais de educação infantil, da qual, uma professora traz a seguinte questão: *“tudo o que trabalha com as crianças eles relatam para os pais, qual será a reação dos pais em saber que a escola está trabalhando questões de gênero e diversidade, isso não seria um ponto de incentivo para as crianças”* (sic).

Após esse questionamento, foi fundamental trabalhar com o grupo de educadores os mitos que envolvem o trabalho voltado para a temática gênero e diversidade em âmbito educacional e estratégias de intervenção na implantação de uma política de formação continuada para os educadores com a inclusão do tema gênero e diversidade.

Na sequência, foi trabalhado um quadro elaborado pela autora Mariana de Oliveira Faria (2009) que demonstra com clareza alguns mitos existentes na sociedade em relação ao processo de desenvolvimento de uma criança que é cuidado por um casal homoafetivo.

MITOS	ESCLARECIMENTOS: DADOS DE LITERATURA
<p>“Os homossexuais são pessoas desajustadas ou sofrem de distúrbios e por isso não poderiam criar uma criança”</p>	<p>Desde a década de 1970 a homossexualidade deixou de ser considerada doença ou distúrbio, passando a ser considerada um modo de ser. Além disso, outras pessoas que não são homossexuais podem apresentar distúrbios sem que eles tenham relação com a orientação sexual.</p>
<p>“Os homossexuais tendem a abusar sexualmente das crianças”</p>	<p>Não há nenhum indício de que pessoas com orientação sexual homossexual abusem mais de crianças que pessoas com orientação sexual heterossexual.</p>
<p>“Se a criança for criada por homossexuais, ela também será homossexual”</p>	<p>Não há relação direta entre a orientação sexual dos pais, seja esta homossexual, bissexual ou heterossexual, e a que filhos terão na vida adulta.</p>
<p>“A criança perderá a noção de diferença entre os sexos por ser criada por dois pais ou duas mães”</p>	<p>A criança poderá construir a noção de diferença entre os sexos por meio de suas relações sociais em geral; os modelos feminino e masculino não se restringem apenas às figuras físicas de pai e de mãe”</p>
<p>“É prejudicial para o desenvolvimento da criança o contato exclusivo com apenas um tipo de papel sexual: paterno ou materno”</p>	<p>Como já foi dito, os exemplos de papéis sexuais extrapolam os modelos de pai e mãe; além disso, os papéis sexuais maternos ou paternos independem de sexos biológicos e podem ser assumidos tanto por homens quanto por mulheres, na sociedade em geral.</p>
<p>“As crianças não ter problemas em seu desenvolvimento”</p>	<p>Não há diferenças significativas no desenvolvimento físico e psicossocial entre filhos criados por pessoas gays e lésbicas e filhos criados por pessoas heterossexuais. Além disso, possíveis diferenças podem até ser identificadas, mas não são atribuídas às características da orientação sexual dos cuidadores e, sim, às condições diversas como: orgânicas, econômicas, educacionais, sociais, etc.</p>
<p>“As crianças criadas por casais homossexuais irão sofrer mais por terem que lidar sempre com a questão do preconceito social”</p>	<p>O sofrimento diante da discriminação social em relação a algum tipo de preconceito não se restringe à orientação sexual, mas a diversos outros fatores igualmente estigmatizantes, como raça, etnia, deficiências, pobreza, etc.</p>

Fonte: FARIAS, Mariana de Oliveira. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica.** Mariana de Oliveira Farias, Ana Cláudia Bortolozzi Maia. Curitiba: Juruá, 2009: 87-88.



Utilizou-se o vídeo “Acorda Raimundo” o qual estimula a reflexões sobre a tradicional construção da masculinidade. O vídeo aborda a história de uma família trabalhadora que faz uma “inversão dos papéis sociais”. O homem “sonha” que a mulher é responsável pelo trabalho e sustento da casa, enquanto, o homem fica responsável pelos afazeres domésticos. A curta-metragem provocou os educadores a questionar os papéis socialmente construídos. Na fala de uma educadora “*tenho um amigo meu que é cabelereiro e ele é muito discriminado pelos amigos, por sua profissão, dizem para ele que deveria largar de ser cabelereiro e achar uma profissão de “macho”*”. (sic).

Para refletirmos, Citelli (2005) coloca que usando o conceito de gênero podemos desnaturalizar relações postas como naturais e evidenciar o caráter social e cultural presentes na hierarquia entre os gêneros e que vem favorecendo o gênero masculino, visto que, o que é considerado natural não pode ser mudado, já fatores sociais e culturais além de poderem ser alterados, podem corrigir as desigualdades postas. Desta forma, o filme Acorda Raimundo trouxe provocações e reflexões no que diz respeito a construções sociais e representações do que sejam características consideradas masculinas e femininas baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e torna-se possível abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença que existe em relação aos comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Pois ainda, mesmo com as transformações dos costumes e valores que vem ocorrendo nas últimas décadas, ainda perduram muitas discriminações, muitas vezes ocultas, relacionadas ao gênero.

Daniela Finco (2003) acrescenta que a escola, em foco, a educação infantil contribui para o desenvolvimento da criança e nas relações de gênero, enfatizando a auto reflexão dos educadores em seus próprios símbolos e histórias, concebendo uma pluralidade de olhares e possibilidades de direções para uma infância viva e integral.

Após o vídeo, como atividade finalizadora da capacitação, foi feito uma dinâmica intitulada “*A delícia de ser o que somos*” que traz reflexões sobre a diversidade das relações sociais e sexuais no tecido social e como rotulamos o seres humanos e como estamos preocupados em , ou seja, se há pessoa é magra é usuário de drogas, se uma mulher anda com vários rapazes é “biscate” e, esquecemos muitas vezes: o que é ser humano?

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a capacitação realizada com os educadores dos Centros Municipais de Educação Infantil em Irati-PR reafirma-se a importância do trabalhar gênero e diversidade com as crianças como uma das estratégias de construção da compreensão humana, da qual, citamos Edgar Morin(2002) que afirma a importância de trabalhar a compreensão humana no ambiente escolar. *Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade (MORIN, 2002, p. 95).*

A não efetividade de uma política voltada para gênero e diversidade nos CMEIs está voltada ao rompimento de visão positivista e, depara-se com outras problemáticas que atravancam o desenvolvimento de ações em sua totalidade. Questões como ausência de formação continuada para os educadores, falta de equipe interdisciplinar na política de educação (Assistente Social, Psicólogo) e ausência na participação da comunidade no processo de planejamento do projeto político pedagógico voltado para as séries iniciais.

No entanto, nota-se que diante da formação continuada surgiram várias dúvidas e dificuldades em trabalhar com essas questões, pois, primeiro, far-se-á trabalhar com nossos próprios

valores. Percebe-se que ainda são muito institucionalizados os paradigmas dominantes e a ausência de formação continuada no município com a temática gênero e diversidade.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos.** Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

CITELLI, Maria Tereza. **A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora)- Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

FARIA, Mariana de Oliveira. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica.** Curitiba: Juruá, 2009

FARIAS, Mariana de Oliveira. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica.** Mariana de Oliveira Farias, Ana Cláudia Bortolozzi Maia. Curitiba: Juruá, 2009: 87-88.

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil.** Pro-Posições, v.14, n. 3 (42)-set.dez/2003. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Rela%C3%A7%C3%B5es-de-genero-nas-brincadeiras-de-meninos-e-meninas.pdf>>.

Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professores/as em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GOMES. Vera Lúcia de Oliveira. **A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas.** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006.

LOURO, Guacira. Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 11<sup>o</sup> ed, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o conhecimento**; tradução de Eloá Jacobina. 8<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**/Edgar Morin: tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho, 6<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez. Brasília: UNESCO, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Homossexualidade: uma visão mitológica, religiosa, filosófica e jurídica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

PARANÁ, Secretaria de educação. Departamento de Diversidade. **Orientação Pedagógica nº 001/2010 SEED-DEDI**. disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/orientacaopedagogica0012010.pdf>>.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.27, n.1. p.47-68, 2001.

SINORELLI, Marcos Claudio. **Mudaram as estações...nada mudou: profissionais do Sistema Único de Saúde e mulheres vítimas de violência doméstica no litoral paranaense**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2011.

YOGYAGARTA, Príncípios. Apoio para versão em português: Observatório da Sexualidade e Política. 2007.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO  
LGBT<sup>50</sup> NO BRASIL: IDENTIDADES SEXUAIS E NOVAS  
ZONAS DE EXCLUSÃO**

Rodrigo Broilo  
Jacques Akerman

**RESUMO**

A história das lutas por políticas públicas para a população LGBT teve início na década de 1980, com o advento da epidemia mundial de HIV/AIDS. Ao longo das décadas subseqüentes as políticas públicas, em especial de saúde, foram tomando rumos que intencionavam pensar na integralidade dos sujeitos LGBT. Porém, o que se percebe é que a maior parte dessas políticas está embasada na construção de identidades sexuais, marcadas pelos binarismos homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, sendo os primeiros termos ainda hegemônicos. A análise aqui proposta mostra como essas identidades acabam por criar novas segregações, promover a manutenção da heteronormatividade e a homofobia, em suas variantes. Através de críticas pós-identitárias, originadas da teoria *queer*, este artigo convida para uma desconstrução crítica da visão dos indivíduos como seres acabados em termos de sexualidade, gênero, práticas sexuais e desejos.

**Palavras chaves:** Políticas públicas. LGBT. Identidades sexuais. Saúde. Teoria *queer*.

**INTRODUÇÃO**

O presente artigo, que nasce de uma atividade de elaboração de artigo científico de pesquisa bibliográfica da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica para o curso de graduação em Psicologia da Universidade FUMEC, encontra eco em um profundo interesse de verificar como são produzidas as políticas públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) dentro de uma sociedade pautada na heteronormatividade e na heterossexualidade compulsória. A

---

<sup>50</sup> A sigla LGBT é usada para definir o grupo de “lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais”.

inquietação que motiva o foco nesta questão parte de uma análise sobre o modo como as sexualidades e gêneros são facilmente classificadas dentro de binarismos tais como homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, hegemônico/abjeto e como esse modo de pensar reflete nas políticas públicas ao determinar identidades sexuais.

Após verificar como se deu o surgimento das políticas públicas de saúde para a população LGBT, que tem um ponto em comum com a epidemia de AIDS (sigla adotada da língua inglesa para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), surgiu a preocupação de avaliar de que forma as políticas públicas suprimem ou perpetuam a discriminação e o preconceito contra práticas e desejos não-hegemônicos. Ressaltamos, porém, que abordaremos apenas políticas de caráter mais geral e as focadas em saúde. Para tal, traça-se um perfil histórico do surgimento das políticas públicas brasileiras para a população LGBT, desde a epidemia de HIV/AIDS. Em seguida analisamos os aspectos contemplados nas políticas públicas brasileiras que se relacionam com questões ditas identitárias da sexualidade humana, focando sempre no aspecto bio-psico-social das abordagens feitas por diversos autores nesses assuntos. Ao final apresentamos desdobramentos e possibilidades que consideramos necessários para a evolução e aprimoramento dessa temática escolhida.

Este artigo não tem por intenção apresentar conclusões e respostas, e sim fazer uma análise crítica do que tem sido elaborado para essa população e levantar pontos que ainda precisam de atenção.

## **1 – A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBT: UMA HISTÓRIA NASCIDA DA ESTIGMATIZAÇÃO**

A população LGBT tem um longo histórico de enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Um dos aspectos principais a se

considerar, ao falar da população LGBT brasileira, é entender que ela está situada em uma sociedade onde impera um caráter heteronormativo (heterossexualidade como norma) e onde prevalecem os binarismos homem-mulher e heterossexual-homossexual como marcadores sociais, sendo os primeiros de cada binômio os padrões hegemônicos. Segundo a contextualização histórica e social de Albuquerque *et al.* temos que:

[...] quando se fala em homossexualidade [...], revela-se que ela sempre existiu ao longo da história, nas mais diferentes sociedades e culturas, tendo permitido posicionamentos sociais, ora de aceitação ora de repulsa [...], sendo, atualmente, muito criticada por ir contra a naturalização dos papéis sociais de homens e mulheres (ALBUQUERQUE *ET AL.*, 2013, p. 517).

Essa contextualização de repulsa atual encontra embasamento na literatura médica recente, já que até pouco tempo atrás a homossexualidade era ainda uma condição patológica do ser humano. Um panorama onde a homossexualidade fosse tida como algo natural dentro do espectro da sexualidade humana sofre um retrocesso com o advento da AIDS na década de 1980. Sendo uma doença que se propagava inicialmente no âmbito dos homossexuais, ou HSH (“homens que fazem sexo com homens”), ela foi inicialmente cunhada como GRID, sigla para Imunodeficiência Gay Adquirida (SAMPAIO e GERMANO, 2014). Conforme nos dizem Sampaio e Germano (2014, p. 291) “[...]Mesmo após sua renomeação para AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), a fantasia sobre a relação direta entre a homossexualidade e a doença permaneceu.”

A associação entre HIV/AIDS e a homossexualidade serviu como um retrocesso na visão que a humanidade poderia construir sobre esta. Segundo Miskolci (2011, p.49) a epidemia de HIV/AIDS “teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em seus novos termos, contribuindo para que certas identidades, vistas como perigo para a saúde pública, passassem por um processo de politização controlada”.

Apesar de termos transposto três décadas desde o descobrimento do HIV/AIDS e de toda a ressignificação que a doença teve em termos médicos e epidemiológicos – passando a ser uma doença crônica, tratável, porém ainda sem cura – no âmbito dos homossexuais ela continua um problema ainda grave. Conforme a AIDS foi se tornando uma epidemia global, os governos dos diversos países do globo foram tomando providências e se organizando pra evitar a propagação e as mortes decorrentes do início da epidemia. Na América do Sul, concomitante ao avanço da epidemia de AIDS, estava em andamento a redemocratização pós-ditaduras militares, o que possibilitou a “retomada da interlocução entre sociedade civil e estado, em busca da garantia de cidadania e direitos humanos, inclusive por meio da formulação de políticas públicas na área de saúde” (PERILLO, PEDROSA, MELLO, 2010, p. 7). É nesse contexto que começaram a se estabelecer as políticas públicas de saúde, inicialmente para combater o avanço da epidemia. Segundo Perillo, Pedrosa e Mello (2010, p. 9) o processo brasileiro de combate a AIDS inicia-se em 1986 com a criação do “Programa Nacional de DST e Aids (hoje denominado Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais), vinculado ao Ministério da Saúde”. Outro fator determinante para a contenção da epidemia foi a criação do SUS, o Sistema Único de Saúde, instituído pela Lei Federal Nº. 8.080/90, que tem como princípios a universalidade do acesso e a integralidade da atenção (LIONÇO, 2008). Alguns anos depois, em 1996 foi promulgada a Lei Federal nº. 9.313 que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores de HIV e doentes de AIDS”.

Após essas primeiras ações, a visibilidade do movimento LGBT em busca de direitos foi fomentando a desvinculação do HIV/AIDS e propiciando o surgimento de Políticas Públicas mais abrangentes para a população LGBT. Embora alguns autores atribuam relevância a segunda edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-2) de 2002 por mencionar ações contemplando a dimensão de orientação sexual (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012), a



maioria dos artigos e autores pesquisados define o ano de 2004 como marco inicial das políticas públicas para a população LGBT (ALBUQUERQUE *ET AL.*, 2013; LIONÇO, 2008; MELLO, MAROJA, BRITO, 2010; MELLO *ET AL.*, 2011; PERILLO, PEDROSA, MELLO, 2010) com o lançamento do programa *Brasil Sem Homofobia (BSH)* (BRASIL, 2004).

Em 2007, foram lançados dois planos para enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS: o *Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST* e o *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e DST entre Gays, outros Homens que fazem Sexo com Homens e Travestis* (MELLO *ET AL.*, 2011).

Historicamente, a elaboração de Políticas Públicas para a população LGBT tem uma história curta: de aproximadamente três décadas em relação a AIDS, e pouco mais de uma em relação à integralidade da atenção a que essa população tem direito, porém, ainda são marcadas pela estigmatização, preconceito e heteronormatividade. Embora outros eventos devam ser considerados dentro da história das Políticas Públicas para a população LGBT, o recorte apresentado permite apresentadas para entendermos a questão proposta.

## **2 – CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL**

Para analisarmos o cenário das políticas públicas brasileiras para a população LGBT, como proposto, inicialmente é útil analisar alguns conceitos que permeiam essas denominações e que podem nos indicar os caminhos tomados pelas mesmas.

As políticas públicas, inicialmente, são tidas como um processo pelo qual “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p. 13) para curto, médio e/ou longo prazo e que são pensadas para o estado, o que inclui ONGs, empresas, academias, instituições religiosas, veículos midiáticos, entre outros, e não para um governo, que é restrito a um único período (MELLO *ET AL.*, 2011). As políticas públicas respondem ao atendimento de problemas políticos ou demandas sociais (MELLO, MAROJA, BRITO, 2010).

No contexto da população LGBT que pretendemos analisar, Mello, Brito e Maroja nos colocam uma importante sequência de questões:

O que são políticas públicas para a população LGBT? Organizar eventos que promovam a visibilidade da luta pela garantia da cidadania de pessoas LGBT é uma política pública? Aprovar leis municipais e estaduais que instituem dia do orgulho gay, lésbico, travesti, transexual ou LGBT é uma iniciativa que se materializa em políticas públicas? Criar “cursos de capacitação” sobre direitos sexuais e combate à homofobia, voltados para segmentos profissionais e sociais diversos, constitui uma política pública? A resposta a essas e outras questões, que se reportam a um número significativo de ações hoje promovidas pelos governos federal, estaduais e municipais no âmbito dos direitos da população LGBT, será quase sempre ambivalente (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012, p. 416).

O estudo das políticas públicas passa pela avaliação de como elas atendem as demandas sociais e como são articuladas com os instrumentos de planejamento do Estado, que garantam sua efetividade, especialmente em termos de orçamento, e não sejam simplesmente “a expressão da boa vontade e dedicação de um grupo reduzido de gestoras” (MELLO, MAROJA, BRITO, 2010a, p.29). Ainda que enfrentemos esse problema de efetividade, podemos considerar que essas ações e programas são particularmente

importantes, já que o Poder Legislativo não aprovou qualquer lei que ampare a população LGBT em seus direitos civis.<sup>51</sup>

Baseados no recorte selecionado, de avaliar as políticas públicas, em especial as de saúde, é conveniente, neste ponto, esclarecermos que as noções de saúde que nos amparam não são apenas a inexistência de doenças, mas sim uma combinação resultante de “alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra, e acesso aos serviços de saúde” (PERILLO, PEDROSA, MELLO, 2010, p. 2). Outra importante consideração a fazer é que, desde 1990, com a instituição do SUS, as ações na área de saúde são predominantemente protagonizadas pelo mesmo. Dentro dos princípios do SUS, estão: a universalidade, ou seja, o atendimento à totalidade da população; a equidade, que se caracteriza pelo fato de grupos sociais distintos terem necessidades de saúde diferenciadas (MELLO *ET AL.*, 2011); e a integralidade, que visa o atendimento do indivíduo como um todo. O SUS, em seus princípios, “apresenta, portanto, um movimento pendular que explicita o antagonismo que o caracteriza, ao afirmar sincronicamente o direito à igualdade e à diferença, à universalidade e à especificidade” (LIONÇO, 2008, p. 16). Consideramos necessárias essas considerações sobre o SUS para entender a motivação das políticas públicas da população LGBT, já que esse é um questionamento comum quando mencionada a busca por essa análise que ora se realiza. Sendo a população LGBT um contingente dotado de particularidades sexuais e de gênero que a diferem de uma hegemonia heteronormativa, percebe-se que as “políticas específicas para a população LGBT no Brasil se constroem como uma tentativa de agregar uma ‘minorias sexual’ que não é contemplada pelas políticas

---

51 Apesar da relevância de avaliarmos a efetividade dessas políticas, não será enfocado esse ponto no presente estudo. A eficácia ou não das diversas políticas públicas para a população LGBT são objeto de estudo de diversos autores (ALBUQUERQUE *ET AL.*, 2003; LIONÇO, 2008; MELLO, BRITO, MAROJA, 2010; MELLO, BRITO, MAROJA, 2010a; MELLO, MAROJA, BRITO, 2012; MELLO *ET AL.*, 2011; PERILO, PEDROSA, MELLO, 2010).

existentes, em resposta às reivindicações do movimento LGBT” (SAMPAIO, GERMANO, 2014, p. 293).

Uma vez levantados esses conceitos e elencadas quais são as políticas públicas para a população LGBT, como visto no item anterior, pretende-se avaliar como esses se relacionam com os indivíduos a que se destinam e como se relacionam com as questões de sexualidade, gênero, práticas sexuais e desejos, na subjetivação desses sujeitos. Associado a isso, um ponto crucial é a questão de sexualidade e gênero, que são os pontos que caracterizam essa população como objeto de preconceito e discriminação em uma sociedade hegemonicamente heterossexual. Fatores relacionados à sexualidade e gênero estão pautados em várias políticas, em especial de saúde, sejam elas dedicadas ao jovem e adolescente, à mulher, à população negra ou mesmo em planos específicos de atenção ao HIV/AIDS (LIONÇO, 2008). Nota-se que as questões de sexualidade e gênero “mais do que demandar uma política específica, devem ser pauta para diversas políticas enquanto determinantes associados a outros [...] na saúde das pessoas” (LIONÇO, 2008, p. 19).

Ainda que as políticas públicas específicas busquem atender às demandas da população LGBT, a análise dessas políticas passa pelo entendimento dessas sexualidades e gêneros. Não é nossa intenção aqui classificar, catalogar ou tentar definir quais sejam as variantes dentro da população LGBT, embora alguns autores pesquisados apresentem definições baseadas no sexo biológico, na identidade de gênero, nos papéis sexuais sociais e na orientação sexual (ALBUQUERQUE *ET AL*, 2013). Acreditamos que tais definições não atendem ao interesse desta pesquisa. Nosso foco principal com a análise das políticas públicas para a população LGBT é verificar como essas se relacionam com as especificidades desta população tão plural. Uma primeira tentativa é verificar que a própria sigla mudou com o passar do tempo, de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes) para a atual LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) e que ainda

existe demanda para inclusão de outras (SAMPAIO, GERMANO, 2014). Alguns autores, inclusive, passam a adotar as letras em ordens aleatórias com a intenção de não criar hierarquizações ou subordinações, tentando mostrar que não existem demandas prioritárias (MELLO, MAROJA, BRITO, 2010a).

O que nos parece impraticável é fugir da associação desse grupo, tão heterogêneo em suas expressões, com as questões de sexualidade e gênero. Nos indivíduos da população LGBT essas condições de sexualidade e gênero acabam construindo uma identidade social que tem por consequência “determinar os modos de ser, de se ver, de pensar e de se revelar para a sociedade, pois a sexualidade é o principal elemento estruturante da identidade e da personalidade, já que unifica seus níveis biológico, psicológico e social” (ALBUQUERQUE *ET AL.*, 2013). O foco nesse caráter de identidade sexual é o que desenvolveremos a seguir.

### **3 – ZONAS DE EXCLUSÃO: COMO PENSAR PARA ALÉM DA IDENTIDADE SEXUAL**

A sexualidade humana continua regida pela dicotomia heterossexual-homossexual, ainda que em determinados pontos se ressalte um espectro de bissexualidade. Apesar de o indivíduo homossexual ser considerado por muitos pesquisadores uma variação natural da sexualidade humana, no momento em que vivemos, o dogma sexual ainda passa pela defesa da associação entre sexualidade, conjugalidade e reprodução e de normas de gênero que impõe a masculinidade para homens e feminilidade para mulheres (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012). O que ocorre é que esse antagonismo homo-hetero e a dicotomia feminino-masculino não dão conta de todas as formas de gênero e sexualidade, por isso vão se formando outras “identidades” como os HSH (homens que fazem sexo com homens) a fim de atender as novas demandas daqueles não se

identificam com uma identidade homossexual ou bissexual (SAMPAIO, GERMANO, 2014, p. 297). Essa denominação, que consta inclusive em documentos oficiais (PERILLO, PEDROSA, MELLO, 2010, p. 8), carrega duas problemáticas:

[...] por um lado, [...] nega a relevância de uma política de afirmação identitária da homossexualidade, fundamental, inclusive, nas ações de combate à epidemia de hiv e, ainda, que reforça a invisibilidade de travestis e transexuais, ao incluir esses grupos em uma categoria definida pela hegemonia do masculino “homens”. Por outro lado, há também o entendimento de que a utilização da expressão HSH pode contribuir para a superação de uma perspectiva essencialista da sexualidade, uma vez que a definição se dá não pela identidade dos sujeitos, mas de suas práticas: “que fazem sexo com homens” – sem negar a diversidade presente no termo “homens”, grafado no plural (PERILO, PEDROSA, MELLO, 2010, p. 8).

A expressão de HSH vem para identificar aqueles que, apesar de manterem práticas sexuais caracterizadas por um aspecto homoerótico, não se identificam com uma suposta identidade homossexual ou bissexual. Porém, o que percebemos é que nem a identificação de HSH, fora de uma identidade sexual, atende a necessidade de caracterizar esse grupo. E mais: se os HSH não se reconhecem como homossexuais ou bissexuais, eles fazem parte de uma população LGBT? Se eles não forem identificados em uma política pública com essa ou aquela denominação, eles serão ou não atendidos pela mesma? Mais do que definir respostas, o levantamento dessas questões permite ver que há lacunas nas conceitualizações de sexualidade e gênero e na associação desses com uma identidade: a “política LGBT constituída a partir da noção de identidade, na tentativa de assegurar os direitos de uma população ‘excluída’, termina por criar outras zonas de exclusão” (SAMPAIO, GERMANO, 2014, p. 295).

Dentro dessas construções de identidade baseadas em gênero e sexualidade é que encontramos o aporte da analítica “*queer*”,

fundamentada inicialmente nos escritos de Michel Foucault, que buscou nas fontes feministas e de estudos gays uma forma de associar gênero e sexualidade a fim de pensar um parâmetro pós-identitário (MISKOLCI, 2011). Segundo estudiosos da analítica “*queer*”, a construção identitária da população LGBT, a saber uma identidade gay, uma identidade lésbica, uma identidade transexual, entre outras, não supre a demanda de agregar e atender uma população tão diversificada como são os gays, as lésbicas, as travestis e os/as transexuais, já que definir um padrão de “identidade” através de um classificação dos mesmos acabam por excluir uma variedade de formas de cada ser de viver a sua própria forma de sexualidade, de gênero, de práticas e desejos (MISKOLCI, 2011; SAMPAIO, GERMANO, 2014).

A sexualidade, o gênero e sua expressão, o sexo biológico, as práticas sexuais e os desejos são fatores que constituem a identidade de cada sujeito, ou sua subjetividade. Constituir uma identidade padrão classificatória de vida homossexual ou transexual, atreladas aos demais fatores apresentados aqui, antes de incluir e demonstrar um amadurecimento na aceitação de novas formas de sexualidade e de gênero, acaba por criar novos paradigmas de exclusão. Sendo assim, aqueles que mais se assemelham ao padrão heteronormativo de homem/masculino e mulher/feminina, em termo de sexo e gênero, mesmo com uma sexualidade desviante passam a ser mais bem aceitos, enquanto travestis, transexuais, gays afeminados e lésbicas masculinizadas continuam sendo rechaçados. Dentro dessas “novas dogmáticas identitárias”, elas seriam a abjeção da abjeção. Segundo Miskolci (2011, p.55): “Não por acaso, travestis, transexuais e gays femininos tendem a sofrer mais violência do que homossexuais que seguem uma estética de gênero dominante, ou seja, gays masculinos e lésbicas femininas”. Segundo alguns autores pesquisados, seria exatamente essa a problemática das políticas públicas para a população LGBT: a criação de novos mecanismos onde a subjetividade de indivíduos não-normativos, a pecha de identidades

sexuais, são controlados e policiados (MISKOLCI, 2011; PERES, 2011; SAMPAIO, GERMANO, 2014). Segundo Miskolci:

Neste novo contexto, o dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heteronormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apóiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades, às quais impõe seu modelo (MISKOLCI, 2011, p. 50).

A analítica “*queer*” entra nessa análise para, através da estética da existência formulada por Foucault, estabelecer “relações não-normativas para consigo e com os outros a partir da politização da (homos)sexualidade” (MISKOLCI, 2011, p. 48). Segundo a teoria “*queer*”, os binarismos masculino/feminino e heterossexual/homossexual deveriam ser submetidos a uma desconstrução crítica, desafiando os conhecimentos que definem os indivíduos como sexuados e marcados pelo gênero, e que assumem uma sexualidade (homo ou hetero) como categoria que os define (MISKOLCI, 2011). Ou seja, intenciona fugir de qualquer padronização, ou normalização, para efetivamente garantir a igualdade política, e não apenas de direitos. Nesse sentido, até mesmo a constituição de uma população LGBT seria insuficiente para garantir que todos sejam atendidos em qualquer política pública, já que os seus “adeptos” não são algo acabado e generalizado. Portanto as classificações binárias não atendem a diversidade de sujeitos. Seria necessária uma política pautada, não mais em identidades fixas, como sugerem Sampaio e Germano (2014, p. 299):

O *queer* seria ao mesmo tempo uma estratégia pós-identitária e hiperidentitária através da qual os indivíduos que constituíram sua subjetividade pelas marcas da vergonha, xingamento e negatividade (“bicha”, “viado”, “sapatona” etc.), isso é, pela abjeção, são convidados a transformar essa vivência em um recurso político. Dessa forma, a política poderia ser pensada para além do interesse de um conjunto de sujeitos prontos e a ideia de uma identidade estável deixaria de ser premissa para as ações do Estado.



Ou nos dizeres de Miskolci (2011, p. 61):

Ao empregar [...] frases como “a população LGBT”, membros do movimento, do estado ou mesmo da academia ontologizam um grupo político histórico e socialmente delimitado como se fosse algo acabado e generalizado na experiência social cotidiana. Também tendem, talvez até mesmo contra sua própria intenção, a reduzir muitas sexualidades a apenas às oficialmente contempladas na sigla atual do movimento, deixando de reconhecer a existência de outras, com singularidades e demandas ainda por serem reconhecidas.

Dentro da discussão das identidades sexuais e de gênero, o que se percebe é um caráter heteronormativo nas formas de atribuir significados e lugares aos indivíduos dentro das políticas públicas brasileiras. A “nossa sociedade, através de diversos dispositivos (instituições, leis, enunciados científicos, políticas etc.) controlam e normatizam a sexualidade a partir de uma heterossexualidade compulsória” (SAMPAIO, GERMANO, 2014, p. 292). Os documentos das políticas públicas acabam por funcionar como um dispositivo de controle da sexualidade “uma vez que produzem práticas e determinam quais os modos de viver que são possíveis ou desejáveis” (SAMPAIO, GERMANO, 2014, p. 293). Os discursos das políticas públicas “permitem perceber a emergência, consolidação e reestruturação de conhecimentos referentes à compreensão e normatização das sexualidades e modos de vida não heterossexual.” (SAMPAIO, GERMANO, 2014, p. 294).

Como consequências temos, na particularidade das análises, por exemplo, a população de lésbicas, devido às especificidades de sua situação, que acabam realizando com menor frequência exames rotineiros como o de prevenção contra o câncer de colo de útero. Os motivos vão desde reações discriminatórias após a revelação da orientação sexual até a falta de atendimento às demandas de ordem da sexualidade (ALBUQUERQUE *ET AL.*, 2013).

Os casos específicos de travestis e transexuais, por exemplo, mostram que elas<sup>52</sup> se encontram em locais distintos nos planos de enfrentamento da AIDS: as transexuais estão no documento destinado às mulheres e as travestis nos documentos destinados a homens. Historicamente, tanto as transexuais quanto as travestis eram incluídas na categoria de HSH, porém nesta política houve uma distinção, o que implica dizer que as transexuais, ao contrário das travestis, ganharam, ao menos nessa política, o status de ‘mulher’ (SAMPAIO, GERMANO, 2014). Segundo Sampaio e Germano (2014) a construção de que a transexual é uma mulher “presa” num corpo masculino e que se identifica “psicologicamente” com o universo feminino é uma construção do saber médico que dá um caráter patológico a transexualidade que, contudo, é curável com a cirurgia de redesignação sexual. Isso as diferencia das travestis que, apesar da mesma identificação com o feminino, não são “mulheres ou transexuais verdadeiras” (SAMPAIO, GERMANO, 2014).

Sampaio e Germano ainda nos questionam:

[...] qual característica demarcaria exatamente a diferença entre travestis e transexuais: seria o diagnóstico médico, a cirurgia de mudança de sexo ou os documentos de identidade? Esse questionamento passa a ter importância quando percebemos que o indivíduo será ou não assistido por determinada política dependendo de qual lado da fronteira de gênero ele se localiza (SAMPAIO, GERMANO, 2014, p. 297-298).

Uma identidade travesti ou uma identidade transexual, neste caso, limita essas pessoas a uma ou outra política, não determinando ações de atenção a saúde, mas lugares onde possam ser classificadas de forma a serem inteligíveis aos olhos da sociedade: ou como mulheres operadas ou como homens com seios.

---

52 Aplicamos aqui o critério sugerido por Perillo, Pedrosa e Melo (2014) de utilizar o feminino para designar expressões neutras, ao contrário da regra gramatical que define o masculino, independente do sexo dos indivíduos. Segundo os mesmos autores, é uma insurreição contra o androcentrismo linguístico. Além disso, temos a dupla intenção de questionar o binarismo masculino/feminino, em especial no que tange as travestis.

Contudo, vemos que o modelo identitário das políticas públicas não garante a representatividade de todos os envolvidos na sigla LGBT, ou pelo menos não de forma integral. Além disso, o comportamento fóbico e discriminatório não cessa ou diminui com essa catalogação, porquanto se mantém. Embora do ponto de vista da teoria “*queer*”, apresentam-se considerações ricas e valorosas à análise das políticas públicas do ponto de vista identitário como mecanismo de manutenção da heteronormatividade, percebe-se que a sociedade ainda possui dificuldades em reconhecer como legítima a humanidade dos LGBTs, e nesse ponto considero que, talvez pior ainda, seria romper abrupta e definitivamente com os conceitos cartesianos e binários a que a maioria está acomodada, e com isso, desestruturar as poucas conquistas que se teve para as sexualidades não hegemônicas que se fez até agora. Porém, ainda assim, pondero que se deva continuar a pensar criticamente as construções sobre os temas referidos aqui, a fim de evoluir nas compreensões e garantir a universalidade a humanidade dos indivíduos, sejam quais forem os aspectos sexuais, de gênero, de práticas afetivo-sexuais ou desejos.

#### **4 – DESDOBRAMENTOS E POSSIBILIDADES**

Pontuadas as questões acerca de como as Políticas Públicas brasileiras para a população LGBT são formuladas e que consequências trazem aos seus sujeitos, pode-se avaliar as possibilidades que os fatores positivos e negativos das referidas políticas oferecem.

Inicialmente precisamos pensar o SUS, partindo do princípio de equidade, integralidade e universalidade, como a porta de entrada dos LGBT aos serviços de saúde. O preconceito e a discriminação fazem com que esse público não procure os serviços de saúde, ou o faça numa presumibilidade heterossexual, já que é a heteronormatividade presume todos os usuários como heterossexuais, o que pode tornar o

atendimento ineficiente às necessidades do indivíduo (SAMPAIO, GERMANO, 2014), tornando esta população mais vulnerável (ALBUQUERQUE *ET AL.*, 2013). A capacitação dos profissionais de saúde, para o atendimento humanizado da integralidade da população, dentro das especificidades de cada público é fator determinante para a diminuição da vulnerabilidade dessa população e para realmente universalizarmos o SUS, para além da homofobia e da heteronormatividade (ALBUQUERQUE *ET AL.*, 2013).

Conforme pontuamos anteriormente, nossa análise se pautou prioritariamente na área de saúde, porém uma gama muito maior de pesquisas são possíveis, eferentes à educação, trabalho, previdência social, moradia, segurança pública, violência, etc. No que tange a área de educação, por exemplo, há um grande potencial de melhorias e aprofundamentos, se conseguirmos avançar sobre os interesses diversos que engavetam projetos nessa área. A educação tem potencial de enfrentar a homofobia através da desnaturalização da família como hegemonia heterossexual (LIONÇO, 2008).

Sampaio e Germano (2014, p. 299) ainda colocam algumas questões sobre a identidade sexual nas políticas públicas:

A negociação do movimento LGBT com o Estado ficaria ameaçada, caso não se recorresse ao discurso de uma identidade sexual para reivindicação de direitos? Seria possível pensar políticas públicas para além da identidade? As políticas públicas construídas para uma dita “minoría” não seriam mais um espaço através do qual o “normal” tolera o diferente?

Com esses questionamentos aponta-se uma possibilidade de pensarmos se as políticas públicas precisam caracterizar o sujeito com noções estáticas de sexo, gênero, sexualidade ou grupos de pertença (SAMPAIO, GERMANO, 2014) e assim diminuir o caráter disciplinador das políticas públicas através da definição de práticas “assépticas” em oposição a “arriscadas” (PERILO, PEDROSA, MELLO, 2010).

E ainda, essa análise não se pautou nos demais marcadores sociais como econômicos, políticos ou culturais (PERILO, PEDROSA, MELLO, 2010) para avaliar as políticas públicas para a população LGBT, embora essa seja uma grande possibilidade de pesquisa.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, após essa pesquisa, que são necessidades primeiras para as políticas públicas brasileiras para a população LGBT: respaldo jurídico para que as mesmas se tornem de fato políticas de estado; capacitação e investimento em educação para minimizarmos (se não eliminarmos) os padrões homofóbicos e heteronormativos de atendimento em saúde; formulação de políticas públicas pautadas na integralidade dos sujeitos, sem excluir suas particularidades sexuais e de gênero e sem usá-las como marcadores de anormalidade ou policiamento de condutas; repensar crítica e constantemente como as políticas são pensadas, como se estruturam na formulação de novos paradigmas e preconceitos e como podem efetivamente atender a uma população tão plural como a que se pretende.

## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. *Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil*. **Saúde debate**, Rio de Janeiro , v. 37, n. 98, Set. 2013 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042013000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 12 Set. 2014.

BRASIL. 2004a. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde.

BRITO, Ana Maria de; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWARCOWALD, Célia Landmann. *AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada*. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba , v. 34, n. 2, Apr. 2001 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0037-86822001000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822001000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 04 Nov. 2014.

LIONÇO, Tatiana. *Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. Junho 2008. Vol. 17, nº 2, p. 11-21.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. 2010. *Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil: Um Mapeamento Crítico Preliminar*. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. UFSC. 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277347233\\_A\\_RQUIVO\\_PPLGBT-FG2010.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277347233_A_RQUIVO_PPLGBT-FG2010.pdf)>. Acessado em 04 de Nov. 2014.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. 2010a. *Políticas Públicas para População LGBT no Brasil: apontamentos gerais de uma pesquisa inacabável*. In: MELLO, Luiz (org.). **Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Relatório de pesquisa. Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade. p. 21-60. Disponível em: <[https://portais.ufg.br/up/16/o/Texto\\_2\\_-\\_Geral\\_-\\_versao\\_final.pdf](https://portais.ufg.br/up/16/o/Texto_2_-_Geral_-_versao_final.pdf)>. Acessado em 04 de Nov. 2014.

MELLO, Luiz et al . *Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade*. **Sex., Salud Soc. (Rio J)**, Rio de Janeiro , n. 9, Dec. 2011 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872011000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 12 Set. 2014.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. *Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades*. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 39, Dez. 2012 . Disponível em : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332012000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 12 Set. 2014.

MISKOLCI, Richards. 2011. *Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer*. In L. Sousa, T. Sabatine, & B. Magalhães (Orgs.), **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**.

(p. 47 - 68). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault\\_book.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf)>. Acessado em 04 de Nov. 2014.

PERES, William Siqueira. 2011. *Travestis: Corpos Nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos*. In L. Sousa, T. Sabatine, & B. Magalhães (Orgs.), **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. (p. 69-104). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault\\_book.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf)>. Acessado em 19 de Nov. 2014.

PERILO, Marcelo; PEDROSA, Cláudio; MELLO, Luiz. 2010. *Entre a aids e a integralidade: travestis, transexuais, bissexuais, lésbicas e gays nas políticas públicas de saúde no Brasil*. In: MELLO, Luiz (org.). **Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Relatório de pesquisa. Goiânia: UFG, Faculdade de Ciências Sociais, Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade. p. 213-256. Disponível em: <[https://portais.ufg.br/up/16/o/teste\\_para\\_impress\\_\\_o\\_sa\\_\\_de.pdf](https://portais.ufg.br/up/16/o/teste_para_impress__o_sa__de.pdf)>. Acessado em: 04 de Nov. de 2014.

SAMPAIO, Juliana Vieira; GERMANO, Idilva Maria Pires. *Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT*. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, Ago. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 12 Set. 2014.

SOUZA, Celina. 2003. *Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa*. **Caderno CRH**, Salvador. Vol. 16, nº 39, p. 11-24. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=12>>. Acessado em 04 Nov. 2014.

**RAÇA E FUNDAMENTO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A  
CONJUNTURA ATUAL DO BATUQUE DO RIO GRANDE DO  
SUL**

Fernanda Carvalho Marques

**Resumo**

Este artigo tem o propósito de empreender reflexões acerca do atual contexto do Batuque do Rio Grande do Sul, com destaque as singularidades observadas, a partir do trabalho de campo realizado, em uma casa de religião do Município de Porto Alegre/RS. É importante mencionar que a obtenção dos dados etnográficos não seguiu uma orientação do tipo cronológica, mas se concentra na interpretação de situações que, em sua complexidade, manifesta a integralidade das informações coletadas. A análise explora, nesse sentido, o cotidiano batuqueiro, por meio das noções de raça e fundamento com objetivo de perceber como esta cosmologia equaciona as diferenças étnico-raciais. Logo, o argumento principal desta discussão é o de que o fundamento batuqueiro expõe uma outra possibilidade de relação com a diferença que não recai em princípios fundamentalistas.

**Palavras-chave:** Batuque. Socialidade. Relações étnico-raciais. Fundamento. Diferença.

**Abstract**

This article is intended to undertake reflections on the current context of the Batuque of Rio Grande do Sul, especially the observed singularities, from fieldwork in a religion house in the city of Porto Alegre/RS. It is important to mention that the achievement of ethnographic information did not follow a chronological orientation of the kind, but focuses on the interpretation of situations that, in its complexity expresses integrality of the information collected. The analysis explores, in this sense, the batuqueira sociality, through the notions of race and foundation in order to understand how this cosmology relations ethnic-racial differences. Therefore, the main argument of this discussion is that the batuqueiro foundation plea exposes another possible relationship with the difference that does not fall on fundamental principles.

**Keywords:** Batuque. Sociality. Relations étnic-racial. Foundation. Difference.



Entre os anos de 2010 e 2013, realizei uma pesquisa de campo na casa de religião Ilê Nagô Jêje-jexá Oxum Ecare, localizada no Município de Porto Alegre/RS, com intuito de acompanhar as atividades cotidianas lá desenvolvidas. A experiência etnográfica se deu através do exercício da observação participante à luz de Malinowsk (1978) e o diário de campo constituiu-se como recurso fundamental para efetuar o registro dos dados etnográficos. Esta produção etnográfica resultou em meu Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A sua proposta consiste em discutir o contexto atual do Batuque do Rio Grande do Sul, baseando-se no argumento de que o fundamento batuqueiro apresenta um modo particular de equacionar as diferenças étnico-raciais. Este artigo, portanto, visa apresentar e, sobretudo, aprofundar algumas questões discutidas no Trabalho de Conclusão de Curso.

### **Singularidades do Batuque do Rio Grande do Sul**

Peculiar ao Estado do Rio Grande do Sul,

o Batuque representa a expressão mais africana do complexo afro-religioso gaúcho, pois a linguagem litúrgica é yorubana, os símbolos utilizados são os da tradição africana, as entidades veneradas são os orixás e há uma identificação às ‘nações’ africanas [...] (ORO, 2008, p.12)

Cabe referir que, além da identificação das “nações” africanas lembradas por Oro (2008), estas também são habitualmente chamadas de “lados” pelos batuqueiros de raiz<sup>53</sup>. Segundo Oro (2008, p.13-14), os lados do Batuque dividem-se em:

---

53 Ressalto que a expressão de raiz é usada de modo particular no cotidiano da casa de religião estudada. Observei, a partir do trabalho de campo, que esta expressão comumente é dita pelos batuqueiros com intuito de marcar a distinção entre eles e adeptos de outras modalidades de religiões afro-brasileiras.

[...] Oyó, tido como o mais antigo do estado, mas tendo hoje aqui poucos representantes e divulgadores; Jeje, cujo maior divulgador no Rio Grande do Sul foi o Príncipe Custódio, um príncipe africano que viveu neste estado de 1889 a 1935, ano de sua morte (SILVA, 1999); Ijexá, Cabinda e Nagô são outras nações de destaque neste estado, com predomínio, na atualidade, dos lados Jeje-Ijexá (BRAGA, 1998). Note-se que o Keto esteve historicamente ausente neste estado, vindo somente nos últimos anos a ser integrado, através do Candomblé.

Durante o trabalho de campo, a partir de diferentes circunstâncias, observei que os frequentadores da casa usavam a expressão lado de forma a aplicá-la a situações específicas da vida cotidiana. Habitualmente, eles comentavam, por exemplo, “aqui no nosso lado a gente reza assim...” e “do meu lado [Jeje-Ijexá] não se cultua eguns<sup>54</sup>, mas a cabinda sim...”. Essa expressão, além de ser empregada com objetivo de distinguir os lados que constituem o Batuque, também, é dita com a finalidade de produzir uma distinção, em relação, as outras modalidades de religiões afro-brasileiras, como “o nosso lado [batuqueiro] é mais forte. Nossos orixás bebem sangue”. Logo, é importante mencionar que a casa de religião estudada cultua apenas orixás, distinguindo-se de outros templos religiosos que reverenciam, além de orixás, caboclos, exus e pombas-giras por exemplo.

Ainda sobre esse aspecto, outras expressões como de raiz e de religião também fazem parte do vocabulário cotidiano da casa de Pai Gabriel<sup>55</sup>, sendo oportuno trazer pelo menos duas observações acerca da expressão de religião: a primeira aproxima-se do sentido de identificação. Neste caso, a expressão é empregada como meio de (re)conhecer outros batuqueiros, a partir de situações corriqueiras, por exemplo, festas em outras casas, confraternizações entre amigos, eventos relacionados a consciência negra, a intolerância religiosa e etc., sendo bastante comum se ouvir em algum meio de conversa “Tu

54 Egun significa espírito dos mortos.

55 A opção de substituir os nomes reais dos frequentadores da casa de religião, por nomes fictícios foi adotada de acordo com o desejo dos interessados, pois o intuito é chamar a atenção do leitor para o conteúdo de suas falas.

é de religião?”, “Eu sou de religião.” e “Minha família é de religião”. Por fim, a segunda, que não deixa de estar em sintonia com a anterior e em consonância com o uso da expressão lado, manifesta um posicionamento recorrente dos frequentadores da casa de religião em usar a expressão de religião como recurso para diferenciar o Batuque das outras modalidades de religiões afro-brasileiras<sup>56</sup>.

Nesse sentido, é oportuno trazer para reflexão a experiência etnográfica obtida por Pólvora (1996), pois apresenta elementos que a distingue do contexto de pesquisa por mim observado. Indicando uma aplicação diferente da expressão de religião por seus interlocutores, Pólvora (1996, p.164) nos diz que

em Porto Alegre, as religiões de origem africana são conhecidas pelos seus participantes por *um nome comum: a Religião*. [grifo meu] Diz-se, na cidade, que alguém que *é de religião* [grifo meu] quando frequenta uma de pelo menos três das modalidades existentes: a Umbanda, a Linha Cruzada – ou também Umbanda Cruzada – e o Batuque.

Neste caso, portanto, a expressão referida carrega um sentido de abrangência e sugere, talvez, uma homogeneidade interna às modalidades de religião afro-brasileira. Ao passo que foi percebido, por meio do cotidiano da casa de Pai Gabriel, que as sutilezas das fronteiras são marcadas e acionadas se fazendo perceber não somente numa conjuntura interna, mas também externa, apresentando outro modo de conceber e trabalhar a diferença, pois evidencia um modo específico de articular as relações entre o interno e o externo. De qualquer forma, independentemente do lado a ser seguido são cultuados doze Orixás no Batuque, a saber: Bará, Ogum, Iansã, Xangô, Obá, Xapanã, Odê, Otim, Osaim, Oxum, Iemanjá e Oxalá. Além dessas denominações gerais, há passagens dos orixás que são

---

<sup>56</sup> Segundo Pólvora (1996), há três modalidades de religiões afro-gaúchas que se diferem entre si pela especificidade de suas entidades, a saber: o Batuque, a Umbanda e a Linha Cruzada. Para mais informações sobre as diferenças entre as três modalidades referidas, ver Pólvora (1994, 1996) e Oro (1996, 2008).

específicas e correspondentes a diferentes momentos da mitologia própria a cada um deles.

### **Raça e fundamento em perspectiva**

Antes de conhecer a casa de religião pesquisada, o meu contato com as religiões afro-brasileiras foi esporádico e restrito ao período de minha infância. Este fato, quando sabido pelos frequentadores da casa, os causou estranheza, pois, pressupunham que eu, enquanto negra, fosse próxima desse segmento religioso. Esta circunstância torna evidente uma particularidade nativa que emerge das relações cotidianas da casa de religião, e que podem ser percebidas em tantos outros espaços em que as religiões afro-brasileiras se fazem presentes, por exemplo, em associações, partidos políticos, movimentos sociais e etc. Essa particularidade envolve um tema amplamente discutido e causador de desconforto em muitas pessoas negras e não negras pertencentes a diferentes estratos sociais da nossa sociedade: a questão racial.

Segundo Oro (1993, p.78):

[...] as religiões afro-brasileiras, especialmente, em suas tendências mais 'africanas', constituíram-se como religiões de uma etnia, elas se transformaram hoje em religiões multiétnicas, frequentadas ou professadas por indivíduos oriundos de diferentes horizontes étnicos e de vários níveis sociais, especialmente por brancos de origem européia que foram socializados de acordo com valores sustentados pelo catolicismo, uma religião que até recentemente condenou aquelas religiões como 'superciosas e heréticas'.

O que foi dito acima elucida e contextualiza a realidade em que me deparei ao iniciar a pesquisa na casa de Pai Gabriel, podendo ser reconhecido um estranhamento mútuo entre nativos e pesquisadora respectivamente. Os primeiros, pelo fato de eu ser negra e não ter tido

uma vivência com a religião<sup>57</sup> e a segunda, pelo cultivo em seu imaginário caricaturado de que a presença do branco no universo batuqueiro não fosse expressiva e, portanto, não significativa. O fato é que a casa de Pai Gabriel é um exemplo e expressa a observação de Oro (2012) sobre o processo de integração de indivíduos brancos, pertencentes a outros segmentos étnicos, enquanto clientes, simpatizantes e membros, mas, também, como agentes e líderes religiosos, remetendo ao movimento histórico presente em diferentes regiões do país que engloba as outras modalidades de religiões afro-brasileiras.

Como se pode notar, o Pai Gabriel é branco e a sua casa exprimi uma diversidade de pessoas, sejam elas negras, brancas, mulheres, homens, crianças, deficientes, homossexuais, adolescentes e idosos que pertencem a distintos contextos sociais e (con)vivem, como filhos de santo, clientes, afilhados, simpatizantes e encostados<sup>58</sup>. Este contexto, por conseguinte, evidencia a singularidade integrativa da cosmologia batuqueira e nos permiti, a partir dela, questionar se o universo da casa de religião (re)produz as situações de desigualdades existentes na sociedade brasileira, a se salientar a condição social do negro no Rio Grande do Sul. Embora, mais que isso, se levada a sério, desperta nosso interesse em perceber como a cosmologia batuqueira percebe e trabalha a diferença<sup>59</sup>.

Em certa ocasião, durante uma conversa animada com um grupo de batuqueiros, escutei de um deles que "o fundamento está em tudo, no nosso jeito de falar, comer, vestir, rezar e conviver". A fala do batuqueiro mostra que o fundamento alicerça e perpassa não só a

---

57 A palavra Religião será empregada de acordo com a concepção nativa que faz alusão especificamente ao Batuque, conforme foi já referido anteriormente.

58 Encostado é o termo êmico que se refere a pessoas que frequentam a casa de religião, mas não passaram pelo processo de iniciação religiosa. Elas participam ativamente do cotidiano da casa de religião.

59 É importante referir que as análises aqui exploradas focam-se em refletir a diferença, enquanto noção conceitual interessante para pensar o universo batuqueiro, inspirando-se nas discussões filosóficas empreendidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari.

visão, mas todo o cosmos batuqueiro. Logo, podemos dizer que o fundamento está em tudo e se reflete no todo, indicando a impossibilidade deste ser definido, categorizado ou circunscrito. Não obstante, a vivência do trabalho de campo despertou o interesse de analisar as relações sociais experienciadas no contexto de pesquisa à luz do fundamento batuqueiro.

[...] tenho uma filha de santo que é casada com um homem negro que é iniciado na religião, e por isso foi convidado para participar do ritual do corte [aqui] na casa. Nesse momento, ele ainda não me conhecia, mas quando ele colocou os olhos em mim, ele teve a atitude de não contribuir em nada... Enfim, ele mal me cumprimentou, demonstrando aversão a minha pessoa. Passado um tempo, percebi que essa atitude foi pessoal. Quando nós fomos participar de uma festa de Batuque, em outra casa de um pai de santo negro, não lembro qual era a sua opção sexual, o esposo de minha filha de santo acabou participando de todos os afazeres da festa nessa casa [...]. (diário de campo, 13 de setembro de 2010).

O comentário de Pai Gabriel pontua elementos importantes que fazem parte do contexto atual das religiões afro-brasileiras, sendo oportuno destacar o Batuque do Rio Grande do Sul, pelo fato desta modalidade representar a “expressão mais africana do complexo afro-religioso gaúcho” (ORO, 2008, p.12). Diferentes estudos situados, na área da etnologia afro-brasileira, exploram diversos pontos de vista acerca das relações raciais no contexto da sociedade brasileira e identificam a necessidade de se empreender mais discussões sobre o assunto.

Oro (1994, p.151) observa “a existência de um processo de branqueamento e de penetração nas várias camadas sociais” neste segmento religioso, argumentando que, estamos “diante do processo de universalização e de desterritorialização das religiões afro-brasileiras [que] parece ser recorrente em todo o Brasil”. Para Oro (1994, p.151), portanto,

[...] as religiões afro-brasileiras romperam as barreiras de cor, de classe e, ultimamente, as barreiras geográficas, na medida em que atraem também não negros necessariamente pobres, e não permanecem restritas ao território nacional, tornando-se hoje, portanto, religiões multiétnicas, transclassistas e transnacionais.

Aproximando-se desta forma de observar as relações raciais na conjuntura da religiosidade afro-brasileira, o pesquisador Van de Port (2012) sublinha a necessidade de “desconfinar” o candomblé do ambiente do terreiro, desenvolvendo sua pesquisa, a partir do reconhecido salão de beleza que se chama “Beleza Pura”, localizado na Bahia. A sua abordagem compreende o candomblé como um banco de símbolos, a qual destaca que cada segmento da sociedade tem o seu candomblé, ou seja, existe “o candomblé da classe média de Salvador”, “o candomblé dos bairros pobres”, “o candomblé do turista” e etc. Sobre isso Van de Port (2012, p.129) nos diz que

uma exploração do candomblé vigente com os discursos e práticas dos movimentos homossexual, ecológico e negro, na Bahia, permite insinuar que o culto pode ser abordado como um conjunto de símbolos e práticas flexíveis, sempre em metamorfose e transformação, devido à sua expansão, o que desafia todas as suas tentativas de fixação e, de todas as formas, obstrui o projeto clássico de estudar o candomblé ‘em seus próprios termos’.

A forma de compreensão mencionada por Van de Port insere-se no contexto de críticas que objetivam desafiar a perspectiva de entendimento do “projeto antropológico clássico”. Segundo Barbosa Neto (2012, p.195), estas críticas estão associadas a noção de que “[...] o candomblé é mais bem explicado por um contexto externo a ele, e não a partir de dentro [...]”. Entretanto, este pesquisador fundamenta-se em um horizonte de compreensão que diverge àquele que Van de Port sustenta. Podemos observar a densidade de sua divergência, por meio do questionamento que realiza a Van de Port, ao perguntá-lo sobre o que o “[...] impede de transformar o exterior do terreiro em um inteiro mais amplo?” (BARBOSA NETO, 2012, p.200).

Nesse sentido, Barbosa Neto (2012, p.201) argumenta que

Isso poderia ser muito diferente se ele, ao invés de imaginar que o terreiro está condenado à 'alternativa infernal' que o cinde entre a diluição e a pura interioridade, tivesse simplesmente se perguntado: o que é estar do lado de fora quando se está do lado de dentro? Afinal, a relação entre o interior e o exterior como já sugeriu Marcio Goldman (1984; 1985; 2005), não é exatamente a mesma quando se está do lado de dentro ou do lado de fora. As religiões afro-brasileiras possuem maneiras muito sofisticadas de agenciar, a partir do seu próprio interior, as relações com seu lado de fora e este não está fadado a coincidir com o exterior imaginado por quem, de saída, parte da existência inexorável de uma 'esfera pública' ou da 'sociedade em geral'. (BARBOSA NETO 2012:201)

Em diálogo com esse ponto de vista, Anjos (2008) considera mais interessante problematizar esse processo de transformação sob entendimento que as fronteiras que constituem as religiões afro-brasileiras expressam um caráter fluido, rompendo com um olhar essencialista que pressupõe uma análise em si mesma. Segundo ele, há uma lógica interna coerente que orienta a religiosidade afro-brasileira, apresentando outra referência de análise e percepção, a qual é antagonica ao sentido de fusão ou de mistura, compreensão esta cotejada pelo sincretismo.

Para o autor,

A ideologia da democracia racial fecundou toda uma imagem do Brasil como país do sincretismo, da miscigenação racial. Para essa ideologia a imagem do cruzamento das diferenças está mais próximo de um certo modelo biológico, em que espécies diferentes se mesclam numa resultante que seria a síntese mulata. A religiosidade afro-brasileira tem um outro modelo para o encontro das diferenças que é rizomático: a encruzilhada como ponto de encontro de diferentes caminhos que não se fundem numa unidade, mas seguem como pluralidades. (ANJOS, 2008, p.80)

Expostas algumas interpretações atuais a respeito do universo afro-religioso brasileiro, ressalto que a pertinência de se problematizar raça e fundamento, consiste na proposta de pensar esta interface como



caminho para se problematizar a socialidade batuqueira<sup>60</sup>. A vivência do trabalho de campo oportunizou-me perceber que a socialidade batuqueira<sup>61</sup> opera em um contexto de encontro, encontro entre as diferenças que se manifestam por meio de experiências e subjetividades. Conforme indicado anteriormente, a casa de religião revela uma diversidade que exacerba a diferença. Ao invés de dizer que a socialidade batuqueira atua no exterior ou interior das relações, podemos observar que esta atua em um interior mais amplo, onde tudo está interligado em seu cosmos.

Desta forma, o que está em jogo é perceber como a cosmologia batuqueira tece as relações entre o ‘interior’ e o ‘exterior’, a fim de que percebamos como este movimento articula-se dentro de sua lógica conceitual. A partir da experiência de campo obtida, e com base nos referenciais bibliográficos adotados, pude observar a existência de uma lógica criativa, nesta cosmologia, que agencia o trato com a diferença frente ao processo de transformação que lhe é próprio. Logo, a situação vivenciada pelo Pai de santo, além de evidenciar as relações raciais e de gênero, no âmbito do cotidiano da casa de religião, nos oferece a possibilidade de refletir sobre como o fundamento batuqueiro concebe a questão racial.

Analisemos o acontecimento vivenciado por Pai Gabriel. Podemos observar que a atitude adotada pelo esposo da filha de santo não denuncia somente “aversão” ao Pai Gabriel, mas busca colocar em cheque o fundamento da casa de religião, ao “não contribuir em nada...”. Segundo análise do Pai de santo, o motivo se deve ao fato de ele não ser negro. Assinalo que o ato de Pai Gabriel, em atribuir ao evento um motivo racial, nos conduz a uma problematização mais

---

60 Pensar a socialidade emerge como uma possibilidade de alargarmos nosso entendimento acerca do cotidiano batuqueiro à luz do debate teórico sobre este conceito. Em sua proeminência, sublinho as discussões protagonizadas por Strathern (1989).

61 Para uma discussão mais profunda acerca da socialidade batuqueira, ver Marques (2014).

profunda, pois não podemos ignorar que, no contexto das relações sociais e raciais, uns podem ser considerados mais detentores de fundamento do que outros, em virtude da cor da pele.

Esta consideração, de certa forma, liga-se ao espanto dos frequentadores ao receberem a informação de que eu, enquanto negra, não era próxima da religião. Nesse sentido, pondero que há uma incógnita a resolver. Visando perceber as relações em sua interioridade, argumento que a experiência mencionada por Pai Gabriel, se analisada sob o prisma do “branqueamento” e da “exclusão”, podemos cair na armadilha de desenvolver uma visão “coisificada” do contexto, conforme frisa Strathner (1989). Logo, se aplicada, vejo como consequência a redução do potencial explicativo que o fundamento pode nos oferecer.

### **Considerações finais**

Tendo o objetivo de analisar as especificidades que o contexto atual do Batuque do Rio Grande do Sul apresenta, este artigo pretendeu explorá-las, com o interesse de perceber como a cosmologia batuqueira concebe esse processo de transformação.

A pertinência de pensar raça e fundamento consiste na ideia de que essas noções falam muito mais sobre a socialidade batuqueira em sua interioridade, ao passo que dialogam com aspectos importantes que compõem a atualidade. Essa compreensão desencadeou um processo de ampliação no enfoque do estudo, instigando-me a considerar as singularidades ali presentes. Nesse sentido, pretendi chamar a atenção de que a perspectiva da diferença se apresenta para além de iniciados e não iniciados na religião. Por meio da questão racial, pude pontuar o processo de estranhamento vivenciado no trabalho de campo, buscando compreendê-lo a partir das especificidades que o fundamento batuqueiro expõe. É importante

mencionar, ainda, que a discussão empreendida por Goldman (2004) sobre os meandros que compõem a análise dos dados etnográficos, possibilitou-me um olhar menos focado em aspectos cronológicos e mais livre para incorporar movimentos e perceber possibilidades. Segundo este autor, o conhecimento não surge de imediato, ao contrário, é reunido no decorrer dos anos, lembrando o processo de “catar folhas” realizado no Candomblé. (GOLDMAN, 2004)

Sem objetivar análises conclusivas e sim a problematização desses apontamentos, noto que a cosmologia batuqueira expressa outra possibilidade de articular as diferenças étnico-raciais. Diferente da concepção de branqueamento, essa possibilidade apresenta como lógica a oportunidade da diferença seguir enquanto pluralidade. Observei em campo que a questão racial se engendra no âmbito do discurso, do fenótipo, ou seja, daquilo que é visto, observado. Esses aspectos, porém, são complexificados ao afirmarmos que o universo batuqueiro é orientado pelo fundamento, o qual sequer pode ser definido, conceituado, mas experienciado.

### Referências

ANJOS, J. C. A Filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 9, n.13. p. 77-96, jan./jun. 2008.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*, São Paulo, Abril. 1978.

MARQUES, F. Raça e Fundamento: uma etnografia sobre a socialidade batuqueira em uma casa de religião do Município de Porto Alegre/RS. Trabalho de Conclusão de Curso, UFRGS, p. 55, 2014.

GOLDMAN, M. Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos. Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2004.

ORO, A. P. *As religiões afro-brasileiras no Rio grande do Sul*. In: (Org.) Oro, A. Meirelles, M. De Bem, D. Debates do NER. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 9, n.13. p. 9-23, jan./jun. 2008.

ORO, A. P. *Religiões afro-brasileiras: religiões multiétnicas*. In: (Org.) Fonseca, C. *Fronteiras da cultura: horizontes e territórios da antropologia na América Latina*. Editora da Universidade/UFRGS, p. 78-91, 1993.

ORO, A. P. O atual campo afro-religioso gaúcho. *Civitas: CReligião: perspectivas contemporâneas*. Porto Alegre, v.12, n.3, p. 556-565, set.-dez. 2012. Disponível em:  
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/13015/8684>>. Acesso em: 02. dez. 2014.

ORO, A. P. *As religiões afro-brasileiras no Rio grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PÓLVORA, J. B. *Na encruzilhada: impressões da socialidade batuqueira no meio urbano de Porto Alegre / RS*. In: (Org.) Boaventura, I. L. Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade Florianópolis. Letras Contemporâneas, p. 159-175. 1996.

STRATHERN, M. *The concept of society is theoretically obsolete*. In: (Org.) INGOLD, T. *Key Debates in Anthropology*. London: Routledge, p. 47-55, 1992. Disponível em:  
<[http://marcoareliosc.com.br/Key%20debates%20in%20Anthropology%20\(Tim%20Ingold%20ed.\).pdf](http://marcoareliosc.com.br/Key%20debates%20in%20Anthropology%20(Tim%20Ingold%20ed.).pdf)> Acesso em 08.ago.2014

VAN DE PORT, M. *Candomblé em rosa, verde e preto*. Recriando a herança religiosa afro-brasileira na esfera pública de Salvador, na Bahia. In: (Org.) Steil, C. Toniol, R. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 13, n.22. p. 123-164, jul./dez. 2012.

### **Dossiê: Manifestações de Gênero e Raça nas Eleições 2014**

O presente dossiê é resultado das pesquisas realizadas para o projeto “Manifestações de Gênero, Raça, Sexualidade e Religião nas Eleições de 2014”, mais conhecido como “Observatório Feminista das Eleições” que foi executado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/NEIM sob a coordenação do professor Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes e da professora Dr. Mariângela Nascimento. O Programa teve como principais objetivos realizar o monitoramento da mídia durante todo o período das eleições, que compreenderam os meses de junho à dezembro de 2014; produzir material didático-pedagógico e bibliográfico; organizar programa pedagógico de formação política para membros da comunidade civil e realizar um evento científico para ampliar as discussões acerca das questões de gênero, raça, sexualidade e religião no período eleitoral para que sejam construídas respostas eficazes capazes de denunciar e enfrentar todas as formas de preconceitos e oportunismos. Além disso, o Observatório Feminista das Eleições foi composto por uma equipe interdisciplinar contando com alunas da Pós-graduação e da graduação.

A internet teve um papel muito importante para a última eleição, candidatas e candidatos utilizaram sites, blogs, páginas ou perfis do Facebook como forma de chegar ao eleitorado. A principal fonte de monitoramento da nossa pesquisa foi a internet. A página do Facebook do Observatório Feminista das Eleições criada no dia 31 de maio de 2014, passando a ser executada a partir do dia 06 de junho do mesmo ano na cidade de Salvador/BA, teve como intuito problematizar os discursos sexistas, homofóbicos, racistas e intolerantes durante toda a campanha eleitoral. Além do Facebook, realizamos um monitoramento sistemático dos horários eleitorais transmitidos na televisão, de todos os debates presidenciais realizados, das notícias publicadas em revistas e jornais, dos dados estatísticos

fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos sites de candidatos, candidatas e partidos.

Nos períodos de eleições a mídia é um dos principais meios de comunicação sobre a campanha. A todo momento são lançadas propagandas, notícias que envolvam os políticos e seus partidos. O monitoramento da mídia realizado pelo projeto foi feito através da coleta diária dos dados e registro em diários de campo. Utilizamos métodos da etnografia, mais especificamente da etnografia de tela, para guiar nossas observações. A etnografia de tela definida por Carmem Rial (2004)

“[...] é uma metodologia que transporta para o estudo do texto da mídia procedimentos próprios da pesquisa antropológica, como a longa imersão do pesquisador no campo (no caso, em frente à televisão), a observação sistemática e o seu registro metódico em caderno de campo”

Uma parte das análises dos diários de campo foram sistematizadas e publicadas em boletins informativos, nos quais traziam resumos semanais ou quinzenais dos principais fatos e acontecimentos da campanha que traziam questões de gênero, raça, sexualidade e religião. Os boletins foram publicados na página do Facebook e no blog do Observatório Feminista. Assim, ao final do projeto conseguimos coletar um número significativo de dados e registros da campanha eleitoral de 2014.

Além do monitoramento da mídia o Observatório Feminista das Eleições realizou algumas entrevistas com candidatas aos cargos de deputadas estaduais e federais. Foram realizadas 11 entrevistas, sendo 6 sendo com Deputadas Federais e 5 com Deputadas Estaduais. O modelo de entrevista utilizado foi o de entrevista Semi- Estruturada, com um roteiro previamente elaborado, a partir de pesquisas sobre a vida pessoal e política de cada candidata, e a ideia da entrevista era se aproximar ao máximo de um diálogo, onde o entrevistado estivesse

livre para explanar além do que foi perguntado. O resumo das entrevistas foi publicado na Página do Facebook do Observatório Feminista e foi compilado em um Boletim Especial, também lançado na Página do projeto. As entrevistas são utilizadas como material para a análise dos artigos que compõe esse dossiê.

## OS GRUPOS RACIAIS NAS ELEIÇÕES DE 2014: DESAFIO À REPRESENTAÇÃO NA DEMOCRACIA

Anne Alencar Monteiro

### Resumo:

O presente artigo visa analisar as manifestações de raça no que se refere à candidatura de negros, brancos, índios e ciganos nas eleições brasileiras ocorridas no ano de 2014. A análise parte do monitoramento da mídia e entrevistas realizadas no período da eleição. Abordaremos a questão da representação a partir da estatística eleitoral dos grupos raciais e também a partir das principais propostas defendidas pelos candidatos em relação às questões raciais. Buscamos com isso compreender o sistema político brasileiro que se mostra desigual e alertar para a criação de mecanismos eleitorais mais igualitários. Esse artigo é fruto de uma parte das pesquisas realizadas para o projeto de extensão “*Manifestações de Gênero, Raça e Sexualidade nas eleições de 2014*”, carinhosamente chamado de “*Observatório Feminista das Eleições*” que tem como objetivo analisar as manifestações de gênero, raça, sexualidade e religião no processo eleitoral.

**Palavras-chave:** Raça. Etnia. Representação política. Eleições.

### I – Introdução

As questões raciais no Brasil são complexas e envolvem processos históricos, os quais fazem parte da organização social do país. O presente artigo analisa as questões que envolvem negros, índios, ciganos e brancos nas eleições de 2014 e está dividido em cinco seções. Na primeira parte são apresentados alguns conceitos norteadores para a análise dos dados, em seguida é traçado uma contextualização sócio-histórica dos grupos raciais trabalhados. Na terceira seção é discutido as questões sobre representação numérica das candidaturas lançadas nas eleições nacionais de 2014. Em seguida é analisada a questão racial a partir dos discursos dos candidatos e candidatas e seus partidos. Finalizo o texto refletindo sobre os



possíveis caminhos na busca de uma democracia efetivamente representativa.

O processo de colonização no Brasil (e no mundo) baseou-se na hierarquização das diferenças raciais e étnicas entre os diversos grupos sociais. Essa diferença é percebida na contemporaneidade na dificuldade de negros e indígenas acessarem educação, saúde e emprego de qualidade e na cor da população carcerária. E no universo político como se configuram as relações raciais? Este artigo busca responder essa pergunta através da análise da (sub) representação política dos chamados grupos subalternos nas candidaturas lançadas para as eleições de 2014. Para o entendimento das relações raciais no processo político brasileiro contemporâneo não resta dúvida que temas como identidade, mestiçagem, racismo, branquitude se configuram como eixos centrais no debate.

A questão da representação política é essencial para a implementação e fortalecimento dos regimes democráticos. Segundo Phillips (2001) o problema da exclusão política de segmentos sociais como mulheres, negros e indígenas deve ser analisado a partir de duas perspectivas: a política de ideias, ou seja, o projeto político e as ideias defendidas pelos candidatos, e a política de presença que é a representação numérica, onde:

Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto as falhas da outra. A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes: quando ideias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e ideias. É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra. (PHILLIPS, 2001, p. 289)

Assim, o fenômeno da (sub) representação segundo o critério racial será abordado nesse artigo com base nessa premissa, buscando abarcar a política de ideias e de presença.

Raça e etnia são categorias que dialogam diretamente com noções sobre identidade. As concepções sobre a formação da identidade individual e coletiva do sujeito transformou-se ao longo da história. Consideramos que houveram três concepções diferentes de identidade do sujeito: O sujeito Iluminista onde estava baseado no Eu, eixo central para a formação da identidade de uma pessoa; O sujeito sociológico onde sua identidade é formada a partir da interação entre o Eu e o Outro; e o sujeito pós-moderno onde sua identidade não é fixa ou permanente, mas fluida, diferente e contraditória (HALL, 2005). A identidade tomada em seu sentido geral carrega ideias essencialistas, que percebem a identidade como imutável e fixa e são baseadas em ideias biologizantes, e a identidade também é relacional, onde a diferença é marcada a partir de um contraste simbólico de outras identidades que possuem ligação com condições culturais e materiais (WOODWARD, 2000). O social e o simbólico são mecanismo onde a identidade é construída e mantida, tais identidades não são necessariamente unificadas. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído.” (WOODWARD, 2000, p. 18). A identidade deve ser pensada para além de seus aspectos puramente fisiológicos, nos quais são envolvidas relações sociais, culturais, simbólicas de poder. A partir disso, podemos analisar raça e etnia como uma categoria de grande relevância para a questão da representação política.

A análise dos dados que foram coletadas para a construção desse artigo não está baseada nas ideias irredutíveis do essencialismo biológico, mas acreditamos que a materialidade dos corpos é carregada de símbolos e significados os quais são construídos social e culturalmente e que estão intrínsecos na lógica que regula as relações de poder racializadas. O Brasil como tendo uma cultura hierarquicamente marcada pelas diferenças étnico-raciais (fruto do processo histórico ideológico da colonização) sua política tende a seguir essa mesma lógica. Assim, a política não está limitada pelos e

nos partidos, governos ou atores políticos institucionais e, muito menos, não está imune e nem neutra à cultura, pois toda política é ação simbólica que ganha sentido na teia de significados e símbolos que formam a cultura (GEERTZ, 1978, 1980). A análise das candidaturas segundo os grupos étnico-raciais: negros, brancos, ciganos, índios nos mostra a institucionalização do jogo desigual das relações de poder presentes entre os diferentes grupos raciais no Brasil.

Quando nos referimos à identidade racial da população brasileira uma questão central sobressai: a mestiçagem. Muitos são os questionamentos a respeito da nossa raça, tantos acadêmicos quanto os chamados “populares”: quem somos? Somos negros, brancos, índios, mestiços, ciganos ou apenas brasileiros? É nesse contexto de inquietações que Munanga (2004) busca entender a relação entre a construção de identidade negra coletiva, a mobilização no Movimento Negro brasileiro e a ideia do branqueamento. O Movimento Negro no Brasil ainda enfrenta dificuldades em mobilizar suas bases para a construção de uma identidade negra. Esta identidade seria uma das molas impulsora da luta coletiva no enfrentamento ao racismo e as desigualdades entre brancos e negros geradas por este fenômeno. O autor nos chama a atenção para o fato de que esta dificuldade não está relacionada à falta de reflexões acadêmicas ou de mobilização social negra, mas sim ao ideário do branqueamento que “roubou dos negros o ditado ‘a união faz a força’, ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos” (MUNANGA, 2004, p. 15). O ideal da mestiçagem, tal como é aplicado no Brasil, acaba escondendo as relações de poder que existem entre os diferentes grupos raciais no país, em resumo, acaba mascarando a existência do racismo. A visão romântica de que não há uma diferença biológica, resultado da mistura, logo reafirma a ideia de que não há uma diferença social acaba desmobilizando e enfraquecendo os grupos subalternos racializados em assumirem uma base de luta concreta a partir da

identidade, nos quais perdem voz na busca por maior representatividade no âmbito da política institucional.

## **II – Breve histórico político sobre os grupos subalternos**

Apresentaremos agora um breve histórico do estamos afirmando que são negros, indígenas, ciganos e brancos. Objetivo deste tópico é fornecer um contexto analítico que possa embasar de forma histórica a questão da participação dos grupos étnicos-raciais no âmbito da política.

Historicamente excluídos, a população negra do Brasil enfrenta cotidianamente o racismo presente na sociedade. O movimento negro tem como principal bandeira de luta o enfrentamento ao racismo, buscando a integração social do negro e tem suas origens desde o período republicano, passando por modificações ao longo do tempo e pode ser identificado três fases diferentes na sua organização:

Na primeira fase do movimento negro na era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, grupos “dramáticos”, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportiva, por meio do jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo empreendendo ações de assistência e beneficência. Em momento de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Na segunda fase (1945-1964), o Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram dezenas, centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado. (DOMINGUES, 2007, p. 121)

Apesar de suas raízes históricas de ações em prol da população negra, o movimento negro no Brasil ainda enfrenta uma grande

barreira na luta contra o racismo: a questão da participação dos negros na política.

Diferente do movimento negro, a visibilidade política dos movimentos ciganos no Brasil teve um fortalecimento mais recente. O I Encontro Nacional dos povos Ciganos só foi realizado em 2013, promovido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPIR). Este encontro teve como objetivo reunir os povos ciganos espalhados pelo Brasil para discutir questões políticas e sociais específicas dessa população. A legislação que trata dos direitos dos ciganos também é recente, somente em 2006 que foi intitulado o Dia Nacional do Cigano no Brasil comemorado na data de 24 de maio. Contudo, a documentação oficial que contem o primeiro registro da chegada de ciganos no Brasil data desde 1574, quando um casal de ciganos foi deportado de Portugal. Atualmente existem três grandes etnias ciganas espalhadas pelo país: Calon, Rom e Cinti. Segundo o Relatório Executivo Brasil Cigano (2013) estima-se que existe cerca de meio milhão de ciganos no país. Porém, a política brasileira historicamente negou a existência dessa população, criando uma política anticigano no país:

Apesar de esses grupos terem se adaptado e trabalhado com diversas atividades, entre elas o de comerciantes de escravos, ele se tornou um incômodo para as elites brasileiras do século XIX, que visavam construir uma identidade nacional baseada numa “limpeza étnica” disfarçada de “reformas urbanas”, de modernização. Visavam, sobretudo, o patriotismo enaltecendo a “raça” nacional, a miscigenação entre o europeu, o africano e o indígena, mas sem mencionar a população cigana. (AMARAL, 2010, p. 169)

Na política brasileira atualmente não conseguimos, através dos meios institucionais, mensurar a representatividade dos ciganos, pois as estatísticas apresentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não levam em consideração as especificidades étnicas dessa população, apresentando em seus dados estatísticos somente as categorias: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas.

Os movimentos sociais indígenas começaram a crescer e ganharam força na década de 1970 a partir do “Parlamento Índio-Americano do Cone Sul”, realizado em São Bernardino/Paraguai, que contou com a participação de lideranças indígenas do Brasil (SILVA, 1999). O movimento social indígena passou por algumas transformações ao longo dos anos e pode ser classificado em três períodos diferentes. Um primeiro momento pode ser caracterizado como uma política de um indigenismo governamental tutelar onde havia uma lógica das políticas estatais em tutelar essa população; um segundo momento é caracterizado por um indigenismo não governamental nos anos de 1970 com o surgimento de organizações não governamentais (ONGs) de apoio aos índios; o terceiro momento contemporâneo pode ser caracterizado como um indigenismo governamental e começou atuar a partir de 1988, o grande marco para esse período foi à mudança de lógica atuante no estado que até então era de tutela dessas populações, passando para o reconhecimento de sua diversidade cultural e da sua organização política (LUCIANO, 2006). Vale destacar que na política institucional o primeiro Deputado Federal indígena, Mario Juruna, líder xavante, foi eleito em 1983 e representa um grande marco na história política dessa população. As questões indígenas não estão desvinculadas das questões gerais do país e nem significam um retrocesso ao desenvolvimento do Brasil, assim faz-se necessário a inserção política das representações indígenas para que seus direitos sejam garantidos.

Por fim, analisaremos a questão da branquitude no Brasil. A população branca caracteriza-se historicamente por ser o grupo da dominação colonial. Como bem caracteriza Sovik (2009) a branquitude é:

(...) atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de

cabelo. Complexa, porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do status social. (SOVICK, 2009, p. 50)

A branquitude, como qualquer outra identidade racial, não é homogênea e nem se assenta somente em características biológicas. Ser branco em uma sociedade multiracial como o Brasil é ocupar status de autoridade e superioridade racial, política, econômica e social. Vemos também que alguns mecanismos de dominação racial ainda operam no âmbito da política, principalmente os discursos que negam a existência do racismo a partir da miscigenação.

### **III – Eleições 2014 em números: da sobre-representação à inexpressividade de candidatos**

O debate sobre a representação política é um dos pilares nas análises sobre formação dos Estados e governabilidade, principalmente sobre os funcionamentos das democracias. A lógica por uma representação numérica é um aspecto que compõe as teorias sobre representação e está presente em autores clássicos como Rousseau e Locke (1997 *apud* AVRITZER, 2007), para esses autores a representação está ligada a um princípio de igualdade numérica matematicamente estabelecida. Outros autores como Hobbes e Pitkin (1991, 1967 *apud* AVRITZER, 2007) trabalharam com a ideia de autorização da representação entre os atores políticos e a sociedade civil. Uma das formas de representação nas políticas contemporâneas é a representação eleitoral, sua legitimação ocorre através do voto e pode ser demonstrada numericamente através da quantidade de atores políticos candidatos tomando como categoria de análise o grupo racial ou de gênero a que pertencem.

A base dos dados estatísticos dessa pesquisa foi levantada a partir das informações publicadas pelo TSE no seu Sistema de Divulgação de Candidaturas e são referentes às eleições brasileiras de

2014. Analisaremos a seguir as candidaturas aos cargos de presidente, senador, governador, deputados estaduais e federais lançadas no primeiro turno. Os dados estatísticos divulgados pelo TSE estão divididos por várias categorias, uma delas é o quesito raça/cor no qual está dividido entre: amarelos, indígenas, brancos, pretos e pardos, segundo as divisões do IBGE. Vale ressaltar que nos dados do TSE não encontramos como critério raça/cor os ciganos e nem a diversidade da cultura indígena que não se reduz a uma etnia homogênea, sendo as candidaturas desses grupos impossível de ser mensuradas em números exatos, o que mostra uma invisibilidade dos ciganos e o reforço do estereótipo unificador da categoria indígena para o sistema eleitoral institucionalizado na democracia no Brasil. Essa classificação do TSE reflete o modelo de classificação racial que opera na sociedade brasileira. Diferente de outros países, como os Estados Unidos, no Brasil essa classificação é multipolar, herança do período colonial que minimizou a diversidade étnica, principalmente de negros e índios, e a generalizou em uma classificação baseada no fenótipo (SANTOS,2005). Para fins analíticos nessa seção do artigo adotaremos as classificações impostas pelo TSE. Iremos complementar a análise que tais classificações estatísticas deixam escapar no próximo tópico quando trataremos sobre as ideias e propostas defendidas pelas candidatas e pelos candidatos.

De acordo com o TSE, no ano de 2014 foram lançadas 26.172 candidaturas concorrendo aos cargos de presidente, vice-presidente, governador, vice- governador, senador, senador 1º e 2º suplente, deputado federal, estadual e distrital. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos/INESC (2014) pela primeira vez na história da democracia no país possuímos dados sobre o critério racial dos candidatos às eleições- estaduais e federais. O Gráfico 01 revela que desse total de candidatos mais da metade são brancos, os pretos, pardos e indígenas constituem a minoria nessa disputa.



## GRÁFICO 01

### FIGURA 01: Gráfico realizado pelo INESC

Se compararmos os dados do Gráfico 01, do Gráfico 02 e da Figura 01 (que traz a composição racial da população brasileira em relação a composição racial das candidaturas). Concluimos que há uma sobre representação da população branca no país, ou seja, eles estão mais do que representados, eles ocupam mais da maioria das cadeiras governamentais.

Um fator nos chama atenção: só há candidatas mulheres indígenas para os cargos de deputadas federais ou estaduais, nenhuma concorreu a cargos majoritários no Brasil. Segundo dados levantados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos/INESC (2014) somente 27 mulheres indígenas participaram do processo eleitoral. O que reflete a barreira de gênero, étnico/racial e social as quais as mulheres indígenas enfrentam. Essas barreiras não funcionam como somatório de opressões e desigualdades, mas colocam as mulheres indígenas em um lugar específico no mundo (*standpoint*)<sup>62</sup>. A lógica da intersecção e o modelo interativo apontado por Santos (2009) busca compreender a intersecção entre raça e gênero, a maneira como um efeito muda ou interfere em outro efeito. O que significa pensar que ser indígena tem efeitos diferentes para mulheres e para os homens pertencentes a mesma etnia, e que ser homem ou mulher tem um efeito diferente no que é ser índio. Ao encontrarmos um quadro político institucional brasileiro onde as mulheres indígenas não conseguem nem lançar suas candidaturas e nem muito menos serem eleitas a cargos majoritários vimos que há uma assustadora sub-representação do ponto de vista

---

62 Esse ponto de vista tão particular e marcado por diferentes categorias de opressões é umas das bases do feminismo negro. A perspectiva teórica do ponto de vista feminista negro (*standpoint*) é marcada pela negação da mulher como ser universal e foca as suas particularidades a partir das suas realidades vividas e que dependem do contexto racial e social as quais estão inseridas. (CARDOSO, 2012)

específico das mulheres indígenas, o que provoca uma profunda consequência na luta e na implementação de direitos dessa população.

Atualmente no Brasil a efetiva representação política dos mais plurais grupos étnicos, raciais, sociais e de gênero é um grande desafio para a implementação de um governo democrática de fato. A partir da análise quantitativa dos grupos étnicos raciais proposto nesse artigo que foram candidatos para os cargos de presidente, governador, senador e deputados federais e estaduais nas eleições de 2014 é visível a exclusão (onde sua representação numérica em alguns casos é quase zero) dos grupos “minoritários”. Esse fenômeno pode ser identificado como uma sub-representação numérica dos candidatos negros, índios e ciganos em relação aos candidatos brancos. Entendemos que a sociedade brasileira só será plenamente democrática quando encontrarmos um sistema justo de representação que valoriza a política de presença dos candidatos.

Em nossa análise consideramos que uma vez um candidato acesse o quadro de eleito não garante que ele irá governar em relação ao grupo étnico o qual ele faz parte, ou seja, ser negro, indígena ou cigano não garante de fato que essas pessoas vão programar leis e políticas que contemplem tais populações, por exemplo. Como já discutido anteriormente, consideramos que toda presença precisa ser acompanhada de ideias. As abordagens estatísticas conseguem nos mostrar um quadro desigual das representações, mas o debate não se encerra aqui.

#### **IV – Representação da política de ideias**

No presente tópico analisarei a representação de ideias, de propostas dos candidatos e das candidatas em relações as principais questões raciais no Brasil. Diferente dos números, a forma de mensurar a ideia de um candidato ou candidata é mais complexa.

Utilizamos como principal fonte de pesquisa a análise do que foi veiculado nas grandes mídias (sites dos partidos, jornal, páginas no facebook, debates e propagandas eleitorais). Nas eleições de 2014, a questão racial não estava tão explícita na mídia como as questões de gênero ou sexualidade, por exemplo, talvez porque as questões sobre raça não estão classificadas como “temas polêmicos” (aborto, casamento gay e lésbico, transexualidade, regulamentação do uso da maconha) com isso não tiveram um impacto expressivo na mídia em geral, mas temas que envolve e que tem um impacto direto nos segmentos raciais como redução da maioria penal, segurança pública, leis que regulamentam o agronegócio foram abordadas ligeiramente nas mídias. Assim, quando afirmamos que há uma sub-representação de ideias em relação às propostas que envolvem questões raciais, estamos afirmando que raça não foi um tema bem explorado e nem evocado pelos principais candidatos e candidatas, sobretudo à presidência. Quando tais temas foram trazidos à tona percebemos uma sub-representação das questões raciais no país.

Historicamente excluídos dos espaços políticos a população negra além de está sub-representada numericamente em relação aos candidatos brancos, ainda está sub-representado em relação às propostas políticas raciais, há ainda um debate raso por parte dos principais candidatos. Para tratar das questões sobre o que os candidatos a presidência defenderam em relação às causas raciais tomaremos dois exemplos emblemáticos que envolveram o candidato Aécio Neves e a candidata Dilma Rousseff. Durante a campanha eleitoral o candidato Aécio Neves lançou uma lista de ações para a promoção da igualdade racial. Tais ações foram discutidas pelo Tucanafro, um dos secretariados temáticos do PSDB criado em 2003, que só começou a ser mais articulado em 2011. O partido criou eixos temáticos para articular as suas demandas políticas, os quais são: PSDB Mulher, que propõe abranger as questões de gênero; PSDB Sindical, para atender as questões trabalhistas; PSDB Juventude, para representar os jovens; o Tucanafro, para atender as demandas da

população negra; e o Diversidade Tucana, para contemplar as demandas LGBT's. As questões raciais entram na pauta do partido via Tucanafro, que funciona com diversos diretórios espalhados pelos Estados brasileiros e tem sua unidade representada pelo presidente geral. Diante da divulgação e inclusão do Secretariado em vários estados, como também o período eleitoral, notícias sobre o mesmo despertaram a atenção da mídia. Um dos casos foi o que se refere à Presidenta do secretariado Tucanafro PSDB de Roraima, loira e Delegada de Polícia Civil. Candida de Magalhães foi à escolhida para representar a causa negra levantada pelo partido no Estado, a qual concentra antagonismos para representatividade da população negra. Candida aparece como mais um reflexo do mito da democracia racial brasileira que nega a presença do racismo no país, o que é explícito através do slogan do próprio Tucanafro: “*A luta não é do negro, é nossa*”. Respondendo as acusações e a pressão da mídia sobre este caso o Presidente Nacional do Tucanafro Juvenal Araújo, faz uma nota de esclarecimento publicada no site do Tucanafro, defendendo a escolha da representante:

[...] Cândida, como Presidente do Tucanafro RR, simboliza o nosso próprio lema: a luta não é do negro, é de todos. Não desejamos, de forma alguma, disputar espaço com os brancos. Queremos eles como aliados. Ficamos imensamente felizes quando trazemos para nossa campanha pessoas que entendem a causa mesmo não sendo negras. Se nosso sonho é ter igualdade, não há porquê incentivar essa disputa. Entre todos nós, do Tucanafro, os brancos serão sempre bem-vindos, desde que compartilhem do mesmo sonho que nós: viver em um mundo que respeite as diferenças. (ARAUJO, 2014)

A questão da representatividade racial levantada pelo PSDB via Tucanafro é questionável, pois não articula de fato a política de presença e de ideias em um núcleo que propõe dialogar as causas negras, com representantes brancos. Garantir que somente os negros são os porta-vozes das causas negras é inclinar-se para um essencialismo irreduzível, mas afirmar que representações brancas garantam de fato a implementação de políticas específicas para os negros, principalmente quando atuam com o slogan “*A luta não é do*

*negro, é nossa*”, é absurda. Assim, percebemos que apesar dos esforços do PSDB em garantir uma melhoria da condição negra no país há ainda uma sub-representação e contradições em torno das questões raciais. Uma política para os negros de fato poderá ocorrer a partir de um maior debate e uma articulação com o movimento negro.

Os discursos sobre identidade racial que operam na sociedade brasileira estão presentes no cenário político. Esse fato traz consequências diretas para o tipo de política e combate ao racismo que irá ser adotado pelos governos. Segundo matéria publicada no site do Jornal Folha de São Paulo a presidente Dilma em um contexto racial predominantemente negro se declara como “pardinha”:

Em campanha nesta quinta-feira (9) em Salvador, na Bahia, a presidente Dilma Rousseff (PT) se declarou “pardinha” e pediu uma vaga no Olodum, um dos mais tradicionais blocos afros da capital baiana. “Eu inclusive já falei que, quando deixar de ser presidente, eu vou ver se eu consigo ali um espaçozinho para mim [sic] tocar lá no Olodum”, disse a presidente. “Eu sou meio pardinha, então eu acho que eu passo lá.” A declaração ocorreu pela manhã em entrevista a rádios baianas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)

Vale ressaltar que no registro de sua candidatura Dilma se declara como branca o que revela uma contradição em sua fala. Porém, para além de discutir a identidade racial subjetiva da candidata, sua atitude revela os jogos de “esconde-esconde” presente na lógica da miscigenação enraizada no país:

O valor da branquitude se realiza na hierarquia e na desvalorização do ser negro, mesmo quando “raça” não é mencionada. A defesa da mestiçagem às vezes parece uma maneira de não mencioná-la. A linha de fuga pela mestiçagem nega a existência de negros e esconde a existência de brancos. [...] O discurso da mestiçagem permite que os que falam desde a perspectiva branca possam brincar de ser populares. (SOVIK, 2009, p. 50)

Dilma ao afirma-se como pardinha em um contexto social marcado pelas culturas afro-brasileiras é uma tentativa de negar a hierarquia racial presente no país, é afirmar a mestiçagem como

campo neutro onde as relações de poderes entre as raças quase que desaparecem. As questões raciais ainda são uma “pedra no sapado” da sociedade brasileira onde o esforço para neutralizar as tensões que tais discussões promovem se dá pela linha de fuga da mestiçagem, o que ecoa na política a partir da presença de políticos que reproduzem tais ideias.

A sub-representatividade das questões raciais nas eleições presidenciais de 2014 se caracteriza também a partir de uma omissão das questões sobre os negros, mesmo quando se estava falando de políticas públicas que afetam diretamente a população negra. Nos debates eleitorais entre os presidenciáveis não houve um candidato ou candidata que levantasse a bandeira explícita a favor da população negra, indígena ou cigana. O que presenciamos foi um discurso social muito forte, se falou muito em Bolsa Família, em privatizações, diferenças econômicas, meritocracia. Contudo todas essas questões foram pautadas sem uma perspectiva racial. Essa minimização das diferenças raciais são frutos do processo de hierarquização racial da sociedade brasileira, onde, mais uma vez, a válvula de escape da mestiçagem aparece como mecanismo mais utilizado, mesmo que implicitamente:

Assim, brancos e negros serem irmão, conforme reza o discurso da mestiçagem, não impede a instalação do medo branco [...] O medo do diferente pode não ser medo do exótico, do distante, mas do próximo, do quase igual. O medo solicita uma racionalização. A mais comum é de negar a diferença racial. É mais fácil aceitar a diferença material, de classe social, do que a racial. Com a classe social, fica reestabelecida a distância entre branco e negro, não somos mais irmãos. (SOVIK, 2009, p. 51)

A única candidata a presidência que se autodeclarou negra, Marina Silva (PSB) não fomentou o debate para as questões específicas sobre raça, a nova política a qual ela defendia não parecia incluir negros, índios e ciganos. A presença dela enquanto candidata negra pode sim ter efeitos positivos para a população negra em geral,

principalmente no que se refere a autoestima e afirmação do lugar de poder e de fala dessas pessoas, porém suas ideias políticas não o são, deixando as pautas raciais em segundo plano no debate político.

Apesar dessa sub-representação de ideias em relação às propostas dos candidatos no que tange as questões raciais, O *Observatório Feminista das Eleições de 2014* buscou entrevistar algumas candidatas aos cargos de deputadas federais e estaduais para que pudéssemos ter uma amostra do que se pautaria no âmbito do legislativo em relações as temáticas propostas pelo projeto. Assim, foram realizadas 11 entrevistas, divididas em 6 Deputadas Federais e 5 Deputadas Estaduais. As principais temáticas que essas candidatas apresentavam foram em relação aos temas sobre raça, gênero e sexualidade. As entrevistadas pertenciam a diferentes partidos, como PT, PSTU, PSDB, PSOL, PSB, PCdoB e pertenciam as localidades de Salvador, Porto Alegre e São Paulo. Além disso, elas apresentavam características diversas: mulheres cisgênera e transexuais\*, negras, jovens, mais velhas, brancas e de diferentes classes sociais. Para análise desse artigo iremos focar nas candidatas negras. De uma maneira geral o que podemos perceber é que o lugar de fala, história de vida e a participação em movimento social influenciam diretamente nas ações políticas, nas escolhas partidárias, nas bandeiras levantadas por cada candidata. O projeto político está diretamente ligado ao ponto vista vivenciado por cada uma delas. Uma das candidatas nos conta que:

O jogo é brutal, é difícil é desigual, mas nós temos que fazer a disputa e participar levando nossas bandeiras, nossas propostas. Tem que ter tenacidade para a gente poder conquistar aquilo que a gente acredita. Eu não sou candidata da minha cabeça, eu sou candidata porque desde 1998 o movimento negro se reuniu e queria que eu fosse candidata a prefeita. Houve muito debate, a gente não conseguiu. E foi isso que aconteceu e nós estamos nessa luta até hoje, e acho que foi exatamente o movimento que me deu uma maior projeção para que eu pudesse assumir essa participação política institucional. (Entrevista realizada pela equipe do Observatório Feminista com candidata a Deputada Estadual, 15 de setembro de 2014)

Retomando as questões sobre a política de ideias percebemos que devemos pensar a política para além dos seus muros institucionais, e não só analisar os programas de governo e a questão das identidades presentes no jogo político, mas é preciso observar também a história de vida de tais candidatas, pois a partir dela pode-se afirmar com mais ênfase o que de fato motiva os posicionamentos políticos e ideológicos, os quais tentam romper com a lógica que hierarquiza as raças socialmente.

Em relação aos candidatos indígenas e ciganos não conseguimos detectar uma representatividade forte que ganhasse destaque no cenário nacional por pautar questões específicas dessa população. Essa ausência pode ser interpretada como um silenciamento das questões de tais grupos étnicos raciais no âmbito da política. Durante as atividades do projeto *Observatório Feminista das Eleições de 2014* tentamos localizar candidatos ciganos e indígenas para realizarmos entrevistas, mas não tivemos êxito, o que revela a dificuldade e invisibilidade dessa parcela da população.

O Brasil por ainda ser um país racista que tenta negar a ausência do racismo com a ideia de mestiçagem transporta para a arena política toda sua lógica de hierarquização racial. Assim, percebemos que ideias não podem ser afastadas das pessoas que as defendem. Pensar em uma democracia representativa é pensar nas bandeiras de luta e em quem as levanta.

#### **V- Considerações finais**

O desafio para implementação de uma democracia representativa está em pensar a política fora dos seus muros institucionais. É preciso criar estratégias de inclusão que levem em consideração o quadro de exclusão racial e étnica nos quais negros, indígenas e ciganos estão inseridos socialmente. Vimos que o racismo



acaba sendo institucionalizado pelo sistema político brasileiro, o qual não garante uma disputa igualitária entre candidatos. Um dos principais fatores que contribui para essa desigualdade é o financiamento privado das campanhas eleitorais, grupos econômicos acabam garantindo que futuros governantes defendam seus interesses (INESC, 2014). Assim, faz-se necessário uma reforma do sistema político que incluam medidas e estratégias que garantam a representação de idéias e de presença de grupos historicamente descirmidados socialmente (negros, índios, ciganos, quilombolas, mulheres, população LGBT, agricultores familiar) na política.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima Pacheco(Orgs.). **As mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, 2012.

AMARAL, Fernanda. POR UM OLHAR FEMINISTA SOBRE AS CIGANAS BRASILEIRAS. **Ártemis**, Paraíba, v. 11, p.168-177, dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/10698>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ARANTES, Luana Lazzeri; GALETTI, Lylia da Silva Guedes; VASCONCELOS, Marcia. **RELATÓRIO EXECUTIVO BRASIL CIGANO**. Brasília: Sepir, 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/relatorio-executivo-brasil-cigano-1>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, p.443-464, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Gênero em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 23 out. 2014.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 1. p. 13-41.

\_\_\_\_\_. 1980. **Negara: O Estado Teatro no século XVI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 3. p. 103-130.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 9, n. 1, 2001.

RIAL, Carmem. **Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação**. Santa Catarina: Antropologia em Primeira Mão, 2004.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil**. Rev. bras. Ci. Soc. 2009, vol.24, n.70, pp. 37-60.

SOVICK, Liv. Ensaios Teóricos. In: SOVICK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. Cap. 1. p. 33-88.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 1. p. 7-72.

PITOMBO, João Pedro. Na Bahia, Dilma se declara 'meio pardinha' e pede vaga no Olodum. **Folha de São Paulo**. Salvador, p. 1-1. 09 out.

2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529764-na-bahia-dilma-se-declara-meio-pardinha-e-pede-vaga-no-olodum.shtml>>. Acesso em: 23 out. 2014.

ARAUJO, Juvenal. **Nota de Esclarecimento do Tucanafro Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/tucanafro/nota-de-esclarecimento-do-tucanafro-brasil/>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: desafio à democracia**. Brasília: Online, 2014. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/perfil-dos-candidatos-as-eleicoes-2014>>. Acesso em: 02 nov. 2014.

## REPRESENTATIVIDADE PARLAMENTAR DAS MULHERES NEGRAS NAS ELEIÇÕES DE 2014 E OS POSSÍVEIS FATORES INFLUENCIADORES NA NÃO EQUIDADE DA DISPUTA ELEITORAL

Shirlei Santos de Jesus Silva<sup>1</sup>

### Resumo

Historicamente excluídas das esferas de poder e dos pleitos eleitorais, as mulheres ainda apresentam participação muito limitada no ambiente institucional e político do País. Para a mulher negra, sujeita a combinados mecanismos discriminatórios de racismo e sexismo, os obstáculos se mostram mais resistentes, demonstrando a hierarquia racial e de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003). A cota eleitoral de gênero que tem por alvo, garantir uma maior participação das mulheres na vida política brasileira, dispõe que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (GROSSI; MIGUEL, 2001). O presente trabalho integrou a ação de extensão intitulada “Manifestações de gênero, raça, sexualidade e religião nas eleições 2014”, com apoio da PROEXT/UFBA. Com finalidade de relacionar dados estatísticos da classificação de cor/raça descritas pelo IBGE, com a representação da mulher negra nas eleições e examinar a cota de gênero nos pleitos, além de pontuar a partir de entrevistas com candidatas negras sobre suas trajetórias políticas e determinadas dificuldades enfrentadas no período eleitoral, este trabalho visa analisar a sub-representatividade parlamentar da mulher negra nas eleições de 2014 e os elementos influenciadores da não equidade na disputa de poder.

**Palavras-Chave: Mulher na Política. Democracia. Eleições. Raça. Gênero.**

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia

### Introdução

O presente artigo fruto do projeto de extensão do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA) intitulado

“*Manifestações de gênero, raça, sexualidade e religião nas eleições 2014*” sob a coordenação dos professores Felipe Fernandes e Mariângela Nascimento, conta com o apoio da PROEXT/UFBA. Levando em conta a novidade dessas eleições que, a partir de uma determinação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) passou a exigir que cada candidato declare a cor/raça segundo a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no registro da candidatura. O artigo propõe apresentar a representação da mulher negra nas eleições de 2014, a partir do acompanhamento dos dados estatísticos e das cotas de gênero, além de analisar a partir de entrevistas e diários de campos, os possíveis fatores que influenciam nas suas candidaturas e inserções no cenário político nacional. Baseado nos dados apontados e nas referências que abordam e refletem sobre a temática, é mostrado que há uma sub-representação da mulher negra nas Eleições 2014 e que fatores podem está relacionados a essa sub-representação.

As candidatas entrevistadas, deputadas a nível Estadual e Federal, são mulheres negras, destas algumas mais engajadas nas questões sociais e que envolvam a igualdade racial e as questões de gênero. Nas suas entrevistas mais do que suas trajetórias políticas, suas vidas pessoais, foram colocadas, essas que diretamente ou indiretamente sempre estiveram relacionadas as suas decisões políticas.

O artigo foi dividido em três subtítulos: Representatividade; A Sub-representatividade das mulheres negras nas eleições; Fatores influenciadores da sub-representação da mulher no cenário político. O primeiro analisa a ideia de representação focando nas duas populações subalternizadas nos processos eleitorais: negros e mulheres. O segundo trata especificamente do objeto desse artigo, a saber, a sub-representação das mulheres negras nas Eleições 2014, trazendo dados estatísticos que comprovam essa sub-representatividade. E o terceiro aponta alguns fatores com referências em pesquisas feitas com

candidatas do Norte/Nordeste e entrevistas com candidatas a deputada do período eleitoral de 2014.

### **I - Representatividade**

Representar significa agir em nome dos representados e de forma responsável assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais. Segundo o Art. 45. da Constituição Federal de 1988, “*A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal*”. Nesse sentido acreditamos que as instituições legislativas devem contemplar a diversidade sócio-cultural brasileira.

Apesar da representação se dizer democrática, é visível uma exclusão política dos grupos considerados “minorias” da população brasileira, principalmente nos cargos de liderança e poder. Grupos marcados pelo gênero, sexualidade, etnia ou raça são numericamente minoritários ou inexistentes nas instituições legislativas. Assim, se levarmos em conta o gênero e a raça, compreendemos que as discriminações e preconceitos historicamente sofridos pelas mulheres e pelos negros ainda persistem fazendo com que os sujeitos desses grupos não desfrutem das mesmas condições que os homens brancos para serem eleitos. Isso nos possibilita melhor observar a situação de desigualdade estrutural e da sub-representatividade das mulheres negras na política.

A palavra sub-representatividade é utilizada para evidenciar/conceituar a pouca ou quase nula representatividade de alguns grupos da sociedade em cargos de liderança e poder nas instituições públicas. Para Anne Phillips (2011) os argumentos correntes a respeito da democracia giram em torno do que podemos chamar de “demandas por presença política” que seria a igual representação de mulheres e homens e de brancos e negros nessas

instituições. Essa presença política é numérica, ou seja, uma proporção paritária entre sujeitos dos diferentes grupos com vistas à inclusão política, principalmente daqueles que começam a se reconhecer como marginalizados, silenciados ou excluídos (PHILLIPS, 2011). Surge assim uma demanda por “paridade” que prevê importância de termos representantes de todas camadas sociais, etnias e grupos, para que estes possam levar uma real perspectiva de justiça social e de direitos humanos às instituições legislativas.

Conceituamos o que entendemos por representatividade porque a partir deste conceito podemos incluir a perspectiva da diversidade. A sociedade brasileira só será plenamente democrática quando as instituições legislativas levarem em conta a diversidade sócio-cultural que a compõe. Além disso, a partir dos conceitos de representatividade e de diversidade podemos prosseguir para a análise dos negros e das mulheres nas eleições.

Diante de uma população brasileira composta em sua maioria por negros e negras, pretendemos analisar como esse grupo é (sub)representado nos cargos políticos brasileiros. Antes disso é importante mencionar que as mulheres negras são sujeitas historicamente à uma dupla discriminação: racismo e sexismo (GONZALES, 1984, p 224). Nesse sentido, se as mulheres são sub-representadas na política brasileira o são duplamente as mulheres negras, uma vez que as brancas não sofrem racismo. O racismo e o sexismo se articulam perpetrando a pouca/quase nula representação das mulheres negras nas diversas esferas de poder, não somente a política. Veremos primeiro os números de negros e negras nas eleições. Depois analisaremos os números de mulheres. Por fim, veremos os números das mulheres negras.

### **I.1 - Negras e Negros nas Eleições**

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do IBGE, o Brasil tem 190,7 milhões de habitantes. Destes 91 milhões de pessoas se classificaram como brancas (47,7%), cerca de 82 milhões se declararam pardos (43,1%) e 15 milhões, pretos (7,6%). Os amarelos chegaram a quase 2 milhões (1,1%) e os indígenas, a 817 mil (0,4%). O movimento negro considera a categoria “negro” como o sujeito político do movimento, sendo que sob essa categoria se encontram aqueles não-brancos, os “pretos e pardos” do IBGE. Como a maioria da população é negra segundo os dados apontados e levando em consideração o sujeito político do movimento negro, tentaremos pensar as eleições 2014, primeira em que os candidatos precisaram declarar a raça/cor. Com esses dados pudemos analisar o período pré-campanha e o período pós-campanha.

Nas eleições 2014, 43,6% dos candidatos se declararam negros. Se a população negra brasileira é de 50,7% vemos aí uma primeira disparidade. Esses 43,6% apontados equivalem a 9.793 candidatos do total de 22.479 candidatos aptos nestas eleições. Deste total 12.503 (55,6%) dos candidatos se declararam brancos, 0,47% se declararam amarelos, e somente 0,35% indígenas. Os dados expressam que além dos negros, os índios, que eram a composição brasileira no período anterior à colonização, estão praticamente sem nenhuma representatividade na política.

Analisados os candidatos eleitos para os cargos de Presidência, Senado, Governo de Estado, Congresso Nacional e Assembleias Legislativas, nas eleições de 2014 em todo o Brasil, a disparidade aumenta ainda mais. Apenas 402 (24%) do total de 1.679 eleitos são negros. Os candidatos eleitos que se declararam brancos somam 1.271 (75,7%). Apenas dois candidatos se declararam indígenas (0,1%) e quatro, amarelos (0,2%). Esse levantamento foi feito pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com base nos dados do TSE, e abrange apenas os candidatos eleitos em primeiro turno. Assim fica nítida a questão sobre a representatividade e sobre o seu conceito dentro da



constituição. O Estado Brasileiro não garante uma representatividade da diversidade sócio-cultural nas instituições legislativas, principalmente se levarmos em conta os dados raciais e étnicos. Assim as demandas e problemáticas na sociedade que envolvem a população negra, podem está comprometidas ou pouco embasadas no seu tratamento.

## **I.2 - Mulheres nas eleições**

Na política o histórico da representatividade do gênero feminino tem sido mínima. Foi apenas em 1932 que as mulheres conseguiram o direito de votar através um decreto do presidente Getúlio Vargas (COSTA, 1998). Mesmo com o direito ao voto e mais tarde com o direito à se candidatar, após o Código eleitoral de 1993, as mulheres ainda permanecem sub-representadas. A entrada das mulheres na política, segundo Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001), tem sido feita a partir da participação em movimentos sociais, como líderes comunitárias, sindicatos, ou, muitas vezes através de relacionamentos familiares, com um homem político de sua rede de parentesco, como pai ou marido. Nesse sentido a disputa eleitoral ainda é uma arena desigual para as mulheres.

O projeto do qual esse artigo é fruto, realizou cursos sobre “Mulher na Política” em algumas comunidades de Salvador-BA, com intuito de debater sobre a questão e entender quais as reflexões por parte dessas mulheres, líderes comunitárias, que eram o público alvo do curso. As falas expuseram indignação e preocupação direta com os bairros resididos, e as suas problemáticas específicas, além de terem uma visão de que os partidos políticos são sexistas, e sem espaço para as mulheres e suas demandas, colocando essas posições como justificativas a não candidatura aos cargos políticos.

Um dos principais avanços para estimular a participação das mulheres na política foram as cotas eleitorais, previstas no artigo 10, §3º, da Lei 9.504/97, que estabeleceu que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. Nas Eleições de 2014 observamos uma maior pressão em relação ao cumprimento das cotas para mulheres, obrigando cada partido à preencher um mínimo de 30% de mulheres nos pleitos, abrindo espaços para as mulheres na política. Vimos ao longo de nossa pesquisa que as mulheres são sempre vistas como aquelas que devem “preencher o mínimo”, nunca vistas como candidatas de fato para o pleito. O caso das eleições para presidente, como veremos, é um caso extraordinário, mas a participação de mulheres na política ainda é um problema crônico em nosso país.

A cota passou a ser obrigatória em 2009 e por uma resolução do TSE permitiu que seja negado o registro da chapa que estiver fora da proporção. Todo esse esforço legislativo ainda não garantiu a paridade de gênero nos processos eleitorais, visto que, em 2014, os reais números referentes às candidaturas legíveis chegou somente 28,62% de mulheres, segundo a Justiça Eleitoral, ficando novamente abaixo do esperado e do exigido pela lei, distanciando-nos muito da real paridade de gênero nas eleições.

Segundo o IBGE 2010, a população brasileira é composta por 97,3 milhões de mulheres e 93,3 milhões de homens o que em números, mostra que no Brasil existem 3,9 milhões de mulheres a mais do que homens. Dos candidatos somente 31%, o que equivalente a 8.120 se declararam mulheres. No entanto nos cargos do Executivo e Legislativo elas representam apenas 12% após o primeiro turno das eleições, com 195 eleitas, os outros 1.417 cargos foram ocupados por homens. E novamente a disparidade nas representações é vista nitidamente pelos dados expostos, as mulheres, maioria da população, ocupam pouco mais do que 10% dos cargos políticos.

Com cargos políticos majoritariamente ocupados por homens brancos, a sub-representatividade da mulher é cada vez mais visível na política do Brasil. Vimos também os negros, também maioria da população, não são representados. Se as mulheres e os negros não são representados, iremos verificar a seguir que as mulheres negras, dentre todos os grupos (levando-se em conta gênero e raça) é o grupo com menor expressividade nas esferas de poder.

## **II - A Sub-representatividade das mulheres negras nas eleições**

A mulher negra, alvo da dupla discriminação - racismo e sexismo - ainda carrega a marca sócio-cultural do período colonial do Brasil, a qual a coloca na maioria das vezes, em trabalhos informais, domésticos e de baixa remuneração, assim por muitas vezes a jornada tripla de trabalho é muitas vezes a única opção, de contribuir com a renda familiar. Segundo Ângela Figueiredo (2008), se o Brasil é um país racialmente desigual, a situação é muito pior para as mulheres negras. Para a autora parte significativa das pesquisas sobre o tema está voltada para denunciar as desigualdades no acesso à educação e os desníveis de renda entre as mulheres negras (pretas e pardas) em comparação com os homens negros e com as mulheres brancas e os homens brancos. Em 2015 ainda vemos que a mulher negra continua em uma situação de subalternidade em relação aos outros grupos da sociedade brasileira. Mostraremos abaixo a sub-representatividade da mulher negra nas eleições de 2014, a qual mesmo com a obrigatoriedade do cumprimento de cotas para mulheres, teve um inexpressivo crescimento em números de mulheres eleitas, de acordo com o esperado.

A Justiça Eleitoral considerou aptas 22.530 candidaturas, das quais 6.449 foram de mulheres. Esse número fez cair à porcentagem para 28,62%, o qual mais uma vez ficou abaixo da cota de 30% prevista em lei. As cotas, foram implantadas para aumentar e estimular

o número de mulheres na política, medidas estas exigidas pelos movimentos feministas pela necessidade da representação da mulher no poder político.

Para melhor compreensão analítica dos dados que serão apresentados, devemos dizer que todas as estatísticas são nacionais e referentes às eleições de 2014. Desta forma analisaremos a representatividade da mulher negra para os cargos de Presidência, Senado, Governo de Estado, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas.

Na candidatura à Presidência no 1º turno, tivemos 11 candidatos, destes 3 foram mulheres, onde somente uma delas se autodeclarou negra, no 2º turno tivemos a disputa entre uma mulher branca e um homem branco (FIGURA 1). Cabe lembrar que as três mulheres que disputaram a presidência não foram coadjuvantes do processo, mas definiram as agendas a serem discutidas com a autoridade que lhes cabia. Infelizmente esse princípio não se mostrou com a mesma eficácia nas eleições para outros cargos, como veremos abaixo. A candidata negra foi Marina Silva, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), um partido considerado de esquerda que segue uma ideologia socialista democrática, mas que, no segundo turno, apoiou a candidatura considerada de direita, do homem branco. Marina Silva se tornou candidata após o trágico acidente de avião com o candidato à presidência Eduardo Campos (um homem branco), do qual ela figurava como vice.

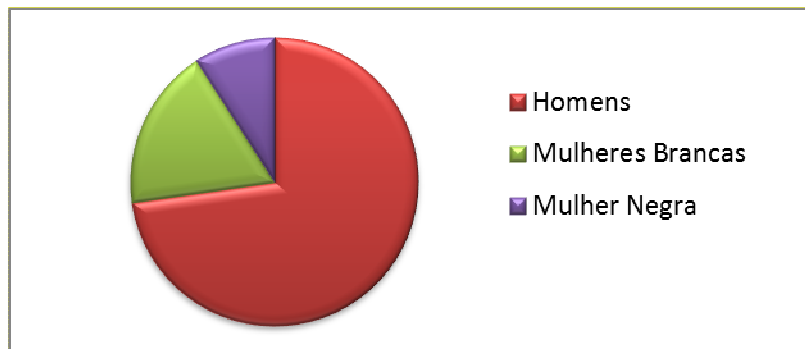


FIGURA 1 - GRÁFICO DOS/AS PRESIDENCIÁVEIS

No Senado, seguiram na disputa 169 candidatos, destes 81,5% autodeclarados brancos, dentre estes 34 foram mulheres, destas 10 negras e 24 brancas (FIGURA 2). Foram eleitos 27 senadores dos quais somente 5 são mulheres, e destas apenas uma se autodeclara negra (FIGURA 2.1). Contando com as seis Senadoras que já cumprem mandato até 2019, somando-se às 5 agora eleitas, as mulheres serão 11 de um total de 81 senadores, ou seja, 13,6% da Casa, o que só reforça a inexpressividade da mulher no âmbito político Brasileiro.

Para o Governo dos Estados, 20 mulheres se candidataram ao cargo, 12 brancas e 8 negras, como resultado do 1º turno nenhuma mulher havia sido eleita (FIGURA 3), já para o 2º turno a disputa seguiu entre a candidata Suely Campos (PP) uma mulher branca, que é ex-vice-prefeita da cidade de Boa Vista e o atual Governador Chico Rodrigues (PSB) um candidato negro, no estado de Roraima. O resultado colocou uma mulher no quadro de Governadores do Brasil, com a vitória da atual Governadora Suely Campos, número muito inexpressivo para o total de Governadores.

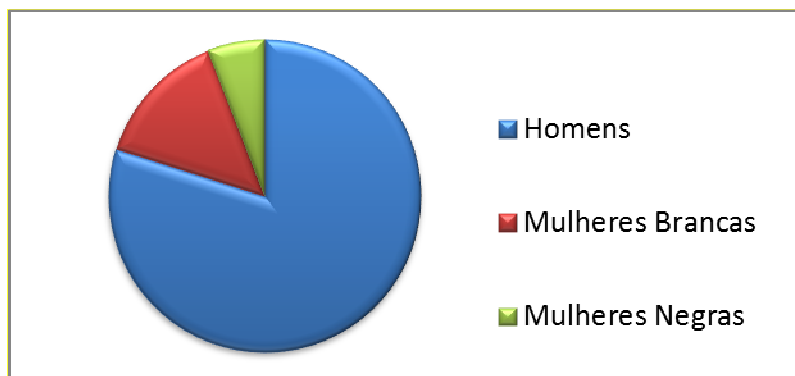


FIGURA 2 - GRÁFICO DAS/OS SENADORAS/ES CANDIDATAS/OS

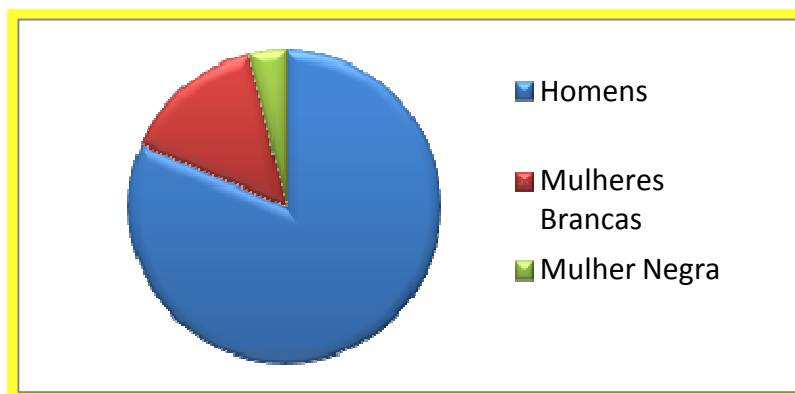


FIGURA 2.1 - GRÁFICO DAS/OS SENADORAS/ES ELEITAS/OS

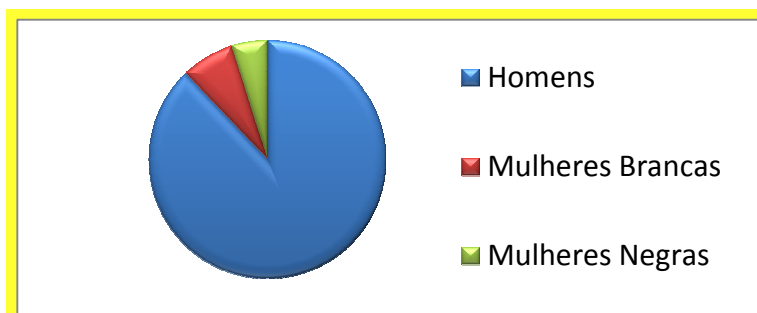


FIGURA 3 - GRÁFICO DO GOVERNO DOS ESTADOS

Ao cargo de Deputadas/os Federais, 1.763 mulheres se candidataram num total de 6.056 candidatos (FIGURA 4). Dos 513 eleitos, 51 são deputadas federais: 41 brancas e 10 negras, das quais 3 são pretas e 7 pardas (FIGURA 4.1). Novamente o que visualizamos é uma sub-representação das mulheres, e principalmente das negras, onde temos 10% das mulheres, ocupando os cargos federais, e delas

temos somente 2% de mulheres negras, em maior número estão as pardas. Dos candidatos à Deputado Distrital, num total de 973 candidatos, 290 são mulheres, e dos 24 eleitos, 5 são mulheres e 19 homens, das 5 mulheres somente uma delas autodeclarada negra (FIGURA 4.2).

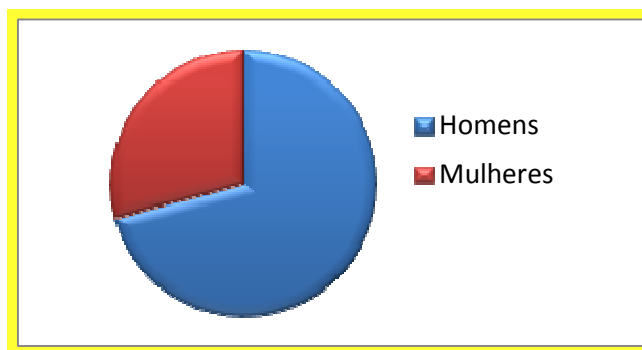


FIGURA 4 - GRÁFICO DAS/OS CANDIDATAS/OS À DEPUTADA/O FEDERAL

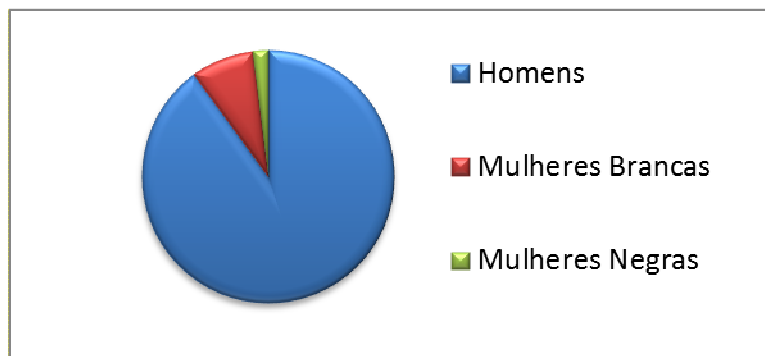


FIGURA 4.1 - GRÁFICO DAS/OS CANDIDATAS/OS À DEPUTADA/O FEDERAL ELEITAS/OS

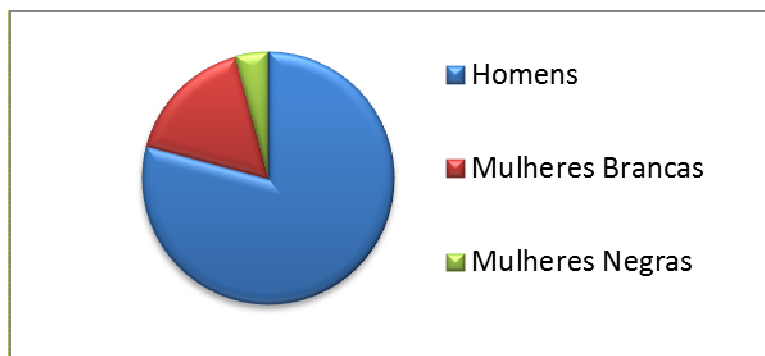


FIGURA 4.2 - GRÁFICO DAS/OS CANDIDATAS/OS ELEITAS/OS À DEPUTADA/O DISTRITAL

Para ocupar o legislativo como Deputadas/os Estaduais, em um universo de 14.596 candidatos, somente 4.222 foram mulheres (FIGURA 5). Dos 1.035 eleitos, 115 são mulheres, onde destas 75 são brancas e 34 são negras: 6 pretas e 28 pardas (FIGURA 5.1). Como observado, é uma representação muito inferior ao desejado, chegando a pouco mais que 10% do total de eleitos, enquanto em relação as mulheres negras, temos em maior número as pardas, e se comparado às mulheres brancas, não chegam nem a metade em expressão numérica.

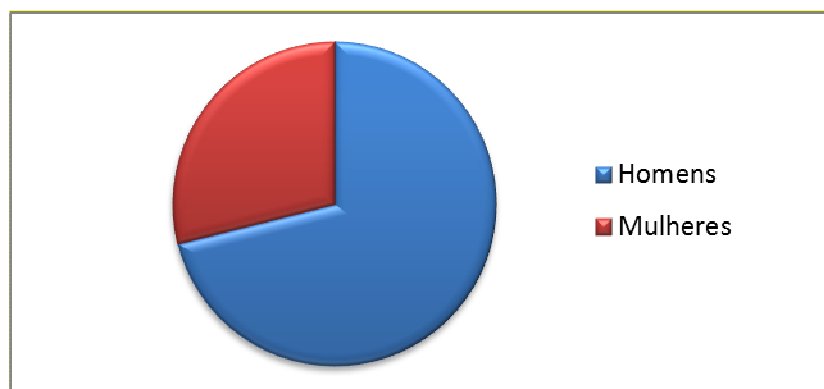
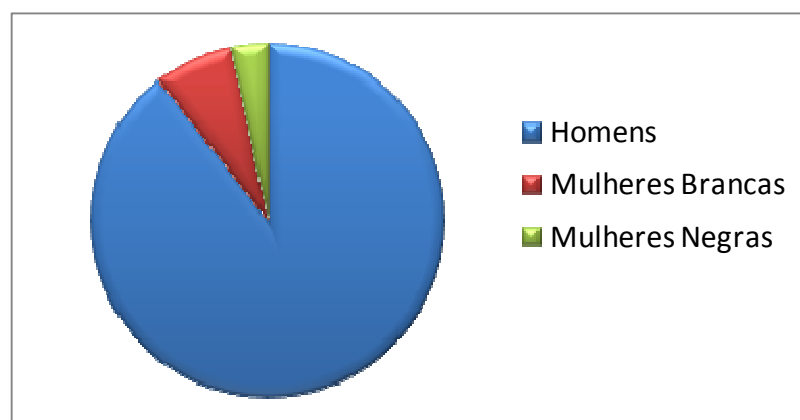


FIGURA 5 - GRÁFICO DAS CANDIDATURAS À



DEPUTADAS ESTADUAIS



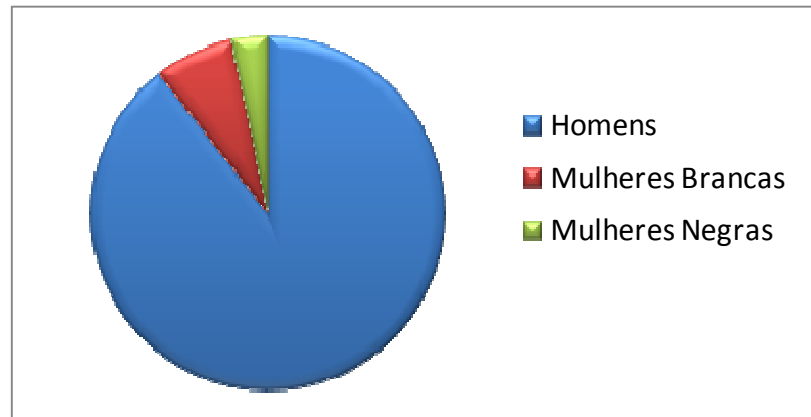


FIGURA 5.1 – GRÁFICO DAS/OS ELEITAS/OS À DEPUTADAS/OS ESTADUAIS

As mulheres negras ainda precisam ser representadas nas instituições legislativas. Observamos que algumas mulheres negras foram eleitas para os cargos do legislativo, cargos em que tivemos maior número de mulheres inscritas. Esse número ainda é baixíssimo se levarmos em conta os dados estatísticos do IBGE para a população brasileira, onde a mulher é maioria. Para o governo e presidência foram observados os menores números de mulheres, e principalmente negras, tanto do pleito, como nas eleitas, e afirmamos que as dinâmicas de apoios, financiamentos de campanha e números necessários de votos, possam ter contribuído para as não candidaturas (e não eleição das mulheres negras). Ressaltamos como muito importante à participação de uma mulher negra como candidata à presidência, uma vez que é a primeira mulher negra (ela também disputou as eleições de 2010) a disputar com chances de ganhar a presidência do Brasil. Infelizmente ela não se mostrou muito aberta às agendas políticas das mulheres e dos negros no Brasil, uma possível causa de seu insucesso nas urnas. A mulher negra diante todos grupos apontados no texto, permanece como a menos representada da população (mais representadas apenas que as populações indígenas que não elegeram nenhuma candidata mulher, e somente dois candidatos), o que nos faz questionar sobre como suas demandas serão pautadas (ou não) dentro do âmbito político, sem a sua real representatividade e olhar neste meio.

### III - Fatores influenciadores da sub-representação da mulher no cenário político

Entrevistando candidatas negras durante o período eleitoral de 2014, e questionando suas trajetórias pessoais e políticas, foi possível perceber o quanto suas vidas estavam conectadas, e como suas escolhas políticas refletiam suas lutas diárias contra o racismo e desigualdade social, que já tinham vivido durante toda sua vida. Mulheres focadas, que se candidataram com pensamento de mudança e luta pelas questões de raça e gênero, pois sentiram na pele o desprezo e desvalorização a mulher negra.

O racismo, já historicizado desde a colonização, se materializa através da agressão física, da discriminação e da agressão verbal (MUNANGA, 1990; GONZALES, 1984). O sexismo por sua vez tem seguido os atos de racismo, dentro dessa desta sociedade matriarcalmente conhecida desde seu surgimento, com a desvalorização permeando os salários bases de mulheres e homens que assumem o mesmo cargo, supervalorizando os homens.

Se modificar a divisão do pensamento da divisão sexual do trabalho, ou tratamento e posições de ocupação das mulheres, é algo questionável dentro desta sociedade. Estabelecer a igualdade de gênero na esfera considerada de representatividade máxima de todos os povos, que é a política, parece algo ainda distante. Estatisticamente comprovada a desigual representação política de mulheres e homens, com as mulheres como maioria da população, observamos alguns perfis e fatores colocados como os “vilões” no ingresso dessas mulheres a esfera política Brasileira.

“Porque não está sendo fácil ser política, porque eu sou contra o dinheiro de empresário na política, porque tira a independência do político, a força que ele tem. Porque quem vai dá três, quatro milhões, sem ter retorno, e no retorno vai querer em dez, vinte vezes mais”

(L.D.V.S – 73 anos). Falando de forma um tanto exultada, a candidata acima afirmar ter encarado sua campanha somente com o financiamento público, essa que infelizmente teve pouca expressividade em cartazes e divulgação, diferente dos grandes políticos com maiores financiamentos. E em busca pela independência política e de ideias, perde a campanha a candidata a Deputada Federal, que não conseguiu a quantidade necessária de votos para assumir o mandato.

O financiamento público não é único fator, as questões familiares, o cuidar dos filhos e locais considerados de “mulher”, ocupam parte do seu tempo, e também são pontos que ficam claros nas estatísticas, onde a maioria das candidatas segundo o Livro REDE Mulher e Democracia de 2008, tem mais de 50 anos, idade onde os filhos já estão criados e independentes, assim possibilitando o ingresso destas as candidaturas. A quantidade de filhos também é colocada como um ponto influenciador, onde são observadas mais candidaturas de mulheres com menor quantidade de filhos, assim como as entrevistadas.

As Candidatas negras entrevistadas seguem destacando a necessidade de políticas públicas para o real atendimento da população e enfatizando em suas falas que “Das poucas mulheres que tem no congresso, a maioria são brancas, as negras são contadas de dedos, e as mulheres devem está em todos os espaços de poderes, não somente no parlamento”(C.M.O – 58 anos), ponto sustentado no artigo a partir da análise estatística que demonstra a sub-representatividade da mulher negra nas esferas de poder.

Essa mesma candidata também sinaliza sobre a realidade vivida pelos negros desde a escravidão “A princesa Isabel assinou a Lei Aurea, mas não assinou nossa carteira, não nos deu moradia, assim como foram dadas aos europeus. As mocamas passaram a ser criadas, depois empregadas e agora buscam ser chamadas de trabalhadoras

domésticas, junto as classes trabalhadoras em direitos”. Para finalizar fala sobre a educação o como machismo é reproduzido desde a infância, a divisão sexista de brincadeiras e trabalhos que é dada a meninos e meninas “Está na hora de desconstruir essa educação machista, racista, capitalista que nos foi dada a séculos” (C.M.O – 58 anos).

Pontuado alguns fatores possíveis influenciadores da não equidade na disputa eleitoral, não podemos deixar de retornar ao principal fator, e qual tem excluído as mulheres das esferas de poder, que é o sexismo. “Partidos que discutem paridade, mas até hoje eu pouco tenho visto candidaturas para valer (...), porque tem aquelas que já foram eleitas, e outras que ainda não conseguiram visibilidade, e o resto são todas laranjas” (P.E.S – 70 anos). “Tem mulher negra que não me representa gente, é qualquer branco e negro que vai me representar? É qualquer mulher negra? Você quer qual é a concepção de mundo que ela tem, se ela está dentro de nossa mesma linha de classe. O projeto é de direita, dos latifundiários, dos empresários, essa mulher não vai me representar. Eles lá tem gente demais para representar” (P.E.S – 70 anos). E retornamos a questão da falta de representatividade quantitativa e qualitativa, em termos de reais ideais e garantias de direitos a população do projeto destinado, o que visivelmente ainda não foi alcançado, ponto que é reiterado pela candidata “temos direitos como mulheres de está em todos os lugares, mulheres negras, brancas, índias, ciganas, muitas delas que se quer são citadas”(C.M.O – 58 anos).

#### **IV- Conclusão**

Durante o período das eleições 2014, em nossa equipe, questionamos com base na mídia as manifestações sexistas, racistas, lesbo-homo-transfóbicas e de intolerância religiosa. Percebemos assim que o racismo ainda é uma realidade na disputa política no Brasil. Ao

observarmos os números, os programas de governos e ter em mãos dados como a autodeclaração dos candidatos sobre raça e cor, conseguimos analisar e direcionar os nossos esforços para melhor compreensão da representação política no Brasil.

Sub-representados foi a palavra para descrever o nível de representação dos negros e das mulheres nas Eleições 2014. Vimos que as mulheres negras foram as mais sub-representadas se comparadas aos homens brancos e negros, e às mulheres brancas. Essa sub-representação é reflexa de um sistema racista mais amplo que sustenta a subalternidade de representação nas esferas de poder, e também nas casas, nos bairros, nas cidades e no cotidiano das vidas dessas mulheres. Somente a partir da pressão de movimentos feministas e negros, com uma aposta no feminismo negro, conseguiremos melhorar as políticas que possibilitem o ingresso de mulheres negras na política para pautar suas demandas. Fechar as brechas preconceituosas e fatores recorrentes de dificultam o ingresso dessas mulheres negras ao cenário político. Aumentar o número é tarefa estratégica, mas não garante o sucesso dessa transformação. As mulheres negras, historicamente excluídas da construção da sociedade brasileira, precisam de estímulo do estado e da família para se politizarem e integrarem as trincheiras da luta pelo fim do racismo, do sexismo e da lesbo-homo-transfobia. Para isso, apoiamos uma Reforma Política que garanta igualdade de oportunidades nas futuras disputas eleitorais no Brasil.

### **Referências Bibliográficas**

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1998.

FIGUEIREDO, Angela. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: **Raça – Novas perspectivas antropológicas**. 2. ed.

Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDFUBA, p. 237-255, 2008.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GROSSI, P. M ; MIGUEL, M. S. Transformando a diferença: As mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**. Ano 9, 2º semestre, p. 167- 206, 2001.

Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). **Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: Desafio à democracia**. Brasília, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Racismo da Desigualdade a Intolerância. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.(4), n.(2), p.(51-54), (abril/junho) 1990.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, Ano 9, 2º semestre, p. 268-290, 2001.

REDE Mulher e Democracia. **A Questão da Mulher na Visão Parlamentar no Nordeste do Brasil**. Recife: Mulher e Democracia, 2008. 19-35 p.

#### Fontes consultadas

ÁGERE ADVOCACY. **Como garantir que as mulheres negras participem da política por meio de cargos e partidos quando tantos dos seus direitos mais básicos lhes são negados?** Disponível em: <<http://www.agere.org.br/mulheres-negras-nas-eleicoes/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

ARRAES, Jarid. **Mulheres negras nas eleições**. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2014/09/12/mulheres-negras-nas-eleicoes/>>. Acesso em: 07 out. 2014.

BRASIL DE FATO. **Eleições Brasil 2014: Para presidenciais, população negra não existe**. 2014. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/institucional/51656-eleicoes-brasil-2014-para-os-presidenciais,-os-negros-nao-existem.html>>. Acesso em: 18 out. 2014.

LIMA, Gustavo. **Representação de mulheres aumenta pouco no Congresso**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/representacao-de-mulheres-aumenta-pouco-no-congresso>>. Acesso em: 07 out. 2014.

LOCATELLI, Piero. **Branços serão quase 80% da Câmara dos Deputados.** Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/politica/brancos-serao-quase-80-da-camara-dos-deputados-3603.html>>. Acesso em: 07 out. 2014.

REIS, Vilma. **Mulheres negras, criminalizadas pelas mídias, violadas pelo Estado Leia a matéria completa em: Mulheres negras, criminalizadas pelas mídias, violadas pelo Estado. 2014.**

Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/mulheres-negras-criminalizadas-pelas-midias-violadas-pelo-estado/#ixzz3GbypsknN>>.

Acesso em: 19 out. 2014.

SILVEIRA, Daniele. **Mulheres:** vozes sufocadas pela violência e boicote eleitoral. Disponível em:

<<http://www.brasildefato.com.br/node/29927>>. Acesso em: 07 out. 2014.

VELASCO, Clara. **Dos 27 senadores eleitos, apenas 5 são mulheres.** 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dos-27-senadores-eleitos-apenas-5-sao-mulheres.html>>.

Acesso em: 07 out. 2014.

## **A MULHER NA POLITICA: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NAS ELEIÇÕES DE 2014.**

*Cristiano Miranda Nogueira*

### **Resumo**

O tema desse artigo é apresentar os resultados da pesquisa sobre a origem do não cumprimento da lei de cotas de gênero nas eleições e a sub-representação da mulher nos poderes Legislativo e Executivo. Seu objetivo é mostrar que ao longo dos dezenove anos, a lei de cotas de gênero pouco alterou a representação da mulher na política, por isso entendemos que as leis por si só são ineficazes. Os recursos metodológicos utilizados (qualitativos e quantitativos) nos forneceram dados importantes para algumas conclusões: a representação política da mulher é desvalorizada e desestimulada; há pouca compreensão política da lei de Cotas pelos partidos; a força do machismo dentro dos partidos, incluído os de esquerda, é muito forte; não há uma fiscalização mais atuante que faça uso de penalizações mais severas contra os partidos que burlam a lei de Cota; muitas mulheres são estimuladas a serem “laranjas” dos partidos. Essas primeiras conclusões nos certificaram que é preciso, além da lei de cotas, mobilizar a sociedade e debater sobre o papel da mulher na vida pública, para que a esfera política não continue dominada pela representação masculina e machista.

**Palavras-chave:** Lei de cotas de gênero. Mulheres. partidos políticos. política.

### **Introdução**

O presente artigo foi resultado das pesquisas no Observatório Feminista das eleições de 2014, projeto de extensão da UFBA. O objetivo desse projeto foi monitorar as mídias e as redes sociais para identificar o comportamento eleitoral e verificar a participação das mulheres nesse processo. Minhas preocupações e estudos foram direcionados para a questão da cota de gênero nas eleições, identificando os problemas que essa Lei tem enfrentado na sua aplicabilidade.



### Participação e representação eleitoral

Nas últimas décadas o Brasil vem acompanhando um crescimento da participação da mulher na política, seja no cumprimento do exercício do voto ou na candidatura a cargos públicos. Ao longo da história política do Brasil, até a década de 30 do século XX, as mulheres estiveram ausentes da esfera política. Antes da década de 30, a nossa República excluiu a mulher da vida política, pois a ela foi negado os direitos políticos de votar e de se candidatar. Esse processo de participação teve início apenas na década de 30, mais precisamente no governo Vargas, quando foi estabelecida a participação da mulher no processo eleitoral, podendo votar e se candidatar. Em 1933, Carlota Pereira de Queiroz é eleita a primeira mulher brasileira à deputada federal.

Após esse primeiro passo, a mulher continuou a viver fora do espaço político institucional, por muitos anos não houve nenhuma mudança significativa no processo de inclusão da mulher na vida pública. Algumas conquistas foram alcançadas, mas sem alterar a estrutura institucional que possibilitassem a efetiva participação política da mulher em cargos públicos, tanto nos âmbitos municipal, estadual e federal. No decorrer da luta das mulheres, outras conquistas foram alcançadas, destacamos a nomeação de Esther de Figueiredo Ferraz para primeira ministra da educação e cultura, em 1982, a primeira candidatura de uma mulher para a Presidência da República, Maria Pío de Abreu, do PN (Partido Nacional), em 1989. Em 1995, Roseana Sarney tornou-se a primeira governadora brasileira. Por último e recente, e mais conhecida de todos nós, a eleição de Dilma Rousseff, a Presidência da República.

Apesar desse breve histórico de conquistas, ainda hoje a mulher tem grandes dificuldades em participar da disputa eleitoral e de se eleger a cargos públicos, principalmente do legislativo, espaço próprio para dar centralidade e visibilidade aos temas que têm se

constituído como bandeiras da luta das mulheres e que precisam ser amplamente debatidos, problematizados e solucionados. Temas como a discriminação e violência contra a mulher, apesar dos avanços como a Lei Maria da Penha, disque 180, delegacia da Mulher e outras iniciativas positivas, não estão sendo suficientes para conter a violência doméstica. A questão da legalização do aborto, por exemplo, está praticamente fora da agenda de discussões no Congresso. As conquistas institucionais obtidas até hoje não apontam soluções para a questão do aborto, deixando milhares de brasileiras sem assistência adequada, levando-as ao óbito. Mesmo tendo uma mulher na maior e principal instância de poder no país, a Presidência da República, ainda existe grande resistência em debater essas temáticas.

Mesmo sendo a maioria do eleitorado (TSE,2014), a mulher está fora do centro do debate público e das decisões sobre as questões diretamente vinculadas à sua realidade. Essas questões acabam sendo debatidas e definidas pelos homens, já que é a maioria no Congresso, e nem sempre essas decisões estão em acordo com o que reivindicam os movimentos feministas.

Apesar dos obstáculos para a participação da mulher na política, ela tem ocupado outros espaços que até hoje são considerados de interesse masculino, a exemplo da economia, educação e saúde, assim avançando, revela habilidade profissional em funções diferentes daquelas que a sociedade patriarcal lhe designou.

Diante desse cenário de conquistas, a sub-representação política da mulher sobressai no rol das impropriedades do sistema eleitoral do país. Lembrando mais uma vez que as mulheres representam mais da metade do eleitorado brasileiro.

Chegamos ao século XXI e as mulheres ainda são educadas para as atividades domésticas e para a família, procedendo assim podem liberar os homens para o mundo da política. Um dos conceitos

que continua sendo referência para explicar e analisar esse fenômeno é a “divisão sexual do trabalho”, conceito que ainda predomina nos debates acadêmicos e, para algumas análises sociológica, é central para explicar a baixa presença da mulher na política – fato comum não apenas na realidade brasileira, mas presente em outras sociedades no mundo.

De acordo com a cultura tradicional e machista, o homem é amplamente associado à esfera da produção, isto é, ao mundo do trabalho formal, cabendo à mulher a esfera reprodutiva, ou seja, todo o trabalho que envolva a reprodução humana, como também o cuidado, o afeto, alimentação, e as demais atividades domésticas necessárias para que as pessoas se mantenham vivas e possam participar das outras esferas sociais: a educação, o trabalho, a política etc.

Ainda que os papéis tradicionais de gênero definam, ainda hoje, os comportamentos, as atitudes e modos de pensar associando a mulher à realidade da casa e o homem ao espaço público, cada vez mais esses papéis estão sendo alterados. Apesar do processo de transformação em curso, as mudanças são muito lentas, por encontrar resistência da sociedade para debater e transformar esse tema em uma questão pública e política. Estamos presenciando, ainda de modo insipiente, a inclusão, nos programas escolares, temas como gênero, raça/etnia e sexualidade, para que seja iniciado um processo de reeducação das novas gerações, visando a convivência com a diversidade social e cultural; portanto, temas como machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa são imprescindíveis à vida escolar para que sejam removida a cultura de preconceito e intolerância, que ainda estão presentes mesmo nas novas gerações. Valores esses reproduzidos na família e consolidados nos ambientes escolares.

O reconhecimento de que os papéis de gênero são construídos socialmente e não um fato natural, e que variam entre culturas, é a

base de rompimento com a cultura machista e naturalista. A ampla participação das mulheres na política será uma resposta ao combate a essa cultura, por isso as forças conservadoras insistem em bloquear o caminho das mulheres ao poder.

Entretanto, são muitas as causas para a baixa presença das mulheres no poder, uma delas é a velha estrutura institucional da política, que ainda não foi desmontada. Ao entrarem na política, a mulher se depara com todo um sistema de valores e de representatividade baseada na figura masculina como centro desse processo, enraizado de machismo e sexíssimo. Essa estrutura torna-se um obstáculo à participação da mulher no campo institucional. É possível constatar a grande presença da mulher nos movimentos sociais, sua participação tem sido, em muitos casos, a força propulsora desses movimentos. Essa participação, no entanto, é limitada e retraída nos espaços institucionais, por exemplo, nos sindicatos e partidos políticos a direção e poder de decisão, com raras exceções, são tomadas pelos homens que assumem os postos de comando.

A discriminação no espaço político não difere das outras esferas de convivência social, há sempre a exigência de que a mulher se comporte segundo os valores e comportamentos fundados na razão, ou seja, baseado numa racionalidade masculina, da qual a mulher não tem acesso e contrária à forma como as mulheres são disciplinadas a ver e sentir o mundo: emotiva e submissa.

No espaço do poder constituído: instituições políticas parlamentares, dirigentes partidários, sindicatos, organização interna das câmaras e assembleias legislativas, se utilizam das concepções conservadoras de gênero para defender a ocupação das mulheres nos lugares considerados mais apropriados à feminilidade, ligados, em geral, às políticas sociais ou a segmentos exclusivamente femininos que tratam das questões próprias às mulheres, e que, geralmente, são consideradas de menor prestígio no campo político.

Nos últimos anos uma das iniciativas políticas que vem para promover as mudanças no campo político e provocar grande impacto em relação a eleição das mulheres, é a discussão sobre a adoção pelo sistema eleitoral de um conjunto de regras que determina os requisitos que um/a candidato/a deve preencher para ser eleito/a ao Poder Executivo ou Legislativo. Com esse conjunto de intervenções o sistema eleitoral sofrerá mudanças estruturais que serão determinantes para ampliar a quantidade de mulheres candidatas e eleitas. As mudanças propostas dizem respeito:

- as regras de financiamento de campanha - visto que mulheres tendem a obter menos dinheiro que homens;

- a forma de organização do sistema de votação de deputados/as federais, estaduais, distritais e vereadores/as – se os/as eleitores/as votam diretamente nos/as candidatos/as (sistema de lista aberta, caso do Brasil) ou nos partidos (sistema de lista fechada);

- a existência de cotas de sexo - que garantam, por exemplo, a alternância de nomes femininos e masculinos nas listas fechadas para impedir que líderes partidários excluam as mulheres das listas.

Essas são algumas propostas para mudar o sistema eleitoral que fazem parte do conjunto da Reforma Política. No capítulo seguinte vamos comentar sobre uma das iniciativas legais para a inclusão da mulher no pleito eleitoral: as cotas de gênero.

### **A Lei é uma ferramenta eficaz para a inclusão da mulher na política?**

O Estado brasileiro vem, há alguns anos, principalmente no meado da década de noventa, realizando a implementação da política de cotas para garantir a presença da mulher no processo eleitoral. Em

1995, a implementação da Lei de cotas (Lei nº 9.100/1995) estabelecia a inclusão de uma porcentagem de no mínimo de 20% das vagas para mulheres na lista partidária. Naquele primeiro momento, a aprovação dessa lei se deu quase que natural e não conflitante durante a sua aprovação. Para a concepção desse processo pacífico para a aprovação da Lei de cotas, que mexe com feridas muito antigas, o autor Bruno Bolognesi (2009) salienta:

Durante a década de 1990, o mundo experimentou a consequência da uma geração de pós-feministas, que não manifestaram a mesma rebeldia apresentada pelas mulheres nas décadas de 1960 e 1970. Essa nova geração cidadãs produtos das conquistas dessa época. Ou seja, faz parte para a nova geração candidatas e eleitas uma nova ordem onde a mulher deve ter seu espaço garantido em todas as esferas sociais. (BOLOGNESI, 2012 p.76 ).

Com a Lei de cotas observou-se que nas eleições seguintes não houve melhoras e que os 20% iniciais não estavam em conformidade com as demandas vigentes. Então, em 1997, esse dispositivo que garantia os 20% foi revisado pela Lei nº 9.504 na qual foi estendida a medida para os cargos eleitos por votos proporcionais, aumentando a participação de 20% para agora 30% no mínimo e no máximo 70% para ambos os sexos, além disso, é necessário salientar, que a lei só estabelecia uma porcentagem e não obrigava os partidos a preencherem essa quantidade citada. Na verdade, o que inicialmente essa lei refletiu foi a concessão por parte do Congresso a uma pressão vinda dos movimentos feministas, mas, no primeiro momento, não houve mudança efetiva no cenário político.

Não podemos negar que a criação da Lei de Cotas foi um avanço, diante da condição de sub-representação da mulher, mas por outro lado, não podemos desconhecer que essa Lei, mesmo implementando uma política redistributiva, não é suficiente e, dado a falta de uma estrutura de fiscalização, acaba mantendo a mesma realidade política. As instituições partidárias não têm cumprido o que

determina a Lei, muitos são os casos de distorções e abusos usando mulheres como candidatas “laranjas” como fachadas.

Parece existir a conivência entre a direção partidária e os representantes do Congresso, que conta predominante com a presença masculina e acaba mantendo o contexto inalterado. Nesse caso, a forma com que a Lei está sendo cumprida pelos partidos políticos, acaba produzindo uma falsa introdução da mulher na política.

Os resultados das pesquisas mostram que a Lei implementada no fim dos anos 90, possibilitou um aumento relativo no número de mulheres na disputa eleitoral. Porém, esse processo é infinitamente pequeno quando comparado a participação masculina e não chega nem a alcançar a metade do mínimo de 30% estabelecido pela Lei de Cotas.

Vejamos alguns dados das eleições de 1994 a 2006 (eleições federais), lembrando que em 1994 ainda não havia a lei de cotas. Nesse caso, só se contabiliza sua participação a parti de 1998:

#### **Distribuição de candidatos por sexo (1994)\***

	<u>Frequência / %</u>	
Feminino:	873	7,2%
Masculino:	11.328	92,8%
Não informado	6	0%
Total:	12.207	100%

\*Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

#### **Distribuição de candidatos por sexo (1998)\***

	<u>Frequência / %</u>	
Feminino:	1.862	12,5%
Masculino:	13.045	87,5%
Não informado	1	0%
Total:	14.908	100%

\*Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

**Distribuição de candidatos por sexo (2002)\***

	<u>Frequência / %</u>	
Feminino:	2.507	14,2%
Masculino:	15.103	85,7%
Não informado	13	0,1%
Total:	17.623	100%

\*Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

**Distribuição de candidatos por sexo (2006)\***

	<u>Frequência / %</u>	
Masculino:	14.856	86,1%
Femenino:	2.390	13,9%
Não informado	13	0,1%
Total:	17.246	100%

\*Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

**Distribuição de candidatos por sexo (1998)\***

	<u>Frequência / %</u>	
Masculino:	14.856	86,1%
Femenino:	2.390	13,9%
Não informado	13	0,1%
Total:	17.246	100%

\*Fonte: Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira/Universidade Federal do Paraná (NUSP/UFPR).

Os dados apresentados nos mostram um aumento ainda não tão significativo como o esperado pela nova lei de cotas como demonstra os números de 1994 até 2006, porém, sem desconsiderar o aumento da participação das mulheres na qual a lei trouxe nesse período.

Com base na Lei 12.034, de 2009, houve uma nova reformulação no sentido do cumprimento das cotas estabelecidas anteriormente, porém, essa reformulação foi mais profunda e bem direcionada, por exemplo, temos a aprovação de 10% do tempo de propaganda partidária (e não eleitoral – proposta essa rejeitada pelos parlamentares do sexo masculino) e a destinação de 5% dos recursos



do fundo partidário para a formação política e o incentivo à participação feminina. Dentre essas aprovações citadas houve a alteração na redação da Lei 9.504 de “deverá reservar” como estava anteriormente para “preencherá...”, ou seja, tornou obrigatório e não mais facultativo o cumprimento do dispositivo legal. Nessa linha, a lei atual superou a exigência de mera reserva de vagas por sexo para determinar o preenchimento obrigatório de no mínimo 30% e no máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Assim, hoje, se uma agremiação partidária se não angariar número suficiente de candidatos homens e mulheres, em observância à cota eleitoral de gênero, não poderá preencher com candidatos de um sexo as vagas destinadas ao sexo oposto. É importante ressaltar que cabe aos partidos políticos cuidar para que, entre seus quadros, haja homens e mulheres em número adequado.

Mesmo com esses avanços dessa última Lei o que se observou foi que as propostas aprovadas praticamente não foram cumpridas pelos partidos políticos. Às vésperas das eleições de 2014, o Ministério Público Eleitoral investiga as denúncias de candidaturas fictícias de mulheres para apenas garantir a cota de 30% de gênero, exigida pela lei eleitoral; troca de candidaturas femininas por masculinas, alegando desistência da disputa; candidaturas fictícias com gastos de campanhas inexistentes ou irrisórios e votação ínfima; candidatura de servidores e servidoras públicas que tem por objetivo garantir apenas três meses de licença remunerada e, por último, candidaturas com documentação incompleta.

O que se vê é que durante os dezenove anos da Lei de Cotas, não foi possível ampliar a participação da mulher na disputa eleitoral, a Lei não consegue dar conta, por si só, de introduzir a mulher em números e igualdade suficiente nesse processo, frente a essa estrutura patriarcal que ainda resiste a qualquer mudança no sentido de viabilizar uma maior participação e voz ativa a mulher nos espaços do poder constituído.

Mostrando um comparativo das últimas eleições de 2010 para a 2014 a mudança no percentual de candidaturas das mulheres, cresceu em relação ao pleito anterior. Com base nos dados preliminares das candidaturas disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, observa-se, no ano de 2014, que as mulheres são 30,5% do total de candidatos a todos os cargos. Elas são 29,1% das candidaturas a deputado estadual (nas últimas eleições nacionais, em 2010, representaram 21,1%), 29,6% das candidaturas ao cargo de deputado federal (19,4%, em 2010), 19,7% dos candidatos a senador (13,3%, no último pleito) e 10,5% das candidaturas aos governos estaduais (em 2010, as mulheres representaram 11% do total). Observa-se, portanto, o aumento percentual nas candidaturas de mulheres em todos os cargos, inclusive nos que não são impactados pela cota (cargos de senador e governador).

### **Conclusão**

Mesmo com alguns avanços da participação da mulher e da implementação de leis específicas que hoje exigem a obrigatoriedade de no mínimo de 30% de mulheres na composição da lista partidária, encontramos a não aplicação e obediência da Lei por parte dos partidos políticos. De certa forma, esse tipo de postura é comum em nosso país, a exemplo da lei Maria da Penha, mesmo com a existência dessa lei, cresce os casos cotidianos de assassinato de mulheres e de violência doméstica.

No mesmo ano da reformulação da Lei de 2009, a bancada feminista composta por gestoras públicas reunidas na Comissão Tripartite para a revisão da Lei de cotas com o acompanhamento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, buscou, junto ao congresso nacional, a aprovação das seguintes medidas: a inclusão do quesito racial nas fichas de candidaturas; tempo de 30% no mínimo para as mulheres nas propagandas eleitorais e partidárias; paridade nas

candidaturas e especialmente muita para os partidos que não cumprirem as cotas estabelecidas. Porém, essas propostas foram logo rejeitadas e, como citado pelas mulheres componentes da comissão, as propostas foram ridicularizadas pelos parlamentares que predominantemente eram do sexo masculino.

O que precisamos é de mecanismos políticos-institucionais que deem uma maior eficácia à Leis de Cotas existente e uma maior participação da mulher nesse processo eleitoral do país, pois só a existência da lei fica comprovada que não funciona, o que se vê é que essa Lei é uma resposta para atender às reivindicações de políticas públicas de igualdade de gênero.

A Lei de Cotas de Gênero, na prática, tem se revelado demagógica e serve de palanque eleitoral de certos políticos para uma falsa demonstração de mudança institucional. Mas na verdade a adoção de cotas, por parte de muitos políticos, acaba por ter esse caráter de manutenção do jogo político e de manutenção desse processo de exclusão de gênero no contexto político e social do Brasil.

#### **Referências Bibliográficas:**

BOLOGNESI, B. *A cota eleitoral de gênero*. 1. vl. Paraná: Paraná eleitoral, 2012. 113-119 p.

Caderno Feminista de Economia e Política – As Eleições de 2004 e a Representação Política das Mulheres no Nordeste. Casa da Mulher no Nordeste, n.2. Recife, 2005.

EM. 2012. Feministas defendem reforma eleitoral para cumprir cotas. Disponível em : <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/11/18/interna\\_politica,330579/feministas-defendem-reforma-eleitoral-para-cumprir-cotas.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/11/18/interna_politica,330579/feministas-defendem-reforma-eleitoral-para-cumprir-cotas.shtml)> . Acesso em: 26 Jun. 2014.

MPF. 2011. Cota eleitoral de gênero. Disponível em: <[http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com\\_content&view=](http://www.presp.mpf.mp.br/index.php?option=com_content&view=)

article&id=589:cota-eleitoral-de-genero&catid=28:grandes-temas-de-direito-eleitoral> Acesso em: 26 Jun. 2014.

SUA PEQUISA. 2009. Participação das mulheres na política brasileira. Disponível em:

<[http://www.suapesquisa.com/pesquisa/mulheres\\_politica.htm](http://www.suapesquisa.com/pesquisa/mulheres_politica.htm)>

Acesso em: 26 Jun. 2014.

TSE. 2010. Eleições 2010. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes>> . Acesso em: 24.Jun.2014.

**Seção Ensaio**

## **PODE A MEDICINA (RE)INVENTAR-SE ANTE O TRANSFEMINISMO?**

André Filipe dos Santos Leite<sup>63</sup>

### **Resumo**

Intervenções psiquiátricas, prescrições endocrinológicas e procedimentos cirúrgicos são elementos costumeiramente levantados quando pensamos na relação entre medicina e as experiências de vida trans. Entretanto, seriam essas as únicas possibilidades de relação possíveis? Poderia o transfeminismo oferecer outros cenários de relação entre a medicina e as experiências trans? Ou melhor, poderia a medicina (re)inventar-se ante o transfeminismo? Movido por tais questionamentos, objetivo com esse ensaio oferecer uma torção do aparato médico através de marcos transfeministas, em dois movimentos: inicialmente convocando a medicina a reconhecer o quanto ela própria está implicada com as normas de gênero e os padrões cisnormativos vigentes; e em seguida, trazendo a pauta da despatologização das experiências trans como uma aposta ética, no bojo da própria medicina. Movimentos que permitem não só pensar outras formas de relação da medicina com as experiências trans, mas também ressignificar outras esferas da atuação médica, encenando outros possíveis de saúde.

**Palavras-chave:** Transfeminismo. Medicina. Despatologização.

### **I. Notas introdutórias: articulações possíveis entre medicina e transfeminismo**

Por vezes, perlutan, acetato de ciproterona, gestadinona, cipionato de testosterona e cicloprimogyna. Algumas vezes, redesignação sexual, metoidioplastia, feminilização facial, mamoplastia masculinizadora e implantação de próteses mamárias de silicone. Mas ainda sempre, “transexualismo”, “transtorno de identidade de gênero”, “travestismo bivalente”, “travestismo fetichista” e “disforia de gênero”. Esses são elementos que a todo o

---

<sup>63</sup> Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe (DME/UFS). Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa “Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais” (GESEC/UFS/CNPq). Bolsista do PIBIC/CNPq. Estagiário de Psiquiatria no CAPS Jael Patrício. E-mail: [andrefslite@yahoo.com.br](mailto:andrefslite@yahoo.com.br)

momento são movimentados e trazidos quando se ousa falar sobre as experiências de pessoas trans dentro do campo das ciências médicas, como se as relações entre medicina e as experiências de gênero se resumissem e esgotassem nos procedimentos – endocrinológicos, cirúrgicos e psiquiátricos – que a medicina encena sobre os corpos dessas pessoas. Mas será que essas são as únicas conexões possíveis entre medicina e as experiências trans? Será mesmo, que essas pontes (im)possíveis se resumem a esses elementos que reduzem o campo de significação e de relação da medicina com as experiências trans a procedimentos e protocolos biomédicos, que muito mais respondem as normas de gênero vigentes, do que a um projeto de cuidado em saúde integral dessas pessoas?

E se invertemos a lógica de significação e ao invés de considerarmos como absoluto aquilo que a medicina diz sobre as experiências trans, nos perguntarmos o que as pessoas trans tem a dizer, ou melhor, a ensinar para a medicina? Seriam outras epistemologias – além da biologia -, possíveis para o campo médico? O que então um movimento político tão recente, como o transfeminista, tem a dizer sobre uma instituição milenar que tem sua gênese – mítica – na teoria dos humores de Hipócrates? Essas são perguntas, que de modo algum tenho a ousadia ou pretensão de tentar responder ou resolver com este breve ensaio, mas a partir das quais pretendo delinear possibilidades de suturas entre a medicina ocidental contemporânea e o movimento transfeminista, de modo a encenar uma torção transfeminista do próprio aparato médico.

Se o transfeminismo aparece fundamentalmente como um movimento político que pretende criticar o cissexismo<sup>64</sup> e as normas

---

64 Qualquer tipo de discriminação baseada na noção de que só existem dois gêneros binários: masculino e feminino, e que as pessoas devem estar obrigatoriamente alinhadas dentro de um desses dois, de preferência aquele que lhe fora designado ao nascer. Para mais informações ver Hailey Alves (2012).

de gênero<sup>65</sup> (JESUS; ALVES, 2010; JESUS, 2014), sobre os quais as sociedades ocidentais têm contemporaneamente se fundado, uma articulação entre medicina e transfeminismo – como pretende esse ensaio – tem por objetivo fazer a medicina deglutir essa crítica, e perceber o quanto ela própria opera a partir de referenciais cissexistas e de marcos generificados. Essa articulação opera, portanto no nível da torção, uma torção transfeminista da medicina, ou seja, de fazê-la, em uma espécie de metalinguagem, pensar sobre si mesma, a partir dos marcos do feminismo transgênero. Poderia então o dispositivo da medicina, nessa torção, dizer outra coisa não só sobre os corpos das pessoas trans, mas dizer outra coisa sobre si mesmo? De instrumento atravessado por normas de gênero e tecnologias de criar pessoas em conformidade com os padrões cis, poderia a medicina nesse encontro com o transfeminismo (re)pensar suas formas de atuar? Questões que movem essa escrita e seguem no sentido de deslocar os fios que historicamente suturaram as relações entre medicina e experiências trans a um campo de intervenção biomédica da primeira sobre a segunda.

Considerando, que o transfeminismo tem como um dos objetivos mais sensíveis assegurar que as pessoas trans tenham o “o direito exclusivo de tomar decisões sobre [seus] próprios corpos, e que nenhuma autoridade política, médica ou religiosa viole a integridade de [seus] corpos contra [sua] vontade ou impedir [suas] decisões acerca do que faze[m] com eles (KOYAMA, 2001, p. 2)”, a luta pela despatologização das experiências trans, é então trazida como situação exemplo desse movimento de torção transfeminista da medicina, que a faz voltar-se para si mesma repensando seus saberes e fazeres. O que doravante argumentarei, é que a patologização das experiências trans, se dá porque a própria medicina está atravessada tanto pelas normas de gênero quanto por uma forma de pensamento cissexista e que

---

65 Refere-se a uma regulação dos sujeitos a partir de ideais de masculino e feminino que supõe uma complementariedade heterossexual dos corpos e determinam o que é considerado ou não inteligivelmente humano. Para mais informações ver Judith Butler (2004).



colocar a despatologização dessas identidades na agenda da própria medicina é um imperativo ético, dado que outrora – e ainda hoje – tal patologização foi – e é – movimentada pela própria medicina. Colocar a despatologização como uma luta política da própria medicina é torcer sua própria lógica de funcionamento, pois a conclama tanto a assumir o quanto está ela mesma permeada pelas normas de gênero quando toma o gênero como categoria diagnóstica, quanto conclama a própria medicina a repensar isso que ela tem chamado de doença, encenando outros possíveis em saúde.

## **II. Gênero, uma categoria diagnóstica: cenários atuais da patologização das experiências trans**

A inclusão oficial das experiências trans no rol da patologia rememora o ano de 1980, quando a terceira versão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III), editado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), cria a categoria diagnóstica de “Distúrbios de Identidade de Gênero”. Mesmo em suas subseqüentes edições, o DSM-IV, de 1994, o DSM-IV-TR, de 2000 e o DSM-V, de 2013, a definição das experiências trans como elementos da psicopatologia, ainda permanece, mudando apenas a nomenclatura do transtorno, à medida que o manual é atualizado. Assim, no DSM-IV e no DSM-IV-TR a transexualidade aparece como “Transtorno da Identidade de Gênero” e à travestilidade cabe a nomenclatura de “Travestismo Fetichista”. Já no DSM-V, as transexualidades recebem a alcunha de “Disforia de Gênero” e as travestilidades passam a ser nomeadas como “Transtorno Transvético”, contudo os códigos diagnósticos permanecem os mesmos.

Se as experiências trans – especialmente as transexualidades e as travestilidades – são incorporadas pelo DSM, já desde sua terceira edição, elas só vêm figurar nos manuais da Classificação Internacional de Doenças (CID), - que é editada pela Organização Mundial de

Saúde (OMS) – em sua última e mais recente versão, a CID-10, de 1992, que em seu Capítulo V, dos “Transtornos Mentais e do Comportamento”, inclui nos chamados “Transtornos da Identidade Sexual”: o “Transexualismo”, o “Travestismo Bivalente”, o “Transtorno de identidade sexual na infância”, “Outros transtornos de identidade sexual” e o “Transtorno não especificado da identidade sexual”. Além do DSM e da CID, ainda existe um terceiro protocolo, conhecido como “Standards Of Care For Gender Identity Disorders” (SOC), que é editado pela associação norte-americana Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIIGDA), e está em sua sétima edição. Ao contrário do CID e do DSM, que se dedicam a catalogar todas as experiências trans como transtornos, o primeiro no âmbito da clínica geral e o segundo no escopo da psiquiatria, o SOC, reúne um conjunto de orientações sobre o manejo geral - psiquiátrico, clínico, cirúrgico e psicológico - exclusivamente das transexualidades.

No contexto nacional, esses três manuais, - notadamente o primeiro -, são incorporados pelas instâncias médicas brasileiras de modo a encenar um gerenciamento tupiniquim, dessas experiências. Assim, é do Conselho Federal de Medicina (CFM), a primeira regulamentação brasileira a orientar quanto aos cuidados em saúde das pessoas trans, a então resolução CFM nº 1482/97, versa principalmente sobre a cirurgia de transgenitalização e atrela as demandas por alterações cirúrgicas à necessidade de confirmação do diagnóstico psiquiátrico de “transexualismo”, o que permanece inalterado nas resoluções posteriores do CFM sobre o mesmo tema: a CFM nº 1.652/02 e a CFM nº 1955/10. O que exclui, dos processos de cuidado em saúde, outras experiências trans que não demandam a cirurgia de transgenitalização. Com base nessas normativas, é que o Ministério da Saúde (MS) brasileiro implementa em 2008, a portaria 1.707 que instaurou o chamado Processo Transexualizador na esfera do Sistema Único de Saúde, que garante o atendimento em saúde público e gratuito para essas pessoas, apesar de algumas debilidades, tais como: a necessidade do diagnóstico psiquiátrico, para se ter

acesso aos cuidados em saúde; e o caráter excludente do programa, por apenas considerar as pessoas transexuais, deixando de fora outras pessoas trans, como as travestis.

De uma forma ou de outra, seja a nível internacional, com os três documentos principais que patologizam as experiências trans – DSM, CID, SOC -, seja, a nível nacional com as normativas do CFM e do MS, que reiteram o caráter patológico das experiências trans e encenam possibilidades de intervenção sobre esses sujeitos; as pessoas trans são construídas como sujeitos portadores de um conjunto de indicadores psicopatológicos comuns – como se suas experiências não comportassem pluralidades e reproduzisse um modelo único e apreensível – que as posicionam como transtornadas do gênero (ÁRAN; MURTA, 2009). Os critérios utilizados em todos esses protocolos, para inscrever as experiências trans como patologia, respondem em primeira instância a um sistema cisnormativo que exige uma correspondência inequívoca entre homem/pênis e mulher/vagina e em segunda monta também respondem as normas de gênero, pois exigem das próprias pessoas trans uma encenação fidedigna das performances hegemônicas de gênero.

De tal modo, a inscrição diagnóstica das experiências trans como patologia responde muito mais as normativas cissexistas e de gênero, do que a sinais propedêuticos ou sintomas clínicos. Em última instância, tal característica, aponta para o quanto a medicina é ela própria uma instituição cisnormativa e generificada. Afinal, se a medicina parte de um modelo de gênero que calcado na cisnorma conjuga comportamentos culturais que historicamente assimilaram marcas de gênero ao longo das sociedades, como critérios diagnósticos para produzir evidências sobre os “transtornos de gênero”, é porque o próprio sistema médico – especialmente a psiquiatria – está enredado nas teias das (cis)normatividades de gênero. Assim, fazer a medicina perceber o quanto ela própria, está permeada por esses ideais, parece ser uma aposta potente, de

reestruturação do próprio campo médico a partir de uma implosão transfeminista da própria medicina.

Ao se perceber mergulhada nessas lógicas discursivas, a medicina pode fazer ao estilo das células eucariontes, uma espécie de autofagia axiológica, e então ressignificar seus modos de agir, levando em consideração sua própria implicação nesse processo. Fazer a própria medicina perceber seu envolvimento no projeto que exige das pessoas trans um comportamento rígido, adequado a normas de feminilidade ou de masculinidade, implica um movimento de ressignificação de sua própria prática, o que por sua vez, possibilita vislumbrar que as experiências trans não necessariamente representam sintomas clínicos fixos, mas encenam inúmeras possibilidades de existência. Por fim, é importante frisar que não pretendo nenhum projeto político de salvação ou redenção da medicina, mas, sim uma aposta ética que compreende que as alternativas, os olhares de outros modos, avessos e estranhos, precisam também ser construídos desde dentro, no entre-lugar das coisas, ali nas zonas de impurezas e incertezas.

### **III. Despatologização das experiências trans: um imperativo ético para a medicina**

Como um campo que contribuiu e ainda contribui para a patologização das experiências trans, pode ele mesmo oferecer possibilidades para a construção de novos campos de inteligibilidade, dessas pessoas, que escape do estigma da doença? Não seria esse um movimento, no mínimo paradoxal? Talvez seja, mas apenas se uma outra pergunta for positiva: é a doença o principal objeto da medicina? Se assim for, todo este ensaio se esvai, e podemos inclusive terminá-lo por aqui. Mas se não for a doença o elemento primordial da medicina, possibilidades de ação se desdobram nesse contexto. Assim, baseado em autores como Charles Tesser (2004), Anita Bernardes (2012) e

Emerson Merhy (2013), ousa dizer, que mesmo que a medicina ainda funcione baseada em alguns pressupostos biomédicos, o elemento principal de sua *praxis* é o cuidado em saúde, entendido como um movimento que estabelece emaranhados político-discursivos heterogêneos e imprevisíveis.

Se então, a epistemologia médica deve se direcionar para a ideia de cuidado e não para a ideia de doença, um horizonte se abre e possibilidades potentes de se encenar dentro do próprio aparato médico movimentações para a despatologização das experiências trans, surgem. Se em um primeiro momento o transfeminismo chama a medicina para se torcer e perceber-se mergulhada em marcos cissexistas e marcas de gênero, solicitando que a própria medicina leve em consideração esse seu lugar no momento de produção de suas práticas e saberes. Agora, o transfeminismo propõe a medicina um exercício mais radical, o de ressignificar seu próprio estatuto epistemológico, se autores como Nikolas Rose (2013) e Kenneth Camargo Jr (1997), já apontavam para essa necessidade da medicina superar o modelo biomédico<sup>66</sup> pautado na doença, o transfeminismo soma-se a esse coro e amplifica essa voz, apontando para a necessidade da medicina tomar as experiências trans a partir da ideia de cuidado, e não mais de doença.

Se, conforme argumento nesse ensaio, a passagem da noção de doença, para uma noção de cuidado, representa uma pauta ética para a medicina contemporânea, nesse bojo, a própria despatologização das experiências trans se transforma também em desafio ético para a ciência médica, afinal o estatuto de patologia que as identidades trans possuem, vai à contramão desse ideal de cuidado. Esse movimento de implicar-se com a despatologização, solicita que a medicina leve em consideração que as narrativas das pessoas trans comportam

---

66 O modelo biomédico representa uma forma - cartesiana - de operar na medicina que entende o corpo como máquina, a doença como defeito e o médico como mecânico que vai resolver o defeito/doença quando do seu surgimento. Para mais informações ver Kenneth Camargo Jr (2007).

multiplicidades de experiências e encenam subjetividades diversas que impedem qualquer desejo classificatório fundamentado em características que universalizam as pessoas trans.

Contudo, vale lembrar que se a medicina é um aparato biopolítico por excelência, conforme discorreu Foucault (2012), não é de uma hora pra outra que fugiremos dessa lógica de funcionamento, que é inclusive constitutiva da própria instituição médica. Mas, também não podemos deixar de perceber que ao encenarmos desterritorializações dessa regulação biopolítica dos corpos, podemos também fomentar um pouco daquilo que o próprio Foucault (2011) chamou de resistência, ou seja, uma forma de criar possibilidades de existência a partir de composições de forças inéditas, dentro do próprio aparato discursivo do poder, neste caso bio-poder. Assim, nesse cenário, resistir, como força de mudança que aponta para o novo e engendra possibilidades de vida, é fazer pensar no bojo da própria medicina a multiplicidade, os atravessamentos e a potência que as experiências de gênero, outrora denominadas como transtorno, podem encenar. É trazer aquilo que nos modos de existências e performatividades trans aparecem como anormalidade para o campo de uma outra prática política em saúde, marcada pelas identidades móveis e plurais, ou nos termos da Fátima Lima (2014), reivindicar uma “euforia do gênero”.

Outra ressalva a ser feita, é que não há apenas um modelo para o processo de despatologização das experiências trans, mesmo porque ainda nas linhas de Foucault (2011), as resistências são sempre mutáveis e estão sempre se refazendo segundo as atualizações dos poderes. Assim, podemos ir desde um projeto radical de despatologização que tente acabar com toda e qualquer tutela médica dessas experiências, até possibilidades de desterritorialização que resignifiquem o papel do médico nesse processo, um exemplo, seria a retirada do médico do lugar de juiz imparcial, que vai separar os “transexuais verdadeiros” dos “transexuais falsos”. Assim, ao invés de

ser o médico aquele quem decide - a partir de protocolos e diretrizes clínicas rígidas, que exigem dos sujeitos uma uniformidade de comportamento - por quais procedimentos as pessoas trans devem passar, o médico permitiria que as próprias pessoas trans decidissem como desejam vivenciar suas experiências e seus corpos, cabendo-lhe apenas informar a essas pessoas todas as possibilidades existentes de procedimentos e deixando as próprias pessoas trans, escolher conforme sua vontade – e não a partir da fixidez de protocolos – quais procedimentos desejam. Isso que aponto, não é nenhum projeto utópico, ou impossível de ser realizado, exige apenas um comprometimento ético, uma ressignificação de seu papel profissional e uma aposta na autonomia e protagonismo dos sujeitos.

Uma crítica corrente ao movimento de despatologização, é que ao se retirar o estatuto de doença, das experiências trans, haveria a possibilidade de se perder alguns direitos já conquistados, como o acesso gratuito ao processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (ALMEIDA; MURTA, 2013). Contudo, vale ressaltar novamente que os cuidados em saúde, não devem se pautar na noção de doença, assim sendo não haveria motivo das experiências trans continuarem figurando como patologia, para que se possa ter direito aos cuidados em saúde, mesmo porque, em um exemplo bem simples, a gravidez não é doença e conta com um serviço especializado de atenção. Além do que, a patologização desconsidera as multiplicidades de existências dos sujeitos, e impõe um modelo para se pensar as identidades trans como experiências catalogáveis, curáveis e passíveis de normalização (BENTO, PELÚCIO; 2012). Dessa forma, acho potente a indicação do André Oliveira (2014, p. 99): “porque não buscar alternativas para sustentar o atendimento integral das pessoas (transexuais) brasileiras pelo SUS sem vinculação direta de sua existência ao marco da doença?”.

Amets Suess (2010), coordenador da campanha internacional “Stop Trans Pathologization”<sup>67</sup> argumenta inclusive que a despatologização das experiências trans, não visa descartar o direito ao atendimento médico para intervenções corporais, nem muito menos interromper a cobertura de tais intervenções pelos sistemas públicos de saúde. O que se critica é a falta de protagonismo das pessoas trans nesse processo, cujas singularidades são desrespeitadas; e a necessidade incoercível de um diagnóstico psiquiátrico estigmatizante para se ter acesso a esses procedimentos. Assim, acompanhamento psiquiátrico, terapia psicológica, hormonização, procedimentos cirúrgicos e estéticos de quaisquer tipos são sim importantes e não são incompatíveis com a luta pela despatologização. A questão é que tais procedimentos devem ser demandados pelos sujeitos e não impostos por protocolos médicos, que apagam as particularidades dos sujeitos e exigem um comportamento específico dos mesmos. Tais procedimentos devem estar à disposição das pessoas trans, e estas é que devem decidir o que mais lhe interessa, e não interligados em uma espécie de combo mágico, nem muito menos um deve ser pré-requisito para se ter direito ao outro.

Num momento em que esse ensaio se aproxima do fim, cabe considerar ainda, que pensar a medicina, conectada a ideia de cuidado, - e não mais a ideia de doença – possibilita um exercício ético do médico de se colocar como instrumento para o outro, e não de transformar o outro em instrumento, um exercício que pode ser transposto, para pensar as relações da medicina com outras possibilidades de existir. Ao propor esse ingurgitamento de alguns marcos transfeministas pela medicina, possibilitando pensar temas como desterritorialização de posições de poder, pluralidades de existências que não se reduzem a protocolos e protagonismo do sujeito “paciente” no processo do cuidado; podemos transbordar essas possibilidades para outros espaços, que assim como as experiências

---

67 A “Stop Trans Pathologization” é uma campanha internacional que desde 2009 tem por objetivo a despatologização das identidades trans.



trans, se encontram resumidos a protocolos clínicos, orientações epidemiológicas e formatações patológicas

Assim, o exercício que aqui encenamos pode facilmente ser transposto para outras esferas de atuação médica, encenado outros possíveis de saúde. Podemos a partir desses marcos pensar o pânico moral sobre as pessoas em (ab)uso de drogas, os estigmas às pessoas em situação de prostituição, a infantilização dos considerados “enfermos mentais”, a prática de culpabilização de pessoas obesas, a violência obstétrica a que muitas gestantes são submetidas, e de um modo geral a falta de autonomia e protagonismo de diversos pacientes. Assim, ao fazer o campo da medicina criar novos campos de inteligibilidade, novas narrativas possíveis, abre-se espaço também para se pensar o outro no campo da medicina. É para as polifonias de existência que esse ensaio pretende apontar, ou dito de outro modo, para uma medicina implicada com uma política das diferenças.

### Referências

ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. **Sex., Salud, Soc.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 380-407, 2013.

ALVES, Hailey. Introdução ao transfeminismo. 2012. Disponível em: <http://transfeminismo.com/introducao-ao-transfeminismo/>. Acesso em: 28 de março de 2015.

ÁRAN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

BERNARDES, Anita. Cartografia de práticas de cuidado. **Psicologia & Sociedade**. v. 24, n. 3, p. 701-709, 2012.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004

CAMARGO JR, Kenneth. A Biomedicina. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 45-68, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

JESUS, Jaqueline. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

JESUS, Jaqueline; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais. **Cronos**, Natal. v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010.

KOYAMA, Emi. **The transfeminist manifesto**. 2001. Disponível em: <http://eminism.org/readings/pdf-rdg/tfmanifesto.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2015.

LIMA, Fátima. Manifesto por uma euforia de gênero In: LIMA, Fátima (Org.). **Corpos, Gêneros, Sexualidades: Políticas de Subjetivação**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

MERHY, Emerson. **Trabalho, produção do cuidado e subjetividade em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013.

OLIVEIRA, André. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In: JESUS, Jaqueline (Org.). **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

ROSE, Nikolas. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

SUESS, Amets. Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In: MISSÉ, Miguel; COLL-PLANAS, Gerard. (Org.). **El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad**. Barcelona: Egales, 2010.

TESSER. Charles. **Epistemologia contemporânea e saúde: a luta pela verdade e as práticas terapêuticas**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

**“QUE HORAS ELA VOLTA?” E “DOMÉSTICA” - UMA  
ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO TRABALHO  
DOMÉSTICO FEMININO REMUNERADO NO CINEMA  
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

Jeferson Reis Santos

**RESUMO**

Este trabalho busca trazer algumas reflexões sobre a representação do emprego doméstico feminino no cinema contemporâneo brasileiro a partir dos filmes “Que Horas Ela Volta?” (*Anna Muylaert, 2015*) e “Doméstica” (*Gabriel Mascaro, 2012*); por serem de gêneros diferentes, ficção e documentário, foi necessário levantar uma discussão sobre as diferenças e aproximações destes diferentes produtos cinematográficos. Entender a produção fílmica como parte do contexto histórico-político-social levou o autor a traçar um breve panorama historiográfico do cinema no Brasil. As questões de gênero presentes no filme são cruzadas com os trabalhos de Ana Alice Costa, Simone de Beauvoir, Nancy Fraser e Christine Delphy.

**Palavras-chave: Gênero. Cinema; Emprego. Doméstica. Trabalho.**

**ABSTRACT**

Some reflections on the representation of homemaker employment on contemporary brazilian cinema with the movies “Que Horas Ela Volta?” (*Anna Muylaert, 2015*) and “Doméstica” (*Gabriel Mascaro, 2012*) was proposed in this article; it was necessary to talk about the differences between fictional movies and documentaries. Also, there is a brief history of brazilian cinema. The reflections on gender questions was based on works by Ana Alice Costa, Simone de Beauvoir, Nancy Franser and Christine Delphy.

**Palavras-chave: Gender. Cinema. Employment. Housemaker.**

**Introdução**

Este trabalho visa analisar as representações do trabalho doméstico em duas produções recentes do cinema brasileiro e as suas interseccionalidades com os estudos de gênero, tendo nos trabalhos de Joan Scott e Ana Alice Alcantara Costa um importante arsenal teórico

para entendermos a importância do gênero em nossas análises e como ele, o “gênero”, se relaciona profundamente com o mundo do trabalho; assim como a produção intelectual de Simone de Beauvoir nos ajudará à entender os motivos que tornam o emprego doméstico majoritariamente feminino; além da análise de como o feminismo dentro de uma lógica liberal pode hierarquizar diferentes mulheres, a partir da leitura de Nancy Fraser.

Os dois filmes que servirão como objetos de análise são de diferentes gêneros cinematográficos, um filme-documentário e um filme de ficção, o que criou a necessidade de levantar as especificidades de cada um destes formatos, tendo como referencial o trabalho de Bill Nichols, Jacques Aumont além de uma análise sobre o hibridismo no cinema a partir das ideias de Maria Helena Braga e Vaz da Costa; além de oferecer ao leitor uma rápida historiografia da produção cinematográfica no Brasil a partir do trabalho de Hilda Machado, Fernão Pessoa Ramos, Esther Hamburger, Leonor Souza Pinto, André Piero Gatti e Bruno Surian Ramos.

A situação das empregadas domésticas tem sido assunto amplamente discutido em diversos setores da sociedade, tendo o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), em 2006, reeditado a cartilha “Trabalho Doméstico – Direitos e Deveres”, publicada inicialmente em 2004 e em 2005. A própria apresentação da cartilha feita pelo então ministro Luiz Marinho define reedição da cartilha como um ato reconhecimento à importância dos trabalhadores domésticos no mercado de trabalho brasileiro. Temos também a lei complementar 150 de 01/06/2015 que regulamentou a Emenda Constitucional 72/2013, conhecida como PEC (Projeto de Emenda à Constituição) das domésticas, que tem sido alvo de amplo debate sobre os interesses das trabalhadoras domésticas e dos seus patrões e patroas.

“Que Horas Ela Volta?” dirigido por Anna Muylaert e “Doméstica”, de Gabriel Mascaro, surgem neste contexto, levando o

trabalho doméstico ao cinema e trazendo as empregadas domésticas, comumente personagens coadjuvantes, para os papéis principais.

### **Ficção, Não-ficção e Hibridismo no cinema**

Ao pensarmos em filmes de ficção e não-ficção podemos conceber, inicialmente, um enorme distanciamento entre os dois gêneros; as afirmações “Todo filme é um documentário” (NICHOLS, 2005, p.26) e “Qualquer filme é um filme de ficção” (AUMONT e colaboradores, 2011, p.100) desafiam as nossas ideias pré-concebidas sobre os limites que supostamente distanciariam estas diferentes produções cinematográficas. Em seu argumento, Nichols (2005) classifica os filmes em dois tipos:

iv. Documentários de satisfação de desejos: Normalmente chamados de “filmes de ficção”, expressam os desejos do cineasta. Este tipo de filme busca oferecer ao espectador um “mundo plausível”, suspendendo a incredulidade do público.

v. Documentários de representação social: São os “documentários”. Este gênero de filme fornece ao espectador a apresentação de objetos que, mesmo em casos que não são parte do cotidiano do espectador, são identificáveis como uma representação da realidade. Além da suspensão da incredulidade, como nos filmes de ficção, há um apelo muito forte dos documentários em pretender-se enquanto verdade, implantar a crença no que está sendo representado.

Além desses aspectos, existe uma diferença significativa entre os indivíduos participantes de um filme de ficção e de um documentário. Nichols problematiza o tratamento dispensado aos

atores de um filme de ficção e de um documentário evidenciando a maneira pela qual é possível obter o que se deseja incorporar ao filme:

Nos filmes de ficção, a resposta é simples: pedimos que façam o que queremos. As “pessoas” são tratadas como atrizes. Seu papel social no processo de filmagem é definido pelo papel tradicional do ator [...]. Tanto o ator quanto o cineasta detém certos direitos, recebem determinada remuneração e trabalham para atender a certas expectativas [...]. No caso da não-ficção, a resposta não é tão simples. As “pessoas” são tratadas como “atores sociais”, continuam a levar a vida mais ou menos como fariam sem a presença da câmera [...]. Seu valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora. (Nichols, 2005, p.31)

No entanto, a nossa resistência à crença total no que o documentário apresenta pode surgir ao pensarmos em como agiríamos se estivéssemos no lugar daqueles atores sociais. Até que ponto a rotina daqueles indivíduos permanece inalterada mesmo com a presença de uma câmera? Quais aspectos eles escolheram evidenciar e quais segredos foram escondidos? Qual as possibilidades das imagens terem sido alteradas ou do documentarista ter decidido excluir determinado acontecimento da edição final? Estas e muitas outras perguntas minam à nossa disposição inicial em aceitar o mundo do documentário como um registro fiel do nosso mundo real. O documentário é, portanto, uma representação da realidade, a partir de uma perspectiva e um argumento.

As supostas barreiras entre o documentário e o filme de ficção são, portanto, flexíveis. A inevitável alteração que acontece entre a representação filmíca e a realidade torna o documentário, em determinado nível, um filme de ficção; e elementos incorporados ao filme de ficção, como o uso de não-atores nos filmes neo-realistas italianos ou o desenvolvimento da história a partir de um acontecimento real, desafiam a ideia inicial deste gênero como distante da realidade.

Costa (2014) levanta a possibilidade de coexistência entre elementos da ficção e do documentário em uma mesma produção fílmica mostrando como há uma tendência em utilizar este gênero híbrido de narrativas em obras que tratam de temáticas cotidianas.

### **Cinema Brasileiro – Breve panorama historiográfico**

Focando no Brasil, Hilda Machado aponta o mito da origem do cinema brasileiro com uma filmagem da Baía de Guanabara, realizada pelo italiano Afonso Segretto. Durante os primeiros anos, as atividades fílmicas realizadas no país eram, predominantemente, um tipo de documentário chamado de “filmes de cavação”: registros de cerimônias públicas e privadas, propagandas políticas, reclames e outras filmagens realizadas sob encomenda.

A produção cinematográfica brasileira foi fortemente influenciada pelos momentos sócio-políticos vivenciados no país. Os anos em que Getúlio Vargas esteve no poder, por exemplo, foram caracterizados, na dimensão cinematográfica, pelo auxílio de cineastas vinculados ao Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE) e ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na criação de uma nova nacionalidade brasileira.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a produção de filmes oficiais, educativos e turísticos, há uma valorização, durante a década de 50, do *exotismo brasileiro*, com a produção de longas-metragens representando os índios brasileiros.

Temos, na década de 60, um momento especialmente interessante na produção cinematográfica brasileira com o dito *cinema novo*. Fernão Pessoa Ramos afirma:

Os principais movimentos artísticos surgidos neste período, e em particular o Cinema Novo, mantêm vínculos estreitos com o quadro ideológico do populismo nacional-desenvolvimentista esboçado no pós-guerra. Trata-se de uma realidade com duas faces: de um lado, uma ideologia nacionalista e desenvolvimentista, priorizando os vínculos com a burguesia nacional em oposição aos setores internacionalizados do capital; de outro, um radical projeto político de esquerda, tendo como objetivo uma aliança com as classes populares e a instauração de um regime socialista. (Ramos, 2000, p.1)

Temos momentos específicos dentro do próprio movimento: o início do movimento foi marcado por filmes como *Vidas Secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1963) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber Rocha, 1963), que trazem uma imagem realista do sertão nordestino e conflitos de cunho político; no pós-64 há uma forte auto-crítica por parte dos próprios cineastas ao seu grupo social de classe média urbana, destacam-se filmes como *O Desafio* (Paulo César Saraceni, 1965) e *Terra em Transe* (Glauber Rocha, 1967); por fim, o fortalecimento da censura propiciou a existência de um terceiro momento dentro do Cinema Novo, fortemente marcado por filmes que representavam o país em tons alegóricos, como, por exemplo, *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (Glauber Rocha, 1969) e *Os Deuses e os Mortos* (Ruy Guerra, 1970).

Segundo Machado (2007), na década de 60 houve uma “explosão” do documentário, acompanhando a emergência do movimento Cinema Novo. Ramos (2000) classifica os documentários produzidos no período como “seco e pouco glamouroso”, em consonância com os seus objetos de registro: o universo das populações populares e miseráveis na luta pela sobrevivência.

Segundo Pinto (2006), os tons alegóricos das produções cinematográficas diminuem na década de 70 e inicia-se um processo de reaproximação com o grande público. Acontece, nesta mesma década, dois eventos marcantes na história do cinema brasileiro: O “Curso de Mensagens Justapostas nos Filmes (de teor subversivo)”,



em 1972, sendo o primeiro curso de formação de censores do qual se tem registro; e a revogação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5), em 1978, que acabou com a censura prévia.

Nos anos 80 a Empresa Brasileira de Filmes S/A (Embrafilme), criada através do Decreto nº862 de 12 de dezembro de 1969, começa a dar sinais de desgaste. A empresa, que em 1980 teve quarenta e um filmes lançados; lançaria apenas quatro em 1984. Segundo Gatti (2008) a recessão econômica que o Brasil enfrentava no período atingiu duramente a Embrafilme, sentida através do queda na arrecadação da estatal.

Para Costa (2014), a produção cinematográfica brasileira após o fim da Embrafilme, que teve suas atividades encerradas no início dos anos 1990 pelo governo Collor, representa o chamado “cinema brasileiro contemporâneo”. Hamburger (2007) identifica nesta produção cinematográfica contemporânea a presença de novos protagonistas, como negros e pobres; e novos espaços, como favelas e periferias.

Os filmes são produtos culturais influenciados pelo contexto em que são produzidos; a economia, a política, as discussões sociais, o ativismo social e diversos outros elementos influenciam a indústria do cinema. Este panorama histórico auxilia na compreensão de que a existência de *Que horas ela volta?* e *Doméstica* está profundamente ligada aos processos e contradições presentes no cenário político-social brasileiro.

### **Gênero, Emprego Doméstico e Produção Cinematográfica Brasileira**

Os filmes servem, também, como veículo de propaganda e manutenção de ideologias e valores sociais. As lutas feministas e a

consolidação dos estudos de gênero influenciam diversas produções cinematográficas que apresentam uma outra possibilidade de enxergar as masculinidades e feminilidades para além dos padrões clássicos e hegemônicos; no entanto, a maior parte das produções cinematográficas ainda traz o discurso normativo em seus personagens.

[..] o papel da mulher é construído para ser imagem e objeto do olhar do espectador masculino [...] esta construção possui consequências nas mulheres espectadoras e na imagem do feminino para a sociedade. A representação da imagem da mulher como objeto corresponde aos ideais do patriarcado e da sociedade heteronormativa. (ANACLETO, TEIXEIRA, 2013, p.8)

Há, portanto, uma grande influência da sétima arte na construção e reprodução sobre os gêneros. Um método de observação deste fenômeno é o chamado “Teste de Bechdel” onde os filmes devem ser submetidos a três critérios:

- 1 Possuir pelo menos duas personagens femininas com nomes próprios
- 2 Estas duas personagens devem manter, no mínimo, uma conversa entre si
- 3 O assunto do diálogo entre as duas pode ser qualquer um, desde que não se refira à homens.

Por mais simples que possa parecer, a maior parte das obras cinematográficas não consegue atender as condições do teste, evidenciando o quanto o olhar e o fazer do cinema ainda estão sob uma lógica masculina e heterossexual.

As duas obras escolhidas como objeto de estudo deste trabalho atendem tranquilamente as condições do teste de Bechdel; no entanto,

são filmes que precisam tomar cuidado, principalmente, com outro estereótipo além do de gênero: o da representação das empregadas domésticas. Para Jordão (2011), os veículos de mídia contribuem na desvalorização da desvalorização do trabalho doméstico assalariado a partir da representação que fazem das mulheres que ocupam estes cargos, trazendo em seus próprios discursos uma certa repulsa por sua situação e um desejo de livrar-se de tal situação subalterna.

### “Que Horas Ela Volta?” e “Doméstica”

*Que Horas ela Volta?* (Anna Muylaert, 2015) e *Doméstica* (Gabriel

Mascaro, 2012) são filmes de diferentes gêneros cinematográficos, ficção e documentário, mas que trazem uma narrativa central sobre um mesmo tema: as empregadas domésticas. O primeiro é um filme de ficção, tendo como protagonista a personagem “Val”, interpretada por Regina Casé; outros personagens importantes são “Jéssica”, filha de Val e que vem do Recife para São Paulo prestar vestibular em arquitetura para a Universidade de São Paulo; Bárbara, mulher bem sucedida e patroa de Val; Carlos, herdeiro de uma fortuna e casado com Bárbara e, por fim, Fabinho, filho de Carlos e Bárbara e que mantém uma relação de cumplicidade e amizade com a empregada.

O filme *Doméstica*, de Gabriel Mascaro, não pode ter suas personagens sintetizadas de maneira tão fácil, visto se tratar de um documentário com diversas personagens; portanto, segue abaixo uma tabela com todas as informações que foram reveladas no filme.

<b>DOMÉSTICA (Gabriel Mascaro, 2012)</b>			
Empregada	Empregador	Tempo de serviço	Outras informações
Lucimar	Luiz Felipe	Aproximadamente dezesseis anos	Lucimar é filha da caseira da tataravó de Luiz Felipe
Não Informado	Helena	Dezesseis Anos	-----
Vanuza	Neto	Dezessete Anos	- É empregada e motorista da família  - Tem um filho viciado em drogas  - É separada de um relacionamento que durou vinte e três anos
Não Informado	Não Informado	Não Informado	- Trabalha na casa de judeus
Gracinha	Alana	Treze Anos	- Por ter hábitos noturnos, desenvolve as atividades domésticas durante a noite  - Teve seu único filho assassinado
Lena	Lucia	Não Informado	- Lucia é filha dos empregados da fazenda dos pais de Lena, tendo sido trazida de lá para trabalhar na casa da patroa  - Tem uma filha recém-nascida que mora com ela no quarto dos fundos da casa dos patrões
Flavia	Bia	Não Informado	- A sua patroa é, também, uma empregada doméstica  - Perdeu um filho durante a gravidez, por causa de uma agressão cometida pelo seu ex-marido

Sérgio	Jennifer	Não Informado	- Único homem empregado doméstico registrado no documentário
--------	----------	---------------	--------------------------------------------------------------

Para entendermos as problemáticas e contradições levantadas nas duas obras, é necessário entender os processos histórico-sociais que levaram as mulheres à ocuparem estes postos de trabalho.

A análise de Ana Alice Costa (2014) sobre a mulher na força de trabalho inicia com informações sobre o processo que definiu as divisões do trabalho a partir do sexo desde as sociedades primitivas:

Inicialmente, nas chamadas “sociedades primitivas”, a produção e sua distribuição eram coletivas. Produzia-se e consumia-se coletivamente, adequando-se as necessidades biológicas e sociais à própria capacidade do grupo. Ao homem cabiam tarefas mais próximas do livre e permanente desempenho físico, como a caça e a guerra e à mulher, tarefas mais sedentárias, devido aos seus períodos cíclicos de procriação. Nesta divisão do trabalho entre os sexos, a mulher ficou limitada à atividade doméstica: seu trabalho assumiu um caráter privado, dirigido à elaboração de valores de uso de consumo imediato. (COSTA, 2014, p.14).

Para Delphy (2015), esta divisão relegou as mulheres e o trabalho exercido por elas à um local de desvalorização. A exploração do trabalho doméstico feminino sem remuneração é comparável, segundo a autora, com um processo de servidão. Esta lógica que definiu o trabalho dentro da esfera privada como feminino perdurou durante muito tempo; no entanto, as fábricas do século XIX abriram novas possibilidades para as mulheres que encontraram nelas possibilidades de romper o isolamento doméstico, mas Beauvoir, ao analisar este fenômeno, afirma:

No princípio do século XIX a mulher era explorada mais vergonhosamente ainda do que os trabalhadores do outro sexo. O trabalho em domicílio constituía o que os ingleses chamam *sweating system*: apesar de um trabalho contínuo, a operária não ganhava o

suficiente para atender as suas necessidades. (BEAUVOIR, 1970, p.148).

Desta quebra de isolamento doméstico feminino surge a “jornada dupla de trabalho”, ou seja, o trabalho remunerado nas fábricas não equiparou a situação feminina à dos homens, apenas acrescentou mais uma responsabilidade; as mulheres deveriam, agora, trabalhar pelo salário e cuidar das obrigações domésticas e cuidados do restante da família.

Para Costa (2014), o sistema patriarcal encontra na dependência econômica da mulher um instrumento vital para manutenção do seu estado submisso. A saída do ambiente doméstico, nesta lógica, deve ser feita de forma a não produzir possibilidades de independência feminina. A autora afirma, também, haver uma educação que defende o casamento como a principal preocupação da vida feminina.

Ao analisar os trabalhos exercidos pelas mulheres, Costa (2014) afirma:

O tipo de trabalho que a mulher realiza no mercado é um reflexo da sua tradicional atuação no lar. Geralmente, suas tarefas representam projeção social do trabalho doméstico, quando não constituem o próprio trabalho doméstico realizado com remuneração, como é o caso das faxineiras, serventes, empregadas domésticas, etc. (COSTA, 2014, p. 19).

Em *Que Horas Ela Volta?* temos na protagonista “Val”, interpretada por Regina Casé, uma ilustração destes fenômenos; a personagem não está em seu ambiente doméstico mas está realizando as funções domésticas em troca de um salário que – considerando que ela vive no quarto dos fundos da casa do patrão, precisa mandar dinheiro pra filha que mora em Recife, possui um ventilador que funciona mal, dentro outros diversos indícios – não deve ser suficiente

para atender suas necessidades, para fazer uma analogia com o que Beauvoir afirmava sobre as operárias do século XIX.

As duas obras buscam retratar as dimensões e os conflitos que cercam essas mulheres tanto no âmbito dos seus trabalhos quanto em suas vidas pessoais. O documentário registrou rapidamente informações sobre a dinâmica de trabalho e fatos relevantes sobre a vida pessoal das suas atrizes sociais; a ficção tem em Val uma personagem que aglutina diversas dessas questões: o distanciamento da família, o problema de relacionamento com o ex-marido, a ausência na vida da filha, o trabalho e diversos outros elementos fazem-se presentes tanto na vida da Val quanto na das empregadas retratadas no documentário.

*Doméstica*, entretanto, não tensiona as relações entre patrões e empregados; ao contrário de *Que horas ela volta?* que traz uma abordagem bastante perturbadora sobre o assunto. Na obra de

Gabriel Mascaro, todas as entrevistadas, entre patroas e empregadas, ressaltam a boa convivência, a sensação de pertencimento, o apoio e o registro de frases como “ela é mais do que uma empregada” ou “ela faz parte da minha família” são constantes durante a narrativa.

O filme de Anna Muylaert também traz em seu início uma relação semelhante entre Val e Bárbara, que é profundamente balanceada pela introdução de Jéssica na trama; a filha de Val serve como elemento de denúncia dos marcadores de locais sociais que distanciavam patroa e empregada. Não havia a necessidade de regras ditas, no não-dito a Val assumia quase que naturalmente uma posição de subalternação em relação a sua patroa. Bárbara e Val são duas mulheres, mas não são iguais. Nancy Fraser (2009) faz uma análise do movimento feminista e conseguiu perceber a sua apropriação pelo capitalismo e pelo neoliberalismo; Bárbara, a patroa, é uma mulher

bem sucedida, independente, reconhecida socialmente e semelhante as mulheres que a Nancy Fraser (2009) consegue entender como aglutinadas pela versão capitalista e neoliberal de interpretação das lutas feministas, mas por trás dela existe outra mulher, Val, que não tem acesso aos mesmos bens de consumo e cultura que ela. A chegada de Jessica evidencia esse fato mostrando como existia uma relação tensionada entre patroa e empregada, que só funcionava pelo comportamento subserviente da funcionária.

O triângulo formado por Bárbara, Fabinho e Val também é objeto de destaque; a ausência da mãe por causa do trabalho criou um vácuo de carinho e cumplicidade que foi preenchido pela relação com Val.

Além disso, Carlos representa o privilégio masculino; sua relação com a empregada Val é amigável porém, necessariamente, hierárquica; apesar disso, esta superioridade não se resume em sua relação com a personagem da Regina Casé, sua relação com Bárbara também reproduz os padrões clássicos de casamento tradicional, mostrando que, apesar do sucesso dela, era ele o principal provedor da família; e nem mesmo Jéssica, que representa uma quebra de diversos paradigmas, sofre assédio por parte do patrão de sua mãe.

### **Considerações Finais**

A representação das empregadas nas duas obras trazem duas dimensões diferentes e importantes; o documentário de Gabriel Mascaro busca mostrar uma dimensão humana das empregadas domésticas, levar os patrões à reflexão sobre as pessoas com quem convivem todos os dias e de quem muitas vezes não se sabe nada, de



vidas que não importam, de pessoas tratadas quase como objetos que compõem o cenário da casa; já a obra de Anna Muylaert revela uma tensão constante e latente na relação entre patrões e empregados, tensão que é amenizada quando cada um cumpre o seu papel dentro de um acordo tácito e de uma lógica hierarquizante de vidas. As três principais mulheres do filme - Jéssica, Bárbara e Val - trazem a representação de uma lógica social e de como atitudes mínimas podem perturbá-la e denunciar atitudes que são naturalizadas. São três mulheres, mas não são três mulheres iguais; há um abismo social que as separa dentro de uma sociedade capitalista. É preciso quebrar com os discursos universalizantes e entender as interseccionalidades, e estes dois filmes mostram claramente que não existe apenas um “ser mulher”, mas várias possibilidades de existência feminina relacionada a todos os outros fatores que formam a identidade de cada uma.

### Referências Bibliográficas

COSTA, Ana Alice. *A Mulher na Força de Trabalho*. Revista Feminismos, Vol 2, N 2. 2014

MACHADO, Hilda. *Cinema de Não-Ficção no Brasil*. Revista Alceu, Vol 8, N 15. 2007

ANACLETO, Aline; TEIXEIRA, Fernando. *A Questão do Feminino e o Cinema Brasileiro*. Anais Eletrônicos – Seminário Internacional Fazendo Gênero X – Florianópolis. 2013

JORDÃO, Janaina. *Trabalhadoras Domésticas: Representação Midiática e Identidade*. Revista Sociedade e Cultura, Vol 14, N 1. 2011

RAMOS, Fernão. *Breve Panorama do Cinema Novo*. Revista Olhar. Ano 02, N 14. 2000

COSTA, Maria Helena. *Ficção e Documentário: Hibridismo no Cinema Brasileiro Contemporâneo*. Revista O Percevejo, Vol 05, N 02. 2014

NICHOLS, Bill. *Introdução ao Documentário*. Ed. Papirus – Campinas, SP. 2005

PINTO, Leonor. *O Cinema Brasileiro Face à Censura Imposta pelo Regime Militar no Brasil 1964- 1988*. Secretaria Nacional da Justiça. Brasília. 2006

HAMBURGER, Esther. *Violência e Pobreza no Cinema Brasileiro Recente*. Revista Novos Estudos 78. 2007

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos*. Difusão Européia do Livro. São Paulo. 1970

FRASER, Nancy. *O Feminismo, O Capitalismo e a Astúcia da História*. Revista Mediações, Vol 14, N 2. 2009

AUMONT, Jacques. *A Estética do Filme*. Ed. Papirus. 9ª Edição. Campinas, SP. 2011

GATTI, André. *Embrafilme e o Cinema Brasileiro*. Centro Cultural São Paulo. 2007

DELPHY, Christine. *O Inimigo Principal: A Economia Política do Patriarcado*. Revista Brasileira de Ciência Política. N 17. Brasília. 2015.

**Seção Diários**

**A BANCA DE VERIFICAÇÃO DA AUTO DECLARAÇÃO  
ÉTNICO RACIAL DO VESTIBULAR 2010 DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: NOTAS  
ETNOGRÁFICAS.**

Marcos Silva da Silveira<sup>1</sup>

Em 2004, A Universidade Federal do Paraná deu início a um Programa de Políticas Afirmativas, incluindo um Programa de inclusão racial, conhecido popularmente como “cotas raciais”, na qual 20% das vagas do Vestibular se destinariam a estudantes de Escola Pública e 20% das vagas se destinariam a estudantes negros.<sup>68</sup> A UFPR foi uma das primeiras universidades públicas do Brasil a criar um Programa destes, após a UERJ e a UNB. Tal iniciativa veio acompanhada de um debate intenso e muitas polêmicas, em todo o País, envolvendo intelectuais, juristas e educadores, em geral, e antropólogos em particular. O debate, com posições contrárias e favoráveis, chegou até as grandes mídias, tornou-se assunto de conversas e marcou presença na vida universitária.

Sem querer me estender neste debate, gostaria de me deter nas reflexões de Célia Marinho de Azevedo, historiadora, que procurou fazer uma comparação entre as propostas brasileiras e as políticas norte americanas, que em parte nos inspiraram. Muito crítica e sem muita simpatia pelo Programa de cotas raciais, insiste numa tese universalista de justiça social, que reafirma a importância da “Classe” e da experiência de Classe por sobre as identidades étnico raciais, tese por sinal, a mais disseminada entre os críticos deste Programa.<sup>69</sup> Em dado momento de suas reflexões ela sugere que seria interessante se alguém tivesse acesso às bancas de identificação étnico racial dos

---

68 A resolução que define esta modalidade diferenciada de ingresso é a resolução do Conselho Universitário da UFPR COUN 37/04, que *Estabelece e aprova Plano de Metas de Inclusão Racial e Social na Universidade Federal do Paraná*.

69 MARINHO, Célia Azeredo. *racismo e anti racismo no Brasil*. São Paulo: ANNABLUME, 2004.

vestibulares.<sup>70</sup> A partir do ano de 2009 foi exatamente o que eu fiz, primeiro como observador e depois como Presidente da Banca, nos anos de 2010, 2011 e 2012, participando ativamente de uma negociação permanente dos critérios de validação da auto declaração étnico racial do vestibular da UFPR. Aqui apresento uma etnografia dos momentos e questões mais significativos da Banca do ano de 2010, enquanto atividade acadêmica do meus pós doutoramento em Antropologia no PPGAS do Museu Nacional, UFRJ.

Em 2009, quando fui assistir a Banca durante o registro acadêmico, me chamou a atenção, inicialmente, a fala de um militante do Movimento Negro paranaense de que havia um número muito grande de pessoas querendo fraudar o processo. Pessoas tomando sol para parecerem mais negras – o registro acontece na primeira semana de fevereiro, após as férias de verão – fazendo tranças e dread locks, e coisas assim. O que me chamou a atenção, em primeiro lugar, é que o processo corria com relativa tranquilidade. Os candidatos eram chamados pelo curso e traziam uma documentação à qual anexavam o documento da auto declaração deferida. As pessoas da Banca faziam perguntas, principalmente se a pessoa tinha sido alvo de racismo ao longo da sua vida escolar e lembravam que talvez viessem a passar por situações semelhantes na Universidade. Praticamente todos os candidatos tinham casos para contar, embora não fossem incentivados a se demorar muito nesta narrativa. Os casos eram muito recorrentes, principalmente de brincadeiras com relação a cor, ao cabelo, mas também casos de racismo e discriminação entre parentes, geralmente tios e avós, e em menor escala, primos. A pergunta básica era: “- *Quem é negro na sua família?*”

---

70 “...organizam-se “comitês de julgamento” em cada instituição, os quais ficariam encarregados de examinar a “veracidade” do pertencimento racial declarado pelo candidato ao emprego ou vaga em Universidade. Seria interessante, se não fosse trágico, acompanhar o trabalho de uma destas comissões de juízes da cor.” (Marinho,2004, p.38-39)

Em 2009 eu já havia assumido a vice coordenação do NEAB - Núcleo de estudos afrobrasileiros- da UFPR e, em função deste cargo fui presidir a Banca do ano de 2010. Não houve grandes problemas como no ano anterior, mas, por outro lado, o número de candidatos “pardos” com a pele clara mais traços característicos do fenótipo negro eram frequentes, o que causava algumas dúvidas. A banca procurava perceber a compreensão que os candidatos tinham da questão racial brasileira e da discussão em torno das cotas e se decepcionava em constatar que a maioria ignorava a ambas, em larga medida. Havia um militante do movimento negro, professor muito conhecido ligado ao Sindicato dos professores do Paraná, que insistia muito com os candidatos nesse sentido e exclamava continuamente que tinham que aprovar apesar dos mesmos “não terem consciência”. Ao mesmo tempo, embora ele afirmasse que o que importava era o fenótipo, ele era o que mais conversava com os candidatos, sendo que, em alguns casos, os mesmos não tinham muita disposição para o diálogo. Ele também insistia muito em dizer que ali só existiam “negros e brancos”, embora muitos candidatos insistissem em se apresentar como “Pardos”!

Eu não gostava do procedimento de pedir para o candidato se retirar quando a banca tinha dúvida, pois entendia que, se estava sendo discutida a auto imagem do candidato, ele deveria estar presente. Também me incomodava muito a afirmação de que a Banca representava o “olhar da sociedade” e que tínhamos que verificar se a pessoa sofreria preconceito ou não. Enquanto Cientista social e especializado em “Sociedades complexas” a última coisa que eu poderia entender seria a existência de um olhar único da Sociedade, ainda mais numa situação destas que envolvia, certamente, diversos olhares. Mas eu não tinha condições de me posicionar com argumentos consistentes. O resultado é que eu comecei a questionar a avaliação deles, mesmo em casos de aprovação, na frente dos candidatos, deixando principalmente o professor do sindicato – que tinha uma autoridade sobre os demais – bastante incomodado. Havia

outra professora que tinha o hábito de responder, ela mesmo, as perguntas que fazia aos candidatos, algo como: *“Você sofreu discriminação na escola? Ouvia piadinhas....”*

No dia seguinte, eu tinha que dar um parecer sobre as pessoas que não tinham sido deferidas e que fizeram o recurso a banca durante o processo. Alguns casos eu dei ganho de causa ao candidato, principalmente de estudantes do Norte e Nordeste que não tinham um fenótipo negro definido mas tinham tipos bastante discrimináveis no contexto curitibano. Os membros da banca ficaram sabendo o que aumentou o mal estar. Chegamos a discutir na hora do almoço, o sindicalista passou mal e se retirou e outra pessoa assumiu o seu lugar. Socióloga, doutoranda na UNESP, mestre pela UFPR e que era muito mal vista por alguns funcionários da Universidade e até mesmo por pesquisadores do NEAB. Diziam que ela “criava caso” e atrasava a Banca. Eu me dei muito bem com ela, estava diante de alguém com quem podia colocar minhas posições e dialogar, o que trouxe um grande alívio. Combinamos que os candidatos voltariam a sair em caso de dúvidas e que se evitaria tanta “falação” durante o processo. Argumentei que se devia prestar mais atenção no que as pessoas falavam sobre elas mesmas e que haviam diferenças evidentes entre os candidatos. No final do dia houve uma reunião com a direção da Universidade e do NEAB para retornarmos os pontos pendentes. Somente então comecei a ter acesso a uma memória do processo como um todo e do que havia acontecidos nas bancas anteriores.

Fiquei sabendo dos problemas iniciais da primeira avaliação, com o grande número de “barrados” e que se resolveu a partir daí que os critérios tinham que ser mais brandos. Era consenso que sempre houve muito mais candidatos pardos do que pretos. Aquelas pessoas que vinham participar da Banca eram membros respeitáveis do Movimento Negro curitibano e tinham um comprometimento com o processo de implantação das cotas na UFPR, que não fora fácil. Era evidente, por outro lado, que a memória do processo estava com as

peças mesmo, pois não haviam registros de nada. O Coordenador do registro acadêmico aproveitou a oportunidade para pedir mais agilidade a banca, pois o registro tem um prazo dentro do calendário da universidade que precisa ser cumprido à risca. As funções da banca haviam sido alteradas com um anexo a lei 37/04 no ano de 2007, quando a mesma passou a ter um caráter de “ validar e orientar a auto declaração”. Era a tal “orientação” que atrasava o andamento da banca e do registro, no entendimento da Pro reitoria de Graduação.

A banca seguiu em frente nos demais três dias. Vale a pena registrar alguns casos ocorridos. Um rapaz pardo, mais mestiço do que negro, se apresentou como de “Nação”, “filho de Obaluaiê” e embora sem ter um tipo negro, se considerava como tal visto o seu pertencimento ao Candomblé e a toda discriminação que sofria com a família de Santo. Ninguém questionou a sua auto declaração. Outro rapaz, com um tipo parecido, apresentou-se como militante da causa negra e portanto fazendo jus a vaga. Ele teve sua auto declaração não validada. Ele não só fez o recurso como no dia seguinte o seu pai apareceu para questionar, argumentando que lutou anos por aquela causa e que fazia questão que o seu filho pudesse cursar a Universidade pelas cotas. Ele tinha um tipo muito mais negro do que o filho e sua argumentação me foi convincente.

Não foi o único caso deste tipo. Por exemplo, uma garota muito novinha, parda, mas muito clara e sem nenhum outro traço fenotípico, com chapinha. Quando questionada se já havia sofrido caso de racismo e sobre quem era negra na família dela nada disse. Quando ela se retirou a banca se perguntou se não estávamos diante de uma “burla”, pois a garota nada dizia... Ela não teve sua auto declaração validada e também fez recurso contra a decisão da Banca. No dia seguinte, ela apareceu com o pai, um Homem de certa idade, bem preto. Fiquei sabendo, através dele, que ela tinha uma irmã, negra, que entrara no curso de medicina pelo sistema de cotas e que passara pela banca sem problemas. Era evidente que a menina, de 17



anos, não tinha nenhuma elaboração sobre sua condição, a ponto de não comentar a situação da irmã. O máximo que conseguiu fazer foi chamar o pai. Eu também deferi o seu pedido.

Finalmente tivemos o caso da YVI. Ela era uma menina branca com os cabelos muito cacheados e muito soltos, e um tipo nada europeu, estava mais para o Sarará. Ela afirmou ser parda, filha de pai branco e mãe negra e que sofria muita discriminação depois que vieram morar em Curitiba, vindo de Belo Horizonte. A banca não validou a sua auto declaração e nem eu considerei o seu recurso. No dia seguinte, ela veio com a mãe, uma senhora negra muito humilde e trouxe também um álbum de fotos de família. A família do pai, um tipo loiro de origem italiana, era totalmente branca e loira, incluindo suas primas. O lado da mãe, uma típica família negra do interior de Minas. Ela era um tipo realmente intermediário. O problema, como ela colocara, era que em Curitiba, ela era mal vista pelos vizinhos, que nunca falavam com a mãe dela e com ela quando estava só com a mãe. Ser “filha de mãe negra” ganhara um novo significado, que ela não conhecia em Minas Gerais. Mas ela não se via como branca, como as primas do lado paterno, nem como Negra, como os primos do lado materno. Ela era, portanto, “Parda”. O ponto é que ela não podia pender para nenhum dos lados porque nos pólos haviam outros tipos e outras pessoas com um tipo muito diferente do dela. Acabei validando o segundo recurso dela e ela veio a se tornar bolsista do NEAB com bastante empenho em conhecer mais sobre as questões raciais no Brasil e no Paraná.

Um outro caso parecido foi o de um rapaz carioca, da Ilha do Governador, que tinha um tipo mais português do que negro. Ele não foi validado e no recurso também trouxe o álbum de fotos da família. A família era toda de pretos cariocas, sendo que ele era de fato, o menos negro. Também deferi. Finalmente, surgiu um caso mais delicado. Um homem de mais idade, aparentemente branco, trouxe todos os documentos dele, que haviam sido tirados quando ele servira

o exército, nos quais estava descrito que sua cor era “PARDA”. Ele não passou no primeiro momento, fez recurso com essa alegação, dos documentos e eu deferi, já imaginando o processo – e a jurisprudência – que poderia surgir caso ele não fosse validado.

Houve um caso muito estranho. Uma garota loura, de um tipo bem alemão, se apresentou como cotista racial. Quando perguntaram para ela o que ela fazia ali ela declarou que tinha uma “avó nativa”, o que criou um desconforto entre os demais membros da banca. Antes que a situação ficasse ainda mais estranha eu a levei, junto com o seu pedido indeferido, para a sala do registro pedindo para conferirem se ela era cotista racial ou social porque poderia ter havido um engano. Depois, o coordenador disse que ela tinha se inscrito como cotista racial mesmo. Havia uma intenção de “deboche” naquela candidata, que causou um enorme desconforto. Mas, no final das contas, foi um caso fácil de lidar.

A tensão continuou mas tivemos alguns desdobramentos. No final do primeiro semestre, haveria uma pequena banca – de uma tarde apenas – para atender aos candidatos que faziam registro acadêmico para as vagas de segundo semestre que alguns cursos ofereciam. Como era pequena, achei melhor convocar apenas os estudantes e técnicos da UFPR até porque muitos tinham militância em coletivos negros. A banca foi tranqüila, apareceu um único candidato que era, evidentemente, um homem branco de origem europeia se dizendo “pardo”, que foi eliminado e os demais se auto declaravam, em sua grande maioria, “pardos”, mesmo alguns sendo pessoas de pele preta.

A medida não agradou muito aos representantes do Movimento Negro que entraram com um processo no Ministério público solicitando a garantia da presença do Movimento Negro na Banca. Duas medidas foram tomadas. A primeira, o Núcleo de Concursos resolveu colocar a banca entre as duas etapas do vestibular, como forma de garantir a quem não tinha passado, o direito a concorrer na

cota social ou na concorrência geral. Essa medida agradou a opinião pública, ao Movimento negro, a imprensa e aos críticos e apoiadores do Programa. A outra medida foi a realização de um encontro com os representantes do Movimento Negro promovido pelo NEAB para rediscutir os critérios da banca.

A reunião foi tensa, evidentemente. O professor sindicalista estava visivelmente nervoso e insistia que eu não deveria usar o “critério da ancestralidade”. Eu não entendia muito bem, uma vez que partia do princípio de que qualquer pessoa negra tem que ter ancestrais negros, do contrário, como ela pode ser negra? O que ele queria dizer é que não se deveria usar a idéia do “afro descendente” que poderia permitir a uma alemã com uma avó “nativa” se candidatar às cotas. O que me causava estranheza era isso estar sendo posto ali já que eu nunca havia considerado essa possibilidade. Eu pedi para a YVI montar uma apresentação em power point do seu álbum de fotos familiares, o que mostrava a sua condição de “parda”. Outra orientanda minha, Kaciane Daniela, apresentaria o relato da sua condição familiar. Descendente de negros por um lado e de poloneses por outro, ela era a filha mais clara, com os cabelos louros contrastando com a pele parda. Ela era, de fato, cotista social. Segundo ela, os parentes sempre disseram que ela era “loura” mas ela sempre se colocara como “Negra” e sua auto imagem fora construída nessa tensão. Mesmo assim, como podia se candidatar pela cota social, preferiu evitar a cota racial e um possível confronto com a Banca e com as sutilezas de sua auto classificação.

Os dois depoimentos causaram alguns estranhamentos entre os membros do Movimento Negros e alguns estudantes do NEAB. Alguns destes acreditaram que as pessoas estavam expondo suas “intimidades”, ao o que Kaciane contra argumentou que aquilo não era íntimo, era apenas a sua construção de Pessoa e que fazia parte da sua memória e história familiar, como era o caso da YVI também. Elas não estavam expondo “fraquezas” como também foi dito, mas o

contexto social do qual suas identidades emergiram. O estranhamento causado entre os militantes realmente me deixou intrigado. Um dos motivos era o fato das duas jovens se colocarem na condição de “pardas” e não se utilizarem da categoria “negro”. Um outro estudante, natural da Bahia, com um passado de militância em várias instituições educacionais pelo país ficara muito incomodado diante da apresentação dessa identidade, o que, naquele momento, me fez perceber que deveria olhar melhor para isso. Afinal os negros não são os Pretos e os Pardos? Porque os Pretos estavam incomodados com os Pardos? Se ambas as categorias estavam incluídas na categoria Negro? Essa era uma questão mais substantiva e muito mais importante do que a distinção entre Brancos e Negros, que era fácil de fazer e o número de pessoas “barradas”, que era muito pequeno.

O que foi transparecendo era que a Banca e as discussões que ela provocava, não eram simplesmente um momento de verificação de uma identidade previamente auto atribuída, a ser conferida ali, mas um momento fundamental de negociação de identidades étnicas promovidas pelo próprio programa da Cota racial. O que todo mundo estava fazendo, basicamente, era negociar o seu pertencimento étnico racial possível naquele momento, em relação a uma condição interessante, o ingresso na universidade federal, pública e gratuita, da maneira que fosse possível. Neste processo, uma série de categorias e conceitos emergiam, muito além do que os envolvidos propunham e percebiam naquele momento.

O que estava em jogo, sim, era a Pedagogia racial, uma espécie de orientação aos candidatos com relação a sua auto identificação, que se pretendia ser uma conversa “entre negros”, os mais conscientes e os não tanto, mas não era. O que me incomodava, enquanto antropólogo, era perceber neste processo da Pedagogia racial um jogo de negociação de identidade étnicas, do qual todos participavam, inclusive eu, mas ninguém refletia sobre o mesmo. E o debate que havia sido produzido até então, centrado na idéia da “divisão” do

Brasil, até podia ser visto como fazendo parte deste jogo, mas não acrescentava absolutamente nada a uma tentativa séria de reflexão sobre o assunto.

**DIALOGANDO COM AS/OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DO  
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS  
SOBRE OS DIREITOS DAS MULHERES: RELAÇÕES DE  
GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Carine dos Santos Conceição<sup>71</sup>  
Taís Dias dos Santos<sup>72</sup>

## INTRODUÇÃO

A inquietação surgiu a partir da inserção, como estagiárias, na Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM), enquanto discentes de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. E ao observarmos a dinâmica das atividades na instituição e ler os Planos Municipal e Estadual de Políticas para as Mulheres, pudemos observar que, apesar de estar escrito como uma das prioridades: “articular e associar as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres com as políticas de assistência social”<sup>73</sup>, ao ver a relação dos projetos aprovados na instituição percebe-se, no entanto, ausência de ações voltadas especificamente para mulheres idosas.

Ao observarmos tais demandas propomos então no Projeto de Intervenção de Estágio Supervisionado em Serviço Social (2015.1), 3 (três) oficinas dialogadas com o intuito de promover a socialização de informações às mulheres idosas usuárias dos serviços prestados pelo CRAS e provocar reflexões acerca da perspectiva da equidade de gênero e efetivação da cidadania contribuindo para o enfrentamento da violência contra as mulheres em Salvador. Pois entendemos que o acesso à informação serve como um importante instrumento de luta contra a violência, por facilitar a prevenção e atenção às mulheres. Este diário de campo visa descrever as atividades e reflexões de apenas uma oficina, a primeira, sob o título “Dialogando sobre os

<sup>71</sup> Discente do 7º semestre de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia

<sup>72</sup> Discente do 7º semestre de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia

<sup>73</sup> Uma das prioridades descritas na área estratégica: Enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Direitos das Mulheres: Relações de Gênero e Violência contra a Mulher”.

### **Dialogando sobre os Direitos das Mulheres**

Executamos a Primeira Oficina do Projeto de Intervenção de Estágio (2015.1), intitulado *Envelheci, mas não morri!* Às 09 horas e 30 minutos do dia 15/05/2015 (sexta-feira) no espaço do Centro de Referência da Assistência Social de Brotas, localizado na Av. Mario Leal Ferreira, s/n (espaço da Comissão de Defesa Civil do Salvador Geral/CODESAL). E teve como objetivo dialogar com os/as usuários/as dos serviços do CRAS acerca das relações de gênero e violência contra as mulheres. A equipe responsável foi Luciana Ribeiro, assistente social da Superintendência de Políticas para as Mulheres (SPM), Carine dos Santos e Taís Dias, discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia e tivemos como facilitadora da oficina Janildes Lima, técnica de formação em gênero da SPM.

O encontro foi dinâmico, auto reflexivo e muito produtivo, visto que se constituiu em um momento de relato de experiências e socialização de informações sobre a mulher na sociedade e sobre a violência. A comunicação entre as/os participantes fluiu muito bem e foi realizado numa perspectiva de fortalecimento do sujeito, ou seja, da mulher, na tentativa de provocar reflexões críticas quanto às situações da vida cotidiana, que por muitas vezes, ocorrem carregadas de machismo e preconceito. Para além disso buscamos através de uma linguagem simples e coerente, enfatizar as formas de violência que atinge as mulheres e a existência da Lei Maria da Penha - 11.340/2006 como uma conquista e relevante aparelho de luta contra as diversas formas de violência contra as mulheres brasileiras.

Contamos com a presença de 13 (treze) participantes, dentre elas 4 (quatro) idosas usuárias dos serviços oferecidos no Centro de

Referência de Assistência Social (CRAS) e, teve início com as apresentações da equipe e prosseguiu com uma breve explicação sobre a Oficina, que é fruto de um Projeto de Intervenção de estágio, elaborado com o intuito de articular a SPM junto ao CRAS, a fim de promover informações sobre gênero e envelhecimento, através de três oficinas dialogadas com diversos temas para o público usuário dos serviços do CRAS.

Observando que algumas estavam participando pela primeira vez do grupo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, propusemos que se sentassem em duplas a fim de se conhecerem, dentro de um prazo de 5 minutos, para em seguida ocorrerem as apresentações. Ressaltamos que apesar do projeto ter sido direcionado as mulheres idosas, houve a presença de mulheres de outras faixas etárias.

Posteriormente, deu-se início a uma dinâmica, denominada representações de gênero e foi explicado que seriam distribuídas tarjetas nas cores amarelas e brancas para que as participantes, divididas em dois grupos, escrevessem as características do que é ser homem e do que é ser mulher sendo uma característica por tarjeta, utilizando a cor branca destinando aos homens e amarela às mulheres. Essa dinâmica teve por objetivo desconstruir a naturalização dos conceitos de gênero e sexo, uma vez que o papel do homem e da mulher é construção cultural e muda conforme a sociedade e o tempo.

Foi feito um painel dividido em três colunas: de um lado a palavra HOMEM, do outro a palavra MULHER e na coluna do meio HOMEM X MULHER, e as tarjetas foram distribuídas conforme as características relacionadas aos homens e às mulheres. Dentre as palavras escritas as participantes colocaram falsos, mentirosos, manipulador, trabalhador – para homens; cuidadosa, vulgar, mãe e batalhadora para as mulheres. Foram questionadas, pela assistente social Luciana Ribeiro se tais características, uma por vez, não se



encaixaria tanto para homem quanto para a mulher. À medida que as participantes foram refletindo que tais características eram de ambos os sexos, as tarjetas foram distribuídas na coluna referente a **HOMEM X MULHER**, apenas uma palavra permaneceu na coluna **HOMEM** – pênis, e na coluna **MULHER** – vagina, ou seja, o que define, biologicamente falando, o sexo masculino e o feminino.

Luciana Ribeiro explicou que todas as características que as participantes escreveram fazem parte da cultura, pois são construídas socialmente quanto ao que é o papel do homem e da mulher – as chamadas representações de gênero – estabelecendo comportamentos e atitudes nas relações entre homens e mulheres.

Após terem ocorridas as devidas apresentações de interação e a dinâmica de introdução ao tema, Janildes Lima-SPM realizou um momento de socialização de informações a fim de provocar reflexões acerca de relações de gênero, violência contra as mulheres e sobre os papéis socialmente construídos. O tema foi abordado de forma descontraída e rápida por causa do tempo disponibilizado, mas com uma linguagem simples e coerente.

Aproveitando os discursos e argumentos das participantes, Janildes Lima explicou que a sociedade construiu papéis e características para homens e mulheres a exemplo da concepção de mulher frágil e dona do lar, como também de homens que não choram e são protetores o que provocou uma desigualdade histórica entre homens e mulheres na sociedade.

Para facilitar a compreensão das informações socializadas, foi utilizado recurso audiovisual com apresentação em *power point* para ilustrar a perspectiva de gênero, raça, etnia, orientação sexual e geracional.

Depois de trabalhar com os comportamentos de gênero e o enfrentamento à violência contra as mulheres, foi abordada a Lei

11.340/2006 – conhecida como a Lei Maria da Penha – numa perspectiva de mostrar os importantes instrumentos na luta contra a violência doméstica e familiar que afeta diversas mulheres no Brasil. A facilitadora apresentou e exemplificou as formas de violência contra a mulher que não se resume apenas à agressão física, ressaltando também os tipos de violência podendo ser física, psicológica, patrimonial, moral e sexual, segundo o artigo 7 da Lei Maria da Penha.

Foi entregue materiais informativos para as 13 (treze) mulheres que estavam presentes, um texto e uma cartilha "*Violência contra a mulher: não é natural, não é aceitável. É crime*", elaborado pela Superintendência de Políticas para as Mulheres-SPM para maior compreensão sobre o assunto. Este primeiro encontro, foi finalizado com uma reflexão e desconstrução da cantiga popular cantada para as pessoas enquanto criança, "Terezinha de Jesus" por fortalecer a concepção de fragilidade feminina, cuja versão elaborada por Janildes Lima faz com que se reforce o empoderamento da mulher.

A oficina foi finalizada com a avaliação realizada pelas participantes e conduzida pela estagiária Taís Dias em que as mesmas, relataram que a oficina foi boa e que compreenderam a diferença entre gênero e sexo, demonstrando boa aceitação pela atividade desenvolvida.

### **Conclusão**

A organização dessa atividade nos levou a instigar a criatividade, para buscar uma forma de envolver as/os participantes entendendo-a como um processo de mútuo aprendizado, com relações respeitadas e horizontalizadas.

Percebemos na oficina que os papéis socialmente construídos, ainda permanecem, fortemente com um discurso de bipolarização

entre homem e mulher, em que se tem a mulher com uma imagem de ser frágil e o homem como uma instância de superioridade humana. Construções que facilitam o abuso e a violência contra as mulheres desde agressões físicas até estabelecimentos de salários ou posições no mercado de trabalho, em que a mulher continua ganhando menos que os homens.

A oficina foi uma rica experiência para nós, pois pudemos exercitar nossa capacidade de dialogar e conhecer a realidade daquelas pessoas ali presentes, através das contribuições das mesmas no debate, que só agregaram conhecimento. Além de reforçar que apesar de todas as campanhas e as mais diversas informações sobre a violência, a mesma ainda é muito latente na vida das mulheres, sejam elas crianças, jovens ou idosas, e que muitas vezes é mascarada pela naturalização que a sociedade impõe em certas ideias e/ou comportamentos.

## SANDRA MUÑOZ: UMA SUJEITA ATRAVESSADA POR DIFERENTES MATRIZES DE OPRESSÃO

Maria Augusta Neves Silva

*“Não adianta ser mulher na política,  
é preciso fazer políticas que atendam as mulheres.”  
Sandra Muñoz*

Este trabalho pretende tratar de aspectos da vida da feminista Sandra Muñoz a partir de uma perspectiva etnográfica ressaltando questões de gênero, raça e relações de poder. Para Silva (2009), a etnografia pode ser vista como o relato de uma experiência conflituosa de quem observa, condição para o entendimento do que foi observado. Nesse sentido, o autor ressalta que a etnografia possui três fases sincrônicas em relação à atividade do etnógrafo: situar-se, observar e descrever, dimensões que devem acontecer numa perspectiva integradora.

Na noite de 03 de novembro de 2015, cheguei à Universidade Federal da Bahia - UFBA, às 18h, para assistir a mais uma aula da disciplina Introdução à Antropologia do Gênero, ministrada pelo professor Felipe Bruno Martins Fernandes. Naquele dia, iríamos discutir o texto “Meninos Trabalhadores”, da socióloga Zahidé Machado Neto. A expectativa era grande, pois o professor havia feito uma apresentação prévia acerca da vida da autora, o que despertou em mim curiosidade. Quando adentrei à sala, deparei-me com o professor escrevendo no quadro, enquanto uma mulher estava sentada em uma cadeira. Ela era negra, de cabelos loiros, vestindo uma camiseta amarela estampada com a frase “9ª Conferência Estadual de Saúde da Bahia”, calça *legging* preta e sandálias havaianas pretas. Logo que percebi a minha presença, o professor Felipe apresentou-a para mim. Tratava-se de Sandra Muñoz, uma militante feminista com a qual teríamos a honra de realizar, como o professor sugeriu, uma tribuna livre, onde poderíamos fazer perguntas. Aos poucos as/os colegas

foram chegando e o professor repetia a mesma orientação para a aula daquela noite.

Passados os minutos de tolerância para o início da aula, o professor sugeriu que nos organizássemos em círculo, com a nossa entrevistada no meio. Quando tudo estava organizado, o professor apresentou Sandra Muñoz novamente como uma militante feminista mineira, nascida em Belo Horizonte, momento em que foi interrompido por esta, que disse ao professor para não se esquecer de apresentá-la como puta. Assim feito, deu-se prosseguimento a apresentação, sempre interagindo com Sandra no sentido de buscar validação das informações: mulher negra, 41 anos, adepta do candomblé, bissexual, pedagoga formada pela Universidade Federal da Bahia, ativista que conta com um vasto currículo de coordenação de organizações não governamentais (ONGs) - entre estas o Fórum Feminista de Salvador, organizadora da Marcha das Vadias e hoje coordenadora, na Bahia, da Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Atualmente, sua atenção está voltada para um novo projeto, financiado pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Casa Cristal Lilás da Bahia. Felipe encerrou a apresentação da convidada, pedindo que a esta falasse um pouco sobre sua vida e o que a levou a se aproximar do movimento feminista.

Sandra contou que foi uma menina com sorte na vida, diferente da maioria das meninas negras. Estudou nas melhores escolas. Foi aprovada no vestibular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no curso de Direito, e foi jogadora de futebol. Sua mãe a apoiava, dizia que ela era a Rainha de Sabá, e que era livre. Porém, nem tudo era belo. Sandra relatou a forte discriminação que sofria na infância dentro da escola por ser negra: por vezes questionavam se seu pai era motorista, se era bolsista ou se sua mãe trabalhava na escola, repleta de alunos brancos. Disse que brincava muito e teve dificuldade de se relacionar com os homens. Revelou que sua mãe teve câncer e acabou se suicidando junto a irmã gêmea de Sandra. Após o ocorrido,

seu pai, não suportando a situação, largou o trabalho, abandonou a família e desapareceu. Então, sua avó veio da Espanha para buscá-la, mas ela preferiu ficar com uma vizinha. Emocionada, afirmou que sua mãe adotiva sofria cotidianamente violência por parte do marido. Até que um dia uma mulher, em sua escola, falou sobre a violência contra a mulher e sobre a Rede Feminista de Saúde, momento a partir do qual Sandra, emocionada, afirma ter se identificado com a luta feminista. Prometeu, então, à sua mãe que esta nunca mais apanharia e jurou, a partir daquele dia, engajar-se na luta pelas mulheres. Aos treze anos, já participava de um grupo de formação da Rede Feminista de Saúde e, certa noite, se rebelou contra o agressor de sua mãe, atirando-lhe uma lata de tinta. Sandra Muñoz ressalta que há gosto e desgosto em ser feminista, pois o feminismo às vezes é muito cruel com as mulheres, como se as mesmas tivessem que viver em uma caixa, ou seja, seguir um padrão como se houvesse um jeito “certo” de ser mulher.

Em seguida, a entrevistada disse que tentou fazer também o curso de jornalismo na mesma universidade que havia passado em direito, mas abandonou-o para dedicar-se ao futebol no Clube Atlético Mineiro. Parou de jogar futebol aos 23 anos, quando, ao encontrar seu primeiro namorado, engravidou. Ressalta que pensou na possibilidade de abortar, mas descobriu a gestação já no oitavo mês. Disse que nesse período passou por muitas dificuldades. Trabalhou na Prefeitura de Belo Horizonte, em uma política pública de habitação popular. Revelou ter gerado outra criança, que veio a falecer com problema de coração. Tal situação deixou-a profundamente deprimida e, por conta disso, veio para Bahia com a ajuda de amigos, onde acabou permanecendo. Foi recebida por um amigo, que se tornou seu companheiro. Entrou para o Fórum de Mulheres de Salvador e enfrentou muitas dificuldades, pois não estava em sua cidade. Desse modo, o seu companheiro custeava a sua militância. Coordenou a Conferência de Comunicação da Bahia, sempre no segmento de Mulheres. Coursou, então, pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. Dentre as várias ações de que participou ou coordenou,

conheceu Lurdinha Rodrigues, em uma viagem à cidade de São Paulo. Apaixonou-se por ela e viveu sua primeira relação homoafetiva. “Fiquei confusa era minha primeira namorada”, revela Sandra. Relacionou-se outras vezes com mulheres, mas atualmente se encontra sozinha.

Sandra fala do preconceito de parte dos movimentos feministas em relação às mulheres trans, e se diz incomodada com esta postura. Segundo ela, em virtude disto, segmentos do movimento feminista não gostam dela. Nesse sentido, Moita e Thaumaturgo (2013) sinalizam que, historicamente, as feministas entraram em conflito com a inclusão de novas identidades e demandas para sua bandeira de luta. As autoras chamam a atenção para a colisão entre feministas radicais e transfeministas já existente há algum tempo nos EUA e que vem ganhando força no Brasil, principalmente nas redes sociais. Nessa perspectiva, as feministas radicais possuem, em relação às transfeministas, dois tipos de posicionamentos:

“[...] aquelas que as ignoram como sujeitos políticos na luta feminista e aquelas que, efetivamente, constroem discursos de repúdio à aceitação das transexuais como feministas e assumem que certos posicionamentos do grupo são, de fato, transfóbicos.” (MOITA E THAUMATURGO, 2013, p. 7).

Quando o professor Felipe abre a rodada de perguntas, a discente Daiane Brito conta sobre a violência sexual que sofrera na adolescência, e lança várias perguntas quanto às ações da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, que é coordenada por Sandra, inclusive em cidades do interior, especificamente na ilha de Itaparica. Sandra responde primeiro, demonstrando solidariedade à companheira Daiane e revelando ter também sofrido violência sexual aos 18 anos. Em seguida, falou do machismo nas cidades do interior, da falta de sororidade<sup>74</sup> entre as mulheres, da dificuldade na obtenção

74 Sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva entre mulheres na busca por relações positivas e saudáveis, na construção de alianças existencial e política com outras

de recursos para as ações de enfrentamento a violência, e da administração política das casas de apoio, cujos gestores, indicados por políticos, são desprovidos de conhecimentos técnicos ou empatia à causa feminista, além do preconceito religioso embutido nas práticas da direção destas instituições, dificultando, desse modo, o atendimento à diversidade.

Falou de um caso polêmico, com repercussão nacional, de estupro de duas adolescentes, na cidade de Rui Barbosa, por integrantes da banda New Hit, bem como de seu empenho junto ao movimento de mulheres para pressionar a Justiça a punir os responsáveis. Sandra se diz indignada com a postura de algumas mulheres da cidade onde moravam as adolescentes, que vandalizaram as casas das vítimas como se estas fossem culpadas. Nesse sentido, podemos tecer considerações em relação à reprodução do machismo e da ideologia patriarcal apoiada nos estudos de Heleieth Saffioti. Para Saffioti (2004) a ideologia paira acima da matéria e se constitui como elemento de reificação, de alienação e de coisificação. A ideologia sexista, por exemplo, corporifica-se nos agentes tanto de um polo quanto de outro da relação de dominação-subordinação, relação na qual os privilégios são masculinos, sendo direcionadas às mulheres práticas de discriminação. Nesse contexto, o patriarcado serve ideologicamente aos interesses dos grupos/classes dominantes e o sexismo não é um mero preconceito, mas o poder que dá privilégios aos homens. De acordo com Saffioti (2004), as mulheres não estão livres de reproduzir tal ideologia e, imbuídas também do machismo, que dá cobertura ao patriarcado, desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei

---

mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e ao apoio mútuo para alcançar o empoderamento vital de cada mulher. A sororidade é a consciência crítica sobre a misoginia e é o esforço tanto pessoal quanto coletivo de destruir a mentalidade e a cultura misógina, enquanto transforma as relações de solidariedade entre as mulheres.



do pai. Segundo a autora, ainda que as mulheres não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo.

Nesse sentido, Miriam Grossi (2007, p.123) ao analisar a “escuta do sofrimento” aponta para a dificuldade de falar sobre a violência na relação entre as próprias mulheres, inclusive, entre as feministas:

Duas situações ainda pouco abordadas na literatura da área, a da presença da violência nas relações homoeróticas e aquela que emerge nas relações entre as próprias mulheres (na militância, nos locais de trabalho, na família, em situações de amizade, etc.), [...]. Para as feministas heterossexuais, a violência entre mulheres é um tabu, pois ideologicamente se acredita no valor da “sororidade” como um valor constituinte da militância e das relações entre mulheres. Para feministas lésbicas, considera-se não estratégico e politicamente incorreto admitir que também nas relações homoeróticas a violência pode estar presente.

Sandra falou ainda sobre vários embates políticos que teve que empreender em sua trajetória,. Entre eles, pontuou a organização da Marcha das Vadias, coordenada, no Brasil, por Sandra, que deu projeção nacional à sua rede. Ainda em relação a suas vivências, afirma que trabalhou no Centro de Referência LGBT da Bahia, o qual fechou por falta de financiamento, e coordenou algumas campanhas políticas. Demonstrou contentamento ao narrar a trajetória trilhada para conseguir a aprovação, em um edital da ONU, do projeto Casa Cristal Lilás da Bahia, que tem como objetivo o atendimento à comunidade LGBT vítima de violência. O projeto dispõe de uma equipe interdisciplinar composta por advogadas/os, psicólogas/os, infectologistas/os, pedagogas/os, entre outras/os profissionais. Em seguida, falou da onda conservadora que envolve o Congresso Nacional, lembrando o projeto de Lei nº 5.069/2013, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, conhecido como lei antiaborto, que restringe direitos das mulheres e tem sido a principal pauta de mobilizações dos movimentos feministas no Brasil.

Um dos participantes da entrevista, o discente Claudio Sena, perguntou-lhe como se enxergava enquanto mulher frente à luta, qual era sua visão de futuro e se a tinha noção do impacto de seu trabalho para as próximas gerações. Sandra o respondeu: “*Eu venci. Quando chego a uma delegacia e encontro com uma mulher, ela me agradece*”.

Perguntei-a como percebia a pauta feminista nos partidos políticos no Brasil e de maneira mais específica em Salvador e como se dava a representação política das mulheres nos movimentos sociais atualmente. Sandra apontou como uma questão problemática a representatividade feminina, pontuando que as cotas nos partidos são preenchidas muitas vezes por “*laranjas*”.

Por fim, perguntaram-na qual era seu sonho, ao que Sandra disse ser a real liberdade para as mulheres. Ressaltou que se encontrava naquela posição por conta de oportunidades proporcionadas a ela por muitas mulheres. Sentenciou, assim, que era disso que se necessitava hoje: mais oportunidades para as mulheres. Disse que as mulheres devem se unir e lutar por seus direitos, participar politicamente, cobrar dos políticos e da justiça que cumpram a lei. Enfrentar as ameaças, na perspectiva de um futuro melhor. Teceu considerações a respeito da formação política nas escolas através dos coletivos e deixou a seguinte mensagem para a turma: “*Liberdade para as mulheres!*”.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projetos de Lei e outras proposições. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>>. Acesso em: 18 nov.2015.

GROSSI, Miriam Pillar. Violência, gênero e sofrimento. **Educação em Direitos Humanos**. 2007. p.121-132.

LAGARDE, Marcela. Definindo Sororidade. **Feminismo Radical**. Disponível em: <<https://we.riseup.net/radfem/definindo-sororidade-marcela-lagarde>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MOITA, Júlia F. G. S; THAUMATURGO, Haline S. Feminismo Trans X Feminismo Radical: desconstrução e preformance em conflito na geração pós-genero. **Seminário Internacional Desfazendo Gênero**. Natal: agosto, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**. vol.15 n.32 Porto Alegre: Jul/Dec. 2009. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832009000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200008)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

## Sobre Autoras e Autores

**André Filipe dos Santos Leite** - Graduando em Medicina pela Universidade Federal de Sergipe (DME/UFS). Membro pesquisador do Grupo de Pesquisa “Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais” (GESEC/UFS/CNPq). Bolsista do PIBIC/CNPq. Estagiário de Psiquiatria no CAPS Jael Patrício.

**Anne Alencar Monteiro** - Formada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), cursando atualmente o bacharelado em Antropologia na mesma instituição. Tem interesse e experiência em estudos e pesquisas sobre gênero, masculinidades, sexualidade, transexualidade e raça.

**Carla Francyle dos Santos Araujo** - Concluinte do curso de Turismo do Núcleo de Turismo da Universidade Federal de Sergipe, participação em projeto de pesquisa e extensão de Gênero e Turismo e participação em grupo de Pesquisa sobre estudos antropológicos. Monitora das disciplinas Gestão de Pessoas em Turismo e Turismo e Empreendedorismo.

**Carlos Henrique Pereira Franco** - Graduando em Psicologia pela Faculdade Ruy Barbosa Devry Brasil, Membro do Grupo de Trabalho em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Conselho Regional de Psicologia 3ª Região, Pesquisador no Campo de Gênero, Sexualidade e Adolescência. Foi Estagiário do Centro de Promoção e Defesa dos direitos LGBT da Bahia - Michelly Marry gomes.

**Carine dos Santos Conceição** – Discente do 7º semestre de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia

**Cristiano Miranda Nogueira** - Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Ciência Política na UFBA – Universidade Federal da Bahia.

**Denis Cezar Musial** - Mestrado em andamento pelo Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, especialista em Trabalho Social com Famílias pela FAFIPA e graduado em Serviço Social pela Faculdade Integradas do Vale do Iguaçu.

**Fernanda Carvalho Marques** - Bacharelada em Ciências Sociais (2014) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, cursa a Licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da Religião e Antropologia da Alimentação, além de atuar em pesquisas que envolvem populações afro-brasileiras e indígenas. Também, tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação. É integrante do Núcleo de Estudos da Religião (NER), Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura e Alimentação (NEICA) e do Fórum de Ações Afirmativas da UFRGS.

**Gabriela Assumpção da Silva Santos Lopes** - Acadêmica do 4º período de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e bolsista PIBID-CAPES.

**Gabriela Solange Sagaz** - Graduanda em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Vinculada como bolsista Pesquisadora e Apoio Técnico ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS-UFSC).

**Isaac Guidão Toscano** - Graduando do 7º período no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

**Islan Bispo de Oliveira** - Graduando em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe - Campus Prof. Alberto Carvalho. Foi Estudante/Pesquisador pelo PIBIC Copes na área de Linguística, na subárea: Análise do Discurso. Atuou como bolsista PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) 2013 -2014 com o Projeto “O Discurso sobre a escola na voz de seus alunos”, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni, projeto no qual objetivou-se verificar, por meio de fórmulas como máximas, genéricos ou slogans, os discursos de alunos de escolas públicas e privadas acerca do atual sistema de ensino brasileiro. Atuou também, como bolsista PIBIC Copes 2014-2015 com o projeto " O discurso sobre a escola em propagandas e na mídia" , em que objetivou-se, principalmente, em analisar de que forma a imagem ou ideologia sobre a escola é veiculada em propagandas e veículos midiáticos, tendo como orientador o mesmo professor do projeto anterior. Membro do Grupo Linguagem, Enunciação e Discurso para o Ensino da Língua Portuguesa (LED), na linha de pesquisa: Discurso, leitura, oralidade-escrita e ensino.

**Jaqueline Dayane da C. Silva** - Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (2015). Pesquisadora na área das relações étnicorraciais. Bolsista do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-raciais Movimentos Sociais e Educação - N'UMBUNTU.

**Jeferson Reis Santos** – Graduando em História pela Universidade Federal da Bahia. Membro do Gira – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação. Bolsista no projeto “Discutindo Gênero, Sexualidade, Raça e Religião com comunidades de Salvador/BA”.

**José Humberto dos Santos Santana** - Graduando em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe - Campus Prof. Alberto Carvalho. Estudante/Pesquisador do Programa de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal de Sergipe (PICVOL) na Área de Linguística, nas subáreas: Sociolinguística Variacionista e Sociolinguística Aplicada ao ensino de Língua Portuguesa. Estudante/Pesquisador do Projeto Ensino da leitura e a palatalização na fala de Itabaiana/SE: por uma pedagogia da variação linguística",

sob orientação da Profa. Dra. Mariléia Silva dos Reis (DLI/UFS), que objetiva o ensino da leitura para o letramento como prática social voltada para o fortalecimento do leitor como cidadão atuante na sociedade em que se insere. Estudante/Pesquisador do Grupo de Estudos Led - Linguagem, Enunciação e Discurso para o Ensino da Língua Portuguesa, na linha "Discurso, leitura, oralidade-escrita e ensino", cujo foco de interesse são as modalidades oral e escrita da língua. As pesquisas desenvolvidas são baseadas na análise de dados reais - de fala ou escrita - provenientes da constituição de corpora sociolinguísticos, interacionais e diacrônicos. Os resultados das pesquisas subsidiam propostas de aplicação em programas de ensino de língua portuguesa.

**Juliana Ferreira de Farias** - Acadêmica do 8º período de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e bolsista PIBID-CAPES.

**Larissa do Nascimento Oliveira** - Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura. No terceiro ano de pesquisa em projeto de PIBIC. O primeiro projeto, intitulado “No meio do caminho tinha um poema: Repensando as teorias e as práticas em torno dessa presença”, e o segundo “A poesia no ensino médio: Escolas públicas.”, o terceiro, ainda em andamento é “A história do Brasil em quatro obras épicas de Stella Leonardos”; todos orientados pela Professora Dr<sup>a</sup> Christina Bielinski Ramalho.

**Marcos Silva Silveira** - Possui graduação em Bacharel Em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1986), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1994) e doutorado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1999). Atualmente é professor associado I da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica, atuando principalmente nos seguintes temas: relações raciais, ações afirmativas, ciências sociais, ritual, simbolismo e religiosidades contemporâneas.

**Maria Augusta Neves Silva** - Possui graduação em licenciatura em pedagogia pela Fundação Visconde de Cairu (2010). Especialização em psicopedagogia clínica e institucional pela Faculdade Batista Brasileira. Pós-Graduanda em psicomotricidade pela Fundação Visconde de Cairu. Aluna do programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, PPGEduc na Universidade do Estado da Bahia-UNEB. Estudante do Bacharelado em Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia-UFBA. Professora da Rede Municipal de Ensino da cidade do Salvador.

**Pedro Henrique Azevedo da Silva Paiva** - Acadêmico do 5º período de Bacharelado em Ciências Sociais, bolsista do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais – PETCIS e estudante/pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos Culturais –

GRUESC pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

**Rafael Teruel Coelho** - Graduando em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, campus de Marília.

**Rodrigo Broilo** - Estudante de graduação em Psicologia da Universidade FUMEC, em Belo Horizonte-MG.

**Shirlei Santos de Jesus Silva** - Graduanda em Ciências Biológicas da Universidade Federal da Bahia, atualmente é Pesquisadora-Bolsista do GIRA - Núcleo de Estudos Feministas em Política e Educação, onde tem como um dos pontos de trabalho a construção da Cadernos de Gênero e Diversidade - Revista BEGD, que é a primeira revista de Graduação da America Latina. Tem como áreas de interesse em pesquisa as questões de Gênero e Raça e suas interseccionalidades, partindo desse interesse e paixão, integra hoje o Bando de Teatro Olodum, o é referência em Teatro Negro na Bahia, trazendo um teatro político e reflexivo sobre as questões de Raça, Gênero e Diversidade, para o palco.

**Tailane de Jesus Sousa** - Bacharelanda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia. Possui experiência na área de Letras, com ênfase no estudo de literaturas de Língua Portuguesa.

**Taís Dias dos Santos** - Discente do 7º semestre de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia

**Vanessa Renata de Almeida** - Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo

**Vinícius de Oliveira Bezerra** - Acadêmico do 4º período de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e bolsista PIBID-CAPES.

---

i SANTOS, J. Teles coordenador da Rede de Ação Afirmativa (UFBA), organiza em 2013 junto com pesquisadores de sete outras Universidades Brasileiras um livro com a avaliações quantitativas e qualitativas do impacto das Cotas nas Universidades entre 2004 e 2012. Disponível em <[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2013\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf)>. Acesso em: 24 out. de 2014.